



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - PPGCP

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A FORMAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA E SUA
ATUAÇÃO EM PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
INTERESSE DO AGRONEGÓCIO**

DISCENTE

Diego Brilhante Athayde

ORIENTADORA:

Eugênia Rosa Cabral

**Belém – Pará
2022**

DIEGO BRILHANTE ATHAYDE

**A FORMAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA E SUA
ATUAÇÃO EM PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
INTERESSE DO AGRONEGÓCIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal do Pará (UFPA), para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eugênia Rosa Cabral.

Linha de Pesquisa: Instituições e Políticas Públicas.

**BELÉM – PA
2022**

DIEGO BRILHANTE ATHAYDE

**A FORMAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA E SUA
ATUAÇÃO EM PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
INTERESSE DO AGRONEGÓCIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal do Pará (UFPA), para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eugênia Rosa Cabral.

Linha de Pesquisa: Instituições e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dra. Eugênia Rosa Cabral – Presidente (PPGCP/UFPA).

Prof. Dr. Bruno de Castro Rubiatti – Examinador Interno (PPGCP/UFPA).

Prof^º. Dr Manoel Leonardo Wanderley D. Santos - Examinador Externo (PPGCP/UFMG)

**BELÉM – PA
2022**

A865f Athayde, Diego Brilhante.

A FORMAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA E SUA ATUAÇÃO EM PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERESSE DO

AGRONEGÓCIO / Diego Brilhante Athayde. — 2019.

197 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Eugênia Rosa Cabral Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belém, 2019.

1. Grupo de Interesses. 2. Ruralismo. 3. Frentes Parlamentares. 4. Barganha . 5. Organização. . I. Título.

CDD 322.42098115

DEDICATÓRIA

À minha mãe Ana Maria Conde Brilhante por me incentivar a correr atrás dos meus objetivos.

Às minhas irmãs pela compreensão e solidariedade.

Ao Paulo André pela esperança que representa e pelo imenso amor que me faz sentir.

À Aline por sempre acreditar em mim e me apoiar.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará (UFPA) e ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política (PPGCP), pelo apoio institucional que me foi dado, especialmente pela concessão de bolsa de estudo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de mestrado que possibilitou maior dedicação à pesquisa. Agradeço, ainda, à CAPES, pela viabilização das ações do Projeto PROCAD-Amazônia, que possibilitou o meu intercâmbio na Universidade Federal de Minas Gerais.

Agradeço em especial à Prof^a. Eugênia Rosa Cabral, pela dedicação, competência e compromisso profissional com que desenvolveu suas atividades acadêmicas, na condição de coordenadora da pós-graduação em ciência política e orientadora, do decorrer desse trajetória que foi pega de assalto por uma pandemia, da qual todos nós saímos feridos.

A todos os professores e professoras do Programa de pós-graduação em Ciência Política da UFPA, em especial à professora Maria Dolores com a qual tive o prazer de produzir e publicar um artigo científico sobre políticas públicas.

Agradeço aos técnicos e auxiliares da Secretaria do Programa de pós-Graduação em Ciência Política, em especial à Delice e à Beatriz que sempre estiveram dispostas e ajudar os alunos do programa, no acesso a todos os documentos necessários para a realização desta dissertação.

Agradeço Lucas Henrique Ribeiro da Silva, colega que fiz em Minas Gerais, doutorando da pós-graduação em Ciência Política da UFMG pelo companheirismo que demonstrou, além de ter me auxiliado com uma literatura sobre o meu tema de pesquisa.

Por fim, agradeço aos amigos e parentes que souberam compreender a minha trajetória acadêmica que muitas vezes me tornou uma pessoa ausente.

“(...) – Porque influenciar uma pessoa é dar a ela a própria alma. Ela passa a não pensar com seus pensamentos naturais. As virtudes que possui deixam de ser, para ela, reais. Os pecados que comete, se é que existem pecados, são todos tomados por empréstimo. Ela se torna um eco na música de outrem, ator de um papel não escrito para ela. O objetivo da vida é autodesenvolvimento; é perceber, com perfeição, nossa natureza... é para isso que estamos aqui, cada um de nós. ’

(Lorde Harry em: O Retrato de Dorian Gray. Wilde, 1854).

RESUMO

O Brasil vem passando por um processo acelerado de desindustrialização, nos últimos anos, isso em decorrência de uma crise política, econômica e sanitária. Em contraste a isso, o setor do agronegócio está vivendo uma das suas melhores fases, uma vez que, passou a ocupar uma posição privilegiada na esfera política nacional. No entanto, para que possamos entender como este setor conseguiu tamanho êxito político, precisamos analisar a sua organização política. Vimos que são poucos os estudos sobre tal fenômeno, em especial sobre a bancada ruralista e sobre a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), com enfoque da ciência política, produzidos no Brasil. Os estudos existentes são herdeiros de uma tradição teórica que levou o individualismo metodológico ao extremo e, além disso, tais estudos analisam o sucesso e a influência política da bancada ruralista a partir do seu comportamento dentro das instituições, apenas, sem levar em consideração as questões que permitiram aos representantes políticos do setor, transformarem-se em atores relevantes no contexto político. Aliado a isso, frequentemente partem de viés analítico baseado em teorias sobre grupos de interesse e de pressão que possuem incongruências metodológicas que impossibilitam uma análise mais acurada sobre as especificidades da temática. Diante disso, o presente estudo propõe um retorno ao caso concreto e específico do setor ruralista nacional, considerando todo o processo de desenvolvimento econômico do mesmo, para que possamos compreender melhor a natureza da FPA, os fatores que explicam a sua organização, o seu protagonismo político e o seu comportamento político na Comissão Parlamentar de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Abastecimento Rural (CAPDAR), comparando-a ao modelo tradicional de organização. O nosso argumento é de que o desenvolvimento do potencial econômico do agronegócio, patrocinado pelo Estado, foi responsável pelo desenvolvimento do poder de barganha política que os representantes do agronegócio têm, atualmente, junto aos Poderes Legislativo e Executivo Federal.

Palavras-chaves: Grupo de Interesses; Ruralismo; Frentes Parlamentares; Barganha e Organização.

ABSTRACT

Brazil is going through an accelerated process of deindustrialization, in recent years, as a result of a political crisis, economic and a health crisis. In contrast to this, the agribusiness sector is experiencing one of its best phases, a time, it came to occupy a privileged position in the national political sphere. However, in order to understand how this sector achieved so much political success, we need to look at its political organization. We have seen that there are few studies on the ruralist caucus or even on the Agricultural Parliamentary Front, with a focus on political science, produced in Brazil. The existing studies are heirs of a theoretical tradition that took methodological individualism to the extreme and, in addition, these researches try to analyze the success and political influence of the ruralist caucus from its behavior, only within the institutions, without taking into account the issues that allowed the political representatives of the sector, to transform themselves into relevant actors in the context. Allied to this, they often depart from an analytical bias based on theories about interest and pressure groups that have inconsistencies in methodologies that make it impossible for a more accurate analysis of the specificities of the theme. The present study proposes a return to the concrete case and specific to the national rural sector, considering the entire process of economic development of the same, so that we can better understand the nature of the FPA, the factors that explain its organization, its political protagonism and its political behavior in the Parliamentary Committee on Agriculture, Livestock, Development and Rural Supply (CAPDAR), compares bringing it to the traditional model of organization. Our argument is that the development of the economic potential of agribusiness, sponsored by the State, was responsible for the development of the political bargaining power that agribusiness representatives currently have with the Federal Legislative and Executive Powers.

Keywords: Interest Group; Ruralism; Parliamentary Fronts; Bargaining and Organization.

LISTA DE FIGURAS

IMAGEM 1 – SLIDE DE APRESENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO SEGUINDO PELO IPA	116
IMAGEM 2 – SLIDE DE APRESENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO SEGUINDO PELO IPA	118

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- TIPOS DE ABORDAGENS PLURALISTAS	39
QUADRO 2 - TIPOS DE CORPORATIVISMO.....	41
QUADRO 3 - TIPOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DOS MODELOS DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES	45
QUADRO 4 - DISPOSIÇÃO DOS GRUPOS QUE PARTICIPARAM DOS DEBATES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE	63
QUADRO 5 - PAUTAS POLÍTICAS DOS GRUPOS QUE PARTICIPARAM DOS DEBATES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE.....	64
QUADRO 6 - TEMAS DE INTERESSE DA FPA: RELAÇÃO ENTRE TEMAS GERAIS E TEMAS ESPECÍFICOS, BASEADOS NOS DADOS APRESENTADOS POR TAVARES, EM 2018.....	123

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO POR SEGMENTO DO AGRONEGÓCIO _____	56
TABELA 2 – EMPRESÁRIOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SEGUNDO OS SEGMENTOS E AS LEGISLATURAS DE 38A E 42A; 43A A 47A E 48A A 50A. _____	71
TABELA 3 - NÚMERO DE DEPUTADOS FEDERAIS DA BANCADA RURALISTA, SEGUNDO AS PROFISSÕES AUTODECLARADAS CONFORME A QUANTIDADE DE CADEIRAS PARLAMENTARES NAS 49º, 50º, 51º, 52º, 53º, 54º E 55º LEGISLATURAS. _____	71
TABELA 4 – NÚMERO DE PARLAMENTARES ELEITOS E DE MEMBROS DA BANCADA RURALISTA, SEGUNDO A REGIÃO (56ª LEGISLATURA) _____	78
TABELA 5 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS MEMBROS DA BANCADA RURALISTA, SEGUNDO OS PARTIDOS POLÍTICOS, DA 49ª A 56ª LEGISLATURAS. _____	79
TABELA 6 - QUANTIDADE DE ORGANIZAÇÕES PRIVADAS DO SISTEMA AGROALIMENTAR PRESENTES NO IPA _____	119
TABELA 7 – DEPUTADOS DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA, SEGUNDO A ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA DOS SEUS PARTIDOS POLÍTICOS, NAS 53º, 54º E 55º LEGISLATURAS. _____	121
TABELA 8 – QUANTIDADE DE PROPOSIÇÕES APROVADAS EM 1995, 1996 E 1997, POR TEMAS DA PAUTA DA BANCADA RURALISTA E ALINHAMENTO COM ESTA _____	127
TABELA 9 – QUANTIDADE DE PROPOSIÇÕES REJEITADAS EM 1995, 1996 E 1997, POR TEMAS DA PAUTA DA BANCADA RURALISTA E ALINHAMENTO COM ESTA. _____	128
TABELA 10 – QUANTIDADE DE PROPOSIÇÕES APROVADAS EM 2004, 2005, 2006 E 2007, POR TEMAS DA PAUTA DA BANCADA RURALISTA E ALINHAMENTO COM ESTA. _____	128
TABELA 11 – QUANTIDADE DE PROPOSIÇÕES REJEITADAS EM 2004, 2005, 2006 E 2007, POR TEMAS DA PAUTA DA BANCADA RURALISTA E ALINHAMENTO COM ESTA. _____	129
TABELA 12 – SÍNTESE DAS DECISÕES TOMADAS NA CAPADR SEGUNDO O PERÍODO E A POSIÇÃO DA FPA EM RELAÇÃO ÀS PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO. _____	130

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 - PIB DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO, EM MILHÕES DE REAIS, CORRENTES (1996, 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 E 2019) _____	55
GRÁFICO 2 - DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O AGRONEGÓCIO DE 1986 A 2005 _____	69
GRÁFICO 3 – DISCURSOS NO ÂMBITO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS CITANDO AGRIBUSINESS, AGROBUSINESS, AGRONEGÓCIO E AGRONEGÓCIOS ENTRE 1986 À 2005. _____	70
GRÁFICO 4 - SEGMENTOS PROFISSIONAIS DE DEPUTADOS FEDERAIS QUE INTEGRAM A BANCADA RURALISTA (%) _____	72
GRÁFICO 5 - DESENVOLVIMENTO DA BANCADA RURALISTA, POR REGIÃO _____	76
GRÁFICO 6 - PROPOSIÇÕES CONVERGENTES COM OS INTERESSES DA BANCADA RURALISTA NA CAPADR, APROVADAS E REJEITADAS. _____	125
GRÁFICO 7 - PROPOSIÇÕES DIVERGENTES EM RELAÇÃO AOS INTERESSES DA BANCADA RURALISTA NA CAPADR, APROVADAS E REJEITADAS. _____	126

LISTA DE SIGLAS

ABRA Associação Brasileira de Reforma Agrária. Formada;
AEA Associação dos Empresários da Amazônia;
AMPA Associação Mato-grossense de Produtores de Algodão;
ANC Assembleia Nacional Constituinte;
Aprosoja-MT Associação de Produtores de Soja de Mato Grosso;
BC Banco Central;
CACD Comissão De Agricultura da Câmara dos Deputados;
CAPAD - Comissão de Agricultura Pecuária Abastecimento e Desenvolvimento Rural;
CEBS Comunidades Eclesiais de Base;
CN Congresso Nacional;
CNA Confederação Agrícola e Pecuária do Brasil;
CNA Confederação Nacional da Agricultura;
Contag Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura;
CPT Comissão Pastoral da Terra;
DC Democracia Cristã
ECT Economia dos Custos de Transação;
Embrapa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
Embrater Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural;
EUA Estados Unidos da América;
Faemg Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais;
FHC Fernando Henrique Cardoso;
FMI Fundo Monetário Internacional;
FPA Frente Parlamentar da Agropecuária;
Inca Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
MDB Movimento do Democrático Brasileiro
Mirad Ministério Extraordinário da Reforma e do Desenvolvimento Agrário;
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra;
NEI Nova Economia Institucional;
NOVO Partido Novo
OCB Organização das Cooperativas Brasileiras;
PBI Produto Interno Bruto;
PCB Partido Comunista Brasileiro
PCdoB Partido Comunista do Brasil
PDT Partido Democrático Brasileiro
PE Poder Executivo;
PL Partido Liberal
PL Poder legislativo;
PMB Partido da Mulher Brasileira
PMDB Partido Movimento do Democrático Brasileiro
PMN Partido Mobilização Nacional
PND Plano Nacional de Desenvolvimento;
PNRA Plano Nacional de Reforma Agrária;
PODE Podemos
PP Progressistas
PROS Partido Republicano da Ordem Social
PRTB Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB Partido Social Brasileiro
PSC Partido Social Cristão
PSD Partido Social Democrático
PSDB Partido Da Social Democracia Brasileira
PSOL Partido Social e Liberdade
PT – Partidos dos Trabalhadores;
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
PV Partido Verde
REDE Rede Sustentabilidade
SRB Sociedade Rural Brasileira;
UDR União Democrática Ruralista;
UP União Popular

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	16
1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	20
II MODELOS DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSE: TEORIAS PLURALISTAS E CORPORATIVISTAS DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES	30
2.1 INTRODUÇÃO	30
2.2 O DESENVOLVIMENTO DA TEORIA DO PLURALISMO POLÍTICO E DOS GRUPOS DE PRESSÃO.....	32
2.3 O DESENVOLVIMENTO DO CORPORATIVISMO COMO MODELO DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES	40
2.4 O MODELO DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES NO BRASIL	42
2.5 O MODELO DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES DO AGRONEGÓCIO: ENTRE O CORPORATIVISMO E O PLURALISMO ASSOCIATIVISTA.....	45
2.6. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL E FATORES INSTITUCIONAIS E ECONÔMICOS QUE CONDICIONARAM O DESENVOLVIMENTO DE UM SETOR PRODUTIVO.....	49
2.7. A FORÇA DO AGRONEGÓCIO NO MERCADO INTERNACIONAL E O SEU PODER DE BARGANHA COM O GOVERNO BRASILEIRO.....	51
2.8 SÍNTESE DA DISCUSSÃO.....	57
III A REDEMOCRATIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DE UMA BANCADA POLÍTICA RURALISTA	58
3.1 INTRODUÇÃO	58
3.2 A CONSTITUINTE E A RESISTÊNCIA RURALISTA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS PROGRESSISTAS	59
3.3 A PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO DO PATRONATO RURAL NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, DE 1987.....	62
3.4. A “NOVA AGRICULTURA” PRECISA SE APRESENTAR COM UMA NOVA FACE À NAÇÃO BRASILEIRA	65
3.5 O AGRONEGÓCIO NO BRASIL NA AGENDA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	68
3.6 O PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO DA BANCADA RURALISTA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, NA ERA DO AGRONEGÓCIO	71
3.7 A BANCADA RURALISTA POR REGIÃO DO BRASIL	76
3.8. A BANCADA RURALISTA POR PARTIDO NAS LEGISLATURAS	78
3.10 O POSICIONAMENTO DA BANCADA RURALISTA QUANTO PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS ESPECÍFICAS OU A TEMAS DE SEU INTERESSE.....	85
3.11 SÍNTESE DA DISCUSSÃO.....	88
IV AÇÃO POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO LEGISLATIVA	90
4.1 INTRODUÇÃO	90

4.2	BREVES APONTAMENTOS SOBRE O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO NO CONTEXTO DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO.....	92
4.3	SOBRE O SISTEMA DE COMISSÕES	95
4.4	PRINCIPAIS ATORES POLÍTICOS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES QUE DIMINUEM A INCERTEZA DA TOMADA DE DECISÃO	99
4.5	FRENTES PARLAMENTARES, UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO.	104
4.6	A FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA.....	111
4.6.1	O Papel Informacional do Instituto Pensar Agropecuária – IPA.....	115
4.6.2	Organizações da Iniciativa Privada Patrocinadoras do Instituto Pensar Agro... ..	119
4.6.3	Os Partidos Políticos Representados na Frente Parlamentar da Agropecuária . ..	120
4.6.4	Natureza das Proposições, objeto da pressão dos Parlamentares filiados à FPA e ligados aos Ruralistas.....	122
4.7	SÍNTESE DA DISCUSSÃO.....	131
V	CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
VI	REFERÊNCIAS	137
	TABELA – DEPUTADOS FEDERAIS AUTONOMEADOS RURALISTAS OU EMPRESÁRIOS RURAIS 1991-1995	183
	TABELA – DEPUTADOS FEDERAIS AUTONOMEADOS RURALISTAS OU EMPRESÁRIOS RURAIS OU LIGADOS AO AGRONEGÓCIO. 1995-1999.	184
	TABELA – DEPUTADOS FEDERAIS AUTONOMEADOS RURALISTAS OU EMPRESÁRIOS RURAIS OU LIGADOS AO AGRONEGÓCIO. 1999-2003.	186
	TABELA – DEPUTADOS FEDERAIS AUTONOMEADOS RURALISTAS OU EMPRESÁRIOS RURAIS OU LIGADOS AO AGRONEGÓCIO. 2003-2007.	188
	TABELA – DEPUTADOS FEDERAIS AUTONOMEADOS RURALISTAS OU EMPRESÁRIOS RURAIS OU LIGADOS AO AGRONEGÓCIO. 2011-2015.	189
	TABELA – DEPUTADOS FEDERAIS AUTONOMEADOS RURALISTAS OU EMPRESÁRIOS RURAIS OU LIGADOS AO AGRONEGÓCIO. 2015-2019.	193
VII	ANEXO I.....	135
VIII	ANEXO II.....	138
IX	ANEXO III.....	142
X	APÊNCICE I	158
XI	APÊNCICE II.....	162

I. INTRODUÇÃO

A história brasileira é marcada pela força política do patronato rural. Esse fenômeno remonta a própria origem do Estado brasileiro e seu processo de colonização, por meio de capitâneas hereditárias e tudo o que isso significou para o desenvolvimento de uma força política rural no território brasileiro (PRADO JR., 2004; FURTADO, 2006).

Essa força política do meio rural sobre as instituições políticas nacionais não pode ser entendida sem que haja um retorno ao processo de formação histórica da economia brasileira. Esta característica é mais que singular no processo de formação do Brasil como nação, de tal forma que autores como Caio Prado Jr. (2004) e Celso Furtado (2006) já entendiam a necessidade de se revelar os elementos explicativos que determinaram a natureza da colonização brasileira e que culminaram na passagem de uma mera colônia, dominada na Era da expansão comercial, para uma colônia de natureza de empresa agrícola.

Não é nosso objetivo neste trabalho aprofundarmos essas questões, que são inerentes à formação histórica da economia brasileira. No entanto, mesmo que de forma sintética, temos que nos referir a elas, pois a compreensão delas nos faz entender melhor a posição política do setor agrário no contexto atual, bem como compreender a força política dos empresários do agronegócio e de seus representantes nas arenas políticas decisórias.

Neste trabalho, ainda que não seja o nosso principal objetivo, demonstramos que o setor agrário nacional não teria se tornado o que é, atualmente, se não tivesse tido o patrocínio do Estado brasileiro. Ou seja, que o agronegócio só é uma potência econômica e política no Brasil porque, outrora, o seu potencial econômico foi desenvolvido por meio de políticas públicas. Nesse sentido, o nosso argumento é de que o desenvolvimento do potencial econômico do agronegócio, incentivado pelo Estado, foi responsável pelo desenvolvimento do poder de barganha política que os representantes do agronegócio têm, atualmente, junto aos poderes legislativo e executivo federal.

Para conseguir validar esse argumento foi preciso analisar os fatores institucionais e econômicos que condicionaram o desenvolvimento deste setor produtivo. Isso demandou a realização de uma revisão da literatura especializada no tema, para que pudéssemos demonstrar os elementos que compuseram o processo de desenvolvimento do setor e o estreitamento das relações de interação entre este e o Estado brasileiro.

Ao admitirmos, a priori, que o agronegócio é uma potência econômica e política no Brasil, em outrora e na contemporaneidade, fomos levados a algumas indagações quanto às

formas de participação de seus representantes nos espaços de decisão do Estado, bem como as formas de organização e de representação dos interesses do setor nas arenas políticas do legislativo federal. Nesse sentido, a nossa pesquisa foca na forma mais recente de organização da atuação política do setor: a Frente Parlamentar da Agropecuária. E, em termos específicos, a pesquisa procura responder qual é a natureza desta frente parlamentar?

Em análises preliminares, em comparação com as outras frentes parlamentares, vê-se que a FPA destoa no modo de atuação, uma vez que, atualmente é, se não a única, uma das poucas que é bastante institucionalizada. A FPA conta com uma entidade organizada e financiada por organizações privadas e patronais do setor ruralista, para nutri-la com informações técnicas/científicas e com os recursos que são necessários para que o setor ruralista se beneficie por meio da promoção de políticas públicas, o Instituto Pensar Agropecuária (IPA).

Uma segunda questão, complementar e decorrente da primeira, que procuramos responder com este trabalho, é: por que a FPA se tornou a principal representante do setor ruralista no Brasil, desbancando entidades oriundas do corporativismo e do próprio cooperativismo, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que atualmente integram a lista de entidades que financiam o Instituto Pensar Agro, que alimenta de informações a FPA?

O objetivo principal deste estudo é analisar o comportamento político da FPA na Comissão Parlamentar de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Abastecimento Rural (CAPDAR), para que possamos entender qual é a natureza da FPA e os fatores que explicam a sua organização e protagonismo político, comparando-a ao modelo tradicional de organização.

Como objetivos específicos: a) apresentamos os modelos de representação de interesses presentes no Brasil; b) identificamos o desenvolvimento do poder econômico do setor rural brasileiro, do qual decorre o seu poder político; c) identificamos os parlamentares da bancada ruralista na Câmara dos Deputados, em oito legislaturas e os seus partidos de origem; d) identificamos a função do Instituto Pensar Agropecuária (IPA) no desenvolvimento e na difusão do conceito de agronegócio e da produção científica sobre políticas públicas para o setor ruralista nas instituições políticas; e) descrevemos as pautas políticas do setor agrário brasileiro na CAPDAR; f) descrevemos o comportamento de parlamentares da FPA na CAPDAR, assim como, suas taxas de sucesso e insucesso nesta comissão.

Baseando-se na literatura que trata do tema foram formuladas as seguintes hipóteses, que nortearam a investigação em busca de resposta às questões da pesquisa, quais sejam:

1. A FPA é um grupo de pressão que por meio do lobby atua em processos políticos decisórios a fim de influenciar nos temas do seu interesse.

2. A FPA é uma organização que se utiliza de estratégias de ação política para interferir no processo político brasileiro e que extrapolou os limites das estratégias como o lobby e da advocacy.
3. A FPA é um espaço de interações sociais que aproxima de setores organizados da sociedade civil com atores políticos relevantes (parlamentares eleitos, Ministros de Estado e chefes do executivo), assim como políticos entre si e que, portanto, mobilizam interesses em comum, uma vez que possibilita a articulação política e a coordenação dos representantes destes.

Pesquisas sobre a atuação da bancada ruralista nas instituições de decisão política tendem a considerar a bancada um grupo de pressão e, normalmente, não fazem distinção entre bancada ruralista e FPA, o que sugere uma confusão conceitual e uma indefinição da natureza da FPA. Tais estudos, em geral, objetivam medir o grau de influência e de sucesso dessa frente parlamentar nos processos políticos decisórios que ocorrem nas arenas políticas brasileiras.

Pesquisadores como Bruno (1996), Lima (2016) e Silvia (2017) frequentemente utilizam como critério para as suas análises o fato de que para considerar um congressista representante da bancada ruralista este deverá ser um médio ou um grande proprietário de terra ou um produtor agrícola ou ainda um agropecuarista. O problema deste tipo de critério é que ele relaciona a premissa de que tais parlamentares convergiram em uma atuação política coletiva, em prol de interesses em comum por pertencerem à mesma classe de proprietários rurais/produtores rurais.

Baseando-se na teoria dos grupos de Olson (2015) podemos refutar a premissa acima, considerando o seguinte argumento do autor: que os grupos sociais apresentam problemas relacionados com quantidade de integrantes, com a organização e com a distribuição de benefícios que possam ser conquistados com a atuação coordenada do grupo. Para Olson, indivíduos racionais não teriam disposição para atuarem politicamente de forma coletiva sem que haja a resolução desses problemas ou, dito de outra forma: não são os interesses semelhantes pelo fato de pertencerem à mesma classe que farão com que indivíduos racionais hajam de forma coordenada. Indivíduos racionais não formam grupos naturalmente.

Consideramos que a FPA necessita de um estudo próprio, pois demonstra ser uma exceção ao pressuposto geral sobre a institucionalização das frentes parlamentares que considera que estas possuem um poder limitado comparando-se ao papel dos partidos políticos. Dado que a FPA se utiliza de estratégias políticas que favorecem a mobilização dos ruralistas e

tem garantido ganhos a esse segmento, o objetivo do estudo é analisar o comportamento político da FPA para assim explicar a sua natureza.

Ao considerar a FPA uma exceção à regra, não estamos afirmando que ela se sobreponha ao sistema partidário brasileiro, mas que há uma relação de “simbiose” entre partidos políticos e a bancada ruralista, que acontece em decorrência da atuação dessa frente parlamentar. E, é este fenômeno que acreditamos que precisa ser melhor estudado.

Esta dissertação está dividida em três capítulos além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo é um exercício crítico de apresentação dos fatores que fizeram com que o setor ruralista adquirisse um grande poder de barganha junto aos governos brasileiros.

No segundo capítulo fazemos uma análise descritiva da formação da assim nomeada bancada ruralista, na transição do processo democrático; analisamos o comportamento dos ruralistas diante da crise do sistema político, que gerou uma crise representativa no modelo corporativista; destacamos a resistência desse setor durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e a luta contra os movimentos sociais progressistas à época. A literatura mostra que essa discussão toma um novo rumo com a consolidação da democracia e a necessidade de o setor se reestruturar. Portanto, o debate girou em torno da ressignificação pela qual a personagem do produtor rural passou, em decorrência do conceito de agronegócio, que foi usado como uma ferramenta para dar a aparência de modernidade aos ruralistas; além de servir para uma unificação dos setores em torno de uma frente política. Todo esse processo reflete no crescimento da produção científica sobre a produção agrícola e agropecuarista. Ao fim deste capítulo, apresento a tendência de posicionamento da bancada ruralista sobre temas específicos, como reforma agrária, demarcação de terras indígenas e quilombolas, utilização de defensivos agrícolas, trabalho rural e proteção do meio ambiente.

No terceiro capítulo a discussão se volta para atuação política da bancada ruralista em especial em processos legislativos no âmbito do Congresso Nacional brasileiro. Para fundamentar teoricamente a discussão, inicialmente foi feita uma síntese das principais vertentes teóricas que explicam o sistema político brasileiro. Em seguida foi destacado o sistema de comissões parlamentares, que ganha relevo e importância devido ao processo de institucionalização pelo qual tem passado. Nesse contexto considerou-se importante inserir o debate sobre os principais atores políticos nas comissões. Em seguida são analisadas as frentes parlamentares suprapartidárias e o que elas significam dentro do processo político. Esse debate teve como objetivo específico introduzir o leitor nas análises sobre a frente parlamentar da agropecuária. Em seguida, apresento outro elemento importante, o *Instituto Pensar Agro* (IPA),

que, segundo a corrente que defendemos, possui uma função informacional, que é a sua função predominante: nutrir os parlamentares ruralistas da frente com informações sobre as questões mais relevantes para o setor, que estejam na pauta de votação da Câmara dos Deputados.

Os dados empíricos demonstram que a partir do momento em que a frente é reestruturada, dentro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), os ruralistas conseguiram manter a sua hegemonia, todavia, anteriormente à reestruturação da FPA, a atuação da bancada ruralista era suficiente para defender os interesses do setor; ou seja, parecia não haver a necessidade de coordenação e nem de tanta informação para cumprir esse objetivo. No entanto, os mesmos dados demonstram que a reestruturação da FPA foi necessária aos ruralistas, pois as pautas progressistas, em termos quantitativos, cresceram muito na CAPADR, demonstrando a relevância política que alcançaram. Compreendemos que a proeminência de algumas questões/temas na agenda política do legislativo federal, como “meio ambiente”, “trabalhador rural” e “uso de defensivos agrícolas”, aguçou a disputa interna na CAPADR, fazendo com que os ruralistas perdessem o controle sobre o que é proposto nela. Compreende-se que esses fatos tornaram necessária a reorganização da base política ruralista, o que se acentuou quando o Partido dos Trabalhadores (PT) conquistou o poder nos anos 2000, com a eleição do Presidente Lula, uma vez que, os ruralistas possuíam a convicção de que este partido é contrário as pautas dos médios e grandes produtores rurais em decorrência de possuírem uma perspectiva ideológica diferente da sua.

1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

No Brasil há uma predominância do uso de métodos quantitativos em estudos desenvolvidos no campo da ciência política. No entanto, a utilização única e exclusiva desses métodos para pesquisas sobre grupos de pressão e de interesses têm se demonstrado pouco eficientes para medir o poder de influência e o sucesso desses grupos durante o processo político de produção de políticas públicas que afetam seus interesses.

Entendemos que seja importante a adoção de métodos qualitativos em estudos sobre frentes parlamentares, porque cada frente se apresenta como um caso único, o que pode ser observado pela assimetria de institucionalização existente entre elas, mas não somente isso; suas origens, os objetivos defendidos e as formas de defender os interesses são distintos de uma frente para outra, conforme são os atores que fazem parte delas. Portanto, mesmo que tais métodos não sejam uniformes, não consigam produzir inferências causais e nem testar hipóteses, o acúmulo de conhecimento a partir desse tipo de pesquisas poderia, por meio de

uma análise comparativa, auxiliar na produção de inferências válidas e na produção de novas hipóteses a serem testadas.

Diante disso, o método de estudo de caso está, cada vez mais, sendo usado em pesquisas desse tipo, servindo como um instrumento para se obter melhores respostas aos problemas de pesquisas, fortalecendo hipóteses ou derrubando premissas que há muito estavam consolidadas.

Segundo Creswell (2014, p.87) o estudo de caso deve apresentar algumas características. Tais características, descritas a seguir, são os elementos que definem uma pesquisa como um estudo de caso:

- a) deve apresentar um fenômeno/objeto específico; este podendo ser uma pessoa, um grupo de indivíduos, uma organização, podendo até ser um relacionamento ou até mesmo uma pequena comunidade;
- b) apresenta uma compreensão mais profunda do caso, devido à coleta de muitos dados qualitativos;
- c) o pesquisador deve ter a clareza de que seu objeto demanda uma análise por meio do estudo de caso;
- d) uma boa descrição do objeto/sujeito de análise se faz requisito obrigatório; os dados podem ser analisados de diferentes formas, podendo levar em consideração uma análise compartimentada das unidades de observação ou levar em consideração o todo, portanto, holisticamente.

A FPA é o objeto de estudo da presente pesquisa. Analisamos essa entidade como caso único. Ter a FPA como objeto de pesquisa poderia ser entendido como uma limitação para o estudo científico, haja vista que poderíamos obter poucos fenômenos observáveis desse único caso. No entanto, usando a metodologia do estudo de caso podemos ter acesso a várias unidades de observação de variáveis relevantes, que nos permitem aumentar a quantidade de fenômenos observáveis, o que possibilita a aferição de evidências contra ou a favor da teoria. Dessa forma, tivemos que pesquisar a história econômica do setor para identificar o que permitiu que o agronegócio conquistasse um poder de barganha junto aos tomadores de decisão nas diversas arenas políticas. Após isso, tivemos que fazer uma descrição da FPA e da sua reestruturação, esta realizada pela bancada ruralista e setores da iniciativa privados ligados ao agronegócio brasileiro.

A escolha do estudo de caso como método para o desenvolvimento deste estudo orientou-se nos argumentos de Sátyro e D'Albuquerque, quais sejam:

Quando se tem um estudo de caso em que se pretende testar uma teoria, esta vai guiar quais observações podem ser consideradas evidências e como elas devem ser analisadas dentro do caso a fim de testá-las. Assim, a partir de uma teoria (uma

proposição explicativa do fenômeno em questão) o estudo de caso testa a sua capacidade de explicação dedutivamente; a partir das implicações observáveis coletadas no mundo real. Nesse sentido, o estudo de caso permite que, através de uma maior quantidade de observações dentro do caso escolhido, seja possível testar uma teoria em determinadas condições. (SÁTYRO; D'ALBUQUERQUE, 2020, p.12).

Na presente pesquisa optou-se por fazer uma contextualização do desenvolvimento da bancada ruralista que antecedeu e precipitou a criação da Frente Parlamentar da Agropecuária, por tratar-se de uma frente suprapartidária que, atualmente tem grande atuação no processo político nacional e; além disso, de forma mais específica, objetivou-se fazer uma descrição da sua atuação na CAPADR, da Câmara dos Deputados.

No segundo capítulo apresentamos uma análise dos modelos de representação política pluralista, baseado na atuação dos grupos de interesse e de pressão, e o corporativismo, de natureza dirigista. As análises são predominantemente teóricas, e nelas apresentamos informações sobre a origem e os elementos que caracterizam cada um dos dois modelos; também apresentamos as condições contextuais que ensejaram o desenvolvimento deles. (MUSSI, 2012; DINIZ, BOSCHI, SANTOS, 1997).

Este sistema híbrido de representação surgiu em decorrência do desenvolvimento do potencial econômico do setor, ocorrido a partir da década de 1960, e isso, só pôde ser realizado devido ao corporativismo, portanto, o pluralismo político, que serve de base para o setor do agronegócio hoje em dia, é uma consequência deste, isso demonstra que houve uma entrelaçamento, em um determinado momento, desses dois modelos, o que justifica a nossa digressão teórica. (SANTOS, 2011).

Compreende-se que não seja possível desvincular o poder de barganha política que a bancada ruralista conseguiu, ao longo dos anos, do potencial econômico do setor ruralista, isso porque, este desenvolvimento econômico interfere diretamente na política alimentar do país, além de gerar superávit e ser um dos elementos estabilizadores da inflação no país.

Para que pudéssemos ter uma noção aproximada do potencial produtivo do referido setor, apresentamos em um Gráfico dados do Produto Interno Bruto (PIB), em uma série histórica que remete ao período de 1996 a 2019. Os dados fazem referência à produção do agronegócio nacional; estão dispostos em quatro categorias (insumos, agropecuária, indústria e serviços) e; separados em períodos trisemanais de PIB. Esse período foi escolhido como recorte temporal para esta apresentação pelo fato de coincidir com o segundo “boom” da produção rural e com o fenômeno da consolidação do conceito de agronegócio no Brasil (DELGADO, 1985; MENDOÇA, 2005).

Ao final deste capítulo, discutimos e analisamos a formação da bancada ruralista no contexto democrático. Inicialmente discorremos sobre a atuação dos ruralistas durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e analisamos os elementos que induziram a reação dos proprietários rurais durante a Constituinte. O objetivo foi descrever a primeira experiência de formação de uma frente parlamentar ampla no período de transição democrática, em defesa da grande e média propriedade rural e; identificar os elementos que induziram a primeira experiência de frente ampla, assim como os métodos usados à época pelos ruralistas para defender seus interesses.

Como a nossa questão principal é responder por que a FPA se tornou a principal entidade de representação política da bancada ruralista, achamos que deveríamos analisar as origens e as mudanças pelas quais passou a primeira frente parlamentar ampla (FAPA), que defendeu os interesses dos produtores rurais para entender o que a FPA é hoje. É por isso que o contexto que ensejou a configuração institucional desta frente e, posteriormente, da FPA, é importante.

No terceiro capítulo recorreremos à literatura especializada sobre o tema, tanto de pesquisadoras da história da economia quanto de pesquisadoras que estudam a formação da mentalidade ruralista na política nacional (BRUNO, 1997; SILVA, 2017). Durante a ANC a primeira frente ampla foi liderada por parlamentares ruralista que apresentavam um comportamento mais radical quanto à defesa de seus interesses, quando muitos deles integravam a União Democrática Ruralista (UDR). (BRUNO, 1996). Essas características e os elementos que caracterizavam os parlamentares que compunham este grupo são analisados neste trabalho. Conforme os dados da pesquisa, com a estabilização da democracia de 1988, houve uma mudança nesse quadro, quando as estratégias políticas que a UDR usava como método de pressão política, deram lugar a outras formas mais adaptadas ao novo contexto democrático. (BRUNO, 1996).

Inserir-se na classificação de membro da bancada ruralista o parlamentar que defende os interesses da bancada, mesmo que não seja proprietário rural, produtor rural ou tenha alguma relação com o agronegócio, dessa forma, o que é mais importante para ser classificado dessa forma, é uma atuação convergente com os interesses desta bancada (DIAP, p.129, 2014).

Os dados foram coletados nas bases do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e cruzados com as informações existentes no site da Câmara dos Deputados. Os períodos intervalares da Tabela 2 se referem a 49º legislatura, 50º legislatura, 51º legislatura, 52º legislatura, 53º legislatura, 54º legislatura, 55º legislatura e 56º legislatura respectivamente. As colunas representam as legislaturas e estão subdivididas em frequência absoluta e percentagem, as linhas representam as informações sobre os segmentos profissionais.

Os segmentos profissionais foram formados a partir das categorias profissionais que foram informadas pelos próprios parlamentares, esses dados estão disponíveis no site da Câmara dos Deputados.

Com relação às percentagens que aparecem no quadro, excetuando os valores da 49ª legislatura, os demais foram baseados na quantidade de 513 cadeiras do Parlamento. Em se tratando do período de 1991 a 1995, os cálculos levaram em consideração a composição do Parlamento à época que era composto por 503 cadeiras a serem ocupadas pelos representantes eleitos que compunham a corpo da Câmara dos Deputados. As demais legislaturas foram baseadas na quantidade de 513 cadeiras.

As características dessa primeira experiência de frente ampla serão contrapostas com as características do segundo momento; este último, marcado como pelo conceito de agronegócio e uma ideologia liberal da produção agrária nacional, inclusive por reivindicações de menor regulamentação do Estado com relação à produção rural (TAVARES, 2018; MENDOÇA, 2005; LOCATEL e LIMA, 2016).

Neste ponto, a análise demonstra que houve uma ruptura com o corporativismo dirigista que, até então, era hegemônico como meio de representação de interesses. Isso fica muito evidente com as crises pelas quais o setor passou a partir da década de 1980, quando a quantidade de políticas públicas para o setor diminuiu, o que ocasionou a perda de propriedades rurais devido a dívidas de natureza de crédito rural com o mercado financeiro (DELAGADO, 1985; MENDOÇA, 2005; POMPEIA, 2021).

A questão do crédito rural é uma pauta permanente do setor, sendo uma das diretrizes da FPA, e, por conseguinte é um tema em relação ao qual a bancada ruralista atua de forma mais incisiva. E isso ocorre desse modo porque o setor já possui uma expertise necessária para deduzir que seus interesses exigem uma interação sistemática com os governos e uma atuação política estratégica no Poder Legislativo, para que não haja a diminuição de investimentos públicos no setor (TAVARES, 2018; CARRARA e BARROS, 2020).

Essa comunicação com os governos pós-88 em um primeiro momento era precária, pois havia falta de informação e convergência do próprio setor sobre a orientação que seguiriam sobre determinados temas; em virtude disso, a FPA foi reestruturada de uma forma que os parlamentares da bancada ruralista, pudessem ser informados sobre as orientações que deveriam seguir; além disso, seriam nutridos com informações técnicas, por meio de pesquisas científicas sobre o da produção rural, para embasar seus argumentos (TAVARES, 2018).

Ainda no terceiro capítulo, identifico as organizações que são responsáveis por financiar essa estrutura, assim como os partidos políticos dos parlamentares filiados à FPA. Após isso, e

já no contexto da Comissão Parlamentar da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR),

A escolha das proposições se deu a partir de dois critérios: tempo e antagonismo. Precisávamos decidir com quais informações trabalharíamos no prazo que tínhamos e, por isso, foram escolhidos dois tipos de propostas legislativas: as que foram aprovadas pela comissão e; as que foram rejeitadas. O antagonismo serve para compararmos as duas formas de decisão e os temas predominantes em cada categoria.

Quanto às análises, estas se concentraram em apresentar uma descrição sobre os pontos de pressão nos quais a FPA interfere, ou seja, analisamos a relação entre atores políticos de decisão da comissão em questão e a frente, em relação a proposições que esta possui interesse.

Em busca de melhor identificar quem são os atores políticos com poder de decisão, filiados à FPA, apresentamos duas Tabelas com dados da Câmara dos Deputados (CD) sobre a declaração profissional desses parlamentares, para sabermos se a maioria deles se considera produtor rural, ou se, de alguma forma declararam que exercem profissões que tem relação com o setor da produção rural; tudo isso numa tentativa de observar um perfil dos parlamentares da FPA. A primeira tabela engloba o período de 1940 a 1999 e a segunda tabela apresenta um recorte temporal que se inicia em 1991 e vai até 2019.

Baseados nesses dados, apresentamos um quarto gráfico com a participação relativa dos segmentos profissionais dos deputados federais. Esses dados foram retirados dos arquivos da própria Câmara dos Deputados, todavia, como são dados informados pelos próprios deputados, eles podem apresentar inconsistências. A razão disso é que a declaração profissional dos parlamentares é um ato político, pois muitas vezes têm relação com a categoria com a qual eles querem estreitar ou fortalecer suas relações políticas.

Uma opção para diminuir estas inconsistências, seria obter todas as declarações de bens de todos os candidatos eleitos, para verificar se são de fato produtores rurais. Um trabalho que pode ser feito para as legislaturas mais recentes, porém para as mais antigas não há como fazer isso, devido à ausência de meios para tal. Dessa forma, optamos pelos dados que já existiam e que podíamos ter acesso mais facilmente.

Tendo em vista a mitigação dessas inconsistências, passamos a cruzar esses dados com os dados referentes à bancada, por região geográfica. Nosso objetivo com isso foi verificar se encontrávamos alguma relação entre regiões produtoras e a bancada ruralista. Os dados empíricos demonstraram que as principais regiões produtoras, na atualidade, são o Nordeste e o Centro-oeste, sendo a primeira a maior região entre as duas. Todavia, mesmo sendo o Nordeste a região com maior produção rural, os dados dos parlamentares não mostram que os

políticos nordestinos sejam os principais líderes políticos da bancada ruralista, nem que sejam os principais representantes-administradores da FPA, que desde a sua reestruturação, é administrada por lideranças políticas do Centro-Oeste.

Assim sendo, passamos à verificação da bancada ruralista por partido político. Verificamos que há uma predominância de partidos considerados de direita ou de centro-direita, de acordo com o espectro ideológico¹. Nas seis legislaturas por nós analisadas percebemos que a quantidade de partidos aumentou, entretanto, a bancada sempre teve nas lideranças de direita, principalmente, seus mais importantes representantes. Partidos como PMDB e PFL aos poucos foram dando lugar a outras siglas, como DEM, Patriota, Republicanos e Podemos. Mas, mesmo com essa variedade multipartidária, a heterogeneidade da bancada, em termos de diretrizes, se mantém constante.

Desse modo, a pulverização partidária que se verificou, pode ser apenas uma consequência do sistema partidário nacional. Entretanto, foi necessário fazer essa verificação, pois algumas pesquisas científicas apresentaram hipóteses de que parlamentares em busca de maior visibilidade e recursos, migrariam para partidos maiores e tentavam se aproximar da bancada ruralista por meio da FPA, para consolidar um discurso com as entidades de representação dos ruralistas, tendo em vista, maiores chances nas suas reeleições.

Como se pôde perceber, no segundo capítulo trato de questões específicas da bancada ruralista, entendendo esta como sendo formada por parlamentares que frequentemente endossam as pautas e os anseios do setor do agronegócio, para si. Ao final deste capítulo me propus, ainda, a analisar algumas estratégias políticas deste setor e o posicionamento deste com relação temas específicos, como demarcação de terras indígenas e quilombolas, proteção ao meio ambiente, uso de defensivos agrícolas e uso de transgênicos.

O terceiro capítulo tem como objetivo aprofundar as análises da ação política do agronegócio e os debates acerca da FPA e sua natureza. Mas, antes disso, no início do capítulo, fazemos uma discussão sobre o sistema político brasileiro e os elementos que o caracterizam. Esse debate foi inserido no estudo por achar importante ao leitor o entendimento do contexto institucional onde está inserida a FPA. Além disso, outro motivo embasou esta inserção, que foi a utilização de algumas variáveis que demandam explicação sobre o porquê de terem sido utilizadas, como por exemplo, a institucionalização das comissões parlamentares, os atores políticos e suas competências em relação à tramitação de proposições, o poder terminativo das comissões e etc.

¹ Quanto ao posicionamento partidário no eixo esquerda-centro-direita, foi adotada a classificação realizada nos estudos dos sistemas partidários que foi consolidada por Coppedge (apud INÁCIO, 2006).

Feito isso, entro na análise sobre a Frente Parlamentar da Agropecuária. Partindo de uma perspectiva institucional, apresento como o Congresso Nacional conceitua as frentes parlamentares, este conceito está inserido com a devida referência à CD, e não explica muito sobre o fenômeno das frentes. É um conceito muito amplo e genérico e que não reconhece a participação de grupos organizados da sociedade civil dentro das frentes. A partir disso, há uma revisão da literatura que discuti o tema. Essa discussão foi necessária para demonstrar que o tema, além de ter relevância, é um tema complexo que prescindi de maiores análises. A complexidade está na discussão sobre a origem das frentes, a atuação das frentes e a abrangência dessas atuações.

De acordo com o formato de realização da pesquisa, o nosso ponto de partida foram teorias mais amplas sobre as frentes parlamentares, para no decorrer da pesquisa chegarmos ao caso da FPA. Mesmo sobre a FPA, ainda existem poucos trabalhos acadêmicos na área da ciência política sobre o tema. A maioria das pesquisas científicas são de outras áreas das ciências humanas, como geografia, história, economia e sociologia e poucas sob a perspectiva da ciência política.

Os dados demonstram que a FPA é suprida de informações pelo Instituto Pensar Agropecuária (IPA), uma instituição mantida por entidades ligadas ao patronato rural, sociedade civil organizada e até mesmo entidades, cuja origem e natureza dão continuidade à tradição brasileira corporativista. Isso fica bem visível no momento que identifiquei estas entidades como patrocinadoras do IPA, no item 4.6.1 do trabalho.

Diante disso, foi necessário apresentar as vertentes teóricas que dão suporte teórico às análises do Congresso Nacional, quais sejam: teorias distributivista, partidária e informacional. Das nossas análises vimos que o IPA representa uma quebra na hegemonia do Poder Executivo sobre o controle da informação uma vez que com o IPA o governo deixa de ser a única fonte de informação sobre políticas públicas para o setor rural.

Da mesma forma que foi feito com a bancada ruralista, também identificamos os partidos políticos que estão representados na FPA e os partidos dos parlamentares que realmente controlam a entidade. Essa informação é importante, pois nem todos os parlamentares que estão na lista de integrantes da FPA estão vinculados à bancada ruralista; não votam de acordo com as orientações e diretrizes da bancada ruralista. Ou seja, há uma diferença a ser destacada.

Ainda no terceiro capítulo, no subitem 3.9, a partir de dados retirados de fontes secundárias, confirmados no próprio site da FPA e do IPA, criamos uma tabela com os principais temas de enfoque com os quais a FPA trabalha, no sentido de propor projetos de

normas jurídicas, que vão de encontro aos interesses de grupos sociais considerados progressistas, que defendem pautas como: demarcação de terras indígenas, proteção ambiental, contra agrotóxicos e transgênicos, entre outros; como também, propostas que vão ao encontro dos interesses do setor agropecuarista e agrícola. As informações contidas nesta tabela foram cruzadas com as informações que obtivemos nos relatórios anuais de atividades da Comissão Parlamentar de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, desde o período em que ela era nomeada de Comissão Parlamentar de Desenvolvimento Rural. Nesses relatórios estão presentes todas as proposições que tramitaram na comissão anualmente. Analisamos os dados que estavam contidos nesses relatórios e decidimos por uma melhor forma de organizá-los de modo que se tornassem informações úteis à pesquisa.

Dessa forma, os dados foram separados em duas categorias opostas e dispostas em categorias conforme a natureza das proposições, com base na tabela de temas de interesse da FPA e a orientação da bancada ruralista sobre temas específicos que foi apresentado no final do segundo capítulo. As tabelas (VI, VII, VIII e IX) foram construídas a partir da análise dos relatórios e atividades anuais da CAPDR; os períodos em questão foram escolhidos recortados a partir dos relatórios anuais que os arquivos do site da câmara dos deputados disponibilizam, no momento da pesquisa.

Vimos que a FPA foi reestruturada a partir dos anos 2000 e sua formalização como frente parlamentar se deu em 2011. Portanto, para os anos anteriores a essa data não há nenhuma manifestação oficial da bancada ruralista sobre as proposições que nela correram. Dessa forma, o que fizemos foi dividir as proposições em dois blocos (aprovadas e rejeitadas), depois analisamos os temas de cada proposição desses grupos baseados nos dados do Quadro 7; a partir disso, para os quadros que englobam os anos de 1995, 1996 e 1997, observamos os autores da propostas, os partidos dos autores da propostas, os relatores das propostas e os partidos dos relatores das propostas.

Nas tabelas referentes aos períodos de 2004, 2005, 2006 e 2007 observamos os mesmos elementos do período acima, entretanto, baseando-se na literatura sobre a FPA, procuramos identificar se os autores e relatores poderiam ser identificados como membros dessa frente parlamentar.

Essa identificação foi feita com base nos relatórios do Departamento Intersindical de Acessória Parlamentar (DIAP), que são lançados a cada início de legislaturas. Esses relatórios também nos serviram de base para a produção das tabelas IV, V e Gráficos V.

Baseados nisso, ao observamos que uma proposição desses dois grupos fazia referência aos temas de interesse dos ruralistas; se o autor da proposta tinha origem social com

relacionamentos com o setor; se o seu partido político, conforme o espectro ideológico, estava mais para o centro-direita e direita; isso nos indicou que havia uma probabilidade muito grande de a bancada e depois a FPA se movimentar.

Quanto ao posicionamento político (convergente, convergente-com-ressalvas, divergente e divergente-com-ressalvas) este foi baseado no voto dos relatores das proposições; fizemos o mesmo exercício de identificá-lo com bancada ruralista e depois com a FPA; observamos o seu partido e a postura no seu voto. Partindo desse exercício podemos apresentar a orientação dos ruralistas sobre as proposições em tramitação.

Por último, nas considerações finais foram apresentados os resultados da pesquisa e a resposta que melhor se enquadrou em conformidade com as evidências empíricas que foram colhidas nessa pesquisa.

II **MODELOS DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSE: TEORIAS PLURALISTAS E CORPORATIVISTAS DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES.**

2.1 INTRODUÇÃO

Em um contexto geral o Brasil é hoje um país com um modelo de representação política que pode ser considerado um modelo híbrido, pois tanto o corporativismo quanto o modelo pluralista estão presentes e sendo usados como meios, por entidades, para manter relações com as instituições de decisão política.

O modelo de representação política baseado no corporativismo tem uma trajetória mais longa no Brasil, isso em decorrência da forma como ele foi gestacionado aqui. Entretanto, o modelo pluralista vem se tornando cada vez mais predominante, isso pode ser legado à próprio sistema democrático e a estabilização de suas instituições ao longo da nossa história recente, que mesmo em tempos de crise, não apresenta sinais de que será rompido.

Diferentemente do que ocorreu no desenvolvimento do pluralismo nos EUA, aqui no Brasil, ele somente pôde se desenvolver em decorrência do corporativismo e estando dentro de um contexto democrático. Isso se deu dessa forma porque, no caso do setor ruralista, o seu nascimento aconteceu após o desenvolvimento do próprio setor nos governos autoritários, nos quais o Estado era quem dirigia os sindicatos e impunham não apenas isso, como também a ideologia nacionalista.

Dessa forma, os grupos de interesse e de pressão de cunho ruralista se desenvolveram no Brasil na esteira dos governos autoritários, mas, com a mudança de regime político o setor teve que iniciar um processo de adaptação às instituições democráticas, e para isso, concorreram entre si outros ramos do agronegócio que estavam despontando à época, como é o caso da agroindústria e o agrosserviços (MENDOÇA, 2005).

Esses novos atores passaram a tratar a produção agrícola e agropecuarista brasileira tendo em vista o mercado internacional; isso levou a uma disputa pela representatividade desse ramo econômico entre as forma corporativistas, que permaneceram existindo, como é o caso da Confederação Nacional da Agropecuária (CNA) e, esses novos grupos de interesse que estavam se desenvolvendo. Partindo da premissa de que o setor precisava se modernizar grupos de interesse e de pressão, principalmente relacionados com a agroindústria, moldaram suas estratégias políticas copiando o modelo dos grupos de pressão ruralistas dos Estados Unidos da América (TAVARES, 2018).

O fenômeno político é diferente do fenômeno econômico. Entretanto, ambos caminham lado a lado quando nos referimos à bancada ruralista e a Frente Parlamentar da Agropecuária.

Demonstramos nesse capítulo, a importância que este setor econômico possui no controle da inflação da cesta básica, no controle da balança comercial brasileira e no que diz respeito à produção de superávit primário pelo Estado, o que são elementos que demonstram a grande capacidade da produção agrícola e pecuarista do Brasil. Tendo isso em vista, nosso objetivo neste capítulo é responder quais são os elementos que induziram desenvolvimento econômico do setor rural, que lhes possibilitou poder de barganha junto ao poder público?

Todavia, os produtores rurais sabem da sua capacidade econômica, e por isso, cobram o preço que acham devido para manter esses fatores econômicos à serviço da economia nacional. Isso é apresentado na dissertação como poder de barganha; esse poder de barganha se refere ao trato ou às negociações que o setor, que pode ser conceituado um grupo de pressão, pois atua dentro das esferas institucionais.

A primeira análise que fizemos foi a de tentar entender o que é o agronegócio identificar os mecanismos e elementos que o fizeram se tornar essa força econômica; o que fez com que o setor extrapolasse a mera produção no meio rural para se tornar uma área extremamente desenvolvida em termos técnicos e que pode ser vista como uma cadeia produtiva, desenvolvida e estratificada que, suplantou a antiga e velha imagem do fazendeiro.

Diante disso, o que fizemos neste primeiro capítulo foi apresentar os principais modelos de representação de interesses que são usados pelos grupos de pressão ruralistas aqui no Brasil. Iniciamos a nossa análise de forma ampla até que chegamos ao caso do Brasil e suas idiossincrasias com relação à ação política dos grupos de interesse e de pressão.

Como grupo de pressão, o setor ruralista brasileiro investe em representação política (direta e indireta), e isso é necessário, pois, para que haja a manutenção de investimentos estatais deve-se ter meios para se disputar os recursos escassos que as esferas de poder administram e distribuem. É por isso que consideramos os ruralistas um grupo de pressão. Como grupo de pressão possui diretrizes estratificadas, em ordem de importância, que servem de parâmetro para que os políticos, com os quais o grupo se identifica, possam manter um comportamento político condizente com os interesses do setor, entre grandes e médios produtores rurais.

A dinâmica do setor do agronegócio não pode ser desconsiderada neste trabalho, que trata de uma análise política, pois se trata de um setor econômico que conseguiu organizar um modelo de representação política que extrapolou o próprio modelo corporativo, o lobista e o de advocacy, apresentando uma versão mais complexa que demanda maiores estudos. Trata-se de um modelo que foi construído e produzido, ao longo do tempo, que pode ser eficaz para o setor

mas, ao mesmo tempo, pode ser muito perigoso para os valores deontológicos da democracia, tal como a definição expressa por Dahl (1956).

2.2 O DESENVOLVIMENTO DA TEORIA DO PLURALISMO POLÍTICO E DOS GRUPOS DE PRESSÃO

A Teoria dos Grupos de Pressão nasce em um contexto em que, os temas sobre política eram estudados do ponto de vista de abordagens jurídico-filosófica, ou seja, com pouco ou nenhum conteúdo empírico ou descritivo em suas análises. Dessa forma, nasce como uma resposta a essas tendências, exacerbando o seu conteúdo empírico, descritivo e comportamental sobre grupos sociais, que atuam politicamente sobre as instituições de Estado.

Portanto, nasce como uma abordagem teórica que busca explicar um sistema de representação de interesses, em um contexto onde há uma percepção de um desequilíbrio na administração pública. Percepção essa decorrente das várias crises econômicas e políticas ocorridas entre a Guerra Civil Norte-Americana, I Grande Guerra Mundial e a Grande Depressão de 1920 e que se tornaram crises cíclicas do sistema capitalista. (MUSSI, 2012).

Diante disso, a Teoria dos Grupos de Pressão, como modelo teórico que tenta explicar um sistema de representação política, desponta simultaneamente ao processo de institucionalização da Ciência Política nos Estados Unidos da América (EUA), para suprir a ausência de respostas quanto aos fatores explicativos para tais crises, coisa que o modelo liberal conservador, já não dava mais conta de responder.

Contudo, para Löwi (1969 apud MUSSI, 2012), o realismo teórico apresenta três problemas fundamentais, que demonstraram que a crise era muito mais ampla do que apenas um problema de ausência de análise empírica. Dessa forma, o autor afirma que além da carência de cientificidade, questões como o quê influenciaria as políticas públicas do governo e quais os critérios para se julgar tal fenômeno, também estavam sem respostas (LÖWI, 1969 apud MUSSI, 2012, p.226).

Nesse quadro de descrédito do liberalismo conservador, causado por crises atrás de crises, cresce a importância da gestão administrativa privada, com isso, a hipótese refutada pelo pluralismo será a de que: Para atender às necessidades de uma estrutura corporativa, fruto de um processo de industrialização, organizou-se uma administração pública baseada em uma gestão privada da mesma. Essa gestão administrativa privada desenvolveu uma estrutura baseada em cargos de gestão, criados para regular a competição política entre as corporações, nos seus respectivos setores de produção.

Entretanto, constatou-se que isto estava gerando uma instabilidade política na esfera da administração pública em decorrência da ingerência de grupos de interesses que, quando passavam atuar na esfera pública, convertiam-se em grupos de pressão, pressionando as instituições de Estado em virtude de seus interesses; todavia, por mais que, o processo de industrialização tivesse proporcionado o surgimento de um pluralismo de corporações, esses grupos se relacionavam desigualmente com o Estado, e decorreria daí a instabilidade do sistema, dessas assimetrias (MUSSI, 2012, p.230).

Para Löwi (1969 apud MUSSI, 2012), o modelo pluralista da sociedade era confirmado pelo fenômeno que ocorria na administração pública, pois, este possibilitava a assimilação dos interesses dos grupos pela esfera pública, haja vista que, forneceria a cada uma das questões básicas das corporações, um núcleo institucional onde ocorreria a competição pela hegemonia sobre os recursos.

Dessa forma, com a competição e com a reprodução dessas corporações privadas haveria a neutralização dessas questões, mas sem lhes dá uma resolução. Dito de outra forma, o equilíbrio seria alcançado com essa disputa. Ou seja, para o autor, administração pública serviria como uma amostra para se observar os grupos de interesse agindo (LÖWI, 1969 apud MUSSI, 2012, p.230).

Portanto, a abordagem pluralista representou uma ruptura com o paradigma do formalismo jurídico, pois, gerou uma percepção do fenômeno social da competição entre grupos, que ao disputarem os recursos, poderiam causar uma instabilidade no sistema político se não houvesse uma gestão racional deste conflito, que deveria ser realizada pelo Estado, pois, essa competição não ocorreria em condições de paridade entre os grupos. (SHCATTSCHNEIDER, 1975, p.65 apud MUSSI, 212, p. 239).

Podemos perceber a tendência à ruptura com o paradigma teórico anterior, através da formulação de Bentley (1908) sobre a Teoria dos Grupos de Pressão, para o qual, a ação de grupos de pressão sobre as instituições políticas, pode ser considerada uma “atividade social”. Essa atividade social serviria como fator explicativo para aprovação ou não aprovação de proposições legislativas no Congresso Norte Americano. O autor argumenta com a sua teoria que as instituições políticas agem ou reagem à ação de grupos de pressão, que existem para defender interesses específicos.

Essa abordagem considera que o Estado-Nação é formado por grupos de indivíduos, e que tais grupos representam uma parcela da sociedade, pois seriam uma quantidade de cidadãos com interesses por eles representados. O autor não se importa com o que origina o grupo de

individuas e o interesse, isto é, se é o interesse que produz o grupo ou se é o grupo que produz o interesse; ele considera que não existe grupo de pressão sem interesse.

Para Bentley (1908), o estudo do fenômeno político é, essencialmente, o estudo da atividade de grupos de homens em busca de efetivar seus interesses; e a importância desse estudo estaria no fato em si, isto é, no fato de tais grupos existirem e atuarem na realidade política da Nação. O autor enfatiza a premissa de que os grupos não estão afastados uns dos outros; em outras palavras, eles coexistem no mesmo território, possibilitando que os indivíduos possam pertencer a mais de um grupo ao mesmo tempo, mesmo que esses grupos sejam conflitantes.

Importa destacar que a principal característica de um grupo de pressão é a sua ação política na defesa das pautas pelas quais se propôs atuar e não na sua visualização como uma “massa física” e homogênea. Isso nos diz que, para identificar um grupo de pressão atuante politicamente na sociedade e diferenciá-lo de outros grupos, temos que observar a sua capacidade de mobilização política.

Como a principal característica dos grupos de pressão a ser observada é a sua capacidade de mobilização em torno de suas pautas, a questão da homogeneidade e da filiação dos indivíduos a apenas um grupo fica, a priori, suspensa, portanto, daí decorre que indivíduos possam fazer parte de mais de um grupo de interesse ao mesmo tempo (BAUMGARTNER; LEECH, 1998).

Truman (1951) resgata os argumentos do pluralismo político quando segue os seus princípios, ao afirmar que os grupos de pressão são o resultado do processo de “complexificação das sociedades”, dado que, quanto mais complexas as sociedades, mais necessidades específicas surgiriam. Consequentemente, os grupos sociais/facções, exerceriam a função de auxiliar na satisfação dessas necessidades.

Os grupos serviriam, também, de mecanismos limitadores das ações individuais, pois, pela competição entre eles, os objetivos individuais dispersos no tecido social das sociedades complexas, sofreriam com a pressão um dos outros e, por isso, o impacto das ações desses grupos sobre as instituições da administração pública é “amortecido”, efeito causado pela competição entre eles, com isso, os princípios gerais que regem as Nações Democráticas, permaneceriam estáveis e, dessa forma, essas instituições não estariam passíveis de serem cooptadas por um único grupo, segundo Truman (1951).

Truman (1951) denominou a característica, acima mencionada, de: o conceito de equilíbrio das forças políticas, que consiste no fato de que, em um dado contexto, onde não existissem proibições à liberdade de associação em grupos, no momento em que tais grupos

percebessem que seus interesses poderiam estar sendo ameaçados, mobilizar-se-iam para defendê-los. Com isso, outros grupos também reagiriam com uma contra mobilização gerando um choque de forças sociais, equilibrando todo o sistema. Entretanto, antes de qualquer ação de qualquer grupo, cada um deles considerará os interesses sociais como um todo, e é a partir desta consideração que se produziria o equilíbrio.

Em síntese, Truman (1951) conclui que as sociedades complexas são o resultado da interação dos diversos grupos que as compõem; que essa interação representaria uma ordem lógica que se desenvolveria e desembocaria em relações sociais, tornando as sociedades cada vez mais complexas; o que seria uma tendência natural das sociedades humanas. Assim sendo, na teoria de Truman (1951), uma sociedade pluralista é a consequência dessas interações entre os grupos, na medida em que, o corpo social é formado por diversas dessas interações, cada um defendendo o seu interesse específico.

Sobre o pluralismo político, Dahal (1961) apresenta um paradigma quanto à questão da disputa pelo poder entre grupos diversos, no estudo *Who Governs? Democracy and Power in a American City* no qual demonstra que, em uma determinada cidade dos Estados Unidos (EUA), transformações sociais e econômicas fizeram com que os cargos de decisão das instâncias políticas municipais, deixassem de ser conquistados apenas por representantes de famílias oligárquicas para serem disputados entre diferentes elites políticas, não necessariamente ligadas a famílias tradicionais. Com essa constatação o autor concluiu que houve uma transformação social, ou seja, aquela cidade passara de um modo de representação oligárquico para um modelo de representação pluralista (DAHALL, 1961).

O pressuposto que caracteriza as abordagens teóricas tradicionais de grupos é a concepção de que eles são fenômenos naturais em sociedades complexas. E que grupos são a reunião de indivíduos com interesses comuns, que decidem se organizar em associações, para que estas representem seus interesses. Dito de outra forma, grupos seriam um amontoado de pessoas, cada uma com interesses individuais, mas que, por serem interesses semelhantes, possibilitam o relacionamento entre eles (OLSON, 2015, p. 28).

Em geral, teorias sociológicas definem grupos de pressão como sendo, organizações que são formalmente criadas e por isso, passam a ter uma identidade própria que as distingue de outros grupos. Podem ser constituídos por indivíduos e/ou por diversas organizações menores, no entanto, sua estrutura organizacional é composta por seus próprios integrantes, que exercem tais atividades internas voluntariamente. A partir do momento que passam a tentar influenciar nas decisões governamentais, tornam-se grupos de pressão (KNOKE, 1986, p.2 apud BAUMGARTNER; LEECH, 1998, p.47).

Destacam-se, também, perspectivas teóricas que conceituam grupos de interesse a partir do conceito de interesse. Segundo Baumgartner e Leech (1988), essas abordagens apresentam conceitos muito abstratos, com isso, acabaram por se tornarem barreiras para a acumulação de conhecimento na área de pesquisas sobre grupos de pressão (BAUMGARTNER; LEECH, 1998, p.72). No entanto, de acordo com essas abordagens, o interesse, somente poderia ser conceitualizado a partir de uma proposição política que esteja relacionada a algum tema sobre qual o(s) grupo(s) decida(am) se movimentar, em prol de torná-la uma política pública ou para impedir que se torne uma (BAUMGARTNER; LEECH, 1998, p.46).

Dos argumentos de Baumgartner e Leech (1998) depreende-se que o interesse só pode ser conceitualizado mediante a existência de uma política pública, isto porquê, existiriam interesses que iriam além das atribuições de valor de mercado. Geralmente são pautas que atingem certos grupos bem específicos, como grupos religiosos, grupos ambientalistas, minorias e etc. Com isso, as abordagens que conceituam os grupos a partir do interesse devem analisá-los dentro de um contexto político, uma vez que, os mecanismos de ligação desses grupos com a sua ação política são as políticas públicas (HEINZ, 1993, p. 24-25 apud BAUMGARTNER; LEECH, 1998, p.46).

As correntes teóricas tradicionais do individualismo metodológico, por sua vez, defendem que os grupos de interesse consistem em: relações instáveis entre indivíduos, que ao realizarem a ação política se identificariam uns com os outros, o que possibilitaria que essas relações perdurassem por um período de tempo prolongado, o tempo necessário para a realização dos objetivos individuais (BAUMGARTNER; LEECH, 1998, p.48). Essas abordagens não consideram a estrutura formal dos grupos, como características essenciais para que eles possam ser definidos como tais. Entretanto, argumentam que eles devem possuir um mínimo de organização, para que, seus líderes-representantes possam ser identificados como membros diferentes dos seus membros comuns (UHLANER, 1989, p. 396 apud BAUMGARTNER; LEECH, 1998, p.48).

O conceito de grupos de interesse de Turner (1982) diz que eles consistiriam em: “(...) *grupos sociais formados por dois ou mais indivíduos que compartilham entre si, uma identificação comum, ou que se percebem membros de uma mesma classe social (..)*” (TURNER, 1982, p. 15 apud BAUMGARTNER; LEECH, 1998, p.49).

Quanto a essas abordagens (individualistas, comportamentalista, sociológica, economista, institucionalista e etc.) sobre grupos de pressão, Baumgartner e Leech (1998), consideram-nas problemáticas, pois os conceitos que apresentam são demasiadamente abstratos e além disso, não dialogam umas com as outras, o que dificultaria as análises empíricas. Para

os autores, a ausência dessas análises empíricas provoca uma carência de fatores explicativos sobre os processos que permitem ou inviabilizam a formação de grupos.

Importa destacar que no Brasil, o modelo pluralista de representação de interesses tem sido usado como abordagem teórica por pesquisadores, que em decorrência das críticas de carência empíricas das análises e a abstração dos conceitos de influência e sucesso, têm utilizado o estudo de casos de grupos específicos, com a identificação de variáveis específicas para grupos de interesses específicos, objetos de análise dos pesquisadores como forma de resolver a questão da empiria e da abstração dos conceitos acima informados (SANTOS, 2014; MANCUSO, 2004).

Diante desses problemas, Olson (2015) se afastará dessas vertentes para analisar os grupos sociais a partir dos problemas internos de coordenação coletiva, enfrentados por eles. O pressuposto de que indivíduos racionais se aliarão a um grupo de pessoas por terem interesses semelhantes aos seus, não é uma resposta plausível para explicar a criação de grupos segundo o pesquisador.

Segundo Olson, os grupos enfrentam dilemas sociais ao coordenarem suas ações coletivas e, sendo assim, quando um grupo médio de indivíduos racionais almeja agir coletivamente, as únicas formas de fazê-los agir em prol dos interesses coletivos são: ou usando a estratégia de punição, por meio, de uma autoridade com legitimidade para coagi-los a agirem coletivamente, ou usando a estratégia da maximização do bem-estar dos integrantes do grupo, realizando premiações aos que atuarem para favorecerem os interesses coletivos (OLSON, 2015, p.15).

De acordo com Olson (2015), as análises devem levar em consideração o tamanho do grupo, pois em ambas as formas de encarar o dilema social, o tamanho do grupo faz diferença porque a coação exercida deverá ser suficiente para atingir todos os membros do grupo, mesmo que seja um grupo grande ou pequeno. E, no caso da estratégia de recompensas, deve trazer bem-estar ao maior número possível dos seus membros.

Além disso, Olson (2015) é o primeiro a perceber que há uma linha tênue entre a realização dos interesses dos membros do grupo e os interesses do grupo, porque as pessoas não tendem a desistir dos seus interesses individuais e nem se pode deixar de realizar os interesses do grupo, que corre risco de deixar de existir. Dessa forma, o ponto de partida da teoria olsoniana é o propósito para o qual a organização foi criada, o seu objetivo.

Partindo dessa abordagem, devemos considerar que todo e qualquer grupo social funciona com base em dois princípios fundamentais: I) a busca de benefícios coletivos que devido a sua natureza atinjam todos os membros do grupo e II) o problema dos membros do

grupo não terem interesse comum em arcar com os custos comuns para alcançar os benefícios coletivos (OLSON, 2015, p. 33).

Esses princípios acarretam dois possíveis cenários quanto aos benefícios coletivos adquiridos pelos grupos sociais, o primeiro é que, em se tratando de grupos grandes, é pouco provável que consigam algum tipo de benefício coletivo; o segundo diz respeito à tendência dos grupos pequenos em conseguir benefícios abaixo do padrão de satisfação plena de todos os membros do grupo, pois, serão divididos em partes possíveis para todos os seus membros, proporcionando benefícios subótimos. Esses dois cenários demonstram que para Olson (2015, p.40), a formação de grupos sociais não é algo natural-espontâneo nas sociedades.

No modelo teórico de Olson (2015), há dois problemas para serem analisados: a) a relação entre quantidade de membros e organização das ações e b) a quantidade de benefícios que cada componente do grupo receberá para agir coordenadamente com o grupo social. Diante disso, o autor defende a tese de que a existência do grupo social está condicionada à divisão proporcional dos custos adicionais, que deve ocorrer na mesma proporção da distribuição dos benefícios, pois só assim, cada indivíduo do grupo terá a perspectiva de que os custos e os benefícios individuais se igualam; que, suprindo essa condição, haver-se-ia a manutenção das transações do grupo e, com isso, chegar-se-ia em dado momento no ponto ótimo de benefícios coletivos; que caso contrário, não suprindo essa condição, os indivíduos racionais interromperiam suas contribuições para o interesse coletivo, ou seja, não haveria coordenação de ações coletivas (OLSON, 2015, p.43).

Daí decorre o conceito olsoniano de grupos de indivíduos: “(...) organizações que praticam ações para auferir os interesses dos seus membros e os seus próprios, agindo em seu nome e em nome daqueles” (OSLON, 2015, p. 17).

De acordo com a revisão da literatura aqui apresentada podemos perceber a existência de diferentes abordagens teóricas que foram criadas para explicar a formação dos grupos de pressão. Que tais abordagens podem-se dividir em, pelo menos, três grupos. Mussi (2012) divide as abordagens pluralistas em três vertentes: 1) Progressive Era; 2) Behavioralist Era e 3) Pós- Behavioralist Era. Seguindo essa categorização, as abordagens estariam dispostas conforme síntese no Quadro 1, a seguir.

QUADRO 1- Tipos de Abordagens Pluralistas

<i>PROGRESSIVE ERA</i>	<i>BEHAVIORALIST ERA</i>	<i>PÓS- BEHAVIORALIST ERA</i>
Romperam com as abordagens jurídico-filosóficas. Almejaram conciliar uma teoria da ação com um programa político de implantação de políticas públicas com o apoio popular. Os grupos eram vistos como porções da Nação que tinham a função de fortalecer o elo da sociedade com as instituições.	Coincidiu com a revolução comportamentalista. Afastou a ciência política das questões partidárias. Tentou neutralizar as tendências ideológicas entre os cidadãos com relação ao Estado de forma racional. Exacerbou o uso de métodos empíricos com o objetivo de explicar o fenômeno políticos por meio de unidades observáveis.	Rompe com a hegemonia comportamentalista. Levam e consideração, também, as instituições como fatores explicativos que reduzem a incerteza das estratégias dos atores políticos. Não estão preocupadas em apenas descrever as instituições já existentes, mas também, em como democratizar mais as instituições, dessa forma, coloca em xeque a neutralidades da ciência política.

Fonte: Elaboração do autor, baseada no artigo de MUSSI, Daniela. Pluralismo: origens de uma teoria para tempos de crise.²

As três abordagens teóricas do pluralismo político são consequências da tentativa de resolução dos problemas que as teorias antecessoras não conseguiriam responder. Dessa forma, como respostas sobre a formação de grupos de pressão que uma perspectiva não dava conta de responder, a abordagem seguinte vinha com uma proposta totalmente diferente da anterior, esses são os casos das duas primeiras proposições, as da *Progressive Era* e a da *Behavioralist Era*. Enquanto a primeira correlacionava os grupos como responsáveis por fortalecer os elos sociais por meio das instituições, a segunda passou a considerar o individualismo racional e usou métodos científicos empíricos- indutivos para fortalecer as suas hipóteses. Como sínteses das dessas duas abordagens anteriores, o *pós-Behavioralist*, foi um período no qual passou a considerar tanto as instituições quanto o comportamento dos atores políticos (MUSSI, 2012).

Dentro da terceira tendência do pluralismo político está a abordagem de Salisbury (1975), para o qual grupos de pressão são fenômenos de articulação de interesses que podem ser analisados de quatro maneiras diferentes: *inputs*; *outputs*; *authoritative decision makers* ou como organizações (SALISBURY, 1975 apud SANTOS, 211, p.26).

Ao considerar os grupos de pressão *inputs* entende-se que a principal característica deles é a de levar ao conhecimento dos atores de decisão as suas demandas específicas. Portanto, quando um grupo de interesse consegue agir para reivindicar a realização de uma de suas necessidades, via aplicação de recursos do poder público, eles podem ser considerados unidades de *inputs*.

² MUSSI, Daniela. Pluralismo: origens de uma teoria para tempos de crise. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais (UNESP. Araraquara. Impreso), v. 42, p. 225-241, 2012.

O enfoque que considera grupos de pressão como *outputs*, os põem como o resultado de características sociais, econômicas e políticas de cada país. Dessa forma, os grupos seriam consequências desses fatores e, por isso, a origem dos grupos estará sempre condicionada ao contexto no qual estão inseridos.

O terceiro enfoque (*authoritative decision makers*) é o que ressalta se os grupos de pressão têm poder de decisão dentro do processo político e esse enfoque ocorre quando os grupos conseguem nomear para cargos a órgãos do governo membros seus.

A última perspectiva é a que considera os grupos de pressão como organizações. Argumenta-se que em um contexto pluralista onde existem vários grupos de pressão disputando os mesmos recursos, os grupos devem ser tratados como uma organização distinta do todo, uma vez que o todo é constituído por uma grande quantidade de organizações, cada uma com seus interesses específicos.

2.3 O DESENVOLVIMENTO DO CORPORATIVISMO COMO MODELO DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES

O corporativismo é um modelo de representação de interesses diferente do pluralismo político, pois nele o Estado tem profunda ingerência sobre os grupos que participam dessa relação. Para Sani (1991), o corporativismo é:

uma doutrina que propugna a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações). Propõem graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou a neutralização dos elementos de conflitos: a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano público. (SANI, 1991, p. 287).

Viscardi (2018), em ensaio historiográfico acerca do corporativismo e o neocorporativismo, esclarece que a existência de uma entidade formada por uma categoria profissional não garante o enquadramento desta dentro do conceito de corporativismo, pois, para isso, é necessário que a entidade participe dos processos decisórios políticos, como representante da sua respectiva categoria. Isto posto, o conceito apresentado por ela é o de Philippe Schmitter, para o qual corporativismo é:

O corporativismo pode ser definido como um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas em um número limitado de categorias singulares, compulsórias, não competitivas, hierarquicamente organizadas e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas e licenciadas (quando não criadas) pelo Estado, às quais é concedido o monopólio da representação dentro da sua respectiva categoria em troca da observância de certos controles na seleção de seus líderes e na articulação de demandas e apoio. (SCHMITTER, 1974, p.43-44 apud VISCARDI, 2018, p.246).

Existem alguns elementos comuns à maioria das análises sobre corporativismo. Geralmente, os pesquisadores consideram que o seu desenvolvimento se deu no bojo da revolução Industrial, e pode estar correlacionado com governos autoritários.

Sobre isso, Viscardi³ afirma que: “(...) Governos autoritários impõem o corporativismo como sistema de representação de interesses, mas, nem todos os corporativismos tem origem em governos autoritários” (VISCARDI, 2018, p.2470). Isso quer dizer que podem existir sistemas de representação de interesses corporativistas em regimes liberais democráticos.

Como um fato histórico, o corporativismo nasceu como um protesto contra as empresas capitalistas no início da Revolução Industrial, portanto, no âmbito de um sistema econômico liberal conservador. Este corporativismo originário foi entendido como contrarrevolucionário porque se opunha aos ideais da revolução industrial. Sani (1991) explica que o corporativismo contrarrevolucionário, ou tradicional, provocou uma dispersão de poder devido às corporações manifestarem resistências às ações estatais. Dessa forma, o corporativismo tradicional é totalmente diferente do corporativismo imposto por regimes autoritários.

Quanto à diferença entre o corporativismo e o neocorporativismo, de acordo com Viscari (2018) o neocorporativismo se apresenta mais flexível que o corporativismo, no entanto, normas institucionais restritivas quanto à liberdade de associação ainda o regulam.

Baseando-se na literatura política disponível, podemos apresentar três tipos de modelos de corporativismo: o corporativismo contrarrevolucionário; o corporativismo dirigista e o neocorporativismo, conforme síntese no Quadro 2, a seguir.

QUADRO 2 - Tipos de Corporativismo

Corporativismo contrarrevolucionário	Corporativismo Dirigista	Neocorporativismo
Nasce no bojo da revolução Industrial. Como uma contra resposta ao individualismo que as revoluções burguesas implantaram no tecido social, tem um cunho coletivista, está relacionado com a Igreja Católica e preceitos de articulações solidárias.	Surge dentro de uma perspectiva de supremacia de interesses nacionais. Muito presente em países autoritários e de linha fascista. Baseado na ideologia da supremacia do interesse comum sobre o privado. É uma exigência das classes dirigentes para se acelerar o processo de industrialização em países de cunho agrário.	É o corporativismo que permaneceu existindo em regimes liberais-democráticos. O formato de representação de interesses é flexibilizado, ele pode ser usado como um desses sistemas, mas não necessariamente o único. A relação do estado com as corporações no sentido de controle perde a predominância.

Fonte: Produção do próprio autor baseado na literatura, Sani (1991) e Viscardi (2018).

³ VISCARDI, Claudia M. R. Corporativismo e Neocorporativismo, artigo recebido em 01 de fevereiro de 2018 e aprovado para a publicação em 08 de julho de 2018. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 31, nº. 64, p. 243-256, maio-agosto 2018.

2.4 O MODELO DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES NO BRASIL

De acordo com Aspásia (1999), diferente dos EUA, até 1930, o Brasil possuía um sistema de representação de interesse baseado na força de oligarquias regionais. A República Velha baseava a sua autoridade na aliança com governadores; senadores e deputados federais eram os representantes dos governadores no Congresso Nacional (CN).

Não é que não existissem grupos de pressão à época, pois conforme Aragão (1993) afirma estes já atuavam no CN durante a República Velha, entretanto, não possuíam estrutura organizacional nacionalizada, eram grupos regionais que defendiam seus interesses locais. Em seu texto, Aragão exemplifica seu argumento sobre a existência de grupos de pressão na República Velha, usando casos de entidades de comerciantes de abrangência estadual (ARAGÃO, 1993).

Faoro (2012) afirma que a ideologia liberal, que se tornou hegemônica na transição do Regime Imperial para a Primeira República, se moldou muito bem aos desígnios da propriedade rural, o autor vai atribuir isso à tradição brasileira ao mercantilismo, sendo uma consequência desta. Ainda segundo Faoro (2012, p.567) três tipos de trabalhadores liberais conseguem prosperar dentro de regimes que seguem esta concepção: o produtor rural, o exportador e o comerciante.

O sistema brasileiro sentindo as consequências das crises cíclicas do modelo liberal conservador desse período, vai ter as suas bases econômicas nacionais desorganizadas, bases estas que até então eram estruturadas no modelo agroexportador. Esse processo de desorganização fará com que haja a necessidade de mudanças nas diretrizes econômicas nacionais, que virão ao “reboque” do Estado Novo.

Ao se comparar a República Velha com o Estado Novo, o Estado Vargas realizou uma reestruturação das forças de decisão do Brasil. Segundo Aspásia (1999, p. 41-42), a primeira ação do Estado Novo foi em vista de aumentar a centralização do poder na União, por meio da indução à fragmentação das lideranças regionais e, com a nomeação a cargos importantes nos estados de aliados do governo central, tudo isso, realizado de forma metódica e com cautela, sob a guarda do exército.

O contexto de crises evidenciava o conflito entre o capital versus o trabalho. E assim, o corporativismo nasce como o um novo modelo de relação entre o Estado e a Sociedade; um novo modelo de representação de interesses, que teve como justificativa a “paz social”, pois, tinha o objetivo de encerrar o conflito entre o capital versus o trabalho (WELCH, 2016).

Para Vianna (1999), o consenso dos representantes do capital ao corporativismo não aconteceu de forma imediata, deu-se progressivamente a partir do abandono das concepções liberais ortodoxas, quando os industriais passaram a aceitar a intervenção do Estado no mercado de trabalho, para propiciar aos trabalhadores urbanos, direitos básicos, sendo um deles a instituição do salário mínimo.

Sobre o corporativismo, Diniz e Boschi o conceituam da seguinte forma:

A estrutura corporativa, organizada em moldes funcionais e hierárquicos sob a tutela do Estado, é integrada por sindicatos locais segundo ramos da produção industrial, federações de âmbito regional circunscritas aos estados e uma organização de cúpula de caráter nacional. Obedecendo a requisitos de uma legislação específica, seu funcionamento se pauta pela garantia do monopólio de representação, pelo princípio da unicidade sindical e, fundamentalmente, pela obrigatoriedade da contribuição financeira, independente da filiação (DINIZ: BOACHI, 2000, p. 21).

O apogeu do modelo de representação de interesses corporativista ocorreu durante o regime militar de 1964, pois este, visando manter o controle sobre as entidades de representação de classe, principalmente sobre os sindicatos de trabalhadores, exacerbará as características do modelo corporativista, exemplo disso foi o aumento no grau de centralização do poder da União sobre os demais ententes federados (WELCH, 2016).

No entanto, com o processo de redemocratização, o modelo corporativista deixa de ser hegemônico e passa a coexistir com outras formas de representação de interesses que só poderiam se desenvolver em regimes democráticos. Sobre isso Boschi e Diniz (2016) afirmam que, a estrutura de representação de interesses no Brasil, a partir de 1988, possuirá duas modalidades de organização: a primeira é um mecanismo restritivo, instituído pela legislação brasileira em 1930, no período do Estado Novo, e a segunda é a que se desenvolve fora da estrutura corporativista pré-existente, essa é denominada pelos autores de extracorporativa.

No caso da modalidade corporativa, os critérios de filiação funcionam de forma regional e hierárquica, portanto, seguindo os padrões do federalismo; em nível regional os Sindicatos são os representantes, no nível estadual são as Federações e a nível nacional as Confederações, como já foi citado acima.

Boschi e Diniz (2016) salientam que, mesmo havendo a obrigatoriedade legal dos governos em consultar os legítimos representantes das classes para debater sobre políticas públicas que os atinjam, isto é, os entes corporativos, essas entidades podem sofrer o controle do Estado devido a três elementos básicos: I) o Estado pode interferir na escolha das lideranças das corporações; II) elas são dependentes de recursos financeiros de origem estatal e III) podem ter suas atividades suspensas por decisão do governo.

A segunda estrutura de representação de interesses se originou de uma mobilização dinâmica de interesses oriundos da sociedade civil, e, por isso, ela não sofre com a ingerência do Estado sobre a sua estrutura organizacional, isso decorre do fato de não ser dependente financeiramente do Estado para existir, por isso, sua ação ocorre com mais autonomia, e por ser dinâmica, não cabe bem em processos hierarquizados, ou seja, ela não segue o mesmo padrão organizacional da estrutura anterior. (DINIZ; BOSCHI; R.; SANTOS, 1993).

O sistema de representação de interesses da forma como se estrutura no Brasil pode ser explicado por dois fatores que estão interligados entre si, que segundo os autores são: o constante desenvolvimento e diferenciação, tanto da estrutura de classes quanto das instituições de Estado (BOSCHI; DINIZ, 2016, p. 121).

A partir da relação entre esses dois fatores, os autores encontram indícios de que no caso brasileiro o modelo de representação de interesses não segue se desenvolvendo necessariamente a partir de uma estrutura já consolidada, como o modelo corporativista, isso quer dizer que, o modelo de representação de interesses extracorporativo pôde se desenvolver no contexto de transformação institucional, além disso, este fenômeno pode estar correlacionado com o desenvolvimento da cadeia produtiva industrial (BOSCHI; DINIZ, 2016, p. 121).

No entanto, o crescimento mais acentuado do modelo extracorporativo não implicaria na eliminação do modelo corporativista, pois há uma complementariedade entre eles; entretanto, isso não implica na revitalização do corporativismo. Além disso, os autores pressupõem que o desenvolvimento desse novo modelo seja uma forma de equilibrar a competição entre as indústrias nacionais e as internacionais no âmbito das regras do jogo democrático (BOSCHI; DINIZ, 2016, p. 121).

Seguindo essa lógica de desenvolvimento industrial e, portanto, do aumento das diferenças socioeconômicas, outro fato observado por Boschi e Diniz (2016), é que, frequentemente a proliferação do modelo extracorporativo se dá em contextos de crescimento econômico e expansão da cadeia industrial, muito dificilmente ocorre quando em situações de crise nessas áreas. Além do mais, a relação do Estado com a sociedade, no sentido de alocação de recursos, passa a estar relacionada com a produção de políticas públicas governamentais, portanto, se afasta da força auto-regulamentadora do mercado.

Desse modo, podemos sintetizar os tipos de modelos de representação de interesses, usando como meio de comparação algumas das principais características de cada um. Tais modelos podem ser categorizados, usando a tipologia do Quadro 3, a seguir.

QUADRO 3 - Tipologia e caracterização dos modelos de representação de interesses

MODELO	DESCRIÇÃO	CARACTERIZAÇÃO
Sistemas de grupos de interesse pluralista	Caracterizados pela competição por influência entre os grupos e entende os grupos como unidades de inputs que apresentam múltiplas demandas ao governo.	<ul style="list-style-type: none"> - Multipolos grupos representam interesses particulares; - Afiliação voluntária e geralmente não universal; - Separação clara entre grupos e governos.
Sistemas de grupos de interesse neo-corporativista	Relação mais regulamentada, mais permanente e estável junto ao governo. Com os atores centralizados têm poder de veto, ajudam na centralização de conflitos entre os interesses organizados e os governos.	<ul style="list-style-type: none"> - Uma única cúpula nacional que geralmente congrega todos os demais grupos; - Afiliação compulsória e, portanto, quase universal (imposto sindical, por exemplo); - Organização centralizada que organiza e coordena as ações de grupos membros; - Sistemáticamente envolvidos na elaboração e implementação de políticas públicas.
Sistemas de grupos de interesse Controlados	Os grupos controlados pelo governo e existem para apoiar e facilitar a ação governamental. Administrando conflitos e ajudando a implementar diretrizes emanadas de governos centralizados.	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo único para cada setor; - Afiliação compulsória; - Grupos fortemente organizados de maneira hierárquica; - Grupos organizados pelo governo e/ou encarregados de mobilizar e dar suporte às suas ações e políticas.

Fonte: Almond (1958); Almond, Powell, Dalton, Strom (2008 apud Santos L., 2011).

2.5 O MODELO DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES DO AGRONEGÓCIO: ENTRE O CORPORATIVISMO E O PLURALISMO ASSOCIATIVISTA.

A maioria das pesquisas em ciência política que analisam o corporativismo como forma de representação de interesses, ligados a grupos organizados da sociedade civil, acaba por analisá-lo a partir da perspectiva da indústria nacional e de entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Existem poucas pesquisas sobre o tema na área sob a perspectiva do setor produtivo agrário brasileiro e as formas de representação de interesses destes.

Segundo Welch (2016), em sua análise histórica sobre a reorganização da vida rural no período do Estado Novo, tal omissão se dá devido a uma concepção que se tornou predominante sobre o tema na academia, a de que o Estado Novo teria realizado um acordo tácito com as elites rurais oligárquicas dos Estados, pelo qual, o governo Vargas deixá-los-ia de fora das reformas de base mediante a formação de uma aliança nacional para estabilização do regime.

Welch rejeita essa hipótese do acordo tácito pela “paz social” entre o estadonovista e as elites rurais em sua pesquisa. Usando dados historiográficos, ele refuta essa hipótese, pois em sua análise, constatou que o meio rural brasileiro não estava de fora do projeto de

desenvolvimento nacional proposto na época. Entretanto, atribui à resistência dessas elites regionais o fracasso das políticas públicas que o governo varguista se propôs a implantar para desenvolver o campo brasileiro (WELCH, 2016, p.81-82).

Para Welch (2016), a hipótese da “paz agrária”, (MARTINS, 1999; VIANNA, 1999) carece de análise empírica de dados, dado que sua construção se baseou, tão somente, em argumentos teóricos. Mas, conforme a sua pesquisa, os dados analisados demonstram que havia um contexto conflituoso no meio rural, sobre o qual o movimento estadonovista demonstrava interesse pela sua dominação; essa dominação se daria por meio da realização e do fortalecimento de alianças políticas.

O objetivo do governo de Vargas era desenvolver novas formas de representação corporativa de trabalhadores rurais para controlá-las. Esse objetivo se manifestou em decorrência da possibilidade de formação de alianças entre elites regionais contra o novo regime. Segundo o pesquisador, os excessos do movimento tenentista estavam afastando vários aliados iniciais de Vargas, principalmente em São Paulo, onde mais tarde se desencadearia a Revolução Constitucionalista de 1932 (WELCH, 2016, p. 84). Em resumo, para Welch, o objetivo de Vargas era inserir a produção rural no modelo de mercado capitalista e que, embora sem sucesso, ou seja, “(...) tenha ficado por cumprir (...)”, deve-se reconhecer o legado das ações do Estado Novo para a formação do corporativismo no meio rural, algo que vai ser desenvolvido no decorrer das décadas posteriores e que possibilitará o desenvolvimento do agronegócio no Brasil (WELCH, 2016, p.101).

De acordo com a literatura consultada, o Estado Novo buscou desenvolver o corporativismo dirigista no meio rural, mas não obteve êxito nisso. No entanto, isso não quer dizer que o processo que se iniciou nesse período não tenha influenciado a vida no campo, posteriormente. O que marcou os primeiros anos do governo de Vargas, de 1930 a 1937, é a percepção de que há uma tensão entre o capital e o trabalho que deve ser regulada.

Para Camargo (1999, p.40), nos primeiros anos do governo de Vargas, os Estados eram os principais atores políticos do país; suas elites regionais possuíam um elevado grau de autonomia e de ingerência sobre estrutura institucional que antecedeu o Estado Novo, fenômeno esse que ela denomina de federalismo oligárquico. Portanto, antes de modificar a estrutura institucional para que houvesse o fortalecimento de um Estado centralizador, no qual o Executivo Federal fosse o principal ator político, o governo teve que buscar novas alianças em um contexto político fragmentado devido às assimetrias regionais

Para Diniz (1999, p.20), a principal mudança provocada pelo Estado-Novo foi a criação das bases para que houvesse a transição de uma sociedade agroexportadora para uma sociedade

urbano-industrial. Sintetizando o argumento da pesquisadora, essas bases foram construídas a partir das mudanças, na estrutura institucional, iniciadas pelo Estado Novo, a primeira delas foi o fortalecimento da autoridade do governo central, portanto, da União; a segunda foi a ação do governo visando desarticular as alianças entre as elites regionais e em terceiro lugar a implementação de mecanismos de ingerência do Estado sobre a forma de representação de interesses. Conforme os argumentos de Diniz um desses mecanismos de ingerência implementados pelo governo, ao longo dos anos de 1930, foi a política de fomento de novas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil. Isso proporcionou o desenvolvimento do corporativismo, uma vez que, muitos sindicatos, federações e confederações de classe foram criados a partir dessas políticas.

Para Boschi (2016, p.94-95), este vínculo entre o setor privado e o Estado está intimamente ligado à capacidade daquele de se auto-organizar, dessa forma, quanto maior a capacidade de o setor privado promover a ação coletiva maior seria a sua proximidade com o Estado e sendo assim, maior também seria a possibilidade de obter mais recursos públicos. Dito de outra forma, o autor não deixa de fora do arranjo corporativo as assimetrias entre grupos sociais da iniciativa privada.

Com relação ao setor de produção agropecuarista, o processo de desenvolvimento do corporativismo ocorrerá de forma mais acentuada no período conhecido como Revolução Verde, durante a ditadura militar de 1964, quando a política desenvolvimentista do Estado é retomada de forma intensa. Sobre o tema, Diniz (1999, p.29) afirma que o golpe militar de 1964 representou uma exacerbação de algumas características do arranjo institucional varguista, sendo que, o modelo corporativista de representação de interesses foi uma dessas características que foi exacerbada.

Outra característica que sofreu um aumento no grau de sua intensidade foi a concentração de poder do Executivo Federal, que se tornou o principal ator político naquele momento e que permitiu que o corporativismo se desenvolvesse no setor produtivo agropecuarista.

O aspecto fundamental do corporativismo dirigista é que se trata de um modelo que funciona de forma hierarquizada sob a tutela do Estado. Há uma legislação específica que deve ser cumprida, impondo o monopólio da representação de interesses ao setor, esse sistema é regido pelos princípios da unicidade sindical e a obrigatoriedade da contribuição financeira (DINIZ: BOSCHI 2000, p.21). Entretanto, o desenvolvimento do corporativismo dirigista no campo só foi possível porque o legado varguista não foi desmontado com a redemocratização de 1945-1963 (DINIZ, 1999, p.29). A República de 1945 preservou a maior parte do arranjo

institucional varguista, que, como já foi dito, teve suas características exacerbadas pela Ditadura Militar, o que possibilitou a Revolução Verde.

Aqui vale destacar a importância de uma das entidades criadas no período do regime militar, que teve e tem um papel de destaque no desenvolvimento de tecnologias que viabilizam a agricultura e a pecuária no Brasil: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Trata-se de uma organização criada sobre a base corporativista do regime militar, que possui um setor de inteligência cujo objetivo é produzir informações, tecnologias e difundi-las, como forma de produzir estratégias de pesquisas e desenvolvimento de inovação em apoio à empresas que são parceiras dela.

A Embrapa, de 1995 a 2015, produziu 8.483 anais e *proceedings* de eventos; 12.247 artigos de periódicos; 1 bibliografia; 643 documentos eletrônicos; 243 fascículos de periódicos; 2.205 livros; 14 manuais; 204 mapas; 31.527 partes de livros; 108 relatórios técnicos e 295 teses. Ou seja, o modelo corporativista de representação de interesses produziu uma empresa pública com a participação da iniciativa privada, capaz de produzir o conhecimento científico que possibilitasse a Revolução Verde e o salto de produtividade da agricultura e a pecuária brasileira⁴.

Mendonça (2005), em uma pesquisa que abordou a construção da hegemonia da representação política do setor agroindustrial brasileiro pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), argumenta que durante o período conhecido de “modernização da agricultura brasileira”, o governo brasileiro fez muitos investimentos no desenvolvimento tecnológico do meio rural, tendo como objetivo, transformar a produção rural em uma produção rural capitalista. Este fato, aliado ao acirramento dos conflitos entre as várias entidades de representação da elite agrária e uma crise de representatividade do setor, impulsionou o surgimento de outros polos de representação do agronegócio, que também passaram a disputar a hegemonia desta representação política, um desses polos é o agroindustrial, que convergiu para a OCB e que, segundo a autora, iniciou a sua hegemonia a partir da década de 1980.

Conforme conclusões de Mendonça (2015, p. 20), após a consolidação da hegemonia da OCB na década de 1990, houve a criação de uma nova entidade que passou a regular todas as demais, essa entidade é a Associação Brasileira de Agrobusiness (ABAG). Os argumentos que embasaram a criação da ABAG são: a) a constatação da existência de uma nova agricultura e uma nova pecuária e b) a necessidade de criar novos canais de representação políticas dos interesses desse segmento.

⁴ Informações estão disponíveis no site da EMBRAPA, que podem ser consultadas em: <https://www.embrapa.br/en/international>.

Contudo, mesmo que a OCB tenha alcançado um lugar de destaque na representação política do agronegócio, as entidades do patronato rural que já existiam, como as Federações e Confederações, não deixaram de se fazer presente nos debates sobre os interesses das elites rurais. Dessa forma, pode-se afirmar que houve uma dispersão da representação política.

Boschi (1999) entende que a fragmentação na representação política das elites rurais é o resultado das assimetrias na relação entre os grupos e o Estado e da redemocratização do país: “(...) criação de associações paralelas à estrutura oficial em um ritmo crescente desde o início do ciclo (...)” (BOSCHI, 1999, p.95).

Com isso, a estrutura de representação política do setor agrário se tornou mais flexível. As associações paralelas à estrutura oficial possuem a característica de serem mais adaptadas ao regime democrático, entretanto, foram geradas sobre as bases do corporativismo dirigista.

2.6. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL E FATORES INSTITUCIONAIS E ECONÔMICOS QUE CONDICIONARAM O DESENVOLVIMENTO DE UM SETOR PRODUTIVO

De acordo com Delgado (2010, p.52) a questão agrária sempre foi objeto do debate político em diferentes períodos da história econômica brasileira. Isso estaria relacionado com a importância econômica que a produção agrária tem para o Brasil. Segundo o pesquisador, a questão rural, pós-revolução de 1930, pode ser dividida em três principais ciclos: a) o primeiro de 1950-1964; b) o segundo de 1965-1982 e; o terceiro c) de 1983-2003.

O primeiro ciclo de 1950 a 1964 foi marcado por um intenso debate entre duas correntes de pensamento econômico divergente. Quem iniciou esse debate foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB) trazendo reflexões sobre a necessidade de reforma agrária para o Brasil. Fizeram parte dessa abordagem, intelectuais ligados às teorias marxistas e parte de clérigos considerados progressistas da Igreja Católica – grupo que ficou conhecido como os reformistas. Com essa abordagem tinham como objetivo reformar tanto as estruturas de relações de domínio sobre a propriedade rural, quanto as relações de trabalho, pois entendiam que, além de ser uma questão econômica, também se tratava de um problema social e político (DELGADO, 2010, p.52).

Contrapondo-se a essa abordagem, encontrava-se a corrente elitista, que defendia o desenvolvimento conservador, sendo um dos seus mais conhecidos defensores o economista Delfim Neto⁵. A corrente conservadora considerava a questão agrária apenas como uma questão

⁵ Antônio Delfim Neto, economista formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo. Em 1967 foi nomeado para ser Ministro da Fazenda do Ditador general Arthur Costa e Silva. Em sua gestão da pasta foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED). Em 1979 assumiu o Ministério da

econômica e não tinha a finalidade de reformar as relações sociais de trabalho e de domínio sobre a propriedade rural; seu objetivo era, apenas, fazer com que houvesse o desenvolvimento técnico científico do modo de produção agrário, para que, a produção se tornasse capitalista (DELGAGO, 2010, p.52).

No segundo período, de 1965 a 1982, foi quando se iniciou a fase que ficou conhecida como “revolução verde”, isto é, a fase na qual se iniciou o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para os setores rurais da economia brasileira, projetadas e implantadas sem que houvesse uma reforma agrária. É nesse período que se inicia o desenvolvimento do agronegócio, baseado no desenvolvimentismo corporativista: estrutura de representação desenvolvida pelo estadonovista e que o regime militar não só manteve funcionando como tornou mais intenso os seus aspectos (DELGADO, 2010, p. 58).

Referindo-se ao segundo período, Delgado chega a afirmar que essa foi a “idade de ouro” para o desenvolvimento técnico-científico do agronegócio brasileiro (2010, p.58). Em 1967 houve a reorientação da política de desenvolvimento agrário do Brasil, nessa época, as políticas públicas para o setor começam a buscar o desenvolvimento através de estímulos à produção de um sistema de cadeia de mercado. Isso foi possível pela política de desoneração fiscal implantada, que foi justificada pelo argumento da proteção dos produtores rurais dos riscos aos quais está submetida a produção rural.

A terceira fase do desenvolvimento do agronegócio (1983 a 2003) é uma consequência da transformação do arranjo institucional do sistema político brasileiro, que se intensificou no fim do regime militar e com as crises econômicas desse período, que fizeram com que a relação entre Estado e o setor da produção rural mudasse a partir de 1982. É um período marcado por três subfases: a primeira que iniciou com a implantação do Plano Cruzado II e vai até o fim deste; a segunda subfase é a de adoção de políticas neoliberais para a estabilização econômica com a execução do Plano Real e; a terceira é a pós-Plano Real (DELGADO, 2010; AMANO, 2017)

No início da execução do Plano Real, o Brasil aderiu ao neoliberalismo econômico e essa adesão levou o governo a abrir o mercado interno aos produtos internacionais, o que gerou uma grande crise entre o empresariado nacional; crise essa que atingiu o setor rural brasileiro também. Objetivando controlar a inflação e gerar aumento do PIB brasileiro o governo volta a incentivar o setor do agronegócio devido ao seu grande potencial de controle da inflação e de

Agricultura. Entretanto, em agosto de 1979 reassumi a Secretária de Planejamento (Seplan) econômico com a renúncia de Mário Henrique Simonsen. Em 1987 participou da ANC aliando-se a ala conservadora. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-delfim-neto>. Acesso em 10/12/2020.

geração de renda, por meio, de superávit na balança comercial brasileira (DELGADO, 2010). Devido a isso, houve o processo de remontagem do agronegócio brasileiro, o que marcou o retorno da questão agrária para a pauta política do país. Vale ressaltar que o segundo mandato de FHC foi o contexto político desse processo.

2.7. A FORÇA DO AGRONEGÓCIO NO MERCADO INTERNACIONAL E O SEU PODER DE BARGANHA COM O GOVERNO BRASILEIRO.

De acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada⁶ (Cepea), em 2020, o agronegócio brasileiro foi responsável por um crescimento de 6,75% do Produto Interno Bruto (PIB), com taxa de crescimento frequente em outros períodos.

Para Carrara e Barros (2020) o agronegócio tem contribuído para refrear a inflação dos preços dos alimentos. Os pesquisadores atestam que, em um primeiro momento, é possível observar uma correlação positiva entre o crescimento do PIB do agronegócio e o índice de Crescimento de Preços (IPCA). Ainda assim, em um segundo momento, essa correlação positiva muda para uma correlação inversamente proporcional, ou seja, quando o crescimento do PIB, gerado pelo agronegócio, passa a produzir uma diminuição do IPCA maior que a correlação inicial de crescimento (CARRARA; BARROS, 2020, p. 3)

Em razão do fato do agronegócio conseguir contribuir para o crescimento do PIB brasileiro e, com isso, proporcionar o controle no crescimento dos preços dos alimentos, isso lhe proporciona um grande poder de barganha ao se relacionar com os representantes do poder público (CAIXETA; WANDER, 2000, p. 19).

Em um estudo comparado sobre a importância do agronegócio para o desenvolvimento econômico do Brasil e dos EUA, foi constatado que em 1996 o agronegócio respondeu por cerca de 9% do PIB total do EUA e, nesse mesmo período, no Brasil o agronegócio foi responsável pelo equivalente a um terço do PIB nacional; em 2003 a participação do agronegócio no PIB dos EUA chega a 5,8% e, no mesmo período, no Brasil o agronegócio foi responsável por 9% do PIB (FIGUEIREDO et al., 2012, p. 15). Baseando nesses dados os pesquisadores concluem que o agronegócio é muito importante para a pauta de exportações brasileiras e para a geração de renda, e que essa dependência é mais acentuada no Brasil do que nos EUA devido este possuir uma economia industrial liberalizada, fato este que o Brasil ainda não conseguiu produzir.

⁶ Esses dados podem ser encontrados na plataforma <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br>> acesso 10/12/2020.

Para Souza (2019) essas conclusões, que colocam o agronegócio em um lugar de destaque no desenvolvimento econômico nacional, são frutos de uma concepção que se tornou hegemônica e que o agronegócio conseguiu impor ao sistema político brasileiro. Isso induziu os governos da Nova República⁷ a desenvolverem planos de investimentos da produção rural voltado para o mercado agroexportador.

Do ponto de vista de Souza (2019), a abordagem “desenvolvimentista conservadora” voltada à produção rural, que defende o investimento estratégico no setor rural sem alterar as relações sociais dele decorrente, seria a forma mais eficaz, pois, ajudaria a economia nacional a transformar a produção em uma produção capitalista de mercado; tal abordagem predominou porque contou com a ajuda do cenário externo, ou seja, o contexto do ciclo econômico das *commodities*.

Conforme a hipótese de Fernandes (2019, p. 2 apud SOUZA, 2019, p.52) o agronegócio se utiliza do mesmo processo de exploração da terra, baseado na grande propriedade rural do sistema de *plantation*, contudo, além de possuir essa característica é também uma construção ideológica que tem como objetivo mudar a imagem do latifundiário. Conforme ressalta o autor, isso seria uma espécie de “jogada de marketing” que evidenciaria, apenas, a questão do desenvolvimento tecnológico e o crescimento da produção, ocultando as características negativas desse modelo, do agronegócio: “um sistema que concentra o domínio sobre a propriedade rural, executa a exploração da terra de forma predatória, expropriatória e excludente (FERNANDES, 2010, p. 2-3 apud SOUZA, 2019, p.54)”.

Quanto à questão do agronegócio ter mantido a estrutura agrária brasileira tradicional, Ferreira et al (2019), afirma que:

(...) a modernização não representou uma mudança na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo. Ela apenas autorizou a produção em larga escala, em curtos períodos, com reduzida mão de obra e voltada a abastecer, principalmente, o mercado externo que nos dias de hoje dita as regras da produção agrícola no Brasil. (FERREIRA et al., 2019, p.70).

Porém, para Zylbersztajn e Giordano (2015), o desenvolvimento do *agribusiness* brasileiro trouxe, de fato, mudanças estruturais para o setor agrícola brasileiro. As mudanças apontadas pelos pesquisadores são de caráter estrutural-organizacional, pois antes do Brasil deflagrar a Revolução Verde, a organização da produção rural era baseada em uma estrutura

⁷ Nova República é um termo usado por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como cientista políticos, geógrafos, economistas e etc., ele serve para designar a República que se produziu com o fim do regime militar em 1964, a partir da promulgação da CF/88, portanto, tudo que vem depois das 1988 é considerado dentro da Nova República e tudo que existe antes de 1964 é a velha República, e o hiato que existe entre esses períodos é o regime militar (ABRANCHES, 1988; SANTOS F., 2003).

vertical, ou seja, a cadeia produtiva agrícola era organizada de cima para baixo, tendo como fase principal a fase da produção (lavouras, safras, pastos e rebanhos), dessa fase decorria as demais fases (insumos, maquinário e distribuição), ou seja, uma produção essencialmente primária. Conforme argumentam os autores, a partir da Revolução Verde, o que aconteceu foi uma horizontalização do sistema, no qual todas as fases estão dispersas em um mesmo patamar de importância, contudo, devido ao investimento na produção de tecnologias, a fase de insumos tendeu a predominar dentro da cadeia produtiva, sendo aquela que produz maior rentabilidade (ZYLBERSZTAJN; GIORDANO, 2015).

Para Araújo (2007, p. 16) o agronegócio pode ser definido como: “uma cadeia produtiva integrada”, sendo que a produção rural está, cada vez mais, dependente dessa cadeia produtiva, o que gera a dependência da produção rural. Trata-se de um processo que se iniciou com as reformas pró-desenvolvimentistas do Regime Militar de 1964.

As mudanças na integração orgânica em cadeia produtiva da produção rural ensejaram alterações na forma de se fazer as análises sobre o setor, pois a produção rural deixou de ser apenas de produção primária, que ocorria dentro da propriedade rural, para se tornar um sistema integrado, uma cadeia produtiva, na qual, cada momento do processo de produção detém uma função específica e bem definida, dessa forma, atualmente se entende o agronegócio como uma cadeia produtiva separada em fases; fases essas que têm haver com a produção de insumos e tecnologias para favorecer a produção e que se relaciona com a agroindústria; a produção propriamente dita, a fase de serviços que funcionaliza a distribuição e o armazenamento das mercadorias (ARAÚJO, 2007, p. 15-16)..

Um dos principais efeitos desse novo arranjo em cadeia produtiva para o setor rural, segundo Araújo (2007, p.15), é que a propriedade rural cada vez mais perde sua autossuficiência, passando a depender de insumos, estradas, portos, aeroportos, pesquisas, fertilizantes, bolsa de mercadorias, softwares, nova técnicas e etc., ou seja, em termos políticos, essas necessidades demandam políticas públicas para que sejam supridas, e para que tais demandas sejam observadas, pelos atores de decisão política, torna-se imprescindível ao setor uma organização política capaz de propor uma pauta política que supra esses interesses.

Para Davis e Goldberg, os criadores do conceito de *agribusiness*, este se trata de um processo de produção que extrapola os limites territoriais da propriedade rural, possuindo fases que se dão fora da propriedade, mas que, guardam em si tanta importância quanto os processos que acontecem dentro das fazendas. Usando termos como operação, transação, fabricação, processamento, distribuição e consumo, os pesquisadores observaram que foi criado um sistema

de cooperação e coordenação, integrado: o agribusiness (DAVIS GOLDBERG, 1957 apud RUFINO, 1999, p.17).

Araújo (2007, p.18) destaca três características da produção agropecuarista, a seguir, que atestam a dependência desta ao sistema de integração do *agribusiness*:

- 1) a sazonalidade, uma vez que a produção é dependente das características ambientais de cada região;
- 2) a segunda é a suscetibilidade da produção rural a organismos biológicos como doenças e pragas e;
- 3) a terceira é o perecimento rápido e natural da produção rural.

Essa caracterização nos é importante porque nos faz compreender que, atualmente, o setor produtivo do agronegócio extrapolou os limites das cercas da propriedade rural, diminuiu a distância entre cidade e campo, e, portanto, entre trabalhador rural e urbano, o que faz com que haja uma “ruralização” ideológica da sociedade brasileira (MENDOÇA, 2005; CUNHA, 2020).

De acordo com Araújo (2007) o desenvolvimento tecnológico proporcionou a criação de um encadeamento orgânico da produção rural. Com isso, esse sistema foi subdividido em três fases de produção que são: antes da porteira; dentro da porteira e depois da porteira. Em cada uma dessas fases atuam atores econômicos específicos, com interesses bem definidos.

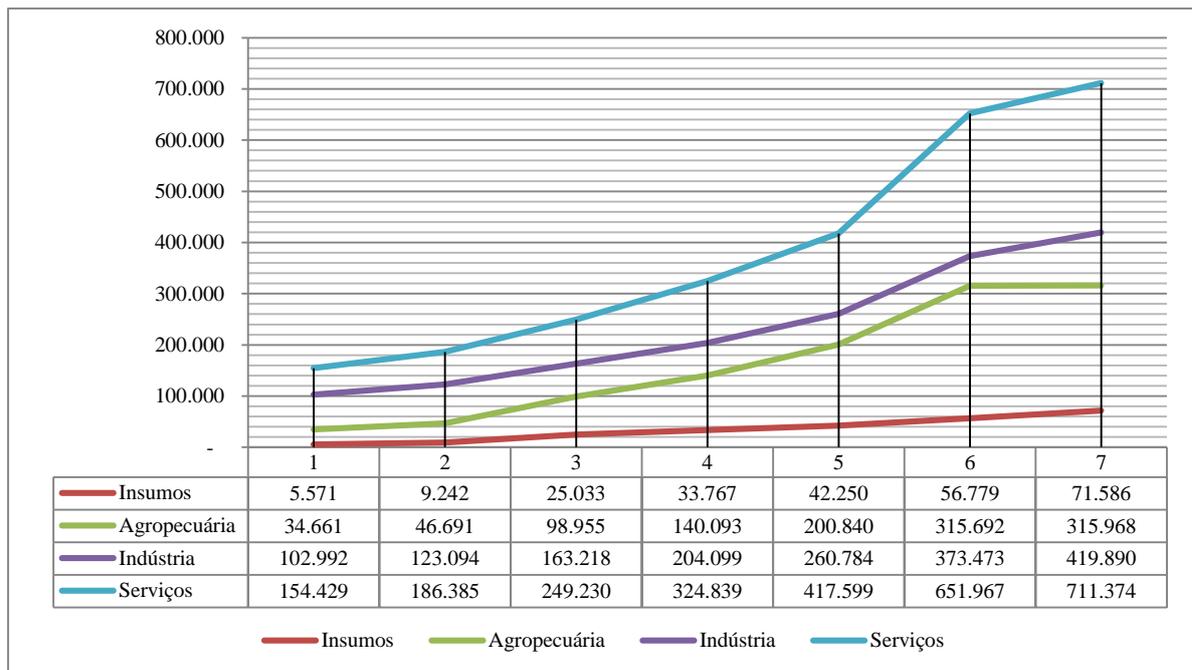
A fase conhecida como antes da porteira faz referência aos fornecedores de insumos, serviços, máquinas, defensivos agrícolas e até financiamentos das safras. A fase que ocorre *dentro da porteira* trata do conjunto de atividades produtivas que ocorrem dentro das propriedades rurais. E a fase *depois da porteira* é a desenvolvida para a movimentação da produção até chegar às mãos do consumidor final, e ela engloba o armazenamento, transporte e distribuição dos produtos (ARAÚJO, 2007, p.20).

Para Caixeta e Wander (2015), o agronegócio é uma cadeia econômica que compreende tanto a agricultura quanto a pecuária. Bens e serviços foram criados para suprir as necessidades da produção, como transporte das mercadorias, tecnologias para o melhoramento das safras, dos animais, a logística de distribuição desses insumos entre outros serviços.

O Gráfico 1, a seguir, demonstra que o setor da produção de insumos, em uma série histórica que começa em 1996 a 2019, foi o que mais gerou crescimento para o PIB nacional. Com isso podemos observar que houve um grande investimento na dimensão que os economistas denominam de “antes da porteira”, e que alimenta o agronegócio com diversas tecnologias, como máquinas, defensivos, adubos e outros instrumentos para aumentar a produtividade do meio rural. Entretanto, mesmo que o setor de insumos esteja crescendo ao

ponto de ter se tornado o que mais cresce no atual contexto, o setor de serviços apresenta a maior contribuição de valores em milhões para o PIB nacional, apesar de que, aparentemente, se encontra estagnado no crescimento (CARRARA e BARROS, 2020; CAIXETA e WANER, 2015).

Gráfico 1 - PIB do Agronegócio Brasileiro, em milhões de reais, correntes (1996, 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2019)



Fonte: Cepea/ESALQ-USP e CNA⁸. Elaboração do autor.

Conforme o Gráfico 1, o setor do agronegócio ao qual corresponde o maior PIB é o de serviços, ou seja, o segmento que corresponde à distribuição e armazenamento das mercadorias até chegar ao consumidor final; seguido da agroindústria. Mas, isso não é o mesmo que crescimento, pois, ao levarmos em consideração os dados da agropecuária, observamos que houve um crescimento no PIB do setor e na sua importância para a balança comercial do Brasil.

Além disso, podemos inferir que as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do agronegócio produziram efeito positivo em relação à produção e à renda gerada, medida a partir dos dados da contribuição para o PIB brasileiro. Em 2020, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia (Cepea) o PIB brasileiro do agronegócio foi de 8,48% do total, o equivalente a 139 bilhões; desse valor, a pecuária foi responsável por 13,79% ou 70 bilhões e; a produção agrícola foi responsável por 6,12% ou o equivalente a 69 bilhões. Esses

⁸ Os dados podem ser acessados no site: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

dados fazem referência ao período de janeiro a agosto de 2020, ao se comparar com o mesmo período de 2019, houve um crescimento do PIB do agronegócio de 1,68%.

Em relação à geração de emprego, no segundo trimestre de 2020 houve uma queda acentuada de quantidade de postos de trabalho no setor, de -6,91% com relação ao primeiro trimestre de 2020 (CEPEA, 2020). Essa tendência já existia em 2019 com uma queda de 6,90% de pessoas ocupadas no setor. (CEPEA, 2020). Pelo relatório do mercado de trabalho do agronegócio⁹, a agroindústria e o agrosserviços foram os setores que mais perderam mão de obra, cerca de 10% em 2015 (CEPEA, 2020), conforme se vê na Tabela 1, a seguir. Pelo relatório essa queda de pessoas ocupadas no setor está relacionada à crise econômica e seus efeitos para a atividade agroindustrial.

Tabela 1- Evolução do Mercado de Trabalho por segmento do agronegócio

Segmentos	Ano			Var. Anual 2021/2020	
	2019	2020	2021	%	Var. Absoluta
Insumos	231.889	227.290	231.614	1,90%	4.324
Primário	8.287.245	8.031,354	8.599,022	7,07%	567.688
Agroindústria	3.900,579	3.704,536	3.837,489	3,59%	132.963
Agrosserviços	5.912,089	5.527,645	5.780,617	4,58%	252.973
Agronegócio	18.331,802	17.490,804	18.446,752	5,48%	957.948
Brasil	93.800,646	86.957,564	91.297,564		
Agro BR/Brasil total	19,54%	20,11%	20,21%		

Fonte: Cepea, a partir de informações dos microdados da PNAD-Contínua e de dados da RAIS. Relatórios Mercado de Trabalho Agronegócio brasileiro 2020/2021. Elaboração do Autor.

Entender o agronegócio como um sistema complexo é de suma importância para entender o que é a FPA e sua atuação na Câmara dos Deputados (CD), que é um local de mobilização de grupos de pressão oriundos do setor agrário nacional, assim como também de corporações que, devido à estrutura da FPA, conseguem criar caminhos que os levam a estabelecer relacionamentos mais próximos de atores políticos relevantes, ou seja, de tomadores de decisão.

⁹ O Boletim Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro é uma publicação trimestral, elaborada pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), que aborda aspectos da conjuntura e da estrutura do mercado de trabalho do setor. O agronegócio, setor foco deste boletim, é entendido como a soma de quatro segmentos: insumos para a agropecuária, produção agropecuária básica, ou primária, agroindústria (processamento) e agrosserviços. A pesquisa do Cepea utiliza como principal fonte de informações os microdados da PNAD-Contínua e, de forma complementar, dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MTE) e de outras pesquisas do IBGE.
https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/2020_2%20TRI%20Relatorio%20MERCADODETRABALHO_CEPEA.pdf >, acesso em 15/12/2020.

2.8 SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Pesquisas científicas sobre grupos de interesse e de pressão na área da ciência política são escassas no Brasil. Muito dessa escassez relaciona-se ao fato de os conceitos sobre influência, sucesso e fracasso dos grupos serem considerados muito abstratos. Além disso, há uma predominância na área pela utilização de teorias neoinstitucionalistas que, devido a uma premissa inerente a sua base teórica, consideram as instituições os elementos principais das análises e, acabam por ignorar, ou pelo menos não levam em consideração, o comportamento dos grupos sociais.

Talvez isto esteja relacionado à impressão negativa que ainda tem no Brasil a prática de *lobby* e o de qualquer outra forma de os grupos de pressão interferirem no jogo democrático. No entanto, o método de estudo de caso, talvez seja a solução para que possamos auferir informações mais precisas sobre a atuação desses grupos sociais.

Ademais, o sistema político brasileiro, híbrido com ele se apresenta, possui não uma forma de representação de interesses, mas, várias, e talvez o pluralismo político seja a que atualmente é a que está mais adequada ao contexto institucional atual. Mas, não se podem desconsiderar as outras formas, oriundas de um passado recente.

Nessa área de pesquisa sobre modelos de representação há espaço para pesquisas sobre o comportamento político de grupos, as formas e estratégias de atuação nas arenas políticas e a dinâmica que existe entre o antigo modelo corporativista e o pluralismo político. No entanto, faz necessário que as pesquisas se voltem para fatos observáveis específicos, uma vez que, teorias mais dedutivas têm se demonstrado pouco eficazes no entendimento da causalidade existente entre o comportamento de grupos sociais, as instituições políticas e tomadas de decisões. A solução para isso pode estar na utilização de meios de pesquisas mais indutivos, e assim, com o acúmulo de pesquisas tais, possamos em um futuro formular uma teoria mais ampla partindo de teorias específicas.

III A REDEMOCRATIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DE UMA BANCADA POLÍTICA RURALISTA

3.1 INTRODUÇÃO

A redemocratização de 1988 nos serve de referência para o processo de mudança institucional que levou à transformação do modo de representação de interesses de grupos da sociedade civil. Entretanto, além da redemocratização, quando se fala de um modelo pluralista de representação de interesses da bancada ruralista no Congresso Nacional, existem outros fatores que nos ajudam a explicar o surgimento desta; fatores estes, que também podem ser instados como variáveis explicativas, assim como a própria redemocratização.

Diante desse quadro, o segundo capítulo deste trabalho procura responder: quais são elementos que ensejaram/induziram a reorganização da base política da bancada ruralista na Câmara dos Deputados?

Dentro desse conjunto, ao lado da redemocratização, listamos a crise de representatividade pela qual o setor passou; a ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); o retorno ao debate político de questões como a reforma agrária, demarcação de terras indígenas/quilombolas; proteção aos trabalhadores rurais, questões sobre a pauta ambientalista e os problemas de endividamento do setor com o capital financeiro. Esses fatores fizeram com que o grupo que representava o patronato rural se reorganizasse, como uma forma resistir, de requerer a revisão de dívidas dos produtores rurais e de não permitir que as pautas social e ambiental avançassem durante a Constituinte.

Portanto, podemos observar que tanto os contextos democráticos, como o retorno à pauta de demandas que atingem diretamente o setor, exerceram uma pressão externa sobre o setor, de modo que a reorganização política dele foi um mecanismo de assegurar-lhes a proteção dos seus interesses.

Neste capítulo apresento a reorganização desse grupo de pressão a partir da disseminação do conceito de agronegócio e tudo o que ele implicou para o setor econômico. A maioria das pesquisas que se propõem a estudar a bancada ruralista parte de um viés de classe, ou seja, observam quem é e quais políticos são proprietários e produtores rurais, atrelam a isso a causa da coordenação política da bancada ruralista (LOCATEL; DE LIMA, 2016; BRUNO, 1997; LIMA, 2016; SILVA, 2017, MENDONÇA, 2015; VIGNA, 2001; SIMIONATTO; COSTA, 2012).

Neste trabalho argumentamos que esse viés de classe, tomado como variável explicativa para autores como Lima (2016) e Simionatto e Costa (2012) não é suficiente para explicar o caso da bancada ruralista, de forma isolada, especialmente em tempos de consolidação do agronegócio. Outras pesquisas observam a ligação de parentescos entre os representantes políticos ruralistas ou o financiamento eleitoral privado que o setor articulava quando este ainda existia (LOCATEL; DE LIMA, 2016).

Consideramos que esses estudos são válidos, mas são insuficientes para responder ao problema de pesquisa aqui proposto. Dessa forma, o estudo específico do caso da bancada ruralista se faz necessário, pois, é o grupo que atualmente possui muito prestígio político.

As variáveis que levamos em consideração foram a própria mudança institucional, que infligiu ao setor a necessidade de uma reorganização de suas bases políticas e a produção de novos mecanismos de relacionamento com o Estado. Além disso, o desenvolvimento pelo qual o setor rural passou, durante o período da Revolução Verde, inaugurou um momento singular na história da bancada ruralista, pois proporcionou não apenas ao governo, mas também ao próprio setor, o conhecimento da sua importância à economia nacional, e, ademais, da essencial participação de seus representantes nas instituições de decisão.

Muito dessa reconfiguração da participação de representantes do referido setor na vida política do país começou como reação ao que os grandes e médios proprietários de terras acreditam ser pauta contrária ao seu interesse de priorizar o crescimento da produção agrícola e agropecuarista; pauta esta que, geralmente, retoma assuntos como protecionismo ambiental, demarcação de terras indígenas e quilombolas, restrição a defensivos agrícolas e expansão de direitos sociais para trabalhadores rurais.

Diante do contexto institucional atual, nos propusemos a analisar essas perspectivas a partir da transição democrática, entender como se deu o desenvolvimento da bancada ruralista no Brasil.

3.2 A CONSTITUINTE E A RESISTÊNCIA RURALISTA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS PROGRESSISTAS

A primeira forma de mobilização do patronato rural, nesse contexto, se deu abertamente, e foi baseada na violência direta, contra os trabalhadores rurais e ao MST. No contexto de transformação institucional, segundo Bruno (1996), as ações de resistência do patronato rural, tanto na arena política como no meio rural, com o uso de violência, foram centralizadas sob a representação da União Democrática Ruralista (UDR).

De acordo com Bruno (1996), a convergência do setor ruralista para a UDR pode ter sido motivada à priori por uma questão de identidade dos produtores rurais (de proprietários de terras) e a sua reafirmação diante de um contexto de transformação política de cunho democrático.

Contudo, segundo a autora, também houve por parte da UDR uma ação oportunista, no sentido de que foi ela que, primeiramente, conseguiu perceber que o antigo modelo de representação de interesses do setor, baseado no corporativismo dirigista do regime militar, não estava mais conseguindo realizar as suas incursões políticas para proteger os interesses da categoria que representava. Além disso, esse modelo corporativista havia provocado, segundo o discurso udenista da época, a inércia e a dispersão do patronato rural como categoria (BRUNO, 1996, p. 73).

Diante disso, a autora mostra que a UDR criou mecanismos para desenvolver a ação coletiva da categoria e um desses mecanismos foi o conceito de produtor autêntico, que serviu para demarcar quem era de fato e de direito um produtor rural; dessa forma, pretendia-se delimitar as fronteiras de um grupo de indivíduos que possuíam características tais que os obrigavam a estar juntos em um movimento, com o intuito de defender os interesses que possuíam em comum. Em relação ao conceito de produtor autêntico:

A UDR fundou uma nova prática. Juntamente com a violência e o chamado à mobilização, defendeu a renovação da representação patronal, criando a figura do produtor autêntico, aquele que não se perdia em negociações infrutíferas com o estado, tinha claros os seus objetivos e não poupava esforços para alcançá-los. (BRUNO, 1996, p. 72).

Bruno (1996) argumenta que a legitimidade política da UDR durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), pode ser atribuída a esse conceito de produtor autêntico, pois, foi um mecanismo de reorganização da ação política dos grandes proprietários e empresários rurais, além de ter servido como símbolo de resistência aos argumentos contrários ao latifúndio, à violência no campo e à especulação imobiliária da terra.

A UDR conseguiu, a partir disso, mobilizar a ação social do setor, que optou por atuar, inicialmente, fora das instituições, com mobilizações de passeatas, o que ficou conhecido como “caminhonaço¹⁰”, posto em prática quando da discussão sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Dessa forma, conseguiu forçar o Governo Federal a atender as suas pautas.

¹⁰ Caminhonaço, também conhecido como Tratoração, é a forma de mobilização de rua do movimento formado por produtores rurais de milho, soja e arroz. Ocorreu em 2005 em Brasília na esplanada dos Ministérios, foi organizado pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Desse modo, o Caminhonaço ou Tratoração, foi considerado como sendo o movimento de reivindicação de renegociação de dívidas oriundas de crédito rural que representou os interesses do patronato rural brasileiro (CARNRITO, Olavo

Outra faceta da ação política da UDR, segundo Bruno (1996), foi a sua ação pela disputa política interna da categoria dentro das Federações, Confederações e Sindicatos patronais dos produtores rurais, que teve como objetivo conquistar visibilidade política nacional. Essa ação se deu na década de 1990.

Além da violência no campo, a UDR defendia, como estratégia política, a prática da violência contra os adversários políticos, por meio do debate violento e a perseguição a eles, sobre isso, Bruno afirma que:

A desvalorização pública dos adversários foi fundamental porque permitiu o estabelecimento de regras de enfrentamento e construir estratégias de enfrentamento para fragiliza-los. Contribuiu ainda para a construção da identidade patronal rural e a demarcação das fronteiras existentes: nós, proprietários e produtores rurais, e trabalhadores; nós, a elite, e eles, os desqualificados; nós, os defensores da livre-iniciativa e eles, a “esquerdinha de boutique” que tem pretensões de estatizar o campo.” (BRUNO, 1996, p.77).

Foi durante o processo da ANC que surgiu a estratégia de induzir a criação de uma representação política do setor rural que fosse militante dos seus interesses. Com isso, pretendeu-se uma renovação das lideranças políticas da categoria, entretanto, o objetivo principal dessa estratégia, era produzir uma representação política que, independentemente do sistema partidário, estivesse mais próxima dos produtores rurais. Diante disso, Bruno (1996) destaca que:

(...) a UDR também buscava outro tipo de representação social: uma relação mais orgânica com os candidatos e parlamentares, com o objetivo de instituir um novo perfil de representação política mais próxima dos interesses da grande propriedade e da iniciativa privada. Nesse sentido, o parlamentar deveria ser “mais aguerrido”, “menos medroso”, “mais militante”. (BRUNO, 1996, p.78).

A partir disso, a UDR passaria a financiar candidaturas de representantes que tivessem objetivos convergentes com o da elite de proprietários rurais, isso porque, mesmo que desprezassem as regras do jogo democrático e o sistema partidário que foi instituído com a redemocratização, entendiam que o Congresso Nacional se tornaria, como novamente acabou se tornando, uma arena de disputa de interesses importantíssima nessa nova fase institucional brasileira; e por isso, passaram a financiar tais candidaturas, independentemente de partidos, que convergissem seus objetivos com os da elite do patronato rural da época. (BRUNO, 1996, p.78).

3.3 A PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO DO PATRONATO RURAL NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, DE 1987

Para Bruno (1996) o que aconteceu durante a ANC foi a formação de um poder extraparlamentar, pois, eram os representantes da Organização da Cooperativas do Brasil (OCB), da Sociedade Rural Brasileira (SBR) e da Confederação Nacional da Agricultura, lideradas por Ronaldo Caiado, quem redigiam as emendas parlamentares sobre a reforma agrária e destinavam aos parlamentares – ou seja, aos constituintes originários apresentarem durante os trabalhos (BRUNO, 1996, p.80).

Durante a ANC formaram-se comissões para debater assuntos relevantes que a nova ordem constitucional teria que enfrentar. Uma das comissões mais conflituosas foi a Comissão de Assuntos Econômicos; dentro desta comissão foi criada a Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária para debater, prioritariamente, a questão da Reforma Agrária; essa subcomissão funcionou entre 07 de abril a 23 de maio de 1987 e teve 21 reuniões¹¹.

Os principais temas que foram debatidos nessa subcomissão foram: a) A política ideológica concernente à Reforma Agrária; b) A Reforma Agrária como um problema não apenas social, mas econômico e político; c) O direito de propriedade, a função social da propriedade e os limites de áreas; d) Alternativas à Reforma; e) Política Agrícola diferenciada para pequena propriedade rural; f) Política agrícola e agrária; g) Aspectos específicos sobre proposta de lei agrícola; h) Cooperativismo e i) Estatuto do trabalhador rural (Câmara dos Deputados, 2009, p. 415).

Foram feitas pela Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária onze audiências públicas nas quais estiveram presentes as seguintes organizações: Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA); Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Faemg); Empresas Brasileiras de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater); Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra); Empresas Brasileiras de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Associações de Empresários da Amazônia (AEA); Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Sociedade Rural Brasileira (SRB); Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag); Ministério Extraordinário de Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Comissão Pastoral da Terras (CPT); Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST) e União Democrática Ruralista (UDR).

¹¹ Essas informações podem ser acessadas no site <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em 14 de dezembro de 2020.

Durante a ANC a questão agrária ficou muito restrita ao debate sobre reforma agrária. Segundo Prieto (2019) e Buttó (2009), de um lado havia grupos ligados a movimentos sociais de trabalhadores rurais atuando em favor da inserção, na Constituição, de propostas legais para a viabilização da reforma agrária; de outro, grupos ruralistas também se organizaram para resistir e inviabilizar qualquer tipo de proposta que colocassem em risco a grande propriedade privada rural (Quadro 4).

QUADRO 4 - Disposição dos Grupos que participaram dos debates sobre a reforma agrária na Assembleia Nacional Constituinte

PRÓ-REFORMA AGRÁRIA		CONTRA REFORMA AGRÁRIA	
Campanha Nacional da Reforma Agrária (CNRA)	Conselho Indigenista Missionário	Frente Ampla da Agropecuária (FAAP)	Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
	Associação Brasileira de Reforma Agrária		Confederação Nacional da Agricultura – CNA
	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura		Sociedade Rural Brasileira – SRB
	Associação Brasileira da Reforma Agrária		União Democrática Rural
	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil		Sociedade Brasileira de Proteção à Tradição, Família e Propriedade.
	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas		Federação Nacional de Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG
	Comissão Pastoral da Terra.		

Fonte: Produção do próprio autor baseado na literatura, Prieto (2019) e Buttó (2009).

A Campanha Nacional da Reforma Agrária foi um movimento no qual participaram as organizações ligadas aos trabalhadores rurais, que propôs uma resolução que deveria ter sido base para a formulação das propostas apresentadas sobre a reforma agrária durante a ANC. (PRIETO, 2019; BUTTÓ, 2009; SÁ, 2017).

Foi durante a ANC que se formou a primeira Frente Ampla em Defesa de Proprietários de Terras e Proteção a Médios e Grandes Produtores Rurais, que defendeu as bandeiras do monopólio absoluto da propriedade rural, posicionou-se de forma contrária à desapropriação de propriedades rurais produtivas; além disso, foi contra o aumento da tributação da Terra e contra a criação de limites para a propriedade rural (LOCATEL; LIMA, 2016, p.67). Essa frente, segundo Pompeia (2020), foi criada em resistência à UDR e a seus métodos de atuação política, o que demonstra que o patronato rural não é um grupo de fácil coesão; nomeada Frente Ampla da Agropecuária (FAAP), as principais entidades da categoria que participaram da sua criação foi a OCB e a Sociedade Rural Brasileira (SRB).

As propostas dos dois grupos podem ser sintetizadas conforme Quadro 5, a seguir.

QUADRO 5 - pautas políticas dos grupos que participaram dos debates sobre a reforma agrária na Assembleia Nacional Constituinte.

PAUTA PRÓ-REFORMA AGRÁRIA		PAUTA CONTRA REFORMA AGRÁRIA	
Campanha Nacional da Reforma Agrária (CNRA)	Subordinação do direito de propriedade a uma função social;	Frente Ampla da Agropecuária (FAAP)	A função social da propriedade vinculado à produção econômica;
	O estabelecimento de um limite máximo para a propriedade privada;		O critério para a desapropriação seria a produtividade e não o tamanho do imóvel;
	Imissão imediata do imóvel desapropriado;		Não haveria imissão imediata da posse;
	A implantação de um dispositivo pela perda sumária da terra em caso de ter sido flagrado trabalho análogo á escravidão no imóvel sem indenização do latifundiário;		Direito de Recorrer da decisão de desapropriação no Poder judiciaria;
	A indenização seria baseada pelo imposto territorial rural (ITR);		Valor justo de indenização pela desapropriação;
	Limitação do lote de terras para estrangeiros.		Nenhum limite para tamanho de propriedades para estrangeiros

Fonte: Produção do próprio autor baseado em Prietro (2019) e Buttó (2009);

Conforme os dados do Quadro 5, podemos comparar as pautas dos grupos de pressão que atuaram durante a ANC nos debates sobre a reforma agrária. Autores como Cruz (2021), Prietro (2019), Buttó (2009), Sá (2017) e Ferreira et al. (1997, p.181) argumentam que a ação dos ruralistas para inviabilizar o plano nacional de reforma agrária foi bem sucedida pois, por mais que tenha sido aprovada a inserção do tema na Constituição Federal de 1988, o princípio da função social da propriedade ficou condicionado à produtividade, a justa indenização pelas bem feitorias feitas na propriedade, a possibilidade de ação judicial contestando a ação de desapropriação e a não imissão de posse pela União imediata.

Lima (2016, p.104) considera que as elites rurais, mesmo tendo tido acesso a mais recursos que os representantes dos trabalhadores, não conseguiram obter sucesso em todas as questões referentes ao meio rural devido à atuação dos movimentos sociais dos trabalhadores.

Vale destacar, conforme argumentam os autores aqui referidos, que durante a ANC a UDR conseguiu liderar a bancada de produtores rurais para resistir às demandas que os movimentos sociais de cunho progressistas representavam, por meio da radicalização das suas

ações e discursos. Entretanto, no decorrer da estabilização da nova ordem democrática, as formas de atuação política utilizadas pela UDR não foram as principais formas de atuação realizadas pelo “novo empresariado rural”, que se formara dentro de uma perspectiva neoliberal e tinha como objetivo transformar a produção rural em uma produção agrícola e pecuarista capitalista, voltada para o mercado internacional. Nesse novo contexto a UDR perde sua capacidade de liderança e de coordenação política.

Dessa forma, a utilização da violência no campo já não era mais bem vista e nem útil ao setor. Entretanto, isso não quer dizer que tais práticas deixaram de ser adotadas no campo; todavia, outras formas de mobilização e ação política começaram a ser usadas, também, conforme discussão feita no item 2.2 deste trabalho.

Além disso, segundo Sarmiento (apud PRIETRO 2019), durante a ANC o sucesso da FAAP deveu-se à organização da frente liderada pelos membros da UDR, quando Ronaldo Caiado teve a função de articulador político e atuou por meio de lobby junto ao Centrão. À época 37,7% dos parlamentares constituintes recebiam financiamento de empresários e investidores, dentre estes, 43% eram proprietários de terras.

Diante disso, para Prietro (2019) houve uma aliança entre classes empresariais urbanas, produtores rurais e elites políticas do Centrão, que à época era formado principalmente por parlamentares filiados ao PMDB, PFL, PTB E PDS. Se levarmos em consideração os dados da Tabela 5 (p.66), perceberemos que são os parlamentares destes partidos que compõem a base inicial da bancada ruralista na Câmara dos Deputados.

3.4. A “NOVA AGRICULTURA” PRECISA SE APRESENTAR COM UMA NOVA FACE À NAÇÃO BRASILEIRA

A expressão “nova agricultura” faz referência tanto à agricultura quanto à pecuária. Essa expressão foi usada para designar uma nova fase do setor agrícola e pecuarista brasileiro, caracterizada pelo desenvolvimento da especialização do setor. Esse processo se deu em decorrência do período conhecido como “Revolução Verde”, no qual o Estado direcionou políticas públicas para desenvolver a agricultura e a pecuária de mercado, no Brasil. Tais políticas públicas acarretaram no desenvolvimento do setor agroindustrial e, portanto, ao desenvolvimento de mais um elo da cadeia do setor agrário brasileiro, este ligado à indústria de produção de tecnologias para viabilizar a produção.

Para Mendonça (2005), assim como para Pompeia (2021), o desenvolvimento da agroindústria se iniciou na década de 1980 e se consolidou na década seguinte, ou seja, de 1990 em diante. Além desse processo, segundo Mendonça (2005), houve também uma mudança no

discurso, que passou a ser direcionado por uma concepção neoliberal, no qual não caberia mais as formas de ação e mobilização políticas violentas, engendradas e postas em prática pela UDR. Portanto, podemos inferir que os representantes do setor da “nova agricultura” escolheram adaptar seus métodos de ação política ao contexto democrático, porque isso era uma imposição do mercado internacional, para o qual queriam se expandir.

Ainda segundo Mendonça (2005), o desenvolvimento tecnológico no meio rural brasileiro, gerou o surgimento de uma nova espécie de hegemonia do patronato rural, que também iria atuar para a constituição de uma nova forma de representação política do setor, mas isso não somente resultou em uma forma nova de representação política, como também impeliu à uma renovação das lideranças políticas. Conforme argumenta Mendonça, o setor precisava de novas lideranças que buscassem a unificação da pauta do setor e é nesse momento que a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) emerge como um importante ator político, buscando se estabelecer como a mais nova liderança política do setor.

Ou seja, para Mendonça (2005) nesse contexto houve uma ruptura com relação ao modelo de representação de interesses do setor agrário brasileiro: a estrutura corporativa que tem na CNA o principal agente mobilizador, assim como, as demais Federações patronais existentes, começaram a perder espaço para entidades que estavam fora do modelo de representação formal-legal do patronato rural.

Importa ressaltar que a produção agrícola não envolvia mais tão somente o setor primário; agora se tratava do agronegócio, portanto, de uma cadeia produtiva integrada e que visava uma economia de mercado, voltada para a exportação; que, por essa razão, necessitava de uma representação política “condizente” com a atual complexidade do setor, e que estivesse em sincronia com as instituições democráticas.

Pompeia (2020) argumenta que o que nomeamos como “nova agricultura e pecuária”, que está inserida no conceito de agronegócio, é nada mais do que uma estratégia de legitimação do setor produtivo agropecuário, o qual por meio do reconhecimento da cadeia linear que engloba vários ramos que é o agronegócio, superdimensionaria a representatividade real do patronato rural no Congresso Nacional (CN); e, com isso, conseguiria mobilizar, não apenas a opinião pública para as necessidades do setor, como também conseguiria fazer a mobilização das instituições públicas entorno dos seus interesses.

Bruno (2012) demonstra que a partir de 2011, houve a formação de um “movimento-agro” cujo objetivo foi o de valorização do agronegócio e, na mesma via que Pompeia (2020), defende que este movimento teve como objetivo principal a unificação da categoria, mediante o conceito do agronegócio.

Entretanto, existem pesquisadores que não veem o agronegócio como um novo modelo de produção, a exemplo de Souza (2019) para o qual a ideia de que o agronegócio está em um lugar de destaque no desenvolvimento econômico nacional é o resultado de uma hegemonia ideológica, que conseguiu se impor ao sistema político brasileiro; e por isso, conseguiu induzir que os governos da Sexta República¹² iniciassem planos de investimentos da produção rural voltados para o mercado agroexportador. Para Souza (2019), forjou-se uma concepção de que o agronegócio era o modelo produtivo mais eficaz para desenvolver economia do setor rural, que ajudaria, também, no desenvolvimento da economia nacional.

Ainda segundo Souza (2019), essa concepção que considera o modelo desenvolvimentista conservador a forma mais eficaz, contou com a ajuda do cenário externo, pois, ocorreu em um momento em que as *commodities* se apresentavam como um novo ciclo econômico, o que favoreceu para que se tornasse a concepção hegemônica.

Conforme argumentos de Fernandes (apud SOUZA, 2019, p.52-54) o agronegócio se utiliza do mesmo processo de exploração da terra baseado na grande propriedade rural do sistema de *plantation*; contudo, além de possuir essa característica é também uma construção ideológica que tem como objetivo mudar a imagem do latifundiário; ou ainda, trata-se de uma espécie de “jogada de marketing” que evidencia, apenas, a questão do desenvolvimento tecnológico e o crescimento da produção, ocultando as características negativas desse modelo; “um sistema que concentra o domínio sobre a propriedade rural, executa a exploração da terra de forma predatória, expropriatória e excludente.

A esse respeito Ferreira et al. (2019), conclui o seguinte:

(...) a modernização não representou uma mudança na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo. Ela apenas autorizou a produção em larga escala, em curtos períodos, com reduzida mão de obra e voltada a abastecer, principalmente, o mercado externo que nos dias de hoje dita as regras da produção agrícola no Brasil. (FERRERIRA et. al, 2019, p.70).

De fato, conforme argumentam os autores acima referidos, a modernização do setor rural não ensejou uma mudança nas relações sociais no campo; pautas progressistas e questões como a reforma agrária, demarcação de terras indígenas e quilombolas, ainda são objetos de muita resistência da bancada ruralista. Sob o argumento de que o principal objetivo é desenvolver a produção agropecuarista e agrícola, essas demandas seriam como obstes ao crescimento da produção. Para Bruno, isto é assim porque realmente não há na história do Brasil

¹² Sexta República é um termo usado por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como cientista políticos, geógrafos, economistas, entre outros, que serve para designar a República que se produziu com o fim do regime militar em 1964, a partir da promulgação da CF/88, portanto, tudo que vem depois da 1988 é considerado dentro da Nova República e tudo que existe antes de 1964 é a velha República, e o hiato que existe entre esses períodos é o regime militar (ABRANCHES, 1988; SANTOS F, 2003).

uma contradição entre a força “modernizadora e transformadora” do Capital e a força “conservadora e rentista” da propriedade privada (MARTINS, 2011 apud BRUNO, 2016, p. 5).

Portanto, verifica-se que, para a autora, a propriedade da terra é questão imprescindível para a atuação política dos representantes do patronato rural e, dessa forma, a violência no campo é uma continuidade da ação política da bancada ruralista. Em outros termos, a importância política da bancada ruralista está diretamente relacionada à proprietária da terra; ou seja, é o latifúndio que impulsiona a atuação política da bancada; além disso, como não há contradição entre latifúndio e modernização econômica, os dois fenômenos se complementam e tornam essa estrutura permanente (BRUNO, 1997).

3.5 O AGRONEGÓCIO NO BRASIL NA AGENDA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Essa “nova agricultura” que se apresenta com ares de liberal e que, pela necessidade de chegar ao mercado internacional, se afastou das antigas práticas de violência, tanto na vida política quanto no meio rural, carecia de se manifestar de forma contundente sobre assuntos que estavam na pauta das discussões políticas presentes no Congresso Nacional.

Mas não só isso, ela também precisava de uma nova ferramenta que pudesse dar unidade ao setor dentro da esfera política, de tal forma que, cada vez mais, ela conseguisse angariar apoio institucional para si. É diante dessa necessidade que começam os investimentos do setor sobre a produção de conhecimento científico que pudessem embasar os argumentos de resistência às pautas ambientalistas e de expansão de direitos sociais no campo.

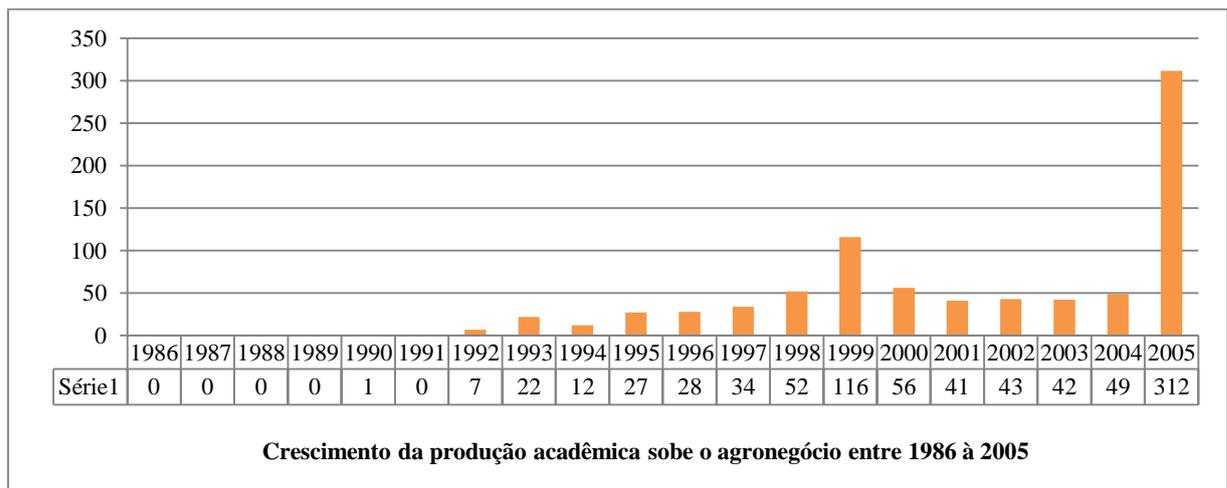
Essa unidade almejada seria alcançada a partir do fortalecimento da concepção do conceito de agronegócio. A consolidação do significado deste termo poderia unir a categoria e envolver dentro da esfera de convergência dos interesses dos produtores rurais e outras categorias de profissionais que antes estavam afastadas da realidade do campo.

Para Pompeia (2021), os primeiros resultados positivos do setor nessa área, puderam ser observados já na década de 1990, depois do lançamento do livro “Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro”, de Bittencourt de Araújo, Wedekin e Pinazza. Segundo Pompeia, a produção acadêmica sobre o agronegócio serviu para que o significado do termo “*agronegócio*” ganhasse a esfera pública e quanto mais isso ocorria, mais o conceito, que até então não havia sido traduzido para o português, se fortaleceria até que, já em meados da década de 1990, a noção de agronegócio foi reconhecida como uma categoria produtiva (POMPEIA, 2021, p.131).

Todavia, mesmo que em 1990 tenha havido a publicação do livro referenciado acima, essa produção somente vai se consolidar a partir dos anos 2000. Pompeia (2021) apresenta, em sua obra, duas tabelas com dados da produção acadêmica relacionada à temática do agronegócio. Nessas duas tabelas o pesquisador distribui seus resultados entre quatro tipos de nomenclaturas que fazem referência ao agronegócio, quais sejam: *agribusiness*, *agrobusiness*, agronegócio e agronegócios. Os dados que o autor apresenta demonstram que em 1986 a produção acadêmica sobre o agronegócio no Brasil era inexistente. Esse quadro começa a mudar a partir da década de 1990, quando aumenta sobremaneira a produção acadêmica, chegando a 301 produtos, considerando dados agregados (eventos, artigos científicos, dissertações, teses, livros e conferências). Os mesmo índices entre 2000 a 2005 demonstram uma produção equivalente a 1.086 produtos, que envolvem eventos, artigos científicos, dissertações, teses, livros e conferências, o que representa um crescimento aproximado de 360,8%.

O Gráfico 2, a seguir, demonstra que no ano de 1986 a produção acadêmica sobre o agronegócio era inexistente; que o crescimento dessa produção de conhecimento começa a partir do lançamento do livro mencionado acima, em 1990. Entretanto, a produção de uma série de estudos e eventos sobre o agronegócio, de fato, se torna mais evidente em 1992, continuando ao longo do período, senso que seu desenvolvimento se dá em uma frequência que, a priori, não é constante, mas que no ano de 2005, em relação a 2004, teve um crescimento de 700%.

GRÁFICO 2 - Desenvolvimento da produção acadêmica sobre o Agronegócio de 1986 a 2005



Fonte: Dedalus–USP 2016-obr, 2017 apud Pompeia (2021). Elaborado pelo próprio autor.

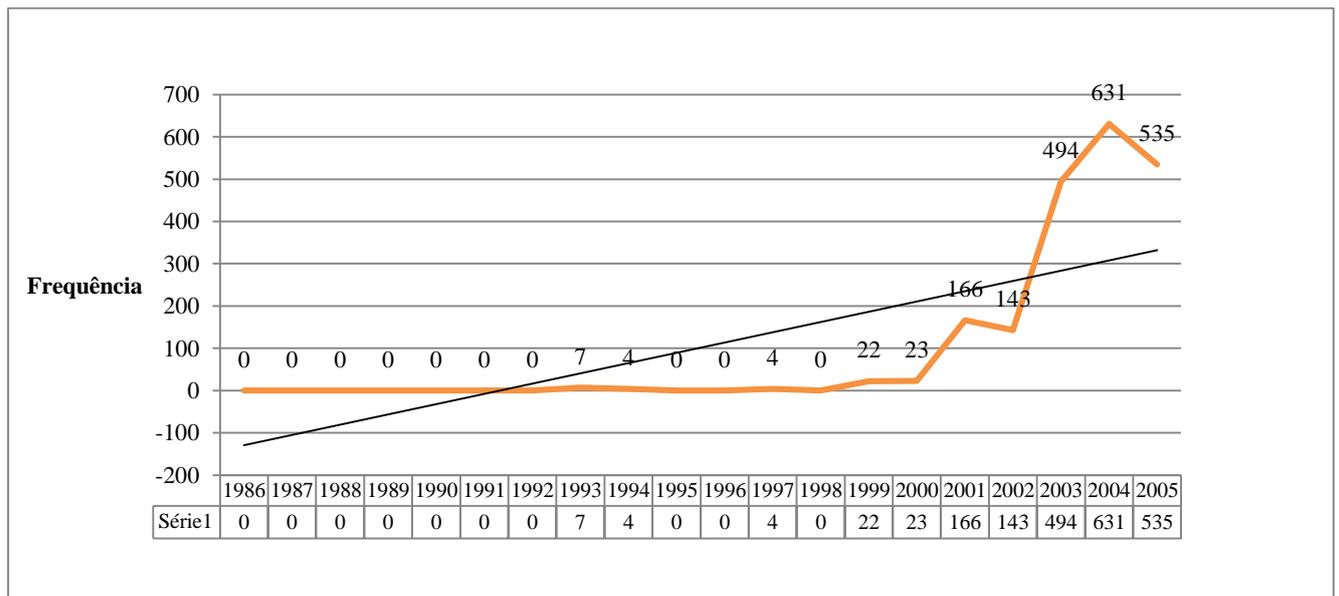
Em 2005 já se tem uma produção acadêmica equivalente a 312 eventos e produções de pesquisa sobre o agronegócio, o que demonstra o processo de consolidação desse conceito. Para Pompeia (2021) esse fenômeno consolidou, não apenas na sociedade, o conceito e a visão de

integração entre diversas áreas produtivas dentro do conceito “guarda-chuva” que passou a ser agronegócio; serviu, também, para a mobilização desta categoria dentro das instituições políticas.

Essa mobilização se deu pela integração à Bancada Ruralista, que é uma bancada informal atuante dentro do Congresso Brasileiro, formada por políticos que não são necessariamente e diretamente ligados ao setor produtivo agrário ou pecuarista nacional, mas que votam frequentemente de forma convergente com os políticos que o são e defendem a pauta política deste segmento.

O fenômeno de reconhecimento do agronegócio como um segmento produtivo, pode ser observado por meio de outro dado apresentado por Pompeia (2021) em sua obra sobre a quantidade de discursos de deputados federais no âmbito da Câmara dos Deputados, nos quais se usou o termo Agronegócio (Gráfico 3).

GRÁFICO 3 – Discursos no âmbito da Câmara dos deputados Citando Agribusiness, agrobusiness, Agronegócio e Agronegócios entre 1986 à 2005.



Fonte: Pompeia (2021) apud Dedalus–USP 2016-obr, 2017. Elaboração do próprio autor.

Como podemos observar nos dados do Gráfico 3, a progressão da quantidade de discursos que fizeram referência ao conceito de agronegócio chega a 631, em 2004, com uma leve queda em 2005, quando se registrou 535 discursos referentes à temática em questão. Todavia, essa leve queda não teve o condão de interferir na tendência ascendente que manifestou as iniciativas de discursos com referência ao agronegócio, o que pode ser observado pela Linear (série1). Quanto ao contexto político, o início de crescimento da quantidade discursos coincide com o segundo mandato de FHC e o início dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

3.6 O PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO DA BANCADA RURALISTA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, NA ERA DO AGRONEGÓCIO

A participação do empresariado na esfera pública por meio das instituições políticas não é um fenômeno recente. O empresariado, em geral, sempre conseguiu estar presente nesses debates, conforme podemos demonstrar na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 – Empresários na Câmara dos Deputados, segundo os segmentos e as legislaturas de 38a e 42a; 43a a 47a e 48a a 50a.

Segmentos	1946-67		1967-87		1987-99	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Empresários da indústria e finanças	256	15,3	193	9,7	86	5,7
Empresários de serviços diversos e outros setores	80	4,8	122	6,1	235	15,6
Produtores rurais sem atividade empresarial	133	8,0	192	9,7	113	7,5
Outras atividades	1.203	71,9	1.477	74,5	1.070	71,2
Total	1.672	100,0	1.984	100,0	1.504	100,0

Fonte: Diniz e Boschi (2004, p. 98).

Ao analisar os dados da Tabela 2 chamamos atenção para os valores referentes ao segmento de produtores rurais sem atividade empresarial, o qual aparece distribuído de 1946 a 1967 (21 anos); de 1967 a 1999 (20 anos) e 1987 a 1999 (20 anos), ou seja, em períodos de tempo semelhantes, a quantidade de produtores rurais que não possuíam atividade de empresários se manteve estável, com uma média de representantes no Congresso Nacional de 146 membros, em três períodos de 20 anos cada. Isso demonstra uma estabilidade na quantidade de representantes do setor, que talvez possa estar relacionada ao modo como este se relacionava com as instituições políticas durante o regime militar de 1964 e o período de transição deste para a Democracia, ou seja, o modelo de representação de interesses em um contexto autoritário e dirigista.

Podemos comparar os dados da Tabela 2 com a quantidade de deputados federais que fizeram ou fazem parte da bancada ruralista e as profissões autodeclaradas (Tabela 3). A partir desses dados observa-se o desenvolvimento da banca ruralista, levando em consideração os segmentos profissionais que mais foram declarados pelos próprios parlamentares.

Tabela 3 - Número de Deputados Federais da Bancada Ruralista, segundo as profissões autodeclaradas conforme a quantidade de cadeiras parlamentares nas 49ª, 50ª, 51ª, 52ª, 53ª, 54ª e 55ª legislaturas.

Segmentos	1991-95		1995-99		1999-03		2003-07		2007-11		2011-15		2015-19	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Agricultor	0	0,0	9	1,8	0	0,0	3	0,6	3	0,6	1	0,2	0	0,0
Agroindustrial	0	0,0	1	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Pecuarista	8	1,6	12	2,3	7	1,4	9	1,8	8	1,6	8	1,6	8	1,6
Agropecuária	2	0,4	19	3,7	20	3,9	13	2,5	6	1,2	11	2,1	7	1,4
Empresário rural	31	6,1	9	1,8	13	2,5	11	2,1	9	1,8	6	1,2	6	1,2
Fazendeiro	4	0,8	1	0,2	6	1,2	2	0,4	0	0,0	3	0,6	0	0,0
Outras profissões	0	0,0	5	1,0	1	0,2	3	0,6	78	15,2	112	21,8	88	17,2
Total	45	8,9	56	10,9	47	9,2	41	8,0	104	20,3	141	27,5	109	21,2

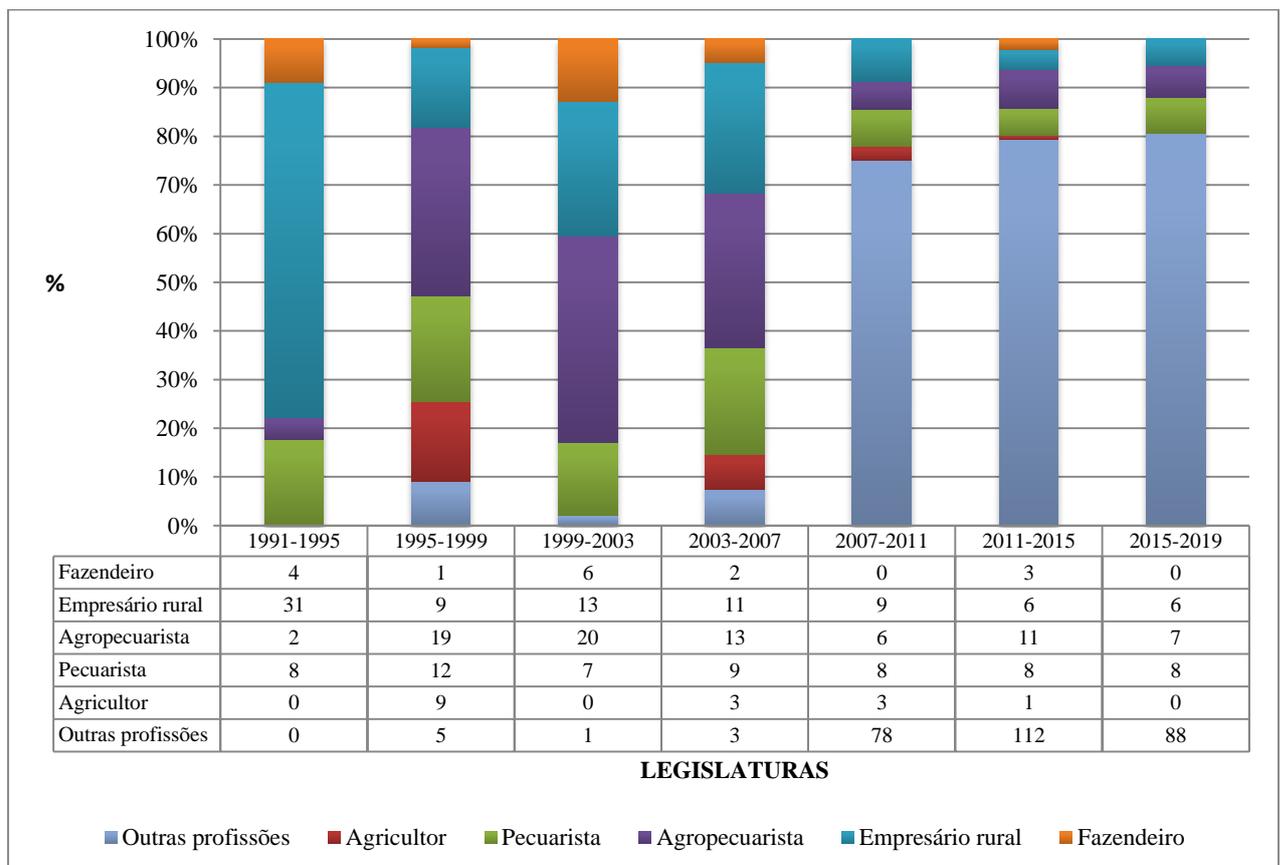
Fonte: Diap (Radiografia do Congresso) e Site da Câmara dos Deputados. Elaboração do próprio autor.

Nota: Para o cálculo dos valores relativos da 49ª legislatura (1991-95) levou-se em consideração a composição de 503 cadeiras do Parlamento, à época. Para as demais, o cálculo foi com base no total de 513 cadeiras do Parlamento.

Em relação a quem faz parte da bancada ruralista, na Câmara dos Deputados, a partir dos dados da Tabela 2 pode-se observar que até o período correspondente à 53ª legislatura, ou seja, até o período de 2007 a 2011, há uma predominância, de indivíduos que se nomeiam como proprietários de terras, mas que não necessariamente se consideram empresários rurais. Esse fato muda no período de 2007 a 2011, quando passam a integrar a bancada ruralista deputados que possuem profissões que não necessariamente tem relação com a produção rural, seja agrícola ou pecuarista.

O segmento formado por parlamentares da Bancada Ruralista que declararam ter outra profissão apresenta uma média de crescimento de 38,35% por legislatura, sendo que, já na 53ª legislatura é o segmento que se torna a categoria predominante em termos quantitativos. Entre os segmentos apresentados, é o único que apresenta crescimento enquanto os demais apresentam quedas, ou uma tendência à estabilização. É que podemos observar no Gráfico 4, a seguir, que representa o desenvolvimento dessa bancada na Câmara dos Deputados, a partir da 49ª legislatura.

GRÁFICO 4 - Segmentos Profissionais de Deputados Federais que integram a Bancada Ruralista (%)



Fonte: Diap (Radiografia do Congresso) e Site da Câmara dos Deputados. (Produção do próprio autor).

Pelos dados do Gráfico 4 podemos observar que a bancada ruralista se desenvolve no decorrer das legislaturas analisadas, cada vez mais composta por integrantes que não têm

necessariamente vínculo profissional com o setor da produção rural; essa tendência talvez possa ser justificada pela ingerência das campanhas de disseminação da concepção do agronegócio ou pela consolidação do agronegócio como rede interorganizacional que envolve diversas atividades e diferentes categorias profissionais.

Entretanto, isso não quer dizer que os postos de liderança política da referida bancada também tenham sido ocupados por esses deputados federais que se declararam não ter relação profissional direta com o setor em questão, ou que apesar de declararem outras profissões, não sejam proprietários de terras também.

Os dados referentes à presença na Bancada Ruralista de parlamentares com outras profissões são dados importantes de serem analisados, haja vista que parte predominante das pesquisas sobre a bancada ruralista considera como essencial para a atuação coesa da bancada a questão de classe de grandes proprietários de terras, que para defender o direito absoluto à propriedade rural, passou a se movimentar politicamente como elite política de proprietários.

É a partir dessa concepção analítica que Lima (2016) inicia a sua análise sobre a bancada ruralista no Brasil, tendo como hipótese que o ruralismo, como um movimento da sociedade civil, é um produto histórico, construído para deslocar o seu atuação para o interior das instituições políticas, e assim, conseguir acesso a recursos que alimentam o próprio setor, e mantem a estabilidade dessa estrutura de produção agrária.

A autora conceitua como ruralismo esse movimento de organização política dos interesses das elites rurais do Brasil, que pode ocorrer em nível da sociedade civil organizada ou na esfera política institucional. Quanto a isso, ela observa que um decorre do outro (LIMA, 2016, p.92 apud MENDOÇA, 1997, p.10).

A autora observa que existe uma assimetria entre a representação de interesse das elites rurais e a representação de interesses dos trabalhadores rurais; atribui essa assimetria à vantagem que a propriedade da terra possibilita às elites rurais, pois, esta seria: “(...) fator que orienta a posição de classe e posição política por meio de uma atuação de elite política (...)” (LIMA, 2016, p. 94).

Em seu estudo Lima (2016) contrapõem duas correntes teóricas sobre representação de interesses (o elitismo e pluralismo político), em relação as quais conclui que o fato de o pluralismo político reconhecer que existam assimetrias entre grupos de pressão, não explicaria os fenômenos de controle das pautas de discussão sobre temas sensíveis ao grupo dominante, e que em decorrência disso, no caso do ruralismo brasileiro, o que existe é na realidade uma atuação em prol de uma elite, ou a atuação de uma elite política ruralista.

Suas críticas ao modelo de representação de interesses pluralista seguem as concepção de Bachrach e Baratz (2011), para os quais, o pluralismo político não possui critérios objetivos para distinguir entre o que é importante para os grupos de interesse na arena política e o que não é prioridade destes; além do que, o método de coleta de dados não levaria em consideração a atuação de grupos de pressão para o impedimento ao surgimento de disputas políticas, pautaria o poder de influência ou o sucesso, apenas na análise daquilo que foi decidido concretamente (LIMA, 2016, apud 2011, p.152).

Seguindo essas teorias, Lima (2016) defende que as análises sobre o ruralismo no Brasil devem se orientar a partir da relação antagônica existente entre o ruralismo e os movimentos sociais que se contrapõem a ele, levando em consideração que a propriedade privada da terra é o fator que caracterizaria este antagonismo (LIMA, 2016, p. 101).

A autora em questão, concluí seu posicionamento argumentando que a bancada ruralista seria um exemplo de que as teorias pluralistas não conseguiriam explicar a atuação desta, uma vez que lhe faltaria o debate sobre a manutenção do poder por grupos já estabelecidos, no caso, a bancada ruralista; que na realidade possuiria um viés de classe social, haja vista se tratar da representação de interesses de proprietários de terras. Diante disso, ela argumenta que os ruralistas atuam tanto na esfera do processo de tomada de decisão institucional sobre políticas públicas, quanto na esfera da sociedade civil, manipulando valores sociais e políticos (LIMA, 2016, p.116).

Quando Mendonça (2005) discute a construção da hegemonia de um novo patronato rural demonstra, contextualizando, que em toda a década de 1980 houve uma crise grave de representatividade das entidades patronais da agricultura. Defende que essa assimetria ocorreu em decorrência da aplicação de políticas públicas desenvolvimentista, que foram direcionadas para o meio rural e a produção rural brasileira. Que o princípio norteador dessas políticas foi a da distribuição diferenciada de créditos e subsídios, e que, por isso, teria proporcionado um incisivo efeito de diferenciação de interesses dentro dessa classe dominante da produção rural (MENDONÇA, 2005, p.2).

Tendo em vista o processo de modernização da agricultura, a pesquisadora observou que este gerou o crescimento da especialização da produção agroindustrial, essa diferenciação teria ocorrido na esfera econômica-social e política, o que teria aberto um espaço para uma disputa pela hegemonia da representação de interesse políticos do setor rural brasileiro (MENDONÇA, 2005, p.2). Portanto, para a autora o que a modernização produziu dentro das elites rurais brasileiras foi um: “acirramento do conflito entre as principais agremiações de representação real da classe dominante agrária pelo monopólio da fala legítima”

(MENDONÇA, 2005, p.02). Esse conflito possibilitou o surgimento de uma nova hegemonia no setor que estaria ligada à agroindústria.

O estudo de Mendonça (2005) nos mostra a dificuldade de coesão que há dentro dessas elites de produtores rurais e os conflitos que permeiam o seu interior. Portanto, torna-se difícil concordar com o argumento de que somente por uma questão de classe consegue-se unificar o setor todo, fazendo com que o mesmo resolva os seus dilemas sociais; e que este fato, caracterizado pela propriedade da terra, é o elemento principal que permeia essa relação interna nos dias atuais. Não que esse fenômeno seja inexistente. Talvez tenha se tornado algo secundário, ao longo das legislaturas parlamentares que se iniciaram com redemocratização de 1988.

Podemos observar que, principalmente a partir da 53ª legislatura, ou seja, de 2007 a 2011, o grupo de segmentos profissionais que fazem parte da bancada ruralista passou a ser predominante como componentes dela, representando 75% já na 53ª legislatura. Ou seja, 75% dos deputados federais que compunham a bancada, nessa legislatura, declararam ser profissionais que não tinham necessariamente relação direta com a produção rural, seja na pecuária seja na agricultura. Essa predominância desse tipo de segmento profissional foi mantida nas legislaturas seguintes: na 54ª, dos 141 deputados que compunham a bancada ruralista, 112 (79,4%) declararam ser profissionais não correlacionados ao setor.

Mesmo tendo havido uma diminuição dessa bancada na 55ª legislatura, ela permaneceu sendo formada por parlamentares que, na sua maioria, não declararam profissões que indicassem, de alguma forma, tratar-se de grandes proprietários de terras ou grandes produtores. Dos 108 membros, 88 apresentam esse tipo de característica, portanto, 80% dos deputados que faziam parte da bancada não possuíam vínculo profissional direto com o setor produtivo.

Essa tendência observada não indica que os líderes da bancada ruralista na Câmara dos Deputados não sejam grandes produtores, ou grandes proprietários de terras, mas indica que existe uma convergência de interesses que vai muito além da relação de classe motivada pela propriedade da terra (LIMA 2016; CARRARA; BARROS, 2020; SOUZA, 2019; POMPEIA, 2021).

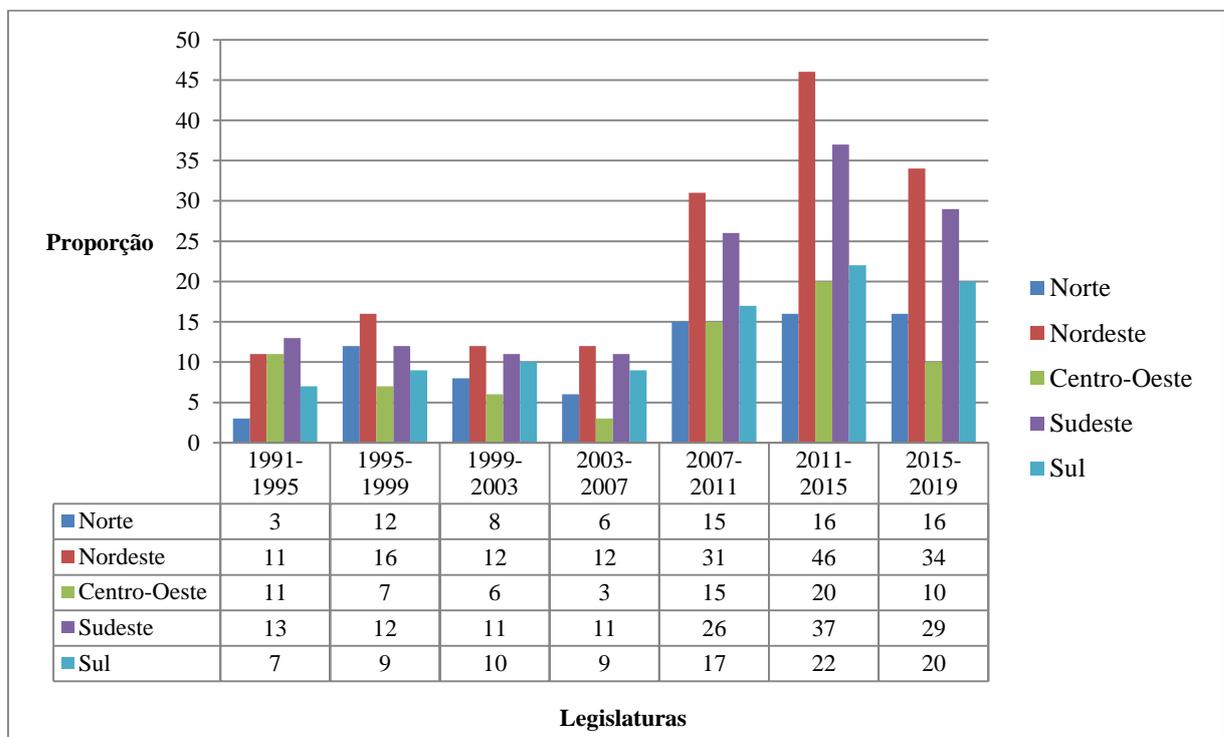
Esse fenômeno talvez esteja relacionado com o desenvolvimento do agronegócio como uma cadeia produtiva que em seu processo de desenvolvimento expandiu suas fronteiras para muito além da propriedade rural, gerando uma cadeia produtiva heterogênea e especializada, e que passou a envolver profissionais de diversas áreas.

3.7 A BANCADA RURALISTA POR REGIÃO DO BRASIL

Geralmente, em pesquisas sobre a bancada ruralista no Congresso Nacional brasileiro, busca-se encontrar uma correlação entre deputados federais que fazem parte dela e suas regiões de origem, que mostram a predominância de parlamentares oriundos de regiões tradicionalmente de produção agropecuária. Entretanto, desde a redemocratização e a consolidação do CN como uma arena de disputa de interesses, a representatividade da bancada se modificou, passando a ser considerada uma bancada não apenas suprapartidária, ou seja, aquela na qual seus membros são deputados oriundos dos mais diversos partidos, para ser considerada também, uma bancada de representação nacional, isto é, aquela que possui membros de todas as regiões do Brasil.

Os dados das sete últimas legislaturas mostram, no entanto, que o caráter nacional da bancada ruralista sempre existiu. Por isso, o que é mais evidente como fenômeno observável é o seu desenvolvimento quantitativo, ou seja, a quantidade de deputados que frequentemente voltam convergentemente às pautas ruralistas e não a sua expansão pelo território nacional nas regiões brasileiras. A seguir, o Gráfico 5 demonstra o desenvolvimento da bancada ruralista segundo a região de origem dos parlamentares, ao longo das últimas legislaturas.

GRÁFICO 5 - Desenvolvimento da Bancada Ruralista, por região



Fonte: Diap (Radiografia do Congresso) e Site da Câmara dos Deputados. Produção do próprio autor.

De acordo com o Gráfico 5, a seguir, podemos observar que em 2019 a região nordeste é a região com maior número de deputados federais pertencentes a bancada ruralista (34 membros), sendo que na legislatura anterior a quantidade era de 46 parlamentares. Em segundo lugar está o sudeste com 29 membros na última legislatura em análise e 37 na penúltima.

De 1991 a 2019 a média de crescimento da bancada ruralista do nordeste é de 23,14, a do sudeste é de 19,85; a região centro-oeste participa com 10 membros na última legislatura ora em análise e sua média de crescimento é de 10,28. Tomando-se como referência as duas regiões com mais membros na bancada ruralista, a quantidade de membros caiu entre 2011 e 2019, ou seja, apresentou um crescimento negativo.

Para Vigna (2001), essa constatação de que o nordeste e o sudeste são as regiões com maior quantidade de membros ligados ao que se considerou como ruralismo é no mínimo curioso, haja vista as diferenças entre essas regiões, para o autor:

Essa constatação é curiosa, pois as regiões Nordeste e Sudeste são caracterizadas economicamente como antípodas. Enquanto a primeira é associada ao subdesenvolvimento, a segunda representa a vitrine industrial do país. (VIGNA, 2001, p.25).

Há de se considerar, também, para fins de análise, a participação relativa dos membros da bancada ruralista em relação ao número total de parlamentares eleitos de cada região brasileira (Gráfico 5). A região sul se destaca por apresentar mais de $\frac{1}{4}$ do total de parlamentares daquela região vinculados à bancada ruralista. O que pode se explicar pela forte presença do agronegócio em dois Estados da região (Paraná e Santa Catarina).

As regiões Centro-Oeste e Norte apresentam situações similares, com um pouco menos de $\frac{1}{4}$ do total dos seus parlamentares vinculados à bancada ruralista, que estão ligados, direta ou indiretamente, à produção da soja e à pecuária de corte. Vê-se que as regiões sudeste e nordeste participam com o maior número de parlamentares membros da bancada ruralista, mas em termos relativos esse número representa bem menos em relação ao total de parlamentares eleitos, comparando às outras regiões.

Portanto, considerando a importância da produção agrícola do café, leite, frutas e cana-de-açúcar para a balança comercial brasileira, não é de se estranhar os números de parlamentares da bancada ruralistas eleitos pelos Estados das regiões sudeste (com destaque para São Paulo e Minas Gerais).

Tabela 4 – Número de Parlamentares eleitos e de membros da Bancada Ruralista, segundo a Região (56ª Legislatura)

Regiões	Total de Parlamentares Eleitos (A)	Parlamentares da Bancada Ruralista (B)	
		Abs.	B/A
Sul	77	20	26,0%
Norte	65	16	24,6%
Centro-Oeste	41	10	24,4%
Nordeste	151	34	22,5%
Sudeste	179	29	16,2%
Total	513	109	21,2%

Fonte: Diap (Radiografia do Congresso) e Site da Câmara dos Deputados. Produção do próprio autor.

Ao observarmos a quantidade de membros da bancada por Estados, na última legislatura analisada (2015-2019), e não apenas por regiões, vemos que a Bahia é o Estado da região Nordeste com maior número de deputados federais vinculados à bancada ruralista, com 14 membros; os demais Estados dessa região possuem quantidades simétricas que variam entre 3 a 2 membros. Quanto à região sudeste, Minas Gerais é o Estado com maior quantidade de representantes da bancada (18 parlamentares), enquanto São Paulo participa com 06 parlamentares; Rio de Janeiro com 03 parlamentares e; Espírito Santo com 02 parlamentares.

Todavia, o fato de a região ter mais ou menos membros da bancada ruralista não parece se correlacionar com a distribuição correspondente de lideranças da bancada haja vista que a região centro-oeste sempre demonstrou protagonismo quanto às pautas ruralistas embora participe com tão somente 9% do total de membros da bancada, na última legislatura. Essa questão merece melhor análise.

3.8. A BANCADA RURALISTA POR PARTIDO SEGUNDO AS LEGISLATURAS

Quanto à questão da bancada ruralista e os partidos políticos dos seus membros, segundo os dados disponíveis, a mesma sempre foi constituída por membros de vários partidos, sendo que, predominam os parlamentares de partidos de direita e centro direita, isto considerando o espectro ideológico dos partidos (Tabela 5).

Tabela 5 – Participação relativa dos membros da Bancada Ruralista, segundo os partidos políticos, da 49ª a 56ª legislaturas.

Partidos Políticos	Legislaturas / anos							
	49ª	50ª	51ª	52ª	53ª	54ª	55ª	56ª
	1991 a 1995	1995 a 1999	1999 a 2003	2003 a 2007	2007 a 2011	2011 a 2015	2015 a 2019	2019 a 2023
PMDB	18,2	25,0	14,9	17,0	21,2	19,9	18,3	12,3
PFL	15,9	23,2	27,7	31,7	14,4	0,0	0,0	0,0
DEM	0,0	0,0	0,0	0,0	3,8	15,6	9,2	16,0
PP	0,0	19,6	4,3	4,9	18,3	16,3	16,5	12,3
PTB	11,4	8,9	10,6	9,8	3,8	5,0	5,5	2,5
PRN	9,0	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PDC	9,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PDT	6,8	5,4	2,2	2,4	3,8	6,4	1,8	2,5
PL	6,8	0,0	0,0	2,4	2,9	0,0	0,0	0,0
PRS	4,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PST	4,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
PSDB	2,3	0,0	6,4	4,9	11,5	13,5	12,8	8,6
PSC	2,3	0,0	0,0	0,0	1,9	3,5	0,9	1,2
PSB	0,0	5,5	6,4	0,0	2,9	2,8	7,3	7,4
PPR	0,0	7,1	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	13,6
PSD	0,0	0,0	2,1	2,4	0,0	0,0	0,0	8,6
PR	0,0	1,8	0,0	0,0	5,8	9,9	7,3	0,0
PPB	0,0	0,0	23,4	24,4	0,0	0,0	0,0	0,0
PMN	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0
PPS	0,0	0,0	0,0	0,0	4,8	4,3	0,9	1,2
PTdoB	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,7	0,0	0,0
SD	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,8	2,5
PT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,6	1,2
PRP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2
AVANTE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2
PODEMOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2
PSL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2
PTC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2
PROS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2

Fonte: Diap - Radiografia do Congresso e Site da Câmara dos Deputados. Produção do próprio autor.

Podemos observar na Tabela 5 que existem três legendas partidárias que sempre estiveram presentes na bancada ruralista, e uma delas é considerado um partido de esquerda, este é, o PDT. O fato é que ao longo das legislaturas o PDT vem se afastando da bancada ruralista, mas até a 56ª legislaturas ainda permanece presente. As outras legendas partidárias que tiveram representantes na bancada ruralista são o PMDB, agora MDB (entre os que mais se destacam) e o PTB, o primeiro considerado de centro-direita e o segundo mais à direita no espectro ideológico.

Com relação à 49ª Legislatura, o partido com maior número de representantes na bancada era o PMDB com 18,2%, seguido pelo PFL com 15,9% e o PTB, com 11,4%. Nesta legislatura, membros do PSDB que constituíam a bancada representavam 2,3% dela. Esse padrão permanece na legislatura seguinte, tendo os representantes do PMDB como a maior quantidade de membros da bancada seguido pelo PFL, e uma concentração na bancada de representantes de parlamentares filiados a partidos de centro-direita e direita.

O interessante é que na Legislatura seguinte, o PSDB passa a ser um partido político relevante dentro da bancada ruralista, em termos de números de parlamentares filiados a esse partido, que frequentemente votavam de forma convergente com os interesses do setor agrícola e agropecuarista. Isso pode estar relacionado com o fato da reconfiguração das políticas públicas voltadas para esses setores que o governo teve que adotar para enfrentar a crise econômica, controlar a inflação da cesta básica e gerar balança comercial favorável. Além do que, inicia-se nesse período, o início da divulgação do conceito de agronegócio, com já foi mencionado acima.

Diante disso, partidos de centro, de centro direita e de direita passam a ser predominantes dentro da bancada ruralista. Na 51ª legislatura, primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), o padrão inicial, pela primeira vez se modifica, pois, nesta legislatura o PMDB perdeu espaço dentro da bancada ruralista para o PFL, que surge como principal partido formador desta, seguido pelo PPB. O PMDB aparece em terceiro lugar. O PFL 31,7%, o PPB com 24,39% e o PMDB com 17%.

Na legislatura seguinte, o PMDB voltar a ser o maior partido da bancada ruralista, seguido do PFL. No entanto, temos que perceber que o DEM já aparece nesta legislatura como sendo um dos partidos que compõem a bancada, ou seja, como este partido se originou da fragmentação do PFL isso pode indicar que, dentro da bancada ruralista, o PFL original sofreu uma redução, além do que, mesmo somando a quantidade de membros do PFL com os membros do DEM que fizeram parte da bancada ruralista, percebe-se que essa vertente perdeu espaço na bancada.

De 2011 a 2015, o PSDB surge como segundo principal partido com maior número de membros que compõem a bancada ruralista, à frente o PMDB permaneceu como sendo o principal partido compõem, o que de fato é interessante pois o primeiro estava na oposição franca aos governos dos presidentes do Partido dos Trabalhadores, enquanto que o segundo, possuía, até então, um Vice-Presidente, ou seja, era da situação naquele contexto. E o PT já aparece com membros compõem-a, que representavam 2,83% do todo da bancada.

Por último, na 55ª legislatura, PMDB e PSDB se mantem na primeira e segundo posição, respectivamente, como principais legendas que compõem a bancada, a tendência observada é a de que o PSDB ocupou o lugar que antes era do PFL, legenda que foi extinta, no entanto, o DEM, partido que seria herdeiro do PFL não conseguiu substituí-lo em termos quantitativos na bancada. Há uma nítida fragmentação partidária dentro dela, o que pode estar correlacionado com a própria fragmentação partidária do sistema partidário brasileiro. Entretanto, mesmo assim percebe-se uma predominância de partidos de direita e de centro-direita compondo a bancada ruralista.

3.9 AS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO POLÍTICA ADOTADAS PELA BANCADA RURALISTA, APÓS-1988.

Conforme já foi descrito neste trabalho, voltamos a ressaltar quais foram os meios que empresários rurais ligados, direta e indiretamente, à bancada ruralista empregaram durante o período da redemocratização: o uso da violência no campo; a organização de milícias por parte dos grandes proprietários de terras e; o discurso político agressivo. Estes foram os meios utilizados, à época, como forma de se alcançar a hegemonia política. Entretanto, o enfoque adotado neste item do trabalho faz referência às ações políticas tanto para eleger candidatos que tivessem laços com atividades produtivas do meio rural, quanto representantes dispostos a defender projetos de interesse dos ruralistas dentro do legislativo brasileiro, mesmo sem ter origens sociais diretas com o setor.

Quando se fala em estratégias de ação política é comum associar isso a lobby. De fato, o lobby é uma das estratégias políticas mais utilizadas por grupos de pressão, em diversos países com uma estrutura política democrática. No Brasil, mesmo que a prática não seja regulamentada, o lobby é bastante utilizado por setores da sociedade civil, a exemplo de grupos de econômicos e de organizações que representam os interesses de segmentos da sociedade.

A prática do lobby é frequentemente utilizada no Brasil, de tal modo que levou Mancuso (2011) a tentar responder se o lobby é um instrumento democrático de representação de interesse? Sua conclusão é de que o lobby lícito pode ser considerado, sim, um instrumento democrático de representação, por três razões fundamentais: a primeira é que o *lobby* pode gerar uma aproximação entre os interesses sociais organizados e os resultados das decisões. Em segundo lugar, porque o *lobby* pode proporcionar a sensação de satisfação das organizações sociais ao participarem do processo legislativo e; por último, porque essa participação pode gerar resultados bons para os participantes (MANCUSO, 2011, p.123).

Diante da existência desse fenômeno, Mancuso (2011) o considera como mais um dos instrumentos de representação de interesses, que podem ser usados por diversos segmentos sociais. O autor considera o *lobby* como mais um dos meios de participação política que a sociedade tem em mãos, assim como o voto, tanto em plebiscito quanto em referendo; as iniciativas de proposição legislativa popular, audiências públicas e conselhos, entre outras formas. (MANCUSO, 2011, p.122).

Santos (et al, 2019) conceitua o lobby como um “instrumento para a defesa de interesses junto a decisores públicos”, que consistem em ações como, doações para campanhas em troca de apoio; uso do compartilhamento de informações sobre determinado tema objeto da produção de uma política pública e o provimento de decisores públicos com recursos que servem para contribuir com a tramitação do processo legislativo. (FOWLER; SHAIKO, 1987; HEANEY, 2006 apud SANTOS, 2019, p.24).

Já em meados de 1986-87, a bancada ruralista já possuía a noção de que era necessário melhorar a sua representatividade com o objetivo de disputar espaços nas arenas políticas ou nas organizações que integram a estrutura burocrática e o sistema político brasileiro. Diante dessa necessidade, o lobby foi uma das estratégias que a bancada ruralista passou a adotar para que pudesse melhorar o seu problema de representatividade política (CRUZ, 2015; CUNHA, MELLO-THÈRY, 2017).

Um exemplo desses espaços é a comissão de agricultura que durante todo o período pós-88, contou com a forte presença de políticos ligados à bancada ruralista, que conseguiram ser predominantes nessa arena política. Segundo Tavares (2018, p.31), os presidentes desta comissão quase sempre são deputados da bancada ruralista, somente em 1995 é que o Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu eleger um presidente para esta comissão, fato este que gerou uma mudança de estratégia por parte dos ruralistas.

A exceção ocorreu em 1995, quando o núcleo agrário do PT escolheu, pela primeira vez, a comissão, deixando de indicar outros colegiados historicamente ligados ao PT, como direitos humanos e educação. O Presidente da Câmara, deputados Luiz Eduardo Magalhães, numa composição partidária, destinou o ninho ruralista para o PT comandar, por meio do deputado baiano Alcides Modesto. (TAVARES, 2018, p.32). Foi quando nos reunimos, Hugo Biehl, Lupion, Sperafico e eu e decidimos que tínhamos de tomar uma atitude. A gente não podia deixar a agricultura nas mãos do PT. Fizemos uma chapa para enfrentar o PT, quebrando a tradição da Casa, que era fazer a indicação. Fomos para o embate e perdemos por um voto. Aí surgiu a necessidade de fazermos a defesa da classe. Foi quando surgiu a ideia de criar uma Frente parlamentar da Agricultura, em 1995(...). (Relato de Roberto Balestra apud TAVARES, 2018, p.32-33).

Como podemos compreender dos trechos acima citados, os espaços públicos estavam sendo disputados por vários núcleos. Inicialmente, houve a percepção de deputados ruralista

quanto à importância desses espaços institucionais, e, portanto, a necessidade de melhorar a interlocução entre os representantes da classe quanto à defesa dos interesses da mesma (MENDOÇA, 2005; TAVARES, 2018; LOCATEL, 2016).

Para Cruz (2015), o fato de a bancada ruralista ter crescido em um Brasil cada vez menos agrário se deu, principalmente, pelo financiamento de campanha, que o autor apresenta como um dos elementos externos ao processo eleitoral que fora usado como uma das estratégias para a difusão dos interesses do ruralismo, como uma necessidade nacional; isso ocorreu de tal forma que, no período da 54ª legislatura, a agenda ruralista se apoiaria no voto rural para se eleger, segundo o autor.

O voto rural para Cruz (2015) é aquele que engloba todas as pessoas que de alguma forma possuem uma relação com o pensamento ruralista, independentemente, de ser ou não ser um latifundiário. Em seu estudo o autor testa a hipótese de que se os parlamentares eleitos por este eleitorado representariam, de forma efetiva, todos os anseios de todas as estratificações sociais que permeiam o campo brasileiro ou se estão apenas agindo convergentemente aos interesses dos grandes produtores. Os resultados da sua pesquisa demonstram que os deputados federais que foram eleitos em decorrência desse voto rural, atuariam em prol dos interesses dos grandes produtores rurais e não necessariamente ao seu eleitorado rural. Portanto, esses parlamentares responderiam aos financiadores de suas campanhas. Tais ações podem ser interpretadas como lobby antecipado considerando que: “financiamento de campanha e lobbying são fatores que podem influenciar diretamente o comportamento de parlamentares e, por extensão, resultados legislativos” (ALMEIDA, 2019, p. 7).

Mancuso (2018), em estudo no qual investiga as variáveis determinantes do financiamento de campanha no Brasil, partiu da premissa de que o setor privado teria um comportamento em prol de beneficiar candidatos específicos; e essa seleção seria resultado do pragmatismo político, ou seja, em busca de aumentar as chances de sucesso eleitoral, o empresariado financiaria o candidato com maior probabilidade de ser eleito, frequentemente apoiando mais de um candidato (MANCUSO, 2018, p.10).

Baseando-se nos argumentos de Mancuso infere-se que o uso dessa estratégia não é diferente para o setor ruralista, apesar de que, este por sua vez, além de maximizar os resultados eleitorais, busca também, candidatos que se identifiquem com o setor, ou por terem uma relação direta com ele ou porque seus interesses ou os de seus partidos são convergentes aos do setor agrário.

É frequente no meio acadêmico a produção de trabalhos que defendem que a bancada ruralista se fundamenta nos aspectos da propriedade privada da terra, como um valor absoluto e

irrevogável, o que explica a coesão dos representantes políticos deste setor produtivo (BRUNO, 1997; LIMA, 2016; SILVA, 2017, MENDONÇA, 2015; VIGNA, 2001; SIMIONATTO e COSTA, 2012). Entretanto, Mancuso e Camargo (2018) concluem que, para além da defesa intransigente da propriedade privada como princípio absoluto, tanto o pragmatismo do financiamento direto como o do financiamento indireto, proporcionou a consolidação de elites políticas que sempre foram privilegiadas, o que para os pesquisadores enfraquece os valores da democracia representativa (MANCUSO; CAMARGO, 2018, p.30).

Seguindo a linha de pesquisa sobre comportamento político e pluralismo político, Simionatto e Costa (2012), analisaram as estratégias usadas pela bancada ruralista para promover seus interesses no parlamento, e constataram que uma delas é a *representação política partilhada*. Esse fenômeno observado pelas pesquisadoras é posto em prática, através da suspensão da defesa imediata dos interesses ligados diretamente aos ruralistas, em favor da defesa das pautas conservadoras das elites econômicas, e assim, dessa forma, a bancada ruralista conseguiria viabilizar alianças que lhes favoreceriam em suas pautas (SIMIONATTO; COSTA, 2012, p.224).

Além disso, as pesquisadoras apresentam a Frente Parlamentar da Agropecuária como sendo um meio onde há uma nítida estratificação interna dos ruralistas em categorias diferenciadas. Ou seja, estratificações sociais que serviriam para que a bancada consiga aumentar a sua área de atuação, sem que com isso se rompa o elo de classes que une esses representantes, dessa forma as autoras afirmam que:

Eles podem representar interesses de outros segmentos, desde que pertencentes, obviamente, à classe política dominante; seu poder de articulação e mobilização na construção de alianças com outras bases e/ou bancadas política. Quando seus interesses estão em jogo ou em processo de votação, os componentes da Bancada valem-se da negociação e da troca de favores e benéficos com outros parlamentares, tornando sua dimensão política bem maior que o número total de congressistas. (SIMIONATTO; COSTA, 2012, p.224).

A abordagem defendida Vigna (2001, p.6) diverge em parte do entendimento acima exposto. Para o autor a bancada ruralista possui um grande potencial de mobilização de parlamentares, que não necessariamente estejam envolvidos com as questões do setor agrário. Esse potencial seria devido à capacidade de utilizarem o sistema partidário em seu benefício e, dessa forma, a mobilização decorreria da relação entre as bancadas estaduais e as representações de âmbito federal. Pode-se, segundo o autor, observar essa capacidade de mobilização quando da diminuição da quantidade de candidatos ligados diretamente aos ruralistas reeleitos, pois, aparentemente, quando isso ocorre a bancada consegue de forma rápida se recompor e não

apresenta perdas significativas de representatividade, tudo isso na base das relações entre o sistema partidário de âmbito estadual e os representantes federais.

Para Vigna (2001, p.7), isso ocorreria por dois fatores: o primeiro é porque a bancada é suprapartidária e o segundo ponto é que, além disso, teria havido o enfraquecimento das lideranças partidárias na Câmara dos Deputados, no decorrer do pós-redemocratização, o que teria diminuído o grau de unidade dos partidos nas votações. O autor argumenta, ainda, que essa capacidade de mobilização somente ocorreria em votações de proposições legislativas específicas, as quais impactariam diretamente o setor rural. Por mais que a bancada tenha diminuído quantitativamente, ela conseguiria mobilizar mais do dobro de seus membros usando essa estratégia descrita pelo pesquisador (VIGNA, 2001, p.8).

Diante dos argumentos expostos acima, podemos inferir que a bancada ruralista se utiliza de várias estratégias, desde o lobby, a ocupação de espaços dentro da burocracia pública até a utilização do sistema partidário, a seu favor.

3.10 O POSICIONAMENTO DA BANCADA RURALISTA QUANTO PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS ESPECÍFICAS OU A TEMAS DE SEU INTERESSE

Neste tópico do trabalho será feita uma análise do posicionamento da bancada ruralista quanto a alguns temas que interessam aos grupos sociais rurais, pois, qualquer decisão sobre tais temas pode impactar os objetivos do setor ruralista, diretamente. Esses temas são: a) sobre a demarcação de terras indígenas e quilombolas; b) a utilização de agrotóxicos; c) proteção ao meio ambiente e d) questões sobre os direitos sociais ao trabalho rural.

Ao observarmos a natureza desses temas, podemos argumentar que todos fazem parte da questão agrária no Brasil, e, portanto, evidenciam uma tensão existente entre a lógica da economia de mercado e outras formas de exploração da terra existentes no território rural brasileiro. Essa tensão vai se manifestar tanto na esfera econômica quanto na política. Quanto a representação política de ambas as formas de exploração da terra, há uma assimetria entre no que se refere à representação dos interesses políticos desses com uma clara vantagem para os grupos do agronegócio e, desvantagem para os grupos que possuem outras concepções de uso da terra, como por exemplo sociedades indígenas e quilombolas (RIBEIRO, 2009).

Segundo Ribeiro (2009), podemos sintetizar esse conflito sob a nomenclatura: *questão agrária*. Para o pesquisador, essa disputa se dá devido às formas de uso e exploração da terra serem a antítese uma da outra ou, dito de outra forma, uma está voltada para o mercado, portanto, inserida na lógica capitalista e, diante desse sistema, o principal objetivo do setor seria o aumento da produção oriunda do agronegócio; e as outras formas de se perceber o uso da

terra, referem-se a formas de exploração e usos que não visam, necessariamente, a produção de excedentes para a imersão destes no mercado, dessa forma, encontram-se fora da lógica de mercado, e por isso, há uma visível desigualdade no trato dos interesses desses dois setores sociais.

Para Pompeia (2019), esse conflito decorrente da questão agrária, apesar de sempre ter existido na história brasileira, foi estimulado à medida que os representantes políticos do agronegócio passaram a ocupar maiores espaços decisórios junto ao poder executivo federal, o que segundo o autor é mais visível a partir de 2000, no governo Lula.

Um exemplo desse conflito pode ser observado nas seguintes manifestações de representantes dos dois polos da disputa:

Os indígenas têm 13% do território brasileiro, mas não produzem nada porque a política errada do governo não deixa. PLP¹³ tem que ser aprovada para que possam ter o direito de explorar as suas terras (Declaração dado pelo Deputado Federal Valdir Collato à Cynthia Sims, 2017. Disponível no site de notícias da Câmara dos Deputados).

Em vez de olhar as terras indígenas como áreas de proteção ambiental, eles olham como espaços improdutivos. Está ocorrendo um enfraquecimento das políticas indigenistas e a nós resta pressionar, resistir. A nós só resta o embate. (Declaração dado pela Deputada Federal Sônia Guajajara à Cynthia Sims, 2017. Disponível no site de notícias da Câmara dos Deputados).

Como fica claro nos dois trechos acima transcritos, são duas visões antagônicas, dois modos diferentes de pensar o uso a terra. Com relação à bancada ruralista, desde a ANC que seus membros se opõem às pautas progressistas sobre reforma agrária, ao trabalho rural, à proteção do meio ambiente e à demarcação de terras indígenas e quilombolas.

Esse posicionamento é considerado por muitos como uma manifestação do conservadorismo da bancada ruralista. Para Silva E.C.A. (2017), esse conservadorismo avançou, tanto nas relações políticas quanto dentro das próprias instituições.

O conservadorismo da bancada ruralista, segundo Silva E.C.A. (2017) se origina a partir da defesa dos interesses específicos do setor; entretanto, o conservadorismo seria então um sistema de ideias e valores, os quais essa bancada representa. Como a produção agrícola e agropecuária brasileira passou por revoluções tecnológicas, houve a junção dos valores do setor quanto à manutenção da estrutura fundiária brasileira com o objetivo de transformar a produção agrária nacional em uma produção voltada para o mercado.

¹³ A proposta de lei complementar a que se refere o deputado no trecho é a 227 de 2013 que transferia para o Congresso nacional a competência para decidir sobre o usufruto dos recursos naturais em terras indígenas. Fonte: <https://www.camara.leg.br/>.

Outra abordagem a respeito do tema pode ser vista em Mitidiero Junior e Oliveira Silva (2016), para os quais está havendo um claro avanço do capital sobre a natureza, entretanto, esse avanço, seria o resultado de: “(...) uma crise ampliada do capital.” (MITIDIERO JUNIOR; OLIVEIRA SILVA, 2016, p. 19). Que, diante desse processo de avanço do capital sobre a natureza, a concepção que dá ênfase à produção vai se chocar às demais visões que não veem da mesma forma o uso de suas terras.

Vê-se que a provocação ao debate para a mudança da legislação sobre demarcação de terras indígenas foi feito por um ato organizado da bancada ruralista após a aprovação do novo Código Florestal. Tavares (2018) apresenta isso da seguinte forma:

As entidades já discutiam as tensões no campo e esse acabou sendo o principal problema a ser resolvido. Depois dessa reunião, a Frente e o Instituto começaram a trabalhar nos bastidores pela tramitação de projetos, a propor a realização de audiências públicas e a provocar ministros das instâncias superiores o judiciário no sentido de promover mudanças nas regras para a demarcação de reservas indígenas. (TAVARES, 2018, p.153).

O objetivo da bancada ruralista com relação às terras indígenas é transferir para o Congresso Nacional, ou seja, para dentro de uma arena de disputa na qual seus membros já estão mais organizados e onde as representações indígenas teriam bastantes problemas de desigualdade de recursos para defender os interesses dos povos originários, a competência para decidir sobre as questões sobre a demarcação de reservas, usufruto dos recursos e a instrumentalização de arrendamentos de parcelas das áreas já demarcadas (TAVARES, 2018).

Quanto à questão do trabalho análogo à escravidão, o comportamento da bancada ruralista pode ser analisado tomando-se como referência a tramitação da PEC 438 de 2001, que previa o confisco de propriedades onde fosse identificada a prática de trabalho análogo à escravidão. O posicionamento da bancada foi o de resistência, baseando-se no argumento de que o conceito de trabalho escravo apresentava um grau de ambiguidade e abstração grande, o que impossibilitaria a objetividade. Essa foi uma estratégia para provocar mudanças na política pública por meio da introdução de novas ideias nos locais de política (CHONG; DRUCKMAN, 2010, p. 104). A preferência pela flexibilização da política regulatória era fato.

A resistência da bancada se dava por meio do argumento de que o conceito de situação análogo à escravidão não era objetivo, pois, apresentava como uma das formas de se configurar o trabalho análogo à escravidão a condição de trabalho excessivo e condições degradantes. Segundo (ARBEX et al., 2018, p.121). Assim, a FPA produziu um documento que no dia 27 de abril de 2016, e o entregou para o até então vice-presidente de república Michel Temer;

documento este que após o golpe de 2016, serviu de instrumento para a portaria promulgada por Temer, na condição de Presidente da República (Portaria 1.129 de 2017).

Essa Portaria, fruto da ação política da frente, condicionou a configuração da situação análoga à escravidão a partir do trabalho exaustivo e/ou degradante ao requisito de privação de liberdade de ir e vir e ao não consentimento do trabalhador à essa situação, o que para os pesquisadores, irrompe na fragilização das atividades de fiscalização quanto ao tema.

Art. 1º Para fins de concessão de benefício de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo, nos termos da Portaria MTE nº 1.153, de 13 de outubro de 2003, em decorrência de fiscalização do Ministério do Trabalho, bem como para inclusão do nome de empregadores no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, estabelecido pela PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11.05.2016, considerar-se-á:"

“(…)

II - jornada exaustiva: a submissão do trabalhador, contra a sua vontade e com privação do direito de ir e vir, a trabalho fora dos ditames legais aplicáveis a sua categoria;

III - condição degradante: caracterizada por atos comissivos de violação dos direitos fundamentais da pessoa do trabalhador, consubstanciados no cerceamento da liberdade de ir e vir, seja por meios morais ou físicos, e que impliquem na privação da sua dignidade. (Diário Oficial da União, p. 82, ISSN 1677-7042, nº198, 16 de outubro de 2017).

Tais informações evidenciam o posicionamento da bancada ruralista quanto aos temas indicados e suas ações são em defesa dos interesses do setor. Portanto, conforme há de se esperar, todas as proposições que podem afetar negativamente os objetivos do setor ruralista, sofrem resistência e contraofensivas da bancada ruralista. Dessa forma, podemos afirmar que a bancada, de fato, tem como padrão um conservadorismo, pois visa a não alteração da estrutura fundiária nacional, mas que em decorrência de uma produção voltada para o mercado, alinhou suas antigas características com a perspectiva neoliberal preponderante no atual sistema de mercado.

3.11 SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Diferente do que ocorreu no passado, no momento de transição política do regime autoritário para o Estado democrático, já em um quadro institucional mais estável e tendo como objetivo a produção rural para mercado internacional, em termos de estratégia política os ruralistas tiveram que abdicar da conhecida e velha truculência para começar a “jogar o jogo democrático”, e até então, têm logrado êxito.

Atribuimos a ascensão política dos ruralistas à reestruturação econômica, que se baseou principalmente na disseminação da perspectiva do agronegócio e da produção de conhecimento

científico que o grupo buscou incentivar. O conceito de agronegócio deu unidade à causa, sem deixar de lado a estratificação da categoria, e a produção de conhecimento possibilitou maior legitimidade aos argumentos dos deputados ruralistas, como também induziu a comunicação entre os próprios (FERREIRA; et. al., 2019; ZYLBERSZTAJN, GIORDANO, 2015)

Essa racionalização da atuação política da bancada pode ser observada na grande quantidade de parlamentares que fazem parte da bancada ruralista, que podem ser dos mais diversos partidos políticos atuantes no sistema partidário nacional. Também pode ser notado que, por mais que haja uma grande cadeia produtiva rural, com significativa importância econômica e social em quase todas as regiões da federação, é basicamente o mesmo núcleo político que controla a bancada ruralista. Isto quer dizer que, há uma estabilidade no núcleo organizativo da bancada ruralista, o que possibilita maior controle sobre as ações e diretrizes.

Há evidência de que o agronegócio conseguiu controlar o discurso sobre o seu papel de destaque na economia nacional e que em decorrência disso, talvez, as suas pautas de interesse sejam melhores recepcionadas socialmente, no contexto atual do que era há 10 ou 20 anos, quando ocorreram grandes massacres de trabalhadores rurais. Mas, da mesma forma que conseguiriam essa preponderância, a resistência aos seus interesses também cresceu dentro das instituições, fato este que será mais bem apresentado no próximo capítulo.

IV AÇÃO POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO LEGISLATIVA

4.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo temos como objetivo principal responder *qual é a natureza da Frente Parlamentar da Agropecuária?* Nosso ponto de partida é a análise do comportamento político da bancada ruralista em processos legislativos específicos; em seguida, analisamos o papel e as formas de atuação da FPA e, por fim, repodemos qual é a natureza dessa frente parlamentar. Antes disso, porém, faremos uma breve revisão da literatura de estudos legislativos brasileiros em busca de fundamentos para compreender o desenho institucional e o papel das frentes parlamentares.

Essa revisão tem como objetivos, primeiramente, apresentar aos leitores os subsídios teóricos mínimos necessários, para que possam entender o contexto político no qual a Bancada Ruralista atua e de que forma ela realiza as suas incursões políticas, utilizando-se dos mecanismos institucionais existentes para que seus interesses sejam protegidos.

Em segundo lugar, os elementos que constituem o nosso modelo teórico fazem parte do rol de instrumentos institucionais que existem no processo legislativo brasileiro e, dessa forma, temos como explicar por que eles estão sendo considerados fatores explicativos para as hipóteses aqui defendidas, quais sejam:

- i. A FPA é uma organização que se utiliza de estratégias de ação política para interferir no processo político brasileiro e que extrapola os limites das estratégias como o lobby e da advocay.
- ii. A FPA é um espaço de interações sociais que aproxima de setores organizados da sociedade civil com políticos (parlamentares eleitos, Ministros de Estado e chefes do executivo), assim como políticos entre si e que, portanto, mobilizam interesses em comum, uma vez que possibilita a articulação política e a coordenação dos representantes destes.

Em nosso trabalho consideramos, a priori, que a Bancada Ruralista é um grupo de interesse que se movimenta, estrategicamente, para que os interesses do agronegócio sejam representados e influenciem nas tomadas de decisão. Nesse sentido, levamos em conta que este grupo atua para conquistar postos considerados chaves nas arenas políticas decisórias e nas organizações burocráticas do Estado, sendo que isso só acontece quando prevalece o modelo pluralista de representação de interesses. Em decorrência disso que a pesquisa se desenvolve sob a perspectiva neoinstitucionalista da escolha racional combinada com o comportamentalismo da ação do grupo sujeito da pesquisa.

Entendemos que somente a perspectiva teórica do neoinstitucionalismo da escolha racional não seja capaz de explicar o comportamento da Bancada Ruralista. Dessa forma, nossa análise combina aspectos dessa abordagem com elementos do enfoque estrutural-funcionalista levados em consideração em estudos que focam na disputa entre grupos de pressão em sistemas políticos plurais.

Em nossa análise da bancada ruralista levamos em consideração que esta pode ser definida como um grupo de pressão muito bem institucionalizado. Nesse sentido, dessa característica vem a indispensabilidade de combinarmos as duas vertentes teóricas, pois entendemos que o uso de apenas um desses enfoques para a explicação do porquê a bancada se tornou um dos principais grupos de pressão no atual contexto político, não consegue responder a nossa pergunta de pesquisa. Se já havia outras organizações de representação de classe, do patronato rural, estruturadas a mais tempo, que tiveram apoio dos governos, então podemos inferir a existência de disputas entre os grupos de pressão, o que justifica a escolha do segundo referencial teórico, acima mencionado.

As primeiras análises sobre o sistema político brasileiro pós-1988 (JUAN LINS, 1990; AMMES, 2003) apresentam um quadro no qual não há como formar maiorias estáveis, no parlamento brasileiro, haja vista que a estrutura das instituições legislativas foi criada para não favorecer o comportamento coletivo coordenado. Portanto, isso explica o fato de os ruralistas terem buscado e alcançado essa institucionalização.

Diante desse quadro, a abordagem neoinstitucionalista da escolha racional nos fornece importantes elementos para a análise, ainda que isso não nos faça desconsiderar o comportamento dos atores políticos. Um dos pressupostos que o neoinstitucionalismo da escolha racional nos fornece é o de que as instituições mitigam boa parte dos problemas do dilema social dos grupos; daí se passou considerar a atuação desses em um ambiente com regras procedimentais que limitam suas escolhas e preferências, o que lhes favorecem, pois que diminui assim a incerteza quanto à escolha da estratégia que deverá ser adotada pelos grupos (HALL; TAYLOR, 2003).

Portanto, em nossa análise a Câmara dos Deputados é considerada uma arena de disputa de interesses. Apresentaremos os espaços políticos considerados chaves sobre os quais grupos sociais atuam e assim possam conseguir proteger seus interesses; os principais atores políticos, ou seja, aqueles que legitimamente detêm atribuições que lhes permitem induzir um comportamento coletivo e, assim dessa forma, aumentar a efetiva representação de interesses dos grupos e; por último, apresentaremos as comissões parlamentares e os motivos que as tornaram *locus* importante para a atuação e a disputa dos grupos de pressão.

4.2 BREVES APONTAMENTOS SOBRE O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO NO CONTEXTO DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

A redemocratização de 1988 consagrou o presidencialismo como sistema político adotado pelo Brasil. Após 20 anos de ditadura, a democracia se assenta sob as bases de um presidencialismo que combina as características de um regime multipartido, federalista, bicamerais e com um sistema eleitoral de lista aberta e proporcional (ABRNCHES, 1987; FIGUEREIDO; LIMOGI, 1998).

Os primeiros trabalhos que se propuseram a analisar o sistema político brasileiro foram pessimistas quanto à durabilidade da democracia brasileira e a sua qualidade (LINS, 1990, MAINWARING, 1993, AMMES, 2003). Em geral, os argumentos se fundamentaram na incompatibilidade das características acima informadas e/ou na quantidade de personagens com meios institucionais para causar uma paralisia decisória no processo de efetivação da agenda do governo.

Um dos cientistas políticos que fez análises sobre o sistema político brasileiro foi Linz (1978), o qual concluiu que este ao combinar essas cinco características, acima descritas, estava produzindo um sistema político frágil, haja vista, que estes elementos, segundo o autor, produziriam uma tendência à fragmentação política; com isso, a quantidade de instâncias com poder de decisão também aumentariam, aumentando a possibilidade de uma crise de paralisia decisória, o que poderia levar a democracia a um colapso.

Mainwaring (1993) segue essa abordagem que observa uma tendência a crises de paralisia decisória recorrentes no Brasil. Para o autor o multipartidarismo combinado com o presidencialismo acirraria o fenômeno da fragmentação partidária, e com isso, a probabilidade de um presidente se eleger tendo como base parlamentar de apoio um partido minoritário é muito grande, para não dizer inevitável; dessa forma, isso geraria uma tendência ao conflito entre Executivo e Legislativo, sendo esse o fator que causaria a crise de paralisia decisória.

Ames (2003) segue a linha teórica de Mainwaring quanto à paralisia decisória do sistema político brasileiro. Entretanto, para este autor o problema estaria no sistema eleitoral, que é de lista aberta e proporcional; que essas duas características seriam elementos da fragmentação política, porque produziriam eleição de candidatos apenas com compromisso com as necessidades de suas localidades, ou seja, essa estrutura não estimularia um comportamento coletivo em prol das questões nacionais e sim, um comportamento individualista.

Diante dos problemas decorrentes do desenho institucional, conforme argumentos de Ames (2003) e Mainwaring (1993) o Executivo se valeria da clientelagem como mecanismo

para fazer com que a sua agenda de governo prospere no Congresso Nacional; isso aumentaria os custos de sua governabilidade de tal forma que esse padrão não seria viável e, conseqüentemente, haveria um conflito de agendas políticas, do Executivo e do Legislativo; ambos os poderes teriam meios para anular a iniciativa do outro e não haveria meios para retirar o presidente ou chamar novas eleições para o parlamento.

Para Abranches (1987) o multipartidarismo não seria necessariamente um problema para o sistema político brasileiro, pós-88. Para o autor, esta característica apenas representaria a diversidade social, econômica e política da realidade brasileira; no entanto, defende a necessidade de se criar mecanismos institucionais que favoreçam a governabilidade do sistema político brasileiro.

A concepção de que o nosso sistema político estaria fadado a passar por crises sucessivas de governabilidade somente foi refutada, na década de 1990, por Figueiredo e Limongi (1999), que analisaram o comportamento parlamentar dos políticos eleitos e observaram que as instituições políticas nacionais possuíam mecanismos que possibilitavam a governabilidade; concluíram que no interior das instituições decisórias o processo legislativo concentra-se em determinados atores políticos; que o sistema democrático pós-88 possuiria características diferentes da democracia de 1946, que permitir-lhe-ia induzir um comportamento coletivo dos atores políticos e possibilitaria a governabilidade.

A argumentação de Figueiredo e Limongi (1999) baseou-se no fato de que as análises sobre o sistema político brasileiro, de até então, partiam de elementos explicativos que não relacionavam-se às instituições. Partindo desse pressuposto, analisaram dados sobre a atuação parlamentar no Congresso Nacional, inicialmente na Câmara dos Deputados e no próprio Poder Executivo, constataram que o Presidente da República possui *poderes de agenda*; em outras palavras, identificaram uma série de atribuições exclusivas do Executivo que favoreceriam a implantação da agenda política do governo; esses poderes de agenda seriam: possibilidade de pedido de urgência para as suas proposições; competência para a promulgação de medida provisória; controle sobre a ordem de liberação de emendas parlamentares, o controle sobre o orçamento público e a possibilidade de distribuição de cargos públicos para a sua base parlamentar (SANTOS, 2003, p.63).

Além disso, Figueiredo e Limongi (1999) assim como Santos (2003) apresentaram uma nova perspectiva sobre os líderes partidários, pois, observaram que estes também possuíam mecanismos institucionais para induzir a ação coletiva no parlamento, e com isso, constataram que os líderes partidários possuem capacidade centrífuga da ação coletiva, com relação às bancadas que lideram. Dessa forma, o Executivo e os líderes partidários interfeririam

diretamente na pauta legislativa, ditando o que é pautado e o tempo para a resolução de proposições que lhes interessam.

De uma forma mais específica, Santos (1997) faz uma análise das diferenças entre os poderes do Executivo e do Legislativo na República de 1946 e na nova república, do pós-88. Suas conclusões são de que em 1946 o poder executivo não possuía poderes de agenda para induzir uma ação coordenada com o objetivo de favorecer a agenda do governo, utilizando-se da clientelagem como meio de indução da ação coletiva, em prol da sua agenda, o que é diferente na República pós-1988, quando aumenta o poder de agenda do poder executivo.

Pereira e Miller (2000) defendem que o controle sobre o orçamento pelo governo servira com meio para este induzir a formação de coalizões de maioria no parlamento. Esse argumento foi bastante criticado por Limongi e Figueiredo (1998, p. 81-106) para os quais, somente esse mecanismo não seria suficiente para alcançar esse objetivo, haja vista que emendas parlamentares individuais não são prioridades; o que os partidos mais objetivariam seriam as emendas partidárias ou de bancadas.

Diante dessas abordagens Freitas e Vasquez (2018) consideram que enquanto Limongi e Figueiredo (1999) e Santos (1997) observam a existência de um comportamento partidário, Pereira e Miller (2000) partem de um pressuposto diferente, o de que somente se pode falar de partidos políticos quando há ideologia clara e quando os partidos são fortemente institucionalizados no tecido social. Sendo assim, seguem uma linha teórica que se aproxima mais das teorias distributivista, para as quais, as trocas se darão sob as bases que serão criadas pela distribuição dos cargos e as emenda parlamentares cobrirão os custos para a manutenção dessas coalizões. Seguindo essa cartilha seria possível criar coalizões mais coalescentes.

Contudo, todas essas abordagens presentes nos estudos legislativos sobre o caso brasileiro se basearam na perspectiva da existência de duas agendas políticas diferentes, uma do Executivo e outra do Legislativo. Dessa forma, como cada um dos representantes de cada esfera de poder passa pelo crivo do processo eleitoral, nenhum deles teria força e legitimidade para impor a sua agenda de trabalho sobre o outro, o que causaria a crise de paralisia decisória. Entretanto, Freitas (2018) lançou um novo olhar sobre essa problemática ao se perguntar se de fato existiriam duas agenda políticas, em conflito.

As análises de Freitas (2016) levaram à conclusão de que existiria uma agenda de governo compartilhada entre o Executivo e os partidos que formam a sua base parlamentar. Diante disso, não haveria um conflito de agendas, dado que existiria uma agenda compartilhada; que os partidos da coalizão do governo participariam da formulação da agenda do governo e, com isso, o presidencialismo da coalizão e não de coalizão seria, portanto, um sistema viável.

4.3 SOBRE O SISTEMA DE COMISSÕES

No âmbito dos estudos legislativos um dos segmentos que vem se destacando é o que pesquisa o papel das comissões parlamentares, na Câmara dos Deputados e, atualmente, com desenvolvimento crescente de pesquisas sobre as comissões do Senado. A importância desses estudos está relacionada ao desenvolvimento desses institutos como mecanismos que vem tornando o Poder Legislativo uma das principais arenas de disputas de interesses.

Polsby (2007) ao estudar o sistema de comissões parlamentares da Câmara dos Deputados Federais dos EUA, partiu de dois pressupostos já consolidados no meio acadêmico da ciência política: o primeiro é o de que para se manter um sistema político, este deve ser viável e, nesse sentido, sua viabilidade pode ser mantida pela estabilidade que este alcança ao resolver os problemas que lhe são apresentados; o segundo é que se este sistema político pretende ser democrático, deve haver no seu interior, mecanismos que possibilitem a representação política, de forma mais integrativa e mais diversa possível.

Em seus estudos Polsby (2008) constatou a necessidade de conceituar *o processo de institucionalização*, tendo em vista que estava trabalhando com o termo “organização institucionalizada”. E o que seria esse fenômeno? O autor usou três elementos para descrever esse fenômeno: o primeiro é delinear a fronteira do instituto e do ambiente em que ele existe; a segunda característica é a existência dentro das instituições de organismos com competências e atribuições jurídicas e que não podem ser objeto de “*quiproquó*”, ou seja, barganha, ao mesmo tempo em que, estão conectados a todo o sistema político. Por fim, a consagração dos princípios universais da administração pública no interior dessas instituições e a utilização de métodos e procedimentos automáticos, ou seja, impessoais (POLSBY, 2008, p. 222).

Ainda segundo Polsby (2008), a Câmara dos Deputados dos EUA se tornou, ao longo do tempo, cada vez mais institucionalizada em decorrência do desenvolvimento dessas características.

No Brasil, ainda são poucos os estudos que se dedicam a analisar as comissões, principalmente porque estas são tratadas, em geral, como espaços sem importância, ou espaços públicos sem poder de influência em um processo legislativo. Tais argumentos se fundamentam no fato de existirem regras que possibilitam pedido de urgência legislativa para uma proposição legislativa, podendo esta ser retirado das comissões sem as devidas deliberações. Entre os trabalhos que apresentam essa perspectiva destacam-se: Santos (2003), Limongi e Figueiredo (2004), Muller (2005), Soares (2012). Freitas (2016), por sua vez, critica essa perspectiva de

análise dando ênfase no poder positivo das comissões, ou seja, na capacidade de alterar o conteúdo da proposição.

Há uma outra perspectiva teórica que nos permite compreender o papel das comissões e sua importância. Estudos que apresentam os fatores que contribuem para que as comissões se tornem alvo de interesse dos grupos de pressão referem-se ao fato de estas representarem espaços deliberativos menores do que o Plenário, o que facilita a atuação política dos grupos:

Nascimento (2012) ao estudar o sistema de comissões parlamentares brasileiro passa a considerá-las mecanismos de controle da ação paroquialista dos parlamentares, uma vez que, os líderes dos partidos e/ou das bancadas possuem meios para induzir a ação coordenada dentro das comissões, e com isso, o dilema da ação coletiva seria mitigado por esse sistema. O autor destaca três questões que poderiam ajudar a esclarecer o desenvolvimento do sistema de comissões parlamentares, no caso brasileiro, que estão correlacionadas ao modelo de análise da teoria da escolha racional. Esta abordagem utiliza o modelo de sistema onde há um *ator-principal*, o qual delega funções para um *ator-agente*, que seria responsável em pô-las em prática; essas tarefas delegadas seriam determinadas pelo *ator-principal*. Diante disso, o autor faz as seguintes indagações: i) Quem é o *ator-principal*?; ii) Quais os objetivos dos membros de uma comissão?; iii) Como se resolve o dilema da ação coletiva dentro das comissões? (NASCIMENTO, 2012, p.63).

Considerando esses três problemas, o autor propõe, em relação à primeira questão, o *ator-principal* variará de acordo com a abordagem utilizada para a análise. Para uma pesquisa que segue a perspectiva teórica do distributivismo, o *ator-principal* é o distrito eleitoral do parlamentar membro da comissão, pois este tem o interesse de conseguir recursos públicos para o seu distrito; se a pesquisa segue a abordagem informacional, o *ator-principal* é o plenário da casa que delega funções às comissões, para que estas possam produzir informações especializadas, reduzindo assim a incerteza na implantação de uma política pública; a abordagem partidária considera que o *ator-principal* é o partido majoritário, sendo assim, a comissão é um mecanismo de dominação do processo legislativo pela legenda partidária com maior número de deputados (NASCIMENTO, 2012, p.63).

As respostas para a segunda pergunta quanto aos objetivos das comissões, tal qual se observou em relação à primeira, dependem da abordagem teórica utilizada na análise. Conforme a teoria distributivista o objetivo de um parlamentar em participar dos trabalhos em uma comissão é o de conseguir recursos para o seu distrito; caso siga uma abordagem informacional, o objetivo é diminuir a incerteza quanto à aplicação de uma política pública; ou aumentar a

reputação do partido se seguir à abordagem da teoria partidária (NASCIMENTO, 2012, p. 62-63).

Em relação ao terceiro questionamento (como se resolve o dilema da ação coletiva dentro das comissões?) o autor segue afirmando que as respostas dependem das abordagens teóricas. No entanto, as respostas tenderão a delimitar o escopo de atuação das minorias parlamentares, com a finalidade de observar a resolução do dilema da ação coletiva no poder legislativo.

Com relação ao sistema de comissões do sistema político do Brasil, o autor enfatiza que nenhuma dessas teorias exógenas consegue dar conta de explicar a organização e o funcionamento do complexo sistema de comissões nacionais, pois, diferentemente da realidade dos EUA, no Brasil, o poder executivo detém atribuições para influenciar o processo legislativo, que são normas constitucionais. Os poderes de agenda que o presidente da República possui, podem ser descritos como meios que o governo pode usar para que sua agenda política não seja obstada ao ponto de provocar uma paralisia decisória no sistema político. (NASCIMENTO, 2012, p.64-65).

Não é objetivo deste trabalho aprofundar o debate sobre o sistema de comissões parlamentares do Brasil. Esta breve revisão de literatura tem como propósito subsidiar a análise da atuação da bancada ruralista nas comissões, além de explicar os motivos que a levaram à condição de um dos grupos de pressão mais atuantes no Congresso Nacional.

Em nossa análise levamos em consideração algumas das questões apontadas por Santos e Almeida (2011), quais sejam: como os parlamentares brasileiros reduzem as incertezas quanto à aplicação de uma política pública? Existe um problema de produção de informação no interior do legislativo nacional? Os autores apresentam o problema da ausência de incentivos para que o legislativo brasileiro produza informações próprias, quanto à aplicação de uma política pública. Problema este que os signatários da teoria informacional enfrentam ao analisar o sistema de comissões parlamentares, do Brasil: a estrutura parlamentar que está em funcionamento, incentiva um comportamento individual ou, dito de outra forma, não há mecanismos institucionais para a formação de especialistas em políticas públicas (SANTOS; ALMEIDA, 2011, p.115).

Outro aspecto importante que deve ser levado em consideração são as mudanças institucionais que ocorreram no decorrer do período democrático pós-1988 e que fortaleceram o sistema de comissões parlamentares. Uma dessas mudanças é a alteração no rito de tramitação da medida provisória que, segundo Bedritchuk e Araújo (2019), fortaleceram o Congresso Nacional, uma vez que, passou a obrigar que medidas provisórias fossem apresentadas a uma

comissão parlamentar mista; ou seja, uma comissão constituída tanto por deputados, quanto por senadores, antes da distribuição para o plenário da casa iniciadora e depois ao plenário da casa revisora.

Os pesquisadores em questão constataram a existência de uma perda progressiva de força do Poder Executivo no que concerne ao uso de medidas provisórias como instrumento de favorecimento de sua agenda política, além de uma crescente necessidade de especialização dentro das comissões parlamentares (BEDRITCHUK; ARAÚJO, 2019, p. 82).

Além disso, assim como o plenário da Câmara dos Deputados, as comissões se tornaram um terreno fértil para a atuação de grupos de pressão. Segundo Mancuso (2007), o lobby de grupos sociais ocorre diretamente nas comissões porque estas são espaços onde há intenso debate, instrumentalizado por meio de discussões, seminários e audiências públicas. O pesquisador observou que a iniciativa de aproximação entre parlamentares, membros de uma comissão e membros da sociedade civil, parte de atores sociais que representam interesses de grupos específicos.

Nesse sentido, atores políticos que estão ocupando lugares/postos importantes, que podem influenciar no processo legislativo tornam-se alvos de disputas entre os grupos de pressão que objetivam que seus interesses sejam levados em consideração nas decisões.

Esse fenômeno tem ocorrido não somente devido a mudanças mais recentes no processo legislativo, como as citadas acima, mas também pelo fato de, no âmbito da Câmara dos Deputados, as comissões parlamentares possuem o poder conclusivo sobre algumas proposições que devem tramitar em alguma das comissões parlamentares. Vale ressaltar que o poder conclusivo das comissões parlamentares da Câmara dos Deputados – mecanismo criado para dar mais celeridade ao processo legislativo –, possibilita que uma proposição possa ser votada pela própria comissão onde tramita e transformada em norma jurídica sem que haja a necessidade de ir para a votação do plenário da Câmara dos Deputados.

Entretanto, essa competência é de cunho geral, pois, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados Federais (RICD) resguarda que se um décimo dos parlamentares optarem pela votação da proposição em plenário, fica suspenso o poder conclusivo da comissão em questão e obrigatoriamente o projeto de norma deve ir ao plenário. O poder conclusivo das comissões parlamentares é uma previsão constitucional: §2º do artigo 58 da CF/88 e inciso II do artigo 24 c/c com o §2º do artigo 132 do RICD.

Portanto, diante das questões aqui destacadas, optou-se por analisar o comportamento da Bancada Ruralista em uma comissão parlamentar específica, a CAPADR. A CAPADR é uma das comissões parlamentares que faz parte do conjunto de comissões permanentes do

parlamento, dessa forma, também passou por um processo de institucionalização qual acima referido, além de ser a comissão, que por mais tempo tem sido alvo dos interesses dos parlamentares da bancada ruralista e sobre a qual controle político os ruralista não abrem mão (TAVARES, 2018).

A CAPADR é uma comissão permanente, herdeira de uma longa trajetória histórica de comissões que desempenhavam o papel de discutir os assuntos da produção agrícola e agropecuarista do Brasil. Esse histórico remonta à primeira República e aparece também no regime militar de 1964, ou seja, é uma comissão que, pelas suas atribuições, está historicamente consolidada no Legislativo brasileiro. Em síntese, os temas que esta Comissão debate e vota são: I) política agrícola e assuntos atinentes à agricultura e à pecuária profissional e, II) política e questões fundiárias; reforma agrária, direito agrário.

4.4 PRINCIPAIS ATORES POLÍTICOS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES QUE DIMINUEM A INCERTEZA DA TOMADA DE DECISÃO

Normalmente quando pensamos em instituições, visualizamos instituições verticais que estão interligadas em um mesmo nível e, assim, não levamos em consideração que possa haver mecanismos institucionais dentro de outros mecanismos institucionais, como se fosse uma folclórica boneca russa, que guarda dentro de si outras camadas contendo outras versões suas, só que específicas. É o que podemos observar ao olharmos para o parlamento brasileiro. Quando estudamos as comissões permanentes estas se manifestam como um microecossistema que está dentro de outro contexto mais amplo, que é o próprio parlamento. E, dentro delas próprias existem instrumentos que servem de mecanismos para que seus trabalhos possam ser viabilizados. É o caso das subcomissões.

Além disso, no âmbito das comissões existem atores políticos com capacidades assimétricas, ou seja, certas funções nas comissões são mais ou menos capazes de influenciar o processo legislativo do que outras; dependendo do cargo do membro da comissão. A razão para isso é que, para produzir o comportamento coletivo dos membros dessas comissões parlamentares, deve haver certos membros com capacidade centrífuga ou, dito de outra forma, capacidade de fazer com que os membros da comissão convirjam em seus interesses.

Predominantemente as pesquisas sobre o comportamento político nas comissões, que tratam das relações causais dos fenômenos políticos em questão, partem de uma visão de fora para dentro do contexto. Em geral, pesquisadores levam em consideração os pressupostos do comportamento racional, considerando que todo ator político quer continuar a sua carreira na

política; ou seja, orientam suas análises nos pressupostos da abordagem neoinstitucionalista da escolha racional (HALL; TAYLOR, 2003).

Portanto, temos de um lado o comportamento dos atores políticos e do outro as instituições, limitando e orientando esse comportamento. De acordo com o neoinstitucionalismo da escolha racional considera-se a ação racional dos atores políticos sem deixar de considerar que as instituições são importantes como recursos estratégicos, são regras que impõem restrições ao comportamento auto-interessado de cada jogador. O pluralismo político, por sua vez, tenta explicar a dinâmica da política partindo do ponto de vista dos grupos sociais, a atuação deles sobre as instituições. Entretanto, são poucas e recentes as pesquisas que tentam apreender a perspectiva de quem participa e está presente em todo o processo legislativo, observando as ações sendo construídas nos microssistemas e nos sistema mais amplos. (SANTOS, 2012)

É por essa razão que o artigo de Aguiar (2013) é inovador, uma vez que suas análises partem da concepção daqueles que participam, profissionalmente, do processo legislativo, constantemente. Em seu estudo o autor utiliza três variáveis para analisar o processo legislativo que ocorre dentro das comissões parlamentares. Seu foco são as comissões permanentes da Câmara dos Deputados. As conclusões de Aguiar (2013) são muito importantes, haja vista que nos apresentam, fundamentadas empiricamente, o grau de relevância dos atores chaves; mostram quais atores possuem poder de veto e a diferença entre esses atores. O autor constatou, também, que a relevância dos atores-chave está condicionada ao momento do processo de tramitação, no qual a proposição em discussão está, isto é, ao tempo.

Diante disso, Aguiar (2013) argumenta que o presidente da Câmara dos Deputados possui muitos instrumentos que lhe dão poderes de influenciar no processo legislativo, pois é este quem indica as comissões pelas quais as proposições tramitarão e se estas terão a dispensa de passarem pelo plenário da casa; se haverá a incidência poder conclusivo, além de que, é o presidente da CD que indica o deputado que presidirá a comissão. Quanto ao poder de veto, o pesquisador argumenta que o presidente da CD possui pouco poder de veto, assim como, certa capacidade de influenciar a decisão final (AGUIAR, 2013, p. 142-144).

Quanto aos presidentes das comissões, estes são considerados por Aguiar, como atores de muita relevância, pois agregam poderes significativos de agenda e de veto; tais poderes são explícitos, mas não chegam a influenciar no resultado final do processo de tramitação, sendo portanto relativo; são poderes que dependem do desempenho dos presidentes das comissões quanto à formação de alianças com o colegiado da casa (AGUIAR, 2013, p. 144-145).

Quanto aos líderes partidários: estes possuem poder de veto relevante e um poder de agenda relativo, pois, ajudam o presidente das comissões a organizarem os trabalhos, mas, esta atribuição é mitigada pela força que os presidentes das comissões possuem nesse contexto; os líderes partidários, que não estão na base do governo, têm muita dificuldade de influenciar a pauta dos trabalhos; este poder de veto que os líderes possuem, dão a eles maior capacidade de influenciar a decisão final da tramitação legislativa, pois essas atribuições são regimentais, portanto, legalmente previstas (AGUIAR, 2013, p.147).

Seguindo a perspectiva teórica informacional, o autor argumenta que os relatores das comissões possuem forte poder de influenciar na decisão final do colegiado das comissões, uma vez que, seu parecer é produtor de informações quanto à proposição em discussão (AGUIAR, 2013, p.149). Dessa forma, Aguiar (2013) segue a mesma linha argumentativa defendida por Santos e Almeida (2011), segundo a qual, o principal objetivo do relator é a de ser o responsável por coletar as informações necessárias, para que os membros das comissões possam decidir com o menor grau possível de incerteza, sobre políticas públicas.

Como podemos perceber, essas abordagens analisam as instituições para identificar quais os atores políticos e/ou o momento do processo legislativo que explicam a viabilidade do modelo presidencialista brasileiro. No entanto, pesquisas que consideram não apenas o sistema, mas também a influência dos grupos de pressão, mostram que a relação entre grupos organizados e atores políticos é diferente, se comparada a forma como se relacionavam antes do processos de redemocratização, pois, esses grupos estão cada vez mais inclinados ao Congresso, e com isso, desenvolvendo mais expertise e relações com essa instituição.

Pesquisas como a de Santos *et al.* (2019) demonstram que o parlamento brasileiro é um cenário de disputa por representação política de grupos organizados. Mesmo não sendo tão frequentes, tais estudos são promissores. Tais autores apontam a pouca atenção dada pela academia à produção de conhecimento sobre a atuação de grupos de pressão e mostram que as pesquisas que existem sobre esse tema têm apresentado resultados promissores; ressaltam que o Legislativo federal tem atraído grupos de pressão devido ao grau de importância adquirido, ao longo dos anos; em outras palavras, os autores mostram que está havendo a influência, cada vez maior, de grupos de pressão com organismos internos profissionalizados, para fazer as análises políticas nas instituições legislativas.

Quanto ao modelo de representação de interesses, os autores argumentam que existe no Brasil um modelo híbrido, que congrega antigas formas de representação, como o corporativismo, além de formas mais adaptáveis ao sistema democrático, como o pluralismo político (SANTOS *et al.* p. 164).

No que se refere ao controle da agenda política do governo, entre as abordagens que demonstram que a preponderância do Executivo já não é tão efetiva, pois o sistema de comissões tem evoluído cada vez mais, as que defendem que os poderes de agenda do presidente da República (como a possibilidade de pedido de urgência e a utilização da medida provisória) apresentam uma tendência de queda nas suas utilizações, pesquisadores como Santos (2008), Nascimento (2012) e Paro (2014) tem advertido que tem havido uma tendência de atenuação da utilização dos poderes de agenda pelo Executivo em decorrência da institucionalização das comissões.

Seguindo essa linha de pensamento, Santos *et al.* (2019, p.172) identificam três objetivos principais dos grupos de pressão ao se aproximarem do parlamento, quais sejam: 1) influenciar no processo decisório; 2) abrir canais de comunicação com o Poder Legislativo e 3) conseguir informações relevantes para a sua organização estratégica.

Os autores ressaltam em suas conclusões que houve uma revalorização do Legislativo e que isso pode ser observado pelo aumento de inscrições de grupos de interesses no cadastro da Primeira-Secretaria da Câmara dos Deputados; pelo aumento na quantidade de audiências públicas que ocorrem dentro das comissões parlamentares e; pelo aumento da participação de grupos sociais nas audiências públicas (SANTOS *et al.* 2019, p. 193).

De acordo com estudiosos do tema, no decorrer dos últimos 30 anos, o parlamento se tornou um ambiente de disputas entre organizações sociais, fruto do processo de institucionalização pelo qual passou (DINIZ, BOSCHI, 1999; MACUSO, 2004; TAGLIALEGNA, CARVALHO, 2006; CABRAL, 2007; SANTOS, 2014). Conforme argumentam Santos e Baird (2019), embora o Executivo não possa ser desconsiderado como um ator importante no processo legislativo é notório e os dados apresentados demonstram que os grupos sociais organizados disputam espaços nesse campo.

A FPA é uma organização que foi criada para defender os interesses de grandes e médios proprietários de terras rurais, durante a ANC e essa finalidade de proteção à grande e média propriedade rural, tornou-se um parâmetro para a sua atuação, ou seja, um valor que orienta a organização. No entanto, a reestruturação da FPA a partir dos anos 2000, para muito além desse valor, logrou buscar o aperfeiçoamento do relacionamento dos grupos de pressão ruralistas, esses formados pelos grandes produtores rurais, com as esferas de decisão. Foi motivada, principalmente, pela mudança do contexto institucional que significou a eleição de um governo de esquerda, cujo partido apoiava grupos sociais que lutavam pela reforma agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST) (LOCATEL, 2016; DELGADO, 2010).

A relação da FPA com a bancada ruralista que se iniciou a partir dos anos 2000, deu-se pelo fato de que a sua reestruturação partiu de uma iniciativa de parlamentares ligados ao agronegócio (Moacir Micheletto, Jonas Pinheiro, Luiz Carlos Heinze e Abelardo Lupion), com ex-membros do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) como João Henrique (ex- assessor do secretário executivo do MAPA) e entidades ligadas ao agronegócio como a Aprosoja- MT, Ampa e OCB, e contou com a participação pessoal de alguns empresários do setor como Carlos Ernesto Araújo Augustin, Rui Prado, Gilson Pinesco e Glauber da Silveira (TAVRES, 2018, p. 59-81).

Com relação à CAPARD dois fatos são emblemáticos e demonstram o processo de institucionalização pela qual esta comissão passou: o primeiro foi quando pela primeira vez um deputado do PT presidiu a CAPADR em 1995, o deputado Alcides Modesto, que segundo Tavares (2018) alcançou a presidência da comissão, por meio de uma composição partidária entre o núcleo agrário do Partido dos Trabalhadores e uma ala do PMDB, com a qual o PT conseguiu que o presidente da Câmara dos Deputados, à época Luiz Eduardo Magalhães, destinasse a presidência da comissão de agricultura para um deputado do PT; esse momento foi quando os representantes da bancada ruralista tiveram a ideia de formar uma frente.

O segundo fato importante foi quando houve a formação da comissão especial que discutiu e votou o novo Código Florestal. Uma comissão especial é criada quando há na pauta de discussão temas com atribuições que pertencem a pelo menos três comissões permanentes e nesse caso o código dizia respeito à CAPADR, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).

Quando houve a votação do Novo Código Florestal, a presidência da comissão especial ficou com o Moacir Micheletto e a vice-presidência ficou com um deputado do PT, que foi negociado com a bancada ruralista, segundo Tavares (2018, p.127), por ter posições equilibradas em relação ao agronegócio e a grande propriedade rural e a relatoria da comissão ficou com Aldo Rabelo, um deputado do Partido Comunista do Brasil, que foi negociado com a bancada ruralista e a FPA devido ao seu perfil nacionalista. Essas escolhas foram estratégicas para o setor rural para dar maior legitimidade aos trabalhos e decisões da comissão, além de, terem trabalhado segundo os limites do que era possível na época. Diante disso, podemos perceber a importância de tais atores políticos nas comissões.

4.5 FRENTES PARLAMENTARES, UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO.

A Câmara dos Deputados Federais apresenta as frentes como sendo associações de parlamentares que servem para debater assuntos de interesse da sociedade brasileira. De forma mais específica, são assim definidas:

São associações de parlamentares de vários partidos para debater sobre determinado tema de interesse da sociedade. Elas podem ser compostas apenas por deputados ou mistas, formadas por deputados e senadores. Para que seja constituída, a frente parlamentar deve registrar um requerimento, contendo: composição de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo (deputados e senadores); indicação do nome da Frente Parlamentar; e Representante responsável por prestar as informações. (Câmara dos Deputados: <https://www2.camara.leg.br/deputados/frentes-e-grupos-parlamentares>).

O fenômeno das frentes, não é algo recente e muito menos exclusivo do Brasil. Entretanto, devido às correntes teóricas sobre o sistema político brasileiro terem se desenvolvido a partir de uma refutação das concepções brasilianistas (refutam as hipóteses de falta de uma ação coletiva entre os congressistas), existem poucos estudos sobre a questão das frentes suprapartidárias. Em geral, pesquisas sobre o tema, tendem a estar ligadas aos estudos sobre grupos de interesse e de pressão (CORADINI, 2010).

Reiteradamente, tais pesquisas se relacionam com a temática de modelos de representação de interesses, no qual o pluralismo político é uma das vertentes mais utilizadas para explicar o surgimento das frentes parlamentares. Segundo a interpretação de alguns autores como Coradini (2010), as frentes podem ser definidas como organizações corporativas ou como grupos de interesses. Tal definição acabou se tornando senso comum, não apenas no meio acadêmico, mas também, na sociedade, conforme difundido pela imprensa.

Coradini (2010) apresenta três hipóteses para serem testadas e que se relacionam com os objetivos que levam à criação de frentes parlamentares. O autor se baseia em pesquisas feitas por Offerlé (apud CORADINI, p. 242, 2010) para instigar a análise das frentes, não apenas como organizações de parlamentares, mas também como campo de atuação de grupos de pressão. No entanto, para que tal perspectiva tenha validade é necessário que o resultado final seja a conquista de recursos oriundos do Estado, ou pela produção ou pela continuidade de políticas públicas.

O que Coradini (2010, p. 242) se propõe a responder é o porquê de as frentes parlamentares serem criadas? Suas hipóteses para essa questão são: a) são espaços de opinião mobilizada; b) são espaços ou meios para produzir um relacionamento entre os congressistas e o Poder Executivo e c) ou são espaços para articulação de interesses entre congressistas e organizações de interesse.

Como podemos perceber, para Coradini (2010), as frentes são espaços para articulações políticas e o que muda são os atores que estabelecem relações com os parlamentares: se são entre eles mesmos, fugindo apenas da lógica partidária, mas não necessariamente; ou se tendo em vista uma aproximação com organizações privadas que representam grupos de interesse ou com o próprio governo. Em vista disso, o autor propõe que sejam feitas análises sobre a relação que possa existir entre a participação de um parlamentar em uma frente com a filiação partidária, além de a relação que possa vir existir entre a participação de um deputado em uma frente específica e a sua participação em outra frente.

Com relação à classificação das frentes parlamentares, para Coradini (2010), qualquer tipo de tentativa de classificação das frentes é um trabalho não taxativo, ou melhor, inconclusivo, pois, a criação de uma frente estará sempre relacionada com o objetivo que induziu a criação da mesma, o que pode estar relacionado com qualquer tipo de questão social ou de um grupo de interesse. Nesse sentido, o que é mais importante para o autor é a observação do processo, a ação que as frentes realizam que, no seu entender, é uma reconvenção, isto é, a ação de ampliação do processo legislativo com a inserção de um objetivo novo que a organização partidária não vislumbrou anteriormente ou que a fragmentação partidária impossibilita a discussão, devido à ausência de concordância entre os líderes partidários.

Um dado preliminar que o pesquisador apresenta é a possibilidade de observar a diferença de participação em frentes parlamentares, entre congressistas que migraram de partidos e congressistas que se mantiveram em seus partidos de origem, no período de recorte metodológico da sua pesquisa.

Essa correlação se daria de uma forma na quais congressistas, que não migraram tenderiam a participarem menos de frentes parlamentares do que os que migraram; diante disso, o pesquisador faz uma relação com a questão de recursos partidários, isto é, admite que a migração fosse motivada pela busca de partidos com mais recursos; portanto, quem migrou buscou partidos mais estruturados, enquanto que, quem não migrou não necessitava dessa busca porque seu partido já possuiria os recursos necessários. Dessa forma, haveria uma pequena predominância de participação em frentes de congressistas que migram de partido (CORADINI, 2010, p.246).

Outra observação feita pelo autor é a de que pode existir um padrão de participação e alinhamento entre frentes parlamentares e filiação partidária, pois, frentes que se relacionam mais com grupos de interesses organizados tenderiam a ser compostas por políticos filiados a partidos que se identificam com o espectro da direita e; frentes que tenham como objetivo

pautas culturais, ambientais e sociais, ou seja, pautas progressistas de direito difuso, tenderiam a ser compostas por políticos filiados a partidos de esquerda (CORADINI, 2010, p.248-249).

Tentando responder as questões de quais são as estratégias e oportunidades das frentes em interferirem no processo legislativo e como identificá-las e diferenciá-las, umas das outras, Araújo e Silva (2016) apresentam uma tipologia de classificação das mesmas. Os autores partem da premissa de que o multipartidarismo seria um obstáculo para que temas e ideias sejam devidamente discutidos e decididos no Congresso brasileiro, uma vez que, ele seria o resultado de uma estrutura partidária frágil e de elevada fragmentação, e que por isso, é uma estrutura insuficiente para cumprir tais finalidades (ARAÚJO; SILVA, 2016, p.2).

Por isso, haveria uma limitação em potencial do sistema partidário brasileiro assim como, uma limitação para a atuação do *lobby* como estratégia de representação de interesses de grupos sociais dentro do sistema partidário. Com essa perspectiva, os autores relativizam os poderes institucionais dos líderes partidários. Assim como as abordagens sobre estudos legislativos, que levam em consideração a coalizão como fundamental para a governabilidade brasileira, alegando que quando se tratam de questões de agendas específicas de governo, isto é, que fogem à regra, portanto, as abordagens teóricas revisionistas e, mesmo, algumas pós-revisionistas (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1998; SANTOS 2003; FREITAS, 2016), não dariam conta de explicar esse fenômeno.

Em face dessas fragilidades, tanto os políticos, individualmente, quanto os grupos sociais, buscariam novas alternativas para viabilizar a efetivação de seus interesses e suas causas no Congresso. Como alternativas estariam o *lobby*, assim como a atuação de associações livres e de organizações não-governamentais, que atuariam, não necessariamente fazendo o *lobby*, mas sim de forma mobilizada. Portanto, tais pesquisadores entendem que as frentes e bancadas temáticas podem ampliar o conhecimento dos fatores explicativos que condicionam a efetivação mais dinâmica do processo legislativo (ARAÚJO; SILVA, 2016, p.5).

Diante da necessidade de se estudar as frentes, Araújo e Silva (2016) criaram uma proposta de tipologia para as frentes parlamentares. A tipologia é baseada em três categorias, que nos remetem às origens das frentes. Tais categorias são:

- a) ***A natureza de atuação da frente:*** a frente pode ter uma atuação de *advocacy* ou de *lobby*;
- b) ***A abrangência da atuação:*** de interesse amplo, ou seja, de interesse difuso; ou de interesse focalizado, isto é, atuação em prol de interesses específicos;
- c) ***De origem endógena e exógena:*** a primeira parte do ponto de vista do ator político e a segunda originam-se a partir de uma demanda externa.

Como podemos perceber, segundo essa perspectiva de análise, as frentes são uma outra espécie de estratégia política de atuação, que foi produzida devido à limitação do sistema partidário brasileiro; sendo este sistema multipartidário e de grande fragmentação, haveria um limite ao sistema de formação de coalizões, assim como também haveria um limite para o *lobby*; diante dessa limitação, as frentes seriam uma nova forma de estratégia para viabilizar propostas de políticas públicas que não encontram guarida no sistema acima mencionado.

Quanto à primeira categoria, que pode ser dividida em *advocacy e lobby*, refere-se aos interesses defendidos pela frente. Uma frente pertenceria à categoria de *advocacy* quando se propõe à defesa de princípios e direitos amplos, isto é, de temas que não sejam de uma categoria profissional ou de algum setor econômico específico e sim, que envolvam temas que transcendem esses nichos e atinjam a sociedade como um todo (ARAÚJO; SILVA, 2016, p.13). Nesse caso, poderíamos afirmar que a frente atuaria como uma coalizão de *advocates* ou, em outras palavras, um grupo de atores políticos que, devido a sua expertise, atuariam como defensores de um tema que seria o fim último da frente (MIGUEL, 2011, p.43).

Para Araújo e Silva (2016), o que diferencia as frentes que atuam por meio de *advocacy* das frentes que atuam por meio do *lobby*, seria que esta se caracterizaria pelo exercício da pressão direta sobre políticos que ocupam pontos estratégicos de viabilização do processo legislativo (ARAÚJO; SILVA, 2016, p.14).

A segunda categoria de análise trata da abrangência das frentes e as dividem em amplas e focalizadas. Frentes com atuação ampla discutiriam e defenderiam temas de interesse geral do país e as focalizadas seriam aquelas que representariam interesses específicos de corporações e/ou grupos de interesse de setores empresariais. Essa categoria não é muito bem explicada pelos autores, o que podemos concluir é que, frentes de defesa de temas amplos, atuam para representar temas não comportados pelo conceito de interesse de grupos privados, e por consequência, as frentes focalizadas seriam as que defenderiam estes interesses de grupos corporativos, de categorias profissionais, temas que não teriam relação direta com todos os cidadãos e sim, somente com uma parte destes (ARAÚJO; SILVA, 2016, p.15).

A terceira categoria refere-se à origem das frentes. Araújo e Silva (2016) dividem as frentes em: frentes de origem exógena, a qual o tema nasce no tecido social e devido à grande relevância social se faz necessária a inserção deste nos debates do Congresso brasileiro e; as frentes de origem endógena, aquelas que são produto de movimentos ocorridos dentro do próprio Congresso, como nas palavras dos autores:

A categoria endógena possui um polo ativo do ponto de vista do ator político, pois nela classificam-se as frentes nascidas de movimentos originados do Congresso, seja pela iniciativa individual de parlamentares ou de partidos. Nesse caso, os atores

políticos criam e alteram essas organizações para estabelecer vínculos com setores sociais ainda pouco organizados, oferecendo-se como empreendedores para viabilizar os encaminhamentos das demandas. Há também casos mais ousados, onde um ou mais parlamentares buscam atuar sobre um tema ou a favor de um setor econômico, tornando-se participantes ativos de uma frente, e, posteriormente, apresentam-se aos possíveis interessados como potenciais interlocutores no Congresso nacional.” (ARAÚJO; SILVA, 2016, p.18-19).

Diante desses elementos trazidos ao debate pelos autores, e se considerarmos a Frente Parlamentar do Agronegócio, poderíamos enquadrá-la como uma frente com natureza de atuação baseada no *lobby*, cuja abrangência pode ser considerada focalizada e de origem endógena. Entretanto, vale ressaltar que o fato de considerar essa hipótese de tipologia não quer dizer que concordamos que as frentes sejam mecanismos de representação de interesses, diferente da *advocacy e do lobby*, pois isso seria negar que elas possam ser um ambiente de mobilização, de relacionamento ou um canal de comunicação com o governo.

As características que os autores usaram para criar a tipologia das frentes parlamentares podem ser consideradas abstratas, principalmente no que diz respeito à questão de abrangência da atuação das frentes, isso porque, ao considerarmos um caso concreto, como por exemplo, a proposta do Novo Código Florestal, as propostas apoiadas pela frente tinham o caráter de defesa dos interesses do agronegócio, mas, quanto à questão ambiental, de certa forma, ao se levar em consideração questões como a do tamanho de áreas de preservação, isso atingiu os preceitos de defesa do meio ambiente, o que pode ser considerado um interesse difuso.

Mas ainda, a diferença entre *advocacy e lobby* que os autores apresentaram não levou em consideração a presença de um *advocate*, ou seja, de um representante da causa pela qual uma determinada frente, que possua essa característica, tenha sido criada, ficando subtendido então que: grupos que defendem temas de interesse coletivo, não poderiam se utilizar dos mecanismos institucionais para fazer a pressão necessária sobre os atores políticos para inserirem na agenda legislativa propostas de políticas públicas que atendam a sua pauta.

Outra problemática que surge é a questão de origem da frente. Uma frente parlamentar pode ser o resultado de um movimento endógeno ou de um movimento exógeno ao Congresso (SILVA; ARAÚJO, 2019). Não há uma classificação que agregue frentes com características mistas com movimentos (exógenos e endógenos) simultâneos, diante dessa ausência, a FPA é considerada com o resultado de exógeno, no entanto, houve a participação tanto de movimentos sociais (manifestações de caminhoneiros; grupos de pressão ligados ao setor) quanto de congressistas (BRUNO, 2014)

Em outro estudo Araújo *et al.* (2014), novamente relativizam os poderes regimentais dos líderes partidários nas comissões parlamentares, quando estão em debates temas

específicos, que podem ser considerados temas que movimentam intensamente a opinião pública, fazendo com que haja um enfraquecimento dos poderes centrífugos que os líderes partidários possuem devido ao regimento interno das casas legislativas, dando aos parlamentares maior liberdade para se posicionar por uma questão de sobrevivência política, neste sentido, para Araújo *et al.* (2014) as frentes parlamentares seriam alternativas para o comportamento dos atores políticos e a representação de demandas sociais.

Em face desse fenômeno, os autores buscam compreender os mecanismos e os processos os quais transformam as frentes em atores/mecanismos políticos relevantes (ARAÚJO, *et al.*, 2014, p. 2).

Com relação ao papel das frentes parlamentares no processo legislativo, os autores acima referidos observaram indícios de que em determinadas questões, aquelas que tratam de temas específicos, o interesse temático se sobrepõe aos interesses partidários. E como exemplo para isso, eles evidenciam os debates do Novo Código Florestal, em 2008, pois, segundo suas óticas, quando se tratou de medidas mais rigorosas para crimes ambientais e propostas que tornavam a prova da propriedade de terras na Amazônia um processo mais restritivo, o setor do agronegócio movimentou a FPA para exercer a pressão nos atores políticos.

Observaram que a força dos líderes partidários da coalizão do governo tornou-se enfraquecida, uma vez que o próprio partido do Presidente da República, ou seja, o Partido dos Trabalhadores (PT) permaneceu dividido durante todo o processo legislativo (ARAÚJO, *et al.*, 2014, p.11).

Seguindo essa perspectiva de análise, os pesquisadores consideram as frentes parlamentares “redes de políticas públicas”, que são acionadas como alternativa ao sistema partidário, quando este se depara com suas limitações e tais limitações estejam relacionadas com temas sociais que ultrapassariam as fronteiras dos partidos, sendo temas suprapartidários. Essas redes teriam a vantagem de proporcionar um estreitamento de relações não apenas entre atores políticos, uns com os outros, mas também entre estes e grupos sociais; dessa forma poderiam ser considerados como subsistemas de políticas públicas, ou comunidades de políticas públicas (ARAÚJO *et al.*, 2014, p.14).

Quanto a essa característica de as frentes parlamentares atuarem em momentos que há uma limitação do sistema partidário de coalizões, em relação a temas que extrapolam as fronteiras dos partidos políticos, os quais os líderes se enfraquecem, é observado por Corrêa (2015) quando analisou a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), no período de 2003 a 2014, a qual, segundo o autor, atuou como um ator político de veto às pautas consideradas progressistas,

sobre as quais os parlamentares evangélicos possuem entendimento conservador, pautas como a legalização do aborto (CORRÊA, 2015, p.16).

Entretanto, em tal estudo, Corrêa (2015) não observou o enfraquecimento das lideranças partidárias, mas sim a convergência desses com os interesses da FPE, pois, essas lideranças poderiam se tornar atores individuais de veto; ou seja, nesse caso, a frente parlamentar em questão teve uma atuação como ator político coletivo, porém não retirou a possibilidade de seus parlamentares associados, de forma individual, travarem a progressão de proposições consideradas progressistas, no campo dos costumes (CORRÊA, 2015, p.48).

No entanto, a escassa literatura que trata do tema tem defendido que as frentes, mesmo a FPA que é uma exceção no meio, possuem pouco ou nenhum poder de forçar parlamentares, que são seus associados, a votarem segundo suas orientações. Dessa forma, as frentes não seriam capazes de se opor aos partidos políticos (CASCIONE; ARAÚJO, 2019).

De fato na literatura que trata das frentes parlamentares tem-se consolidado o entendimento de que as frentes e/ou bancadas suprapartidárias agem de forma a auxiliarem no trabalho dos partidos, ou seja, elas complementam o trabalho dos partidos, pois, conseguem discutir sobre temas mais específicos (CASCIONE; ARAÚJO, 2019, p.4).

Ainda conforme a literatura predominante, as frentes parlamentares surgem para cumprirem três funções específicas: 1) produzir informação com baixos custos; 2) viabilizar a coordenação política por meio da produção de uma agenda política e 3) ser um dispositivo para indicar as preferenciais ideológicas sobre políticas públicas específicas.

Cascione e Guimarães de Araújo (2019) mostram que a influência das frentes é indireta. No entanto, para os autores, isso não quer dizer que seja insignificante, haja vista que, para a maioria dos representantes de entidades públicas e privadas, os líderes de frentes são considerados atores estratégicos importantes. Ou seja, os autores defendem que frentes e partidos políticos se completam na arena legislativa (CASCIONE; ARAÚJO, 2019, p.4-5).

Baseando-se na literatura existente sobre frentes, os autores acima referidos concluem que para que possam substituir ou mesmo se contrapor aos partidos políticos, deveria haver mudanças no regimento interno do legislativo no sentido de criar instrumentos que viabilizem meios para que as frentes possam fazer com que parlamentares que são seus associados votem em conformidade com as orientações das bancadas, mecanismos de incentivos ou coercitivos (CASCIONE; ARAÚJO, 2019, p.20-21).

4.6 A FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA

Após a redemocratização, quando o Brasil já havia passado pelos governos de Sarney, Collor/Itamar Franco e FHC, alguns fatores fizeram com que a ideia de reestruturar a FPA, que até então era nomeada de Frente Ampla da Agropecuária, fosse uma opção considerada por alguns parlamentares.

Tavares (2018) considera que esses fatores explicativos podem ser sintetizados em: a) problemas com as safras de grãos (soja), entre 2003 e 2004, que gerou o; b) endividamento rural; c) o endividamento gerou um movimento conhecido como Tratoração, em 2005 e; d) a eleição de um governo de esquerda. Quanto a este último fator, Tavares afirma:

A Frente cresceu fazendo oposição ao governo Lula. Essa posição política tornou-se uma exigência do setor produtivo rural em decorrência de divergências históricas entre ruralistas e os movimentos sociais ligados à esquerda brasileira, principalmente o MST (TAVARES, 2018, p.59).

Essas foram as condicionantes contextuais que motivaram uma movimentação interna de parlamentares ligados ao setor do agronegócio a iniciarem o processo de reestruturação da FPA. Pode-se observar que o autor não levou em consideração a Revolução Verde como um desses fatores contextuais, nem a consolidação do conceito de agronegócio.

Segundo Tavares (2018), nesse contexto, o início da reestruturação da FPA partiu da iniciativa do deputado federal Moacir Micheletto e de representantes do setor agrícola e agropecuarista que ocupavam cargos em importantes entidades de representação do agronegócio e no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), como: João Henrique Hummel, que à época acabara de sair do cargo de assessor do secretário executivo do MAPA e; Carlos Ernesto Augustin, que é um dos fundadores da Associação Brasileira de Produtores de Soja (APROSOJA) e também já foi presidente da Associação Mato-Grossense de Produtores de Algodão (AMPA), vice-presidente da Associação de Produtores de Sementes do Mato Grosso (APROMAT) e vice-presidente do Instituto Mato-Grossense de Produtores de Algodão (IMA/MT).

Ainda segundo Tavares (2018), inicialmente, o movimento de produtores rurais do Mato Grosso buscou interlocução com o Poder Executivo, para resolver a questão do endividamento rural, que havia se agravado devido a políticas públicas de crédito para a aquisição de maquinários para as lavouras. Dessa forma, no início, a principal arena de interesse do setor rural, era de fato o Poder Executivo, o que está claro no seguinte trecho:

A aquisição de máquinas havia deixado inúmeros produtores no vermelho, João Henrique tornou-se, então, um interlocutor dos produtores de Mato Grosso, na Capital Federal. Este foi o começo de um importante canal de comunicação entre executivo e o setor produtivo para a solução do endividamento e outros temas sensíveis ao agronegócio. (TAVARES, 2018, p.60).

Entretanto, mesmo que inicialmente o foco da FPA fosse abrir esse canal de comunicação entre o Executivo e o setor produtivo, não restam dúvidas de que o desenvolvimento da FPA se deu dentro de um contexto no qual o Congresso Nacional despontava como uma arena de disputas de interesses importante, e que por isso, tornou-se também um dos objetivos do setor: a aproximação com o Parlamento. Para tal, tudo passou por uma estratégia que se iniciou com a mobilização de deputados federais à reestruturação da FPA e, a partir disso, a produção de subsídios para os deputados ligados à FPA consolidaram discursos convergentes aos interesses desta. Segundo João Henrique Hummel:

Ingressei, em função da convivência com o deputado Moacir Micheletto e com o empresário Ronaldo Troncha. Discutimos como deveria ser a articulação política dos parlamentares e onde era necessário uma melhor articulação. Eu dava consultoria para a Aprosoja-MT e percebemos que a comunicação fora daquele pequeno grupo de 14 ou 15 parlamentares mais atuantes era muito pequena. Naquele momento havia um governo petista que tinha uma ideologia contra o setor agro, contra a agricultura de médio e grande porte. Unindo essas duas demandas e com a necessidade de os parlamentares serem mais proativos e estarem mais próximos do setor, não só com àquelas demandas específicas, foi feita uma coordenação para fortalecer o trabalho da FPA. (Relato de João Henrique Hummel apud TAVARES, 2018, p.61).

Como podemos observar a partir da citação acima, a reestruturação da FPA, nos moldes atuais, se deu a partir de uma iniciativa que teve como patrocinadores, tanto políticos cumprindo mandados, como pessoas com *expertise* no funcionamento das instituições políticas, bem como empresários ligados ao agronegócio.

Um elemento que aparece na fala do interlocutor do pesquisador é a pouca ou nenhuma comunicação entre os próprios membros do parlamento que convergiam seus interesses aos interesses do agronegócio. A resolução dessa limitação foi o primeiro problema que tiveram que resolver, mediante a criação de um canal de comunicação entre os parlamentares envolvidos no tema, para pudessem alinhar seus posicionamentos.

Um pequeno grupo de indivíduos, parlamentares e empresários do agronegócio, passou a se organizar para viabilizar o projeto, que objetivava aumentar a representatividade do agronegócio no Congresso Nacional. Este objetivo foi posto na pauta de discussão dos patrocinadores do projeto porque, o modelo de representação de interesses até então utilizado não estava apresentando resultados significativos.

O setor agropecuário de Mato Grosso tinha apenas Jonas Pinheiro como representante mais ativo na Câmara dos Deputados. Havia praticamente um parlamentar que ajudava. A partir da ideia de fazer a FPA, houve um aumento dessa representatividade. Se não tivesse começado com um parlamentar que foi o Jonas Pinheiro, não teríamos chegado à representação e à força que temos hoje. Tínhamos a necessidade de mobilizar parlamentares. (...). (Relato de Rui Prado apud TAVARES, 2018, p.61).

O que podemos ressaltar do relato acima citado, é que o agronegócio até à reestruturação da FPA, tinha dificuldades na mobilização dos parlamentares que representavam pautas convergentes aos seus interesses. A questão da atuação em prol desta demanda encontrava limites, provavelmente devido à organização partidária no Congresso, que provocava a dispersão dos políticos que haviam sido eleitos em decorrência de discursos de defesa dessas pautas.

Além disso, Tavares (2018) destaca que até mesmo a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) não possuía proximidade com o governo e nem facilidade de movimentação no Congresso que a FPA passou a ter. O autor atribui esse engessamento da CNA a suas características e a sua finalidade como entidade de classe. Ou seja, a estrutura da CNA, mesmo sendo de dimensão nacional apresentava-se como uma estrutura não tão adequada à nova realidade democrática.

Ainda segundo Tavares (2018), os idealizadores do ressurgimento/reestruturação da FPA, tinham a noção de que era necessário desenvolver a estrutura da frente para que se pudesse torná-la funcional; e por isso, buscaram-se associações de produtores para financiar o projeto. Dessa forma, verificam-se em todos os relatos sobre a FPA, analisados por Tavares (2018), que no processo de reestruturação da frente houve tanto a participação de políticos, quanto de representantes da sociedade civil. Nesse sentido, a FPA serve de mecanismo de aproximação entre o setor produtivo e o governo, assim como, de mobilização política no Congresso Nacional.

O artigo 1º do estatuto da FPA a define como uma entidade associativa, constituída por representantes políticos do Congresso Nacional, independentemente, da opinião política deste; seu principal objetivo é o desenvolvimento do agronegócio nacional por meio da produção de políticas públicas visando este segmento.

Art. 1º – A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) é uma entidade associativa, que defende interesses comuns, constituída por representantes de todas as correntes de opinião política do Congresso Nacional e tem como objetivo estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional. (Estatuto da Frente Parlamentar do Agronegócio).

O artigo 2º trata dos objetivos e finalidades para as quais a FPA foi criada. O objetivo principal é o desenvolvimento do agronegócio e isso está bem definido no caput do artigo primeiro, acima transcrito. Entretanto, consideramos que existem objetivos específicos, ou seja, finalidades intermediárias que servem de aparato para a consecução da finalidade principal, e estão definidas no artigo segundo do mesmo estatuto.

O artigo 2º apresenta seis objetivos específicos que serviriam de meios para o desenvolvimento do agronegócio; e todos os seis objetivos específicos tratam do desenvolvimento do agronegócio, a produção de informação, da viabilização do intercâmbio entre a sociedade civil e os deputados federais, do exercício da pressão para a defesa dos interesses do setor nas comissões parlamentares, da produção de políticas públicas que beneficiem o crescimento da produção agrária e a disseminação de métodos e técnicas que desenvolvam a produção.

No artigo 3º do estatuto consta quem pode integrar a FPA. Ainda que o estatuto faça referência apenas a parlamentares, senadores ou ex-parlamentares e ex-senadores, não resta dúvidas sobre a relação da frente com organizações da sociedade civil e entidades de classe, assim como setores do governo. É o que fica claro no seguinte discurso:

Eu almoçava ou jantava com Moacir Micheletto e com o Luís Carlos Heinze. Eram sempre dois ou três deputados com quem a gente tinha mais contato. Falávamos sobre as propostas da Aprosoja e os pleitos dos produtores. A Frente não era importante como é hoje porque não tinha estrutura. Só possui força aquela em que há alguém ou uma entidade na retaguarda. Por que a do Cooperativismo é forte? Porque conta com a OCB na retaguarda. As frentes de seguro médico têm força porque contam com a Unimed e os planos de saúde. Os deputados também gostam de formar bancada. Era algo especial porque eles também precisam ter subsídios para formar discurso. Então a gente os pautava sobre o que era importante em relação ao setor produtivo rural. (Relato de Glauber Silveira apud TAVARES, 2018, p.63).

Este discurso é interessante porque é de um interlocutor que faz parte do grupo da sociedade civil responsável por representar os interesses do setor rural, Glauber Ribeiro, além de ser produtor rural de soja, milho e eucalipto, já foi presidente de várias entidades de classe e de representação civil, como a Aprosoja, é diretor fundador da Associação Brasileira de Produtores de Milho (Abramilho) e da Associação de Reflorestadores de Mato Grosso.

O que primeiramente podemos identificar é que a FPA precisa ser nutrida de investimentos para poder atuar e se comportar como um ator político coletivo. Esses investimentos são supridos por entidades que fazem parte da estrutura interorganizacional do agronegócio. São essas entidades que propiciam a produção de recursos que os parlamentares necessitam para tomarem as suas decisões e formarem ou fortalecerem seus discursos. Dessa forma, isso só pode ser feito por uma estrutura organizada e profissional.

Em outro trecho do discurso de mais um interlocutor de Tavares (2018), está clara e explícita a relação entre a sociedade civil e parlamentares e neste caso o interlocutor é Antônio Galvan, produtor rural, membro da APROSOJA-MT, desde a sua fundação.

A Aprosoja e a Ampa começaram a bancar este trabalho. Acho que, a partir daí, as coisas começaram a ter mais seriedade. Antes, era cada parlamentar para si, mas conseguimos organizar uma forma de atuar. Na crise do endividamento de 2005 a 2006, o pessoal vinha para o Congresso e reunia-se naquela salinha que existia na Câmara. Não havia nem como fazer uma reunião. Não havia espaço. Depois disso, só houve ganhos.” (Relato de Antônio Galvan apud TAVARES, 2018, p.63).

Podemos ressaltar que a participação do setor privado como agente viabilizador foi fundamental para o processo de desenvolvimento da frente e a sua profissionalização. No início do “renascimento da FPA” esse processo começou com a ausência de uma estrutura profissionalizada.

Segundo Tavares (2018, p.59), em resposta à demanda da FPA por financiamento, profissionalização e informações foi criado o Instituto Pensar Agropecuária, a partir do contato com pessoas que faziam parte do setor produtivo e políticos com discurso convergente com o agronegócio, organizações classistas que se desenvolveram dentro do contexto democrático do pluralismo político, a exemplo da Aprosoja e da AMPA.

4.6.1 O Instituto Pensar Agropecuária – IPA, uma Plataforma de Divulgação de Informação

A iniciativa de se criar o IPA nasceu tanto da necessidade de profissionalização da atuação da frente quanto da pressão do setor privado interessado. No início, a atividade financeira estava concentrada sob a tutela de um único empresário, que era o responsável pela angariação de fundos com outros empresários e a organização dos encontros entre estes empresários e políticos alinhados com os interesses setor (TAVARES, 2018; POMPEIA, 2021).

Segundo Tavares (2018, p.83), o IPA nasce com dois objetivos: o primeiro é o de defender a agricultura e; o segundo o de prestar assessoria aos parlamentares.

No artigo 3º do Estatuto do IPA, em seus incisos, essa finalidade de produção de informação fica mais evidente¹⁴. O artigo diz o seguinte:

Art.3º. O PensarAgro tem por objetivo promover o acompanhamento dos interesses do setor agropecuário junto ao Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, na consecução de seus objetivos maiores e finais, exemplificadamente:

- I. Promover estudos e análises técnicas para o setor agropecuário;
- II. Promover assessoramento técnico para as entidades vinculadas ao setor agropecuário;
- III. Elaborar pareceres técnicos com o objetivo de assessorar a elaboração, tramitação e o acompanhamento legislativo de projetos de lei, emendas à Constituição, dentre outras, sempre que o objeto da reforma legislativa pretendida encontre-se no âmbito do setor agropecuário;

¹⁴ Estatuto do IPA. Disponível em: <https://www.pensaragro.org.br/>. Acesso em 09 ag.2021.

- IV. Articular e promover iniciativas de promoção de responsabilidades social corporativa, e
- V. Executar outras atividades compatíveis com as finalidades da Associação.

A função de catalizador de informação do IPA fica evidente quando são observadas as discussões dos planos safras. O plano safra é uma política pública do governo federal que é produzida anualmente no MAPA; é uma política pública de financiamento do desenvolvimento de insumos e fertilizantes, que tem como objetivo principal o desenvolvimento do agronegócio. Como essa política trata de financiamento de pesquisas científicas nessas áreas, voltadas para o desenvolvimento de novas tecnologias, o orçamento destinado para tal política têm que ser aprovado pelo parlamento; tendo em vista isso, é a comissão de agricultura e pecuária, abastecimento e desenvolvimento rural que trata do assunto.

No momento dos debates sobre o plano safra, de cada ano, o IPA tem uma importante participação; que é reconhecida como uma atuação de suporte técnico aos parlamentares que fazem parte da FPA; pois, é responsável por transmitir a informação produzidas por especialistas e publicadas em suas plataformas, mas não apenas isso, é a entidade que transmite aos parlamentares da filiados à frente , qual é o posicionamento do setor quanto aos seus interesses. Esse tipo de suporte é muito importante para os políticos que estão ávidos por informações sobre a implementação de uma determinada política pública.

Essa função do IPA pode ser observada a partir da imagem 1, a seguir, retirada dos bancos de dados do próprio instituto.

Imagem 1 – Slide de apresentação do procedimento seguindo pelo IPA



Fonte: IPA_FPA/ipa-instituto-pensar-agropecuaria. Relatório: Recursos sobre o Plantio de milho de 2017/2018, que foi produzido pelo Instituto PensarAgro e foi apresentado por Fábio Meirelles Filho, a época presidente do IPA.

A imagem 1 serve para dar uma ideia de como funciona a organização do Instituto PensarAgro. A partir das informações disponíveis compreendemos que o IPA é o meio central que viabiliza uma relação tripartite, que envolve entidades da sociedade civil, parlamentares e as esferas de poderes da República; que, o instituto propicia a difusão da informação que o setor agrário necessita para que, tanto parlamentares alinhados com os seus interesses, quanto entidades corporativas e não-corporativas, que representam os interesses patronais do setor agrário, possam apresentar argumentos técnicos que fundamentem suas escolhas ou defesas sobre uma dada política pública.

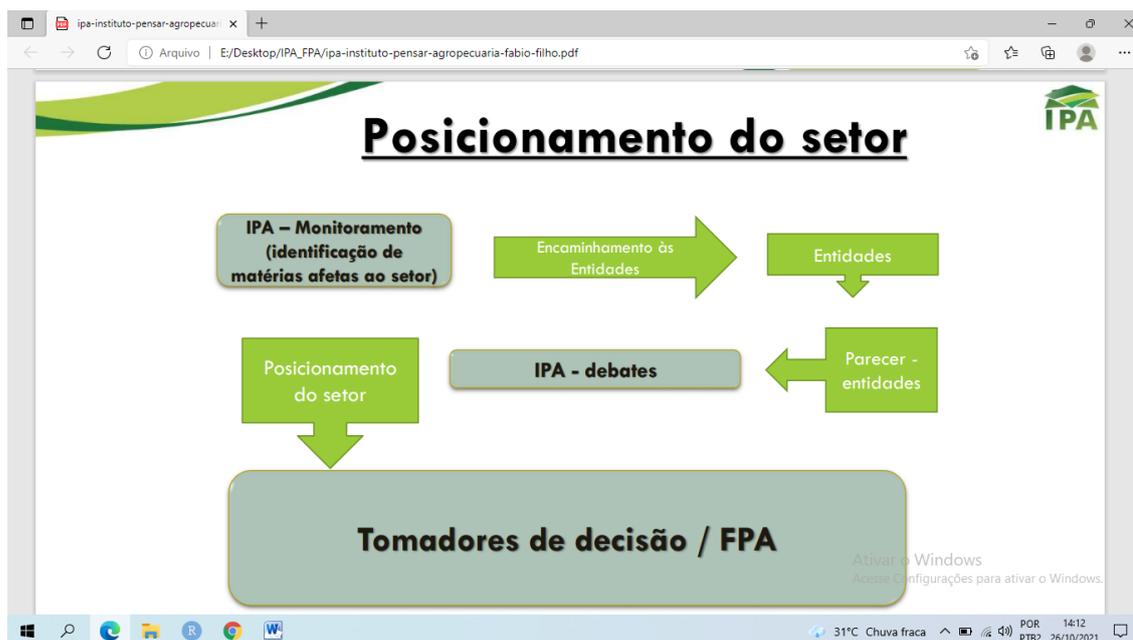
As setas indicam que há três funcionalidades do instituto; uma de informação, uma de posicionamento e a última de atuação. Entretanto, e baseado no próprio Estatuto do IPA, tanto a função de posicionamento quanto a de atuação estão relacionadas com o seu fim específico, que é ser uma catalizador de informações. Dessa forma, podemos inferir que esta é a principal das finalidades para a qual o IPA foi criado.

Não há evidências de que o instituto atue de forma direta sobre as esferas de poder, como um ator coletivo. Entretanto, é provável que pelo fato de seus argumentos serem pautados por métodos científicos, isso lhes dê uma condição de bastante prestígio sobre as esferas de poder, fatos este que demanda uma pesquisa própria para ser atestada.

Segundo a apresentação feita pelo próprio IPA, realizada por Meireles Filho (2017), para efetivar a aprovação orçamentária do plano safra de 2017/2018, o instituto inicialmente monitorara todas as proposições que possam afetar o setor, produzindo a partir daí um relatório com dados científicos; esse relatório é encaminhado para as entidades de classe que produzem um parecer a respeito do seu conteúdo. Este parecer retorna para o IPA para ser debatido e, finalizado o debate, o setor forma um posicionamento sobre as matérias; este posicionamento é apresentado aos parlamentares que fazem parte da FPA. Entretanto, o instituto não encerra aí sua função, pois ainda guarda para a si a incumbência de continuar municiando com suporte técnico os parlamentares da frente.

O organograma, a seguir, evidencia de forma bastante intuitiva os procedimentos adotados e as fases nas quais o instituto atua, exercendo suas atribuições informacionais:

Imagem 2 – Slide de apresentação do procedimento seguindo pelo IPA



Fonte: IPA_FPA/ipa-instituto-pensar-agropecuária. O organograma é uma imagem capturada de uma reprodução feita pelo autor do material usado para a apresentação do relatório: Recursos sobre o Plantio de milho de 2017/2018, que foi produzido pelo Instituto PensarAgro e foi apresentado por Fábio Meirelles Filho, a época presidente do IPA.

A imagem 2 mostra que a estrutura interna do IPA foi criada tendo em vista a coordenação dos parlamentares filiados à FPA frente as proposições relacionadas às políticas públicas, que de alguma forma possam afetar os interesses do agronegócio. Sua estrutura é constituída de quatro esferas de competência, sendo que o conselho administrativo é o órgão máximo da instituição. Abaixo dele se encontra a diretoria administrativa.

O Conselho Administrativo é responsável pela produção do parecer que será embasado nos relatórios que os demais setores internos do IPA produzem. À diretoria administrativa compete a questão da gestão interna da entidade. A diretoria administrativa é subdivida em quatro subdiretorias, cada uma com uma função bem específica. Essas subdiretorias são: a subdiretoria administrativa; a técnica; a estratégica e a de comunicação. Esta última ainda apresenta um setor responsável pela questão da comunicação publicitária, o denominado: comitê de comunicação.

As subdiretorias do IPA estão em comunicação direta com as nove comissões temáticas que são responsáveis pelo monitoramento das proposições sobre políticas públicas. São responsáveis, também, pela produção de informação necessária para a defesa dos interesses do agronegócio e de outros campos da agricultura brasileira como a agricultura familiar. Essas nove comissões temáticas são: 1) de defesa da agropecuária; 2) trabalhista; 3) política agrícola;

4) ambiental; 5) direito de propriedade e minorias; 6) agricultura familiar; 7) comitê jurídico; 8) relações internacionais e 9) infraestrutura e logística.

Essas comissões temáticas representam os temas sobre as pautas de políticas públicas sobre as quais a FPA de mobiliza politicamente na CD. Durante a ANC os ruralistas agiram e se posicionaram contrários a questão da reforma agrária, tema esse que tomou conta de praticamente todas as discursões sobre o meio rural, no atual contexto, a FPA possui interesses que englobam diversos temas, temas esses que na concepção do setor do agronegócio pode afetar o crescimento da produção agrária nacional, ou de forma positiva ou de forma negativa. No entanto, a questão da antirreforma agrária não ficou esquecida, ela ainda é uma pauta constante do setor rural.

4.6.2 Organizações da Iniciativa Privada Patrocinadoras do Instituto Pensar Agro

Considerando o IPA como um agente que responde pela filtragem e divulgação de informação publicada em sua plataforma, destinada à frente parlamentar como uma das características da sua função técnica; que, por sua vez, é uma organização, não apenas de mobilização, mas também é uma entidade na qual há o estabelecimento de relações entre políticos sucumbentes, ou não, e organizações da sociedade civil, que representam atividades econômicas, é a própria informação que tende a assegurar o estabelecimento mais próximo da relação entre congressistas e grupos de interesse. A Tabela 6, a seguir, traz uma classificação das organizações que formam o IPA.

Tabela 6 - Quantidade de Organizações Privadas do Sistema Agroalimentar presentes no IPA

	ORGANIZAÇÕES											
	Associações Privadas		Confederações		Federações		Cooperativas		Sindicatos		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Modelo Pluralista	33	73,3	0	0,0	0	0,0	01	2,2	0	0,0	34	75,5
Modelo Corporativista	0	0,0	02	4,4	05	11,1	0	0,0	04	8,8	11	24,4
Total	33	73,3	02	4,4	05	11,1	01	2,22	04	8,8	45	100,0

Fonte: Elaboração do próprio autor baseado na lista apresentada por Tavares (2018).

Os dados da Tabela 6 mostram que as organizações que estão presentes no IPA e que financiam as atividades desta são predominantemente organizações da sociedade civil que se fortaleceram mediante o modelo pluralista de representação de interesse (75,5% do total). São, portanto, organizações que rompem com o corporativismo, ou seja, o modelo de representação criado anteriormente. Entretanto, organizações que seguem o modelo tradicional, por menor que seja em termos quantitativos, também estão presentes como agentes financiadores do IPA.

Podemos observar que o IPA engloba tanto entidades decorrentes do pluralismo, quanto entidades corporativistas. Importa ressaltar que esse caráter híbrido que está na base do IPA e da FPA reflete a coexistências das diversas formas de representação dos interesses dos grupos sociais, em especial de grupos econômicos no contexto político brasileiro da contemporaneidade, conforme análises de Diniz (1992) Diniz e Boschi (2004).

4.6.3 Os Partidos Políticos Representados na Frente Parlamentar da Agropecuária

A FPA foi formalmente criada entre os anos de 2006 e 2007, apesar de já funcionar, informalmente, desde 2000. A sua reestruturação se deu a partir do modelo norte americano de relacionamento partidário com os produtores rurais. Foi assim que iniciou o processo de fortalecimento institucional da entidade. Isso foi descrito no seguinte relato:

Observamos como funcionava a relação política partidária em relação aos produtores. E isso nos deu a ideia de iniciarmos, aqui em Brasília, uma reunião mais frequente com os membros da Frente Parlamentar da Agropecuária. Isso foi crescendo. Ingressou o João Henrique, que tinha um conhecimento muito bom de Brasília, era do Ministério da Agricultura, e com uma vasta experiência de quais os caminhos a gente deveria seguir dentro do legislativo federal, do executivo federal para criarmos uma política agrícola efetiva. Não tínhamos políticas, mas fomos evoluindo. (Relato de Marcos da Rosa apud TAVARES, 2018, p.65).

Segundo os relatos coletados por Tavares (2018, p.70), no início da reestruturação da FPA, os operadores da frente faziam um minucioso trabalho de pesquisa em relação aos deputados federais, os quais estavam interessados em convidar para fazer parte da FPA. Dessa forma, sempre buscavam pelos políticos que possuíam alguma relação com o setor, seja como produtores, seja por possuírem uma profissão que tivesse alguma afinidade com a produção agrícola ou agropecuária.

Disso, poderíamos inferir que a composição da FPA guarda relação com a condição de proprietários ou de classes dos parlamentares; que este seria o requisito pessoal para integrar a frente. Entretanto, essa estratégia sofreu mudanças, pois os integrantes da frente perceberam que havia necessidade de fortalecê-la a partir a filiação de um número muito maior de deputados federais. Que era preciso ampliar o número de membros para garantir êxito nas ações políticas durante os processos decisórios, conforme se auto define: *“De composição pluripartidária e reunindo mais de 200 parlamentares, tem sido um exemplo de grupo de interesse e de pressão bem sucedido. É considerada a bancada mais influente nas discussões, articulações e negociações de políticas públicas no âmbito do Poder Legislativo”*¹⁵.

¹⁵ História da FPA. Disponível em <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em set. 2021.

Sem desconsiderar os políticos que, de fato, possuíam uma relação mais próxima com o setor (a exemplo dos empresários rurais), as lideranças da frente passaram a trabalhar para integrar outros políticos que não necessariamente possuíssem este vínculo com o setor, mas que atuavam politicamente de modo convergente com os seus interesses.

Conforme os dados da pesquisa, não há como negar que a FPA é constituída, predominantemente, por congressistas que estão ligados ao espectro liberal conservador. Entretanto, há de se considerar, também, que entre os membros existem alguns políticos que seguem outras linhas ideológicas, mas que podem ter algumas convergências com o setor produtivo que a frente representa. Os dados da Tabela 7, a seguir, mostram a distribuição dos parlamentares da FPA segundo o espectro ideológico dos seus respectivos partidos políticos.

Tabela 7 – Deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária, segundo a orientação ideológica dos seus partidos políticos, nas 53º, 54º e 55º legislaturas.

Orientação Ideológica dos partidos	53º Legislatura		54º Legislatura		55º Legislatura	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Partidos de Direita	75	41,0%	80	42,3%	105	46,3%
Partidos de Centro	69	37,7%	75	39,7%	87	38,3%
Partidos de Esquerda	39	21,3%	34	18,0%	35	15,4%
Total	183	100,0%	189	100,0%	227	100,0%

Fonte: Câmara dos Deputados Federais. Elaboração do próprio autor.

Como se pode verificar na Tabela 7, há uma predominância na FPA de representantes filiados a partidos de direita (41%, 42% e 46%, nas três legislaturas analisadas), o que pode ser uma condicionante da sua orientação quanto às questões políticas. Parlamentares filiados a partidos políticos definidos como do Centro são muito frequentes entre os membros da FPA, e representam em média 38% do total. Importa ressaltar que o início da reestruturação da FPA corresponde ao primeiro mandato do Presidente Lula, oriundo do Partido dos Trabalhadores (PT), como se fosse uma reação ao que o setor esperava que fosse acontecer a partir daquele momento, em relação à políticas públicas que restringiriam o setor rural de produção em massa. Uma possível reação para enfrentar políticas menos favoráveis ao setor.

É perceptível que a FPA, a partir do momento que se formalizou como uma frente, cresceu em termos quantitativos. Para Vigna (p.14, 2001), que fez sua pesquisa antes da bancada ruralista organizar a sua frente parlamentar, ressaltou que naquele momento os ruralistas votavam em uníssonos quando seus interesses estavam em jogo, independentemente dos partidos políticos que, por ventura, estariam filiados; fora essas questões, esses parlamentares seguiam as orientações partidárias.

Vê-se, portanto que a partir da organização da frente, a bancada ganhou mais mobilidade política, além de corpo também, isso porque a frente aproximou/aglutinou parlamentares vinculados a diversos grupos privados de representação patronal, ruralistas. São parlamentares dos mais diversos partidos políticos, acentuando-se assim o caráter pluripartidário da FPA e da bancada, que atuam em defesa dos interesses do agronegócio brasileiro, nas diversas arenas políticas. Resta saber como esses parlamentares em processos decisórios referentes a políticas públicas específicas, que tratam de temas como meio ambiente, trabalho e territórios indígenas: conforme a orientação dos seus partidos políticos ou convergentes às demandas da FPA?

4.6.4 Natureza das Proposições, objeto da pressão dos Parlamentares filiados à FPA e ligados aos Ruralistas

As principais fontes de informações utilizadas neste trabalho a respeito da atuação política da bancada ruralista quanto às proposições que interessam ao setor do agronegócio em tramitação no Congresso nacional desde 1995 a 2015 são a agenda da Câmara dos Deputados, que estão organizadas no site da Frente Parlamentar da Agropecuária e os dados apresentados por Tavares (2018), além do que está no site da Câmara dos Deputados, mais precisamente nas Comissões de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

Infelizmente, os dados apresentados pela própria FPA, tanto na agenda legislativa que está no site da entidade quanto às questões apresentadas na obra de Tavares (2018), possuem uma limitação temporal, que pode ser um reflexo da institucionalização recentes da organização. Isso quer dizer que a pesquisa não cobre o total de proposições que já foram apresentadas pela bancada ruralista, ou em benefício do setor que esta representa.

Importante questão a ressaltar neste estudo é o fato de a bancada ruralista ter dominado completamente a CAPADR, no período 1987 a 2003. No entanto, mesmo que a bancada ruralista ainda detenha muita representatividade nesta comissão parlamentar, atualmente ela não tem conseguido o domínio total sobre a pauta de debates e apresenta uma taxa de insucesso de suas ações, tanto no que se refere à pauta positiva, ou seja, aquele pela qual os membros da bancada se movimentam para ser aprovada, porque converge aos seus interesses, quanto à pauta negativa, que trata de temas aos quais a FPA e a bancada divergem.

Ao levantarmos os dados das proposições que tramitaram na CAPADR, incluímos as proposições que foram aprovadas e as proposições que foram rejeitadas; a escolha desses dois tipos de propostas legislativas se deu devido ao caráter antagônico do resultado do processo legislativo, o que nos permite fazer comparações quanto às diferenças das proposições e ao êxito da atuação política.

Dividimos as proposições em quatro categorias: 1) convergentes; 2) convergentes com ressalvas; 3) divergentes e; 4) divergentes com ressalvas. Para essa classificação levamos em consideração o posicionamento da bancada ruralista e da FPA; o que a frente parlamentar da agropecuária propugna como sendo de seu interesse, pela aprovação ou pela rejeição e dessa forma, tanto a convergência quanto a divergência estão segundo a ótica desse ator político.

Dessa forma, baseados no que a FPA caracterizou como pautas positivas, Tavares (2018, p.175) identificou e categorizou alguns dos elementos desta pauta, conforme Quadro 6.

Quadro 6 - Temas de interesse da FPA: relação entre temas gerais e temas específicos, baseados nos dados apresentados por Tavares, em 2018.

Temas Gerais	Temas Específicos
Governança Institucional	<ul style="list-style-type: none"> a) Redução do Estado, menor número de órgãos públicos para tratar de questões de agronegócio; b) Reincorporar atividades ao MAPA; c) Transferir os programas sociais do MDA e do Ministério da Pesca para o Ministério de Desenvolvimento Social; d) A governança deve ser conduzida por pessoas tecnicamente habilitadas.
Política agrícola. Plano SAFRA	<ul style="list-style-type: none"> a) Política agrícola de médio a longo prazo; b) Produzir e publicizar rapidamente os planos SAFRAS; c) Estimular a entrada de capital externo para financiar a agricultura; d) Limitar a taxa de juros para controlar a inflação estimada; e) Liberar as garantias em excesso ainda vinculadas a dívidas passadas.
Seguro Rural	<ul style="list-style-type: none"> a) Adoção de contratos de opção como política de seguro de preços; b) Aumentar o volume de recursos para a subvenção econômica e dar previsibilidade e estabilidade ao programa de subvenção ao seguro rural; c) Combater a venda casada de seguro com crédito; d) Revogar a decisão que tornou obrigatória a contratação de seguro rural a partir de 01/07/2016; e) Regulamentar o Fundo de Catástrofes
Relações Exteriores	<ul style="list-style-type: none"> a) Modernização da lista de exceções à tarifa externa comum – LETEC; b) Revisão e regulamentação de acordos comerciais vigentes;
Crédito Rural	<ul style="list-style-type: none"> a) Reduzir a complexidade operacional; b) Modernizar a legislação; c) Coibir a exigência de reciprocidade para a concessão de crédito rural; d) Implantar um cadastro único de produtores rurais e suas cooperativas; e) Regular o fundo de crédito de investimento para produtoras rurais e cooperativas; f) Criar os fundos de investimentos no agronegócio.
Custo de Registros Cartorários	<ul style="list-style-type: none"> a) Homogeneizar os custos dos instrumentos que formalizam as operações de crédito rural; b) Implantação da central de gravames;
Direito de Propriedade e segurança jurídica	<ul style="list-style-type: none"> a) Respeito ao marco temporal e condicionamento do STF oriundo do caso Raposa Serra do Sol; b) Revisão das recentes demarcações de terras indígenas/quilombolas, bem como de desapropriações para fins de reforma agrária; c) Revisão das funções do INCRA e do Sistema de cadastramento das propriedades rurais.
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> a) Transformar o CONAMA em órgão consultivo e não deliberativo;

Continua.

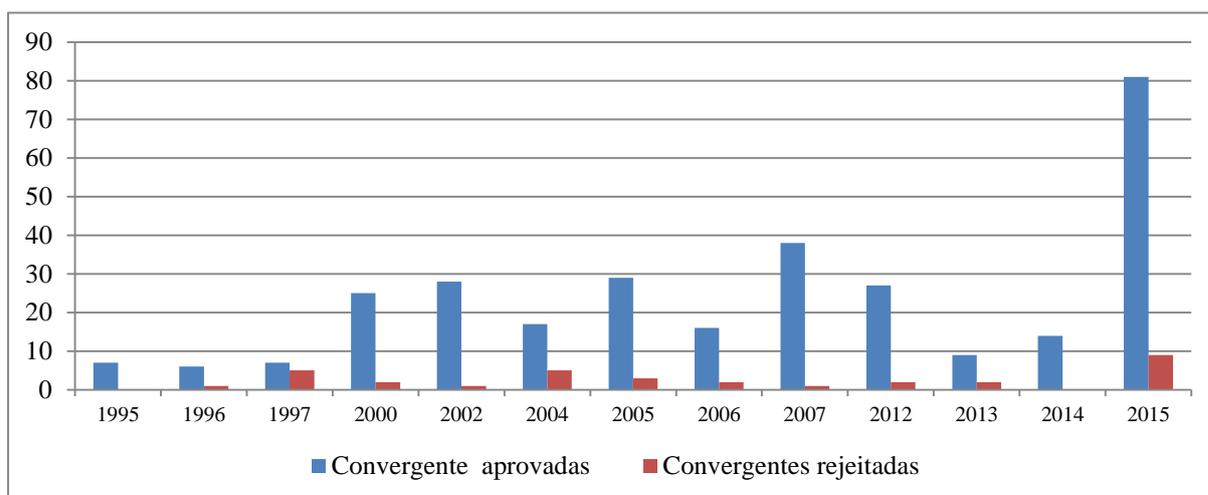
Quadro 6 - Temas de interesse da FPA: relação entre temas gerais e temas específicos, baseados nos dados apresentados por Tavares, em 2018. **Continuação**

Temas Gerais	Temas Específicos
Infraestrutura e logística	a) Modernizar as linhas de crédito e elaboração de uma política nacional de armazenagem; b) Novo modelo de concessões; c) Elaboração nacional de política de irrigação; d) Fortalecimento da navegação de cabotagem
Defesa da Agropecuária	a) Novo regulamento para a aprovação de defensivos agrícolas e demais insumos; b) Modernizar a legislação de defesa da agropecuária; c) Priorização e destinação de recursos para pesquisas alinhadas com o setor e relacionadas com ameaças fitossanitárias
Relações trabalhistas	a) Adequar à legislação trabalhista a realidade do campo; b) Adequar a legislação para as condições da economia familiar; c) Estabelecer diferenciação entre trabalho escravo, condições degradantes de trabalho e jornada exaustiva. Estabelecer limitações aos auditores do trabalho e às edições de normas regulamentadoras do trabalho.

Fonte: Pauta Positiva: Biênio 2006//2017 apud Tavares (2018, p.175-180). Elaboração do autor.

Apesar de a relação dos Quadros 6 e 7 ter sido apresentada no Biênio de 2016-2017, as evidências empíricas demonstram que os temas que compõem o Quadro 6 sempre estão presentes entre as demandas dos ruralistas e as proposições legislativas sobre tais temas têm sido acompanhadas por representantes do agronegócio, eleitos e não eleitos. O que se observa com a institucionalização da FPA é uma maior coordenação da ação política dos parlamentares que convergem seus interesses aos interesses dos grandes e médios produtores rurais e as demais categorias que, atualmente, compõem a cadeia produtiva do agronegócio.

Nos Gráficos 6 e 7, a seguir, podemos observar que durante o período que engloba o ano de 1995 a 2015, houve não apenas o desenvolvimento da institucionalização da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural como o aumento da quantidade de proposições aprovadas que convergem para os interesses da bancada ruralista.

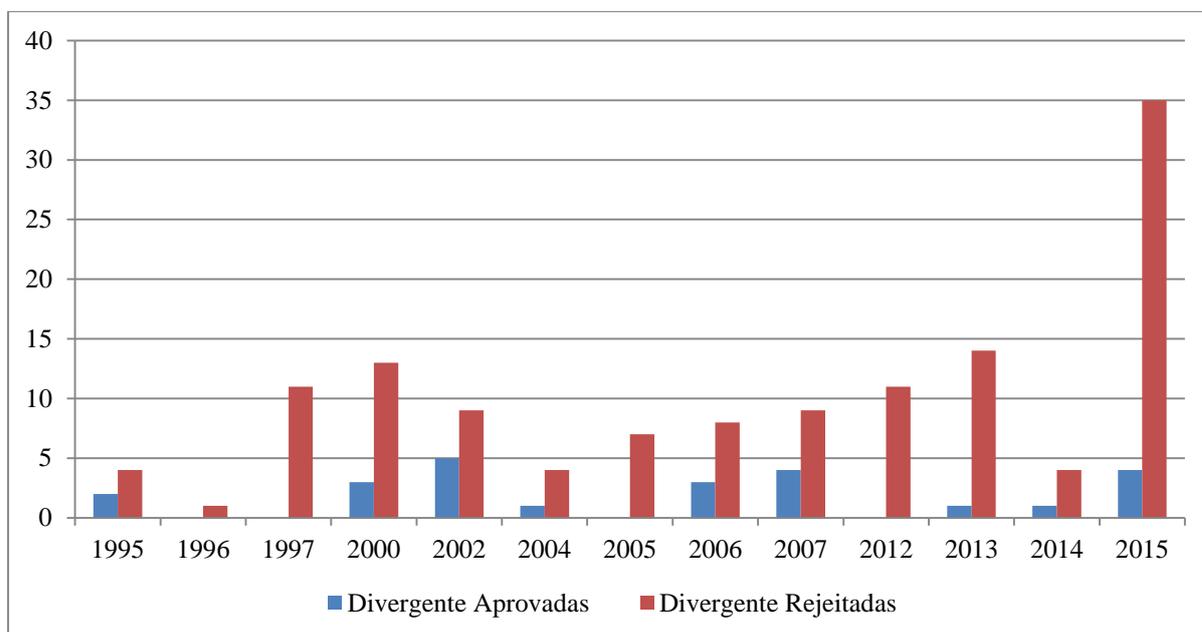
GRÁFICO 6 - Proposições convergentes com os interesses da Bancada Ruralista na CAPADR, aprovadas e rejeitadas.

Fonte: Relatórios Anuais de Atividades da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e de Desenvolvimento Rural (1995, 1996, 1997, 2000, 2002, 2004, 2005, 2006, 2007, 2012, 2013, 2014 e 2015). Disponível no <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/15339/>. Elaboração do próprio autor.

Como se pode observar, ao longo dos anos, o número de proposições aprovadas que são convergentes com os interesses da bancada ruralista apresenta um crescimento de quase 70% se compararmos o ano de 1995 ao ano de 2015; tal dinâmica de crescimento não se repete quando a referência é a quantidade de proposições convergentes que foram rejeitadas no mesmo período.

Em relação às propostas que divergiam dos interesses da bancada ruralista e, por conseguinte, da FPA, que tramitaram na CAPADR entre 1995 e 2015, os dados apresentados no Gráfico 7, a seguir, mostram que a grande maioria dessas proposições foi rejeitada. Isso mostra a importância da estratégia adotada pela bancada: ocupar lugares estratégicos no processo decisório.

GRÁFICO 7 - Proposições divergentes em relação aos interesses da Bancada Ruralista na CAPADR, aprovadas e rejeitadas.



Fonte: Relatórios anuais de Atividades da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e de Desenvolvimento Rural. De 1995, 1996, 1997, 2000, 2002, 2004, 2005, 2006, 2007, 2012, 2013, 2014 e 2015. Disponível no <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/15339/>. Produção do próprio autor.

Vê-se, portanto, que a atuação da bancada ruralista, na comissão em análise, apresentou uma eficiência maior no que diz respeito à pauta negativa, ou seja, sobre a qual se opõem. No ano de 1995, a quantidade de proposições que foram rejeitadas e que divergiam com os interesses da bancada ruralista e as que divergiam, mas foram aprovadas se assemelhavam em quantidade, com uma leve tendência de maior incidência para as que eram rejeitadas e divergiam; em 2015, há uma clara predominância quanto às proposições que divergem serem rejeitadas, isso demonstra que, não apenas a institucionalização das comissões aconteceu mas que também houve uma reorganização do seguimento ruralista na política, a partir dos anos 2000.

Os dados apresentados nas quatro tabelas (8, 9, 10 e 11), a seguir, demonstram a mudança de perspectiva que ocorreu após a reestruturação da FPA. Tais dados referem-se a dois tipos de proposições legislativas: as que foram aprovadas e as que foram rejeitadas, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que inicialmente se denominava de Comissão de Agricultura e Política Rural.

Foram usados para a análise dois períodos: o primeiro de 1995, 1996 e 1997, porque são os dados mais antigos que se têm arquivados, desta comissão, que são anteriores à reestruturação da FPA e antecedem os governos do Presidente Lula e da presidenta Dilma; o segundo período analisado faz referência aos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007, porque são os dados mais próximos do momento de transição de um governo para outro, além do que completam uma

legislatura inteira. Analisamos esses dois períodos em quatro Tabelas: duas tabelas de proposições aprovadas e duas tabelas de proposições rejeitadas.

As características dos dados apresentados nas Tabelas, a seguir, partem sempre da ótica da frente parlamentar em análise. Os atributos são subdivididos em colunas com proposições convergentes, convergentes com ressalvas, divergentes e divergentes com ressalvas, com relação à orientação da frente. As linhas das tabelas são compostas pelas categorias apresentadas no quadro que faz referência à composição da pauta política da FPA.

Tabela 8 – Quantidade de proposições aprovadas em 1995, 1996 e 1997, por temas da pauta da bancada ruralista e alinhamento com esta

Alinhamento e Pautas	Convergente	Convergente com ressalvas	Divergente	Divergente com ressalvas	Total
Governança institucional	1	0	1	0	2
Política agrícola	4	11	0	2	17
Seguro rural	0	0	0	0	0
Relações exteriores	4	0	0	0,0	4
Crédito rural	6	3	0	0	9
Custos de registros cartográficos	0	0	0	0	0
Direito de propriedade	2	0	0	0	2
Meio ambiente	2	0	0	0	2
Defesa da agropecuária	0	0	0	0	0
Relações trabalhistas	0	0	0	0	0
Infraestrutura e logística	0	0	0	0	0
Total	19	14	01	02	36
%	52,8%	39,0%	2,7%	5,5%	100,0

Fonte: Relatórios de atividades de 1995, 1996 e 1997 da Comissão de Agricultura e Política rural da Câmara dos Deputados Federais. (Produção do Próprio autor).

Tabela 9 – Quantidade de proposições rejeitadas em 1995, 1996 e 1997, por temas da pauta da bancada ruralista e alinhamento com esta.

Alinhamento e Pautas	Convergente	Convergente com ressalvas	Divergente	Divergente com ressalvas	Total
Governança institucional	0	0	1	0	1
Política agrícola	0	1	4	0	5
Seguro rural	0	0	0	0	0
Relações exteriores	0	0	0	0	0
Crédito rural	2	0	1	1	4
Custos de registros cartográficos	0	0	0	0	0
Direito de propriedade	1	1	5	0	7
Meio ambiente	0	0	2	0	2
Defesa da agropecuária	1	0	0	0	1
Relações trabalhistas	0	0	2	0	2
Infraestrutura e logística	1	1	0	0	2
Total	05	03	15	01	24
%	21,0%	12,5%	62,5%	4,0%	100,0

Fonte: Relatórios de atividades de 1995, 1996 e 1997 da Comissão de Agricultura e Política rural da Câmara dos Deputados Federais. (Produção do Próprio autor).

Tabela 10 – Quantidade de proposições aprovadas em 2004, 2005, 2006 e 2007, por temas da pauta da bancada ruralista e alinhamento com esta.

Alinhamento e Pautas	Convergente	Convergente com ressalvas	Divergente	Divergente com ressalvas	Total
Governança institucional	3	1	0	0	04
Política agrícola	25	16	2	2	45
Seguro rural	1	0	0	0	01
Relações exteriores	13	0	0	0	13
Crédito rural	14	5	0	1	20
Custos de registros cartográficos	1	0	1	0	02
Direito de propriedade	17	2	1	0	20
Meio ambiente	2	2	1	2	07
Defesa da agropecuária	18	2	0	2	22
Relações trabalhistas	7	3	0	0	10
Infraestrutura e logística	2	0	1	3	06
Total	103	31	06	10	150
%	68,7%	20,7%	4,0%	6,6%	100,0%

Fonte: Relatórios de atividades de 2004, 2005, 2006 e 2007 da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados Federais. (Produção do Próprio autor).

Tabela 11 – Quantidade de proposições rejeitadas em 2004, 2005, 2006 e 2007, por temas da pauta da bancada ruralista e alinhamento com esta.

Alinhamento e Pautas	Convergente	Convergente com ressalvas	Divergente	Divergente com ressalvas	Total
Governança institucional	1	0	1	0	2
Política agrícola	3	0	5	1	9
Seguro rural	0	0	3	0	3
Relações exteriores	0	0	0	0	0
Crédito rural	1	0	6	0	7
Custos de registros cartográficos	0	0	0	0	0
Direito de propriedade	1	0	7	0	8
Meio ambiente	0	0	3	0	3
Defesa da agropecuária	3	0	5	1	9
Relações trabalhistas	0	2	5	1	8
Infraestrutura e logística	1	0	0	0	1
Total	10	2	35	03	50
%	20,0%	4,0%	70,0%	6,0%	100,0%

Fonte: Relatórios de atividades de 2004, 2005, 2006 e 2007 da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados Federais. (Produção do Próprio autor).

Em termos comparativos, da análise dos dados das duas primeiras tabelas de aprovação (Tabelas 8 e 10), o que salta aos olhos é o aumento na quantidade de proposições que foram aprovadas, no período de 2004, 2005, 2006 e 2007, em relação ao período de 1995, 1996 e 1997. Houve um aumento de 525% de um período para o outro. Esse aumento não pode ser mero acaso, se analisarmos bem a natureza das proposições que mais estiveram presentes na pauta da comissão, vemos que no período de 1995 a 1997, o que predominava na pauta de discussão da comissão eram os temas sobre política agrícola e crédito rural.

No período de 2004 a 2007, os dois temas (política agrícola e crédito rural) ainda permanecem importantes, no entanto, eles dividem a pauta de debates com proposições de natureza de defesa da agropecuária e direito de propriedade/segurança jurídica. No primeiro tema encontram-se questões sobre o direcionamento de recursos para o desenvolvimento da agropecuária e a produção agrícola, enquanto que, na segunda categoria estão presentes proposições que tratam sobre demarcação de terras indígenas e quilombolas, reforma agrária, titulação de propriedades de grandes, médios e pequenos produtores rurais, além de sustação de decretos-leis de reconhecimento de terras já demarcadas.

Ao analisarmos os dados das proposições rejeitadas (Tabelas 9 e 11), percebemos que houve um aumento significativo na quantidade de proposições divergentes aos interesses da FPA e, portanto, da bancada ruralista, do qual podemos inferir que mesmo mantendo a hegemonia

na comissão com relação às aprovações e rejeições, a bancada ruralista não detém mais o controle absoluto sobre o que vai e o que não vai à votação na comissão.

No primeiro período, inferimos que os ruralistas precisavam de pouca coordenação e organização para conseguir conduzir os trabalhos na CAPDR, principalmente sobre a pauta e a aprovação ou rejeição de proposições, sem necessariamente haver coordenação entre os políticos alinhados aos seus interesses. Entretanto, a partir do segundo período (Tabelas 10 e 11), isso muda, e mesmo que sejam muito influentes nesta comissão, suas ações demandaram mais organização, coordenação e alianças para que conseguissem manter a hegemonia dentro dela.

Tabela 12 – Síntese das decisões tomadas na CAPADR segundo o período e a posição da FPA em relação às proposições em tramitação.

Período	Decisão da comissão	Posição da Bancada / FPA							
		Convergente		Convergente com ressalvas		Divergente		Divergente com ressalvas	
		Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
1º período	Aprovação	19	52,8	14	39,0	01	2,7	02	5,5
	Rejeição	05	21,0	03	12,5	15	62,5	01	4,0
2º período	Aprovação	103	68,7	31	20,7	06	4,0	10	6,6
	Rejeição	10	20,0	02	4,0	35	70,0	03	6,0

Fonte: Relatórios de atividades da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados Federais. Elaboração do próprio autor.

Nota: As células em amarelo representam ausência de controle; as células em verde representam controle.

A Tabela 12 apresenta uma síntese do conteúdo das Tabelas 8, 9, 10 e 11 e nos permite comparar os dois períodos analisados. Tais dados trazem alguma evidência, em termos quantitativos, de ausência de controle por parte da bancada ruralista e, por conseguinte da FPA, em relação aos processos decisórios no âmbito da CAPADR, lócus estratégico da atuação da frente.

A aprovação de propostas pela comissão em relação as quais a bancada manifestou-se divergente e divergente com ressalva indica insucesso na atuação e insucesso no controle; o mesmo pode ser dito em relação à rejeição de propostas pela comissão em relação as quais a bancada era convergente ou convergente com ressalvas. Do primeiro período para o segundo período, houve um crescimento quantitativo de proposições convergente e convergentes com ressalvas que foram rejeitadas e um crescimento quantitativo de proposições divergentes e divergentes-com-ressalvas que foram aprovadas.

Em síntese, se os ruralistas não conseguiram manter o controle absoluto sobre a pauta de votações dentro da CAPADR, o que indica que a frente não consegue manter sob seu controle frequente a presidência da comissão; nem o comportamento da maioria dos parlamentares e nem o resultados das alianças com os líderes partidários.

Por fim, o aumento quantitativo de proposições que tramitaram na comissão (de 60 para 200), entre os dois períodos analisados, pode ser atribuído ao processo de institucionalização dos mecanismos de representação democrática.

Quanto à ausência do controle absoluto sobre a agenda e a decisão da CAPADR, a despeito da forte presença dos membros da bancada ruralista nesta comissão, pode ter relação com o contexto institucional, no qual o Poder Executivo estava sob o controle do Partido dos Trabalhadores, dessa forma, diante de uma forte coalização de um executivo com uma pauta divergindo em vários pontos das pautas da bancada ruralista, o processo de decisório se torna mais complexo.

A reestruturação da Frente Parlamentar da Agropecuária foi necessária para garantir ganhos aos grupos de interesse ligados, direta e indiretamente, ao agronegócio, bem como para reduzir suas perdas, em especial quanto a temas específicos, conforme demonstrado anteriormente.

4.7 SÍNTESE DA DISCUSSÃO

Ao levar em consideração somente as proposições que foram aprovadas e as que foram rejeitadas na CAPADR, ao longo das legislaturas que serviram de referência à análise, percebe-se que houve um aumento expressivo da quantidade de proposições que foram aprovadas e que a decisão foi ao encontro dos interesses dos grupos ruralistas ali representados. Esse fenômeno pode ser atribuído a alguns fatores, como o processo de institucionalização pelo qual as comissões parlamentares têm passado e pela maior coordenação que a bancada ruralista construiu com a FPA.

No que se refere às proposições rejeitadas, estas também sofreram um aumento considerável nas últimas legislaturas, não tão expressivo quanto às aprovadas, mas houve um aumento significativo. Essas proposições eram sua maioria de natureza contrária aos interesses da bancada ruralista.

No entanto, da mesma forma que se vê a hegemonia dos ruralistas na comissão em questão, percebeu-se que nas legislaturas mais antigas eles controlavam até a pauta de debate dentro comissão e este controle se tornou mais difícil de acontecer no período mais recente. Portanto, a resistência às demandas dos ruralistas dentro da comissão aumentou, em termos quantitativos, fato este que pode ser mostrado pela quantidade de proposições contrárias à pauta ruralista, que foram aprovadas e mesmo com aquelas que foram rejeitadas, entretanto, este fato ainda é tímido com relação as proposições aprovadas e que são convergentes com os interesses da FPA.

Considerando a FPA como uma organização que serve aos interesses dos ruralistas, como mecanismo de aprofundamento de relações e interatividade, vê-se que esta tem sido primordial para a manutenção do controle da bancada ruralista sobre a CAPADR. Em decorrência disso, a manutenção permanente do controle sobre a frente, por partidos políticos de Congressistas que fazem parte da bancada ruralista é uma ocorrência que identificamos. Há sem dúvida uma preponderância dentro dela de políticos que pertencem a partidos considerados mais próximos ao espectro da direita liberal e centro-direita, que respondem por muitos dos ganhos atribuídos aos grupos ligados ao agronegócio.

Além disso, há uma identificação desta bancada com pautas relacionadas ao grande empresariado rural, haja vista que a reestruturação dela se deu a partir da iniciativa de empresários do setor e políticos a eles relacionados.

Observou-se, também, que muito do relacionamento entre setor privado e políticos se pauta na troca de recursos e, em meio a isso, a informação é a principal “mercadoria” de troca. Isso pode ser comprovado pelo crescimento das pesquisas na área, patrocinadas por organizações privadas. É por isso que defendemos a premissa de que o *Instituto Pensar Agropecuário* é hoje uma entidade de catalizadora e divulgadora de informação, Isso favorece as articulações políticas da FPA, não apenas entre o ramo dos políticos que a administram, como também entre políticos que representam outros setores produtivos, favorecendo a coordenação em prol dos interesses dos ruralistas.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos a Frente Parlamentar da Agropecuária ganhou muita visibilidade pública devido à atuação dos ruralistas na política nacional, o que tem gerado, por parte dos estudiosos de grupos de pressão, a busca por respostas não apenas com relação ao êxito deste agrupamento de parlamentares, como também, sobre as estratégias de atuação dos ruralistas no âmbito das arenas políticas que conformam o Congresso Nacional brasileiro

No geral, as pesquisas atuais sobre frentes parlamentares concluem que elas ainda não conseguem impor-se sobre os partidos políticos, uma vez que estes ainda são detentores de prerrogativas que a elas faltam. Esse é o caso de Cascione e Araújo (2019) quando afirmam que as frentes ainda não conseguem substituir os partidos como mecanismos institucionais para criação coalizões de governos. No entanto, esses mesmos autores apresentam a FPA como uma possível exceção a essa regra. Isso demandaria maiores pesquisas sobre o tema, pesquisas que levem em consideração a possibilidade de um estudo de caso, e se for possível, um estudo que observe de perto a atuação política da frente parlamentar em questão.

Em termos gerais, os resultados apresentados em nosso trabalho demonstram que no sistema político brasileiro há a coexistência de dois modelos de representação de interesses, um modelo corporativista e outro pluralista (modelo baseado em grupos de interesse e pressão) e que, a FPA pode ser enquadrada como um tipo especial oriunda deste último modelo.

Nosso trabalho procurou demonstrar, também, que o poder político dos ruralistas no Brasil não pode ser desvinculado do seu desenvolvimento econômico, para o qual o Estado brasileiro, em momentos diferentes da nossa história, teve um papel importante, como fomentador deste setor econômico. Daí o porquê de não poder entender o pensamento ruralista sem fazer essa regressão histórica.

Além disso, a despeito de todas as vênias que passamos ter em relação à premissa de Bruno (2021) de que a FPA é um espaço de disputa entre parlamentares filiados ao Partido dos Trabalhadores e a bancada ruralista, não concordamos com essa hipótese. A reestruturação da FPA foi iniciada por parâmetros ligados à bancada ruralista e para resistir às diretrizes políticas firmadas pelo PT para meio rural.

Viu-se, também, a natureza suprapartidária da FPA como um traço importante, mas chama à atenção o fato de que esta característica não favorece, internamente, que grupos políticos com visões diferentes sobre a produção rural nacional se revezem na administração da mesma. Isso pode ser constatado pela identificação dos parlamentares que integram as funções

administrativas da FPA, todos eles têm relacionamentos com o patronato rural, ou porque são produtores rurais ou porque com frequência votam em favor dos interesses do patronato rural.

Podemos perceber que tais políticos são, geralmente, identificados com este grupo econômico, não apenas devido ao financiamento privado de campanha, quando este ainda existia, mas pelo fato de serem parlamentares, em sua maioria, oriundos de estados brasileiros que se destacam na produção agropecuária e pela presença de grandes empreendimentos ligados ao agronegócio.

Agregado a isso está à consecução do projeto de expansão do conceito de agronegócio, que conseguiu a proeza de desvincular a bancada ruralista da antiga imagem de truculência e violência no campo, para uma imagem de modernidade e alto desenvolvimento tecnológico; e que com isso, outras categorias profissionais passaram a estar correlacionadas ao agronegócio sem necessariamente fazerem parte das atividades produtivas do meio rural.

Diante desses fatos, a nossa pergunta sobre qual é a natureza da FPA? E porque a FPA se tornou a principal representante política do setor que o conceito de agronegócio agrega? Podem ser separadas, pois, cada uma precisa de uma explicação diferente, mesmo que seja em decorrência da natureza da FPA que ela tenha alcançado esse *status* de principal representante política do agronegócio.

A FPA, da forma como ela se encontra atualmente, é uma organização que usa várias estratégias de ação política para interferir no processo político brasileiro, estratégias essas que vão muito além do lobby e/ou *advocacy*.

Neste sentido, temos que ressaltar dois argumentos que foram apresentados no início deste trabalho; o primeiro diz respeito à abordagem teórica que fundamenta o argumento de que os grupos de pressão e de interesse são organizações com uma identidade própria e que, essa identidade surge quando a organização é formalmente criada. No entanto, o fato da organização ter uma identidade não é suficiente para que ela consiga angariar recursos e distribuir os benefícios aos seus filiados de forma a fazê-los satisfeitos, a tal ponto que permanecem ativamente na organização.

Dessa forma, além de uma identidade, a FPA precisar possuir uma pauta política muito bem definida para que os interesses dos seus filiados, ou pelo menos os interesses da maioria de seus filiados sejam contemplados pelas suas ações. Dessa forma, chegamos ao entrave que o nível de abstração do conceito de interesse apresenta, portanto, para resolver a essa questão, recorreremos às abordagens teóricas que conceituam os grupos de interesse e de pressão pelo interesse que os fazem entrar em ação.

No caso da FPA há uma pauta muito bem definida sobre temas pelos quais ela se movimenta na arena política (ver Quadro 7), e sobre essa pauta, toda a sua ação política vai se desenrolar diante de proposições políticas que tenham haver com os temas apresentados.

Dessa forma, a FPA é uma organização formalmente criada, com uma identidade própria que a distingue de outros grupos. Mesmo que permaneça o elemento do suprapartidarismo, há uma homogeneidade entre os principais partidos e entidades privadas que a compõem; portanto, a FPA é uma organização que visa defender interesses muito bem definidos por diretrizes criadas e produzidas por relações entre entidades privadas e atores políticos tomadores de decisão.

Sobre a segunda pergunta, os dados empíricos demonstram que a FPA se utiliza de várias estratégias de ação que vão muito além do *lobby*; como pressão econômica, formação de alianças *ad hoc*, coordenação da ação dos parlamentares da bancada ruralista, publicidade positiva, legitimidade em seus discursos e uma distribuição de informação sobre políticas públicas que o Instituto Pensar Agropecuária, como plataforma de divulgação de informação que é, realiza para os parlamentares da FPA. Entretanto, os dados da pesquisa não nos dão condições para mensurarmos o potencial de cada uma dessas estratégias.

O objetivo de responder o porquê de a FPA ter se tornado a principal representante do agronegócio no Congresso Brasileiro é uma boa questão para um proposta de pesquisa. Existem algumas variáveis que podem ser utilizadas como elementos explicativos que observamos, como por exemplo: a origem social dos membros da FPA; partidos aos quais são filiados; entidades privadas financiadoras do IPA; relações de parentesco entre os parlamentares da bancada ruralista; poder econômico do setor e apoio popular às pautas do agronegócio devido a uma publicidade positiva. São algumas das variáveis que podem ser utilizadas em uma pesquisa futura.

O que podemos observar é que ao longo dos anos pós-redemocratização, o setor procurou se adaptar ao novo contexto político por uma questão de sobrevivência. Observamos que dentro da CAPADR os ruralistas não possuem mais o controle hegemônico daquilo que vai para votação na pauta, no entanto, é evidente que os ruralistas possuem uma grande taxa de sucesso dentro desta comissão, e mesmo possuindo uma taxa de insucesso, que pode ser observada nas tabelas 8, 9, 10, e 11, uma quantidade muito maior de proposições divergentes aos interesses da FPA, sofrem com a resistência política da frente o que acarreta com uma quantidade significativa de proposições que nem se quer chegam a ser analisadas.

Destaca-se nesse contexto a participação dos atores políticos com poder de decisão dentro da comissão, como o presidente da comissão que decide o tema que pode ou não fazer

parte da pauta, o relator que influencia a votação das proposições com o seu voto e a composição política dos líderes partidários que podem se articular para favorecer ou atrasar a votação de uma determinada proposição, isto dependendo do interesse que esta esteja defendendo.

Partindo da premissa de que a FPA é uma organização formalmente constituída, e que sua constituição é baseada em uma identidade própria fundamentada em interesses muito bem definidos em diretrizes para a sua ação política, resta-nos encontrar uma causalidade entre as suas estratégias e o grau de sucesso que ela apresenta ter.

VI REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Artigo produzido com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos Finep. Dados- Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. Vol. 31, n. 1, 1988, pp. 5 a J4.

AGUIAR, O. O. Os atores-chave no processo decisório no âmbito das comissões permanentes. Revista E-legis, Brasília, n. 12, p. 137-152, set/dez 2013, ISSN 2175.0688.

ALMEIDA, A. S. (2015). Processo legislativo: mudanças recentes e desafios. Boletim de Análise Político-Institucional, Brasília, n. 7.

ALMEIDA, Acir Almeida e SANTOS. Fabiano. Fundamentos institucionais do presidencialismo de coalizão. 1ªed. Curitiba, Appris, 2011, 216 p.

AMANO, André Tomio Lopes. Alguns apontamentos sobre a crise da dívida e a política econômica de continuidade do governo Sarney (1985-1990). Artigo produzido a partir da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. A pesquisa foi realizada com o apoio da CAPES. Artigo apresentado na XII Conferência Nacional de História Econômica, Niterói, RJ, Agosto de 2017.

AMARAL, Ana Regina Villar Peres. O PARLAMENTO BRASILEIRO Processo, Produção e Organização Legislativa: o papel das Comissões em perspectiva comparada. 2009. 181 f. Dissertação apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e ao Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política. Rio de Janeiro, 2009.

AMES, Barry. 19986, O Congresso e a política orçamentária no Brasil durante o período pluripartidário. Dados, v. 29, n.2, p. 177-205.

_____. Os entraves da Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 412 p.

ARAGÃO, Murilo De. Grupos de Pressão no Congresso Nacional. Como a sociedade pode defender seus direitos no Poder legislativo, São Paulo, Ed. Maltese, 1994.

ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo, 2007 Ed. Atlas AS, edição revista, ampliada e atualizada.

ARAÚJO, Suely M. V. G.; SILVA, Rafael S. Frentes e bancadas parlamentares: uma proposta teórica - metodológica e de agenda de pesquisa. Artigo apresentado no 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte em 30 de agosto a 02 de setembro de 2016.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimaraes de. TESTA, Graziela Guiotti. SILVA; Rafael Silveira e. Fugindo do líder e caindo na rede: caminhos alternativos das demandas sociais no Congresso Nacional. Conferência: 2º Encontro do Grupo de Estudos Legislativos da Alacip Projeto: [Políticas legislativas e públicas: a atuação das redes de atores nas áreas de competência comum dos entes federado](#). Novembro de 2014.

ARBEX, Alexandre. Galiza, Marcelo. Oliveira, Tiago. A política de combate ao trabalho escravo no período recente. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, ANO 24 | ABRIL 2018, Ed 64. IPEA.

ASPÁSIA, Camargo. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. Revista Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 39-50.

Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte : a sociedade na tribuna / organizadores: Ana Luiza Backes, Débora Bithiah de Azevedo, José Cordeiro de Araújo. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. 653 p. (Série coleções especiais. Obras comemorativas ; n. 3) ISBN 978-85-736-5620-6.

AUGUSTO, Cleiclele Albuquerque; SOUZA, José Paulo de. Economia dos Custos de Transação e Visão Baseada em Recursos: Aspectos Complementares. In. XXXIV Encontro ANPAD, nº34, Rio de Janeiro, 25 a 29 de setembro de 2010.

AZEVEDO, Paulo Furquim. Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura, Revista Agric, São Paulo, 2000. Ed. 47, pág. 33-52.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton (2011). “Duas faces do poder.” Revista de Sociologia e Política: Curitiba, v.19, n.40, p.149-157.

BALESTRIN, Alsones e ABARGE, Alessandro Porporatti. A perspectiva dos custos de transação na formação de redes de cooperação. *REA-eletrônica*, ISSN- 16765648, 2007, Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

BARROS, G.S.C.; CASTRO, N.R.; MACHADO, G.C.; ALMEIDA, F.M.S.; ALMEIDA, A.N. Boletim Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (cepea). Piracicaba, 2º trimestre 2020, 2020.

BAUMGARTNER, F. & LEECH, B. (1988). Basic Interests: The Importance of Groups in Politics and in Political Science. New Jersey: Princeton University Press.

BENTLEY, Arthur (1908). The process of government: a study of social pressures. Bloomington: Principia Press.

BOSCHI, Renato, Eli Diniz. Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas. Fundação Konrad Adenauer, 2000.

BEDRITICHUK, R. R. ; ARAUJO, S. M. V. G. . Fortalecimento das comissões mistas: poder de barganha e desgaste na coalizão a partir de 2012. In: Giovana Perlin; Manoel Leonardo Santos. (Org.). Presidencialismo de coalizão em movimento. 1ed.Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019, v. , p. 61-87.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. Artigo a ser publicado em livro organizado pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Enviado para publicação em 11 de novembro de 2010. Corresponde a “From old to new developmentalism in Latin America” (José Antônio Ocampo e Jaime Ross, orgs. (2011) Handbook of Latin American Economics, Oxford University Press: 108-129).

BRUNO, R. A. L. Agricultura Empresarial, Povos e Comunidades Tradicionais: Lutas Simbólicas e Negação de Direitos. *Raízes (UFPB)*, v. 37, p. 27-41, 2017.

_____. Movimento 'Sou Agro'. Marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. Composição: *Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, v. 14, p. 85-101, 2014.

_____. A SECA NO NORDESTE E A BANCADA RURALISTA DO CEARÁ (LEGISLATURA 2011-2014). O texto teve como referência empírica a pesquisa coordenada pela autora “Representação de interesses patronais rurais e região: os parlamentares cearenses da bancada ruralista (legislatura 2011-2015)”, realizada com apoio da Bolsa de Pesquisador Visitante- PBV da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FUNCAP (2012- 2013)/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. XII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste.

_____. Desigualdade Agronegócio Agricultura Familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)*, v. 24, p. 142, 2016.

_____. Revisitando a UDR: ação Política, ideologia e representação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo*, v. 40, p. 69-90, 1996.

_____. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. 1)*. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária/ Editora Universidade de Brasília, 1997. v. 1. 161p.

BRUNO, R. A. L.; FERNANDES, A. H.; PRADO, F.. Patronato Rural, Relações de Parentesco, Representação Política (primeiras anotações). *REVISTA NEP - NÚCLEO DE ESTUDOS PARANAENSES DA UFPR*, v. 3, p. 272-283, 2017.

BUTTÓ, Michele. Mecanismos deliberativos na Assembleia Nacional Constituinte. A polarização simbólica da Reforma Agrária. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Política da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da universidade de São Paulo, para a obtenção de título de Mestre em Ciência Política. Orientador: Prof. Dr. Paolo Ricci. São Paulo- 2009.

CABRAL, Eugênia Rosa. Articulação de interesses do empresariado industrial no processo de produção da regulação ambiental: convergências e divergências. Tese de doutorado. Programa de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte – MG, dezembro, 2007.

CAIXETA, Ana Carolina Dias e WANER, Alcido Eleonor. Nova economia institucional e agronegócio: Aplicações e limitações, *Revista Conjuntura Econômica Goiana*, setembro de 2015, Nº34.

CARNEIRO, Olavo Brandão. Patronato Rural e Ação Coletiva. 32º Encontro Anual da ANPOCS; 27 a 31/10/2008 GT 18 – Elites e Instituições Políticas: Patronato Rural e Ação Coletiva.

CARRARA, Anieli Fagundes e BARROS, Geraldo de Sant’Ana de Camargo. A importância do setor agropecuário para a dinâmica da inflação: Uma análise para o cenário econômico atual. *Revista de Economia e Agronegócio*, Vol. 18, N.1, 17/03/2020.

CASCIONE, S. R. S. Institucionalização e influência das frentes parlamentares no Congresso brasileiro. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

CASCIONE, S. R. S.; ARAÚJO, Suely M. V. G. . Obstáculos para protagonismo das frentes parlamentares em coalizões presidenciais no Brasil. *Revista de Sociologia e Política* , v. 27, p.e 005, 2019.

CASTILHO. Alceu Luís. A SERPENTE FORA DO OVO: a frente do agronegócio e o supremacismo ruralista. *Revista OKARA: Geografia em debate*, v.12, n.2, p. 699-707, 2018. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – <http://www.okara.ufpb.br>.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

CHONG, D., & DRUCKMAN, J. (2010). Opinião Pública Dinâmica: Efeitos da Comunicação ao Longo do Tempo. *American Political Science Review*, 104 (4), 663-680. doi:10.1017/S0003055410000493. .

CIOCCARI, DEYSI ; PERSICHETTI, SIMONETTA . O Brasil agrário: o conservadorismo e a direita na Bancada Ruralista. EM TESE (FLORIANÓPOLIS) , v. 17, p. 7-32, 2020.

CORADINI, O. L. Frentes Parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. Publicado em *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p 241-256, jun/2010.

CORRÊA, Luiz Carlos Machado. Veto Players e processo legislativo. Estudo do comportamento político da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém – Pará, 2015.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. A Questão Agrária no Brasil e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional, São Paulo: USP (Dissertação de Mestrado), 2012, p.325.

CRESWELL, Jonh W. A investigação quantitativa e projeto de pesquisa escolhendo entre cinco abordagens //Jonh W. Creswell: tradução: Sandra Mallmam da Rosa : Revisão técnica: Dirceu da Silv. – 3ed. Porto Alegre : Penso, 2014, 341 p. ISBN 979-85-65848-86-6.

CRUZ, Bruno de Oliveira. OS ENTRAVES DA BANCADA RURALISTA À EFETIVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO: A INEFICÁCIA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E O INACESSO À TERRA. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Direito, do Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito. Orientadora: Professora Doutora Eneida Desiree Salgado. .2021.

CRUZ, Rafael Georges da. A quem respondem os ruralistas? Base eleitoral e proposições legislativas dos deputados federais da 54ª Legislatura. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília para obtenção do título de Mestre em Ciência Política Orientador: Prof. Dr. Lucio Remuzat Rennó Júnior. 2015.

CUNHA, Larissa Carreira da. AGRO é POP ou A GLOBO é AGRO? Relações de poder e dominação através da construção das narrativas de riqueza e dos padrões de consumo pela comunicação midiaticizada do campo da Agropecuária. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos

Amazônicos da Universidade Federal do Pará em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental. Orientadora: Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro.

CUNHA, Paulo Roberto. MELLO-THÈRY, Neli Aparecida de. Financiamento privado de campanha eleitoral: o agronegócio bancando a queda do Código Florestal brasileiro de 1965. O presente artigo é fruto da dissertação de mestrado “O Código Florestal e os processos de formulação do mecanismo de compensação de reserva legal (1996-2012): ambiente político e política ambiental”, defendida pelo autor em 2013, no Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (Procam/USP) e sob orientação da coautora. Uma versão do texto foi apresentada no 41º Encontro Anual da Anpocs, realizado em outubro de 2017. Guaju, Matinhos, v.3, n.2, p. 3-31, jul./dez. 2017.

DAHL, Robert A. A moderna análise política. 1º Volume de coleção SOCIETAS. Primeira edição brasileira. LIDADOR. 1956.

_____. WHO GOVERNS? Democracy and Power in an American City. New Haven and London, Yale University Press, 1961.

_____. Poliarquia: participação e oposição (1972). Prefácio Fernando Limongi; tradução Celso Mauro Paciornik. – 1º ed. 1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 2005. - (clássicos; 9).

D'ALBUQUERQUE, Raquel; SÁTYRO, Natália. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades. SOCIEDADE E CULTURA (IMPRESSO) , v. 23, p. 01-33, 2020.

DE VITA, Álvaro (1999). Uma concepção Liberal-igualitária de Justiça distributiva”. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 14, n. 39.

DELGADO, G. C. ‘A Questão Agrária e o Agronegócio no Brasil’. In: Miguel Carter. (Org.). 'Combatendo a Desigualdade Social - O MST e a Reforma Agrária no Brasil. 1aed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, v., p. 11-563. DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato (1999). O Legislativo como arena de interesses organizados: a atuação dos lobbies empresariais. Locus Revista Histórica, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-32.

_____. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil, 1965 – 1985 São Paulo; Ícone; Campinas, UNICAMP, 1985.

DI PAOLO, Darcy de Nazaré Flexa. Elaboração de Trabalhos Acadêmicos e Científicos. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato (1999). O Legislativo como Arena de Interesses Organizados: A Atuação dos Lobbies Empresariais. Locus Revista Histórica, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-32.

DINIZ, Eli. Engenharia Institucional e políticas públicas. Dos conselhos técnicos às Câmaras setoriais. Revista Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.21-38.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. & SANTOS, Fabiano (1993), “Lideranças Empresariais e Problemas da Estratégia Liberal no Brasil”. Dados - Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 23, Ano 8.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R.; SANTOS, Fabiano (1993). Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer.

DOWNS, Anthony. Uma Teoria Econômica da Democracia. SP, EDUSP, 2013.

Estatuto da FPA

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder - formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, Editora Globo, 2012.

FERNANDES, B. M. O novo nome é agrobusiness. Presidente Prudente: UNESP, 2004. Disponível <<http://www4.fct.unep.br/nera/publicacoes/onomeeagribusinesssem.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2020.

FERREIRA, André Barbosa Ribeiro. TOLEDO, Márcio Roberto. PEREIRA, Gabriel. RESENDE, Fernanda Cristina. O agronegócio no Brasil: Uma breve revisão histórica e conceitual. Revista Interdisciplinar de Estudos Agrários Nº 50 - 1er semestre de 2019.

FERREIRA, Brancolina. Fábio, ALVES e FILHO, José Juliano de Carvalho. Constituição Vinte Anos: Caminhos e Descaminhos da Reforma Agrária- Embates (Permanentes), Vitória (Poucas) e Derrotas (Muitas). Artigo publicado em: Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise, Brasília, v. 2, n. 17, 2009.

FIGUEIREDO, A. M. C. ; LIMONGI, F. . O Parlamento Brasileiro é Melhor e Mais Eficiente do que Parece. República (São Paulo) , v. 40, p. 48-57, 2000.

FIGUEIREDO, A. M. C.; LIMONGI, F.. As Bases Institucionais do Presidencialismo no Coalizão. Lua Nova-CEDEC, São Paulo, v. 44, p. 81-106, 1998.

FIGUEIREDO, Adelson Martins. SANTOS, Maurinho Luiz dos. LIMA, Jandir Ferreira. A importância do agronegócio para o crescimento econômico do Brasil e dos EUA. Revista Gestão e Regionalidade, vol. 28, Nº28, jan-abr 2012.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Tradução Rosiska Darcy de Oliveira. - [1. ed.] - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2013.

FREITAS, Andreia. O presidencialismo da Coalizão. Rio de Janeiro. Fundação Konrad Adenauer. 2016. ISBN 978-85-7504-198-7.

FUENTES, Paulo Vitor Dias. Notas preliminares sobre estudo da bancada ruralista no Oeste do estado do Paraná, Anais do VII Congresso Nacional De Geógrafos, ISBN 978-85-98539-04-1.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34 ed., São Paulo, Ed. Companhia das letras, 2006.

HALL, Peter A; TAYLOR, Rosemary C.R. As três versões do Neoinstitucionalismo. Lua Nova, 58, 2003.

JUNIOR, Adenevaldo Teles. O GENOCÍDIO INDÍGENA CONTEMPORÂNEO NO BRASIL E O DISCURSO DA BANCADA RURALISTA NO CONGRESSO NACIONAL. Dissertação

apresentada ao Programa de PósGraduação em Direito Agrário da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito Agrário. Área de concentração: Direito Agroalimentar, Territórios e Desenvolvimento. Orientador: Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas. 2018.

LANDINI, Fernando Pablo. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. *Revista Ciência rural*, Santa Maria, *Revista Ciência Rural*, Santa Maria, Online Recebido 20.04.14 Aprovado 03.06.14 Devolvido pelo autor 10.09.14 CR-2014-0598 <http://dx.doi.org/10.1590/0103-8478cr20140598>, ISSN 0103-8478.

LIMA, M. S. A atuação do ruralismo como elite política no Brasil: mobilização de viés mediante desigualdades sociais e de representação política. *AGENDA POLÍTICA*, v. 4, p. 90-119, 2016a.

_____. A Atuação do Ruralismo como Elite Políticos no Brasil: Mobilização de viés mediante desigualdades sociais e políticas. *Revista Agenda Política | Vol.4 – n.3 – setembro/dezembro – 2016b | ISSN: 2318-8499*.

LINZ, Juan. (1990a) Democracia: presidencialismo/parlamentarismo? Hace alguna diferencia? In: ARCAÑA, O. G. (Ed.) *Hacia una democracia moderna: la opción parlamentaria*. Santiago, Ediciones Universidad Católica de Chile, p. 41–108.

LOCATEL, Celso Donizete. LIMA, Fernanda Laize De. Agronegócio e poder político: políticas agrícolas e o exercício do poder no Brasil. *Revista Sociedade e Território – Natal*. Vol. 28, N. 2, p. 57 - 81. Jun./Dez. de 2016.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do Governo Sarney: O Colapso do Plano Cruzado (1986-1987). Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 128, ago. 2007.

MAINWARING, Scott (1993), Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. *Lua Nova Revista de Cultura Política*, São Paulo, no. 23/24.

MANCUSO, W. P. (2007). O Empresariado como Ator Político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Rev. Sociol. Política*, Curitiba, 28, p. 131-146, jun. 2007.

MANCUSO, W. P.; HOROCHOVSKI, R. R.; CAMARGO, N. F.. Financiamento eleitoral empresarial direto e indireto nas eleições nacionais de 2014. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA*, v. 27, p. 9-36, 2018.

MANCUSO, Wagner Pralon (2004) “O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo” – Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da USP, 2004.

MANCUSO, Wagner Pralon. O lobby da indústria no Congresso Nacional, o empresariado e política no Brasil contemporâneo. São Paulo: Humanitas: Edusp; 2007.

MARTINS, José de Souza. A aliança entre o capital e propriedade da terra: a aliança do atraso. In: MARTINS, J. S. *A Política do Brasil lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto Ed. 2011.

MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. Prefácio In BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária- UFRRJ, 1997.

MENDONÇA, Sônia Regina De. A hegemonia do agronegócio no Brasil: uma construção em disputa. Espaço Plural. Ano XII, n. 24. 1. sem. 2011, ISSN 1518-4196, p. 26-37. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445949508004.pdf>.

_____. A construção de uma nova hegemonia patronal rural: o caso da organização das cooperativas brasileiras. Revista História Hoje (São Paulo) , São Paulo, v. 2, n.6, p. 1-16, 2005.

MIGUEL, Luís Felipe. Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e advocacy. **Lua Nova**, n. 84, 2011, pp. 25-63. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/673/67321101003.pdf>.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; SILVA OLIVEIRA, P. D.. A liga dos camponeses pobres (lcp): contribuição ao estudo do movimento camponês no Brasil. Revista: A questão agrária e conflitos. Coleção: Territórios e Questão Agrária 1º edição julho de 2016. SP. Editora: Outras Expressões. 2016.

MORET, Alex Hotz. TOMIOKA, Sérgio Luís. LIMA, Lucas Ferreira. A reinvenção do Plantation: Crescimento baseado no drive exportador de commodities e suas consequências econômicas, sociopolíticas e ambientais Sessão Temática: 5. Agricultura, pecuária e meio ambiente. Artigo apresentado no XIII Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Será o Antropoceno a Era do Colapso Ambiental: Pensando uma Economia para o Planeta Terra. 23 a 26 de setembro de 2019. Unicamp, SP- Brasil.

MÜLLER, Gustavo (2005). Comissões e partidos políticos na Câmara dos Deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 371-394.

MUELLER, B. P. M. ; PEREIRA, Carlos . O Sistema de Comissões do Congresso Brasileiro: Uma Teoria de Preponderância Executiva. Revista Brasileira de Ciências Sociais , São Paulo, v. 15, n.43, p. 45-68, 2000.

MUSSI, Daniela. . Pluralismo: origens de uma teoria para tempos de crise. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais (UNESP. Araraquara. Impresso) , v. 42, p. 225-241, 2012.

NASCIMENTO, Emerson de Oliveira. O Sistema de Comissões Brasileiro: Elementos para uma Agenda de Pesquisa. Revista de ciência política Teoria&Pesquisa. vol. 21, n. 2, p. 61-72, jul./dez. 2012.

NEVES, Marco Fava. Relacionamentos interorganizacionais. Artigo publicado no livro: Gestão de sistemas de agronegócio. ZYLBERSZTAJN, Décio (Org.); NEVES, Marco Fava (Org.) e GALEMAN, Marcia M. de Queiroz (Org.). Ed. Pensa, São Paulo, edição única, 2015.

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. Artigo publicado na Revista Tempo Social – USP, novembro de 2003, p.195-217.

OLSON, Mancur (2015). A lógica da ação coletiva. São Paulo: EDUSP.

PARO, João Pedro. Sistema Brasileiro de Comissões Parlamentares. E-legis, Brasília, n. 15, p. 28-45, set./dez. 2014, ISSN 2175.0688.

POLSBY, Nelson W. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ESTADOS UNIDOS. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 221-251, jun. 2008.

POMPEIA, Caio. A formação política do agronegócio. São Paulo: Elefante, 2021.

_____. Agro é tudo-: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. Horizontes Antropológicos (UFRGS. impresso), v. 26, p. 195-224, 2020.

PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, 46º ed., Ed. Brasiliense S.A, 2004.

PRIETO, G. F. T.. Fincando as raízes do rentismo à brasileira: os ruralistas na Assembleia Nacional Constituinte. Revista de Geografia (Recife), v. 36, p. 40-74, 2019.

RIBEIRO, Raphael Medina. Questão agrária e territórios em disputa: embates políticos entre agronegócio e agricultura camponesa/familiar — década de 2000. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Geografia e Gestão do Território Orientador: Prof. Dr. João Cleps Júnior. 2009.

RUFINO, José Luís dos Santos. Origem e conceito do agronegócio. Informe Agropecuário, Belo Horizonte: Epamig, v. 20, nQ 199, p. 17-19, jul./ago. 1999.

SÁ, João Daniel Macedo. A propriedade rural nos debates da assembleia nacional constituinte. Revista Brasileira de Filosofia do Direito, v. 3, p. 117-132, 2017.

SALOMÃO, Ivan Colangelo. As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico. v.27 n.3 p.421-442 2017 Revista Nova Economia, DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/3220>.

SANI, Giacomo. BOBBIO, Norberto. PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Ciência Política. Vol.1, de A-K. Editora Universitária de Brasília, 1991.

SANTOS, F. G. M.. Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira. Dados (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 40, n.3, p. 465-491, 1997.

SANTOS, Carla Danice de Melo. O Poder Conclusivo das Comissões da Câmara dos Deputados na 52ª legislatura. E-legis, Brasília, n. 1, p. 65-73, 2º semestre 2008, ISSN 2175.0688.

SANTOS, F. G. (2011); ALMEIDA, A. Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão. São Paulo: Appris.

SANTOS, Fabiano. O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão. Bleo Horizonte, 2003, Ed. UFMG.

SANTOS, Henrique Faria dos. Modernização seletiva da agricultura brasileira e expropriação socioeconômica no campo. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 11, n. 24, p. 231-261, ago., 2016 ISSN 1809-6271.

SANTOS, M. L. W. D. ; MANCUSO, W. P. ; BAIRD, M. F. ; RESENDE, C.A.S. . Lobbying na Câmara dos Deputados: evolução, estratégias e influência. Boletim de Análise Político-Institucional, v. 21, p. 23-32, 2019.

SANTOS, Manoel Leonardo. Representação de Interesses na Arena Legislativa: os grupos de pressão na Câmara dos Deputados (1983-2012). Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. 1975, p. 7-39, 2014.

SANTOS, Manoel Leonardo W. D. O Parlamento sob influência: O lobby da indústria na Câmara dos Deputados. Tese apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Professor Dr. Enivaldo Rocha (UFPE); Coordenadora: Profa. Dra. Fátima Anastásia (UFMG).

SILVA E MELO, Vanessa Pereira Da. A EMBRAPA na Amazônia Ocidental: ditadura Militar, Desenvolvimento e Ambientalismo (1972-1993). Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências, 2017, Rio de Janeiro.

SILVA, E. C. A. Povos Indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. Serviço Social & Sociedade, v. Especial, p. 480-500, 2018a.

_____. Atuação da bancada ruralista contra os direitos dos povos indígenas. Vukápanavo, v. 1, p. 20-30-30, 2018b.

_____. POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E A QUESTÃO DA TERRA. Revista de Políticas Públicas e Segurança Social, v. 1, p. 182-196-182, 2017a.

_____. Conservadorismo, bancada ruralista e indígenas. Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017b.

SILVA, Rafael S.; ARAÚJO, Suely M. V. G. Representações Políticas Alternativas no Congresso Nacional: uma Proposta Conceitual para Compreender as Frentes Parlamentares. Revista Direito Público, v. 16, p. 232, 2019.

SIMIONATTO, Ivete e COSTA, Carolina R. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista, revista Temporalis, Brasília (DF), 2012, n. 24, p.215-237, jul./dez. 2012.

SOUZA, Marco Antônio de. A hegemonia do conceito de agronegócio como modelo de desenvolvimento prioritário para o espaço agrário brasileiro: notas para um debate. Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 10, v. 03, p. 50-72, jan-abr/2019, ISSN: 1984-1647.

TAGLIALEGNA, G. H. F.; CARVALHO, P. A. F. . Atuação de Grupos de Pressão na Tramitação do Projeto de Lei de Biossegurança. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 43, n.169, p. 161-178, 2006.

TAVARES, Vinícius. A história da Bancada Ruralista: personagens e fatos que formaram a Frente Parlamentar da Agropecuária protagonista do sucesso do agronegócio brasileiro. Brasília DF: Vincere Associados, 2018.

TAVARES, Ana Claudia Diogo. A confederação nacional da agricultura e pecuária do Brasil (CNA) e as questões agrária, ambiental e trabalhista: disputas sobre o direito a partir da constituição brasileira de 1988. Tese de Doutorado em Ciências. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, RJ Outubro de 2012.

TRUMAN, David (1951). *The governmental process: political interests and public opinion* – New York: Knopf.

VECINA, Cecília Cruz. O II Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula: Uma Análise para além do Aparente. Artigo apresentado no XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: “Territórios em Disputa: os desafios da geografia agrária no desenvolvimento brasileiro”. Uberlândia-MG, outubro de 2012.

VIANNA, Werneck Luiz. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4ed. Ver. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1999.

VIGNA, Edécio. Bancada ruralista um grupo de interesse. *Arg.*, Brasília, nº 08, p 01-52 , dez/2001. ISSN 1676-2371.

VISCARDI, Cláudia M. R. Corporativismo e neocorporativismo. Artigo recebido em 01 de fevereiro de 2018 e aprovado para publicação em 8 de julho de 2018. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, nº 64, p. 243-256, maio-agosto 2018.

WELCH, Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). *Revista Brasileira de História (Online)*, v. 36, p. 81-105, 2016.

XAVIER, Glauber Lopes. Senhores da Lei, Donos da Terra”: o arauto da bancada ruralista na Câmara dos Deputados (2009-2014). *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 1, 2015: 131-165.

ZYLBERSZTAJN, Décio; GIORDANO, Samuel Ribeiro. Coordenação e governança de sistemas agroindustriais. Artigo publicado no livro: *Gestão de sistemas de agronegócio*. ZYLBERSZTAJN, Décio (Org.); NEVES, Marco Fava (Org.) e GALEMAN, Marcia M. de Queiroz (Org.). Ed. Pensa. São Paulo, edição única, 2015.

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento – INCT/PPED *Estado e sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz* / organizado por José Szwako, Rafael Moura, Paulo D’Avila Filho. – Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016.

PRIETO, G. F. T. . Fincando as raízes do rentismo à brasileira: os ruralistas na Assembleia Nacional Constituinte. *REVISTA DE GEOGRAFIA (RECIFE)* , v. 36, p. 40-74, 2019.

POMPEIA, CAIO. Maioria dos deputados que busca reeleição atua contra pautas ambientais. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

_____. Agro é tudo-: Simulações no aparato de legitimação do agronegócio. *Horizontes Antropológicos (UFRGS. IMPRESSO)*, v. 26, p. 195-224, 2020.

_____. A CONCERTAÇÃO POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO E OS DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS. GT 20 - Os direitos dos povos indígenas

e de outras populações tradicionais e as políticas do Estado: eixos de desenvolvimento e resistências sociais na América Latina. Caxambu/MG, 22 a 26 de outubro de 2018.

SILVA, Lucas Henrique Ribeiro Da. O SUCESSO POLÍTICO DO SETOR AGROPECUÁRIO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política. Linha de Pesquisa: Instituições Políticas e Política Internacional. Orientador: Prof. Dr. Manoel Leonardo Wanderley Duarte dos Santos. Belo Horizonte 2019.

OLIVEIRA, Edécio Vigna de. "A bancada ruralista na Câmara dos Deputados e análise preliminar: conceito, força e fraqueza." Subsídio nº27, INESC (1995).

_____. A bancada ruralista- Legislatura 1999/2002. Brasília: Inesc, 2000.

_____. Bancada ruralista: um grupo de interesse. Argumento n. 8. Brasília: INESC, 2001.

_____. Bancada ruralista: o maior grupo de interesse do Congresso Nacional. Brasília: INESC, 2007.

Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 1991-1994 / Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF : DIAP. Série "Estudos Políticos" é uma publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Boletim do DIAP OUTUBR/1991

_____.: Legislatura 1994-1998 / Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF : DIAP. Série "Estudos Políticos" é uma publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Boletim do DIAP OUTUBR/1994.

_____.: Legislatura 1998-2003 / Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF : DIAP. Série "Estudos Políticos" é uma publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Boletim do DIAP OUTUBR/1998.

_____.: Legislatura 2003-2007 / Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF : DIAP. Série "Estudos Políticos" é uma publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, outubro de 2002.

_____.: Legislatura 2007-2011 / Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF : DIAP . Série Estudos Políticos é uma publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, novembro de 2006.

_____.: Legislatura 2011-2015 / Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF : DIAP.

_____.: Legislatura 2015-2019 / Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF : DIAP, 2014. 164 p. : il. ; color. (Estudos Políticos do DIAP. ISBN: 978-85-62483-19-6 1. Eleição. 2. Congresso Nacional - Composição. I. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

_____.: Legislatura 2019-2023 / Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. - Brasília, DF : DIAP, 2018. 164 p. : il. ; color. (Estudos Políticos do DIAP).

RUFINO, José Luís dos Santos. Origem e conceito do agronegócio. Informe Agropecuário, Belo Horizonte: Epamig, v. 20, nQ 199, p. 17-19, jul./ago. 1999.

SILVA, E. C. A. . Povos indígenas no Brasil e a questão da terra. Revista de Políticas Públicas e Segurança Social, v. 1, p. 182-196-182, 2017.

_____. Povos Indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE , v. Especial, p. 480-500, 2018.

_____. Atuação da bancada ruralista contra os direitos dos povos indígenas. Vukápanavo , v. 1, p. 20-30-30, 2018.

SILVA, Lucas Henrique Ribeiro Da. O sucesso político do setor agropecuário no Brasil contemporâneo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política. Linha de Pesquisa: Instituições Políticas e Política Internacional. Orientador: Prof. Dr. Manoel Leonardo Wanderley Duarte dos Santos. Belo Horizonte 2019.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DES. RURAL. Relatórios de atividades dos anos de 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018 e 2019. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr/relatorios-de-atividades>.

ANEXO 1

Estatuto da Frente Parlamentar da Agropecuária 2009.

Art. 1º – A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) é uma entidade associativa, que defende interesses comuns, constituída por representantes de todas as correntes de opinião política do Congresso Nacional e tem como objetivo estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional.

Parágrafo primeiro – Com o apoio da FPA, poderá ser criada a Frente Parlamentar da Agropecuária nos Estados e Municípios, com a participação dos Deputados Estaduais e Vereadores.

Parágrafo segundo – A FPA, que tem sede no Distrito Federal, é instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração.

Art. 2º – São finalidades da Frente Parlamentar da Agropecuária:

I – Acompanhar a política oficial de desenvolvimento da agropecuária nacional, manifestando-se quanto aos seus aspectos mais importantes de sua aplicabilidade;

II – Promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao exame da política de desenvolvimento da agropecuária nacional, divulgando seus resultados;

III – Promover o intercâmbio com instituições semelhantes e parlamentos de outros países, visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas agrícolas;

IV – Procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação referente à agropecuária nacional, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas nas duas Casas do Congresso Nacional;

V – Conhecer e auxiliar na divulgação de novos métodos e processos que fomentem a agropecuária nacional;

e

IV – Apoiar as instituições interessadas no desenvolvimento da agropecuária nacional, junto a todos os Poderes, inclusive em questões orçamentárias nos casos das entidades públicas.

Art. 3º – Integram a Frente Parlamentar da Agropecuária:

I – Como membros fundadores, os Deputados Federais e Senadores da República, que integram a legislatura vigente, subscreverão o Termo de Adesão no prazo de noventa dias, contados da data de aprovação do presente Estatuto;

II – Como membros efetivos, os parlamentares que subscreveram o Termo de Adesão em data posterior à fixada no inciso anterior; e

III – Como membros colaboradores, os ex-parlamentares que se interessem pelos objetivos da FPA;

Parágrafo único – A FPA poderá conceder títulos honoríficos aprovados em assembleia a parlamentares, autoridades e pessoas da sociedade em geral que se destacarem nas análises e na prática de política para o desenvolvimento da agropecuária nacional.

Art. 4º – São órgãos de direção da Frente Parlamentar da Agropecuária:

I – A Assembleia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos; e

II – A Mesa Diretora, integrada pelo Presidente, Vice-Presidente no Senado, Vice-Presidente na Câmara dos Deputados, Segundo Vice-Presidente na Câmara dos Deputados, Vice-Presidente da Região Norte, Vice-Presidente da Região Nordeste, Vice-Presidente da Região Sudeste, Vice-Presidente da Região Centro-Oeste, Vice-Presidente da Região Sul, Coordenador Político no Senado, Coordenador Político na Câmara, Coordenador Jurídico, Coordenador Institucional, Secretário, Coordenador da Comissão de Meio Ambiente, Coordenador da Comissão de Direito de Propriedade, Coordenador da Comissão de Política Agrícola, Coordenador da Comissão de Defesa Sanitária, Coordenador da Comissão de Infraestrutura e Logística, Coordenador da Comissão Trabalhista, Coordenador da Comissão de Relação Internacional, Coordenador de Agricultura Familiar, Coordenador de Segurança no Campo, Coordenador de Política de Abastecimento, Comunicação, Coordenador de Endividamento Rural, dentre os membros fundadores e efetivos da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Art. 5º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada ano, no mês de fevereiro e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral reunir-se-á a cada 2 (dois) anos até o dia 31 de dezembro, para proceder à eleição da Mesa Diretora.

Parágrafo Segundo – O edital de convocação deverá ser expedido com 15 dias de antecedência da data da eleição.

Parágrafo Terceiro – O registro de chapa da Mesa Diretora deverá ocorrer no prazo máxima de até 48 horas antes do dia da eleição.

Art. 6º – Compete à Assembleia Geral:

I – Aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente o Estatuto da Frente Parlamentar da Agropecuária, por maioria absoluta de votos dos seus membros;

II – Eleger e dar posse à Mesa Diretora;

III – Zelar pelo cumprimento das finalidades da FPA;

IV – Admitir ou excluir membros, conceder títulos honoríficos, homologando atos da Mesa Diretora que, neste sentido, foram adotados no interregno entre as assembleias ordinárias;

V – Homologar termos de convênios e de contratos firmados pela Mesa Diretora; e

VI – Apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos.

Art. 7º – A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada com antecedência mínima de dois dias úteis.

Parágrafo Único – A Assembleia Geral reunir-se-á às 12h00 de terça-feira para proceder sobre as demandas do setor agropecuário e da pauta legislativa, executiva e judiciária da semana.

Art. 8º – Compete à Mesa Diretora:

I – Organizar e divulgar programas, projetos e eventos da FPA;

II – Nomear comissões, atribuir funções específicas a seus membros, nomear integrantes de missões externas e requisitar apoio logístico e de pessoal às mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

III – Manter contato com as Mesas Diretoras e com as Lideranças Partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, visando o acompanhamento de todo o processo legislativo que se referir às políticas agrícolas, realizando o mesmo empenho junto aos órgãos da agropecuária dos demais Poderes, na União, nos Estados e no Distrito Federal;

IV – Praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da FPA;

V – Exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da FPA, observando os limites impostos pelo presente Estatuto;

Parágrafo Único – A Mesa Diretora reunir-se-á às 10h00 de terça-feira para proceder sobre as demandas do setor e da pauta legislativa, executiva e judiciária da semana.

Art. 9º – Os mandatos da Mesa Diretora têm a duração de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução, exceto para o cargo de Presidente da Mesa Diretora.

Parágrafo Único – A posse da Diretoria ocorrerá em Assembleia Geral a ser realizada entre 1º e 15 de fevereiro do ano subsequente à eleição.

Art. 9º-A – Como medida transitória, permitida a recondução de todos os membros, haverá eleição da Mesa Diretora em dezembro de 2019, com mandato de 01 (um) ano, que se encerrará em dezembro do ano de 2020, após o que se procederão eleições com mandatos de duração de 2 (dois) anos, conforme previsão do Parágrafo Primeiro do Art. 5º e Art. 9º deste Estatuto.

Art. 10º – O presente Estatuto entra em vigor nesta data, aprovado pela Assembleia Geral de Constituição da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Brasília-DF, 12 de novembro de 2019.

Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/estatuto/>.

ANEXO II

Lista de deputados federais da 54ª legislatura filiados à Frente Parlamentar da Agropecuária segundo o nome, o partido político e o Estado.

NOME DO PARLAMENTAR	PARTIDO POLÍTICO	ESTADO
BELARDO LUPION*	DEM	PR
ADEMIR CAMILO*	PROS	MG
AFONSO HAMM*	PP**	RS
AGUINALDO RIBEIRO*	PP**	PB
ALBERTO FILHO*	PMDB	MA
ALCEU MOREIRA*	PMDB	RS
ALINE CORRÊA*	PP**	SP
ANDERSON FERREIRA*	PR	PE
ANDRE MOURA*	PSC	SE
ANDRÉ ZACHAROW*	PMDB	PR
ANTÔNIA LÚCIA*	PSC	AC
ANTÔNIO ANDRADE*	PMDB	MG
ANTONIO BALHMANN*	PROS	CE
ANTONIO IMBASSAHY*	PSDB	BA
ARNALDO JARDIM*	PPS	SP
ARNON BEZERRA*	PTB	CE
ARTHUR LIRA*	PP**	AL
ARTHUR OLIVEIRA MAIA*	SDD	BA
ASSIS DO COUTO*	PT	PR
AUREO*	SDD	RJ
BENJAMIN MARANHÃO*	SDD	PB
BERINHO BANTIM*	SDD	RR
BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS*	PR	MG
BETO FARO*	PT	PA
BRUNO ARAÚJO*	PSDB	PE
CARLAILE PEDROSA*	PSDB	MG
CARLOS ALBERTO LERÉIA*	PSDB	GO
CARLOS BEZERRA*	PMDB	MT
CARLOS BRANDÃO*	PSDB	MA
CARLOS MAGNO*	PP**	RO
CARLOS MANATO*	SDD	ES
CELSO MALDANER*	PMDB	SC
CESAR COLNAGO*	PSDB	ES
CÉSAR HALUM*	PRB	TO
CIDA BORGHETTI*	PROS	PR
CLEBER VERDE*	PRB	MA
DAMIÃO FELICIANO*	PDT	PB
DANILO FORTE*	PMDB	CE
DARCÍSIO PERONDI*	PMDB	RS
DAVI ALVES SILVA JÚNIOR*	PR	MA
DILCEU SPERAFICO*	PP**	PR
DOMINGOS SÁVIO*	PSDB	MG
DR. UBIALI*	PSB	SP
DUARTE NOGUEIRA*	PSDB	SP
DUDIMAR PAXIUBA*	PROS	PA
EDINHO BEZ*	PMDB	SC
EDIO LOPES*	PMDB	RR
EDMAR ARRUDA*	PSC	PR
EDUARDO AZEREDO*	PSDB	MG

EDUARDO BARBOSA*	PSDB	MG
EDUARDO GOMES*	SDD	TO
EDUARDO SCIARRA*	PSD	PR
EFRAIM FILHO*	DEM	PB
ELEUSES PAIVA*	PSD	SP
ELI CORREA FILHO*	DEM	SP
ESPERIDIÃO AMIN*	PP**	SC
FÁBIO FARIA*	PSD	RN
FÁTIMA BEZERRA*	PT	RN
FÁTIMA PELAES*	PMDB	AP
FELIPE BORNIER*	PSD	RJ
FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR*	PDT	BA
FERNANDO COELHO FILHO*	PSB	PE
FERNANDO FRANCISCHINI*	SDD	PR
FLAVIANO MELO*	PMDB	AC
GENECIAS NORONHA*	SDD	CE
GERALDO RESENDE*	PMDB	MS
GERALDO SIMÕES*	PT	BA
GIOVANNI QUEIROZ*	PDT	PA
GIROTO*	PR	MS
GIVALDO CARIMBÃO*	PROS	AL
GLADSON CAMELI*	PP**	AC
GONZAGA PATRIOTA*	PSB	PE
GUILHERME CAMPOS*	PSD	SP
HÉLIO SANTOS*	PSDB	MA
HENRIQUE FONTANA*	PT	RS
HERMES PARCIANELLO*	PMDB	PR
HEULER CRUVINEL*	PSD	GO
HOMERO PEREIRA*	PSD	MT
HUGO LEAL*	PROS	RJ
IRAJÁ ABREU*	PSD	TO
JAIME MARTINS*	PSD	MG
JAIRO ATAÍDE*	DEM	MG
JAQUELINE RORIZ*	PMN	DF
JERÔNIMO GOERGEN*	PP**	RS
JESUS RODRIGUES*	PT	PI
JOÃO MAGALHÃES*	PMDB	MG
JOÃO MAIA*	PR	RN
JOAQUIM BELTRÃO*	PMDB	AL
JONAS DONIZETTE*	PSB	SP
JORGE BOEIRA*	PP**	SC
JORGINHO MELLO*	PR	SC
JOSÉ CARLOS ARAÚJO*	PSD	BA
JOSÉ CHAVES*	PTB	PE
JOSÉ HUMBERTO*	PSD	MG
JOSÉ NUNES*	PSD	BA
JOSÉ OTÁVIO GERMANO*	PP**	RS
JOSÉ ROCHA*	PR	BA
JOSIAS GOMES*	PT	BA
JOSUÉ BENGTON*	PTB	PA
JÚLIO CESAR*	PSD	PI
JÚLIO DELGADO*	PSB	MG
JÚNIOR COIMBRA*	PMDB	TO
JUNJI ABE*	PSD	SP
LAERCIO OLIVEIRA*	SDD	SE

LAUREZ MOREIRA*	PSB	TO
LÁZARO BOTELHO*	PP**	TO
LEANDRO VILELA*	PMDB	GO
LELO COIMBRA*	PMDB	ES
LEONARDO QUINTÃO*	PMDB	MG
LEOPOLDO MEYER*	PSB	PR
LINCOLN PORTELA*	PR	MG
LINDOMAR GARÇON*	PV	RO
LIRA MAIA*	DEM	PA
LUIS CARLOS HEINZE*	PP**	RS
LUIZ CARLOS SETIM*	DEM	PR
LUIZ FERNANDO FARIA*	PP**	MG
LUIZ NISHIMORI*	PR	PR
LUIZ NOÉ*	PSB	RS
LUIZ OTAVIO*	PMDB	PA
MANDETTA*	DEM	MS
MANOEL JUNIOR*	PMDB	PB
MARÇAL FILHO*	PMDB	MS
MARCELO CASTRO*	PMDB	PI
MARCIO BITTAR*	PSDB	AC
MARCIO REINALDO MOREIRA*	PP**	MG
MARCOS MONTES*	PSD	MG
MARINHA RAUPP*	PMDB	RO
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA*	PR	AL
MAURÍCIO TRINDADE*	PROS	BA
MAURO LOPES*	PMDB	MG
MENDONÇA PRADO*	DEM	SE
MOACIR MICHELETTO*	PMDB	PR
MOREIRA MENDES*	PSD	RO
NAZARENO FONTELES*	PT	PI
NELSON MARCHEZAN JUNIOR*	PSDB	RS
NELSON MARQUEZELLI*	PTB	SP
NELSON PADOVANI*	PSC	PR
NERI GELLER*	PP**	MT
NILTON CAPIXABA*	PTB	RO
ONOFRE SANTO AGOSTINI*	PSD	SC
ONYX LORENZONI*	DEM	RS
OSMAR SERRAGLIO*	PMDB	PR
OSMAR TERRA*	PMDB	RS
PAULO CESAR QUARTIERO*	DEM	RR
PAULO MAGALHÃES*	PSD	BA
PAULO PIAU*	PMDB	MG
PAULO PIMENTA*	PT	RS
PEDRO CHAVES*	PMDB	GO
PEDRO EUGÊNIO*	PT	PE
PROFESSOR SETIMO*	PMDB	MA
PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE*	DEM	TO
RAIMUNDÃO*	PMDB	CE
RAIMUNDO GOMES DE MATOS*	PSDB	CE
REINALDO AZAMBUJA*	PSDB	MS
REINHOLD STEPHANES*	PSD	PR
RENATO MOLLING*	PP**	RS
RENZO BRAZ*	PP**	MG
RIBAMAR ALVES*	PSB	MA
ROBERTO BALESTRA*	PP**	GO

ROBERTO BRITTO*	PP**	BA
ROBERTO DORNER*	PSD	MT
ROBERTO TEIXEIRA*	PP**	PE
ROBERTO VALADÃO	PMDB	ES
RODRIGO GARCIA*	DEM	SP
ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA*	PMDB	SC
ROMERO RODRIGUES*	PSDB	PB
RONALDO BENEDET*	PMDB	SC
RONALDO CAIADO*	DEM	GO
ROSE DE FREITAS*	PMDB	ES
RUBENS OTONI*	PT	GO
RUI PALMEIRA*	PSDB	AL
SANDRA ROSADO*	PSB	RN
SANDRO ALEX*	PPS	PR
SANDRO MABEL*	PMDB	GO
SÉRGIO BRITO*	PSD	BA
SERGIO GUERRA*	PSDB	PE
SILVIO COSTA*	PSC	PE
TAKAYAMA*	PSC	PR
VALDIR COLATTO*	PMDB	SC
VALDIVINO DE OLIVEIRA*	PSDB	GO
VALTENIR PEREIRA*	PROS	MT
VANDER LOUBET*	PT	MS
VILSON COVATTI*	PP**	RS
VITOR PENIDO*	DEM	MG
WALDIR MARANHÃO*	PP**	MA
WALTER IHOSHI*	PSD	SP
WANDENKOLK GONÇALVES*	PSDB	PA
WELLINGTON FAGUNDES*	PR	MT
WILSON FILHO*	PTB	PB
ZÉ SILVA*	SDD	MG
ZEQUINHA MARINHO*	PSC	PA
ZONTA*		

Fonte: Dados disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp>

ANEXO III – LISTAS DE DEPUTADOS FEDERAIS

Lista de Deputados Federais ligados à Bancada Ruralista 50ª Legislatura

ID	Deputado Federal	Partido	Profissão	Estado
1	Alcides Nunes	PFL	Pecuarista	Pará
2	José Dutra	PMDB	Pecuarista	Amazonas
4	Francisco Coelho	PMDB	Empresário Rural	Maranhão
5	José Luiz Maia	PDS	Empresário Rural	Piauí
6	Luiz Dantas	PSC	Empresário Rural	Alagoas
7	Roberto Torres	PTB	Empresário Rural	Alagoas
8	Cleonânncio Fonseca	PRN	Empresário Rural	Sergipe
9	José Telles	PDS	Empresário Rural	Sergipe
10	Messias Góis	PFL	Pecuarista	Sergipe
11	Leur Lomanto	PFL	Agropecuária	Bahia
12	Nestor Duarte	PMDB	Empresário Rural	Bahia
13	Sebastião Ferreira Silva	PMDB	Empresário Rural	Bahia
14	Sérgio Brito	PDC	Empresário Rural	Bahia
15	José Aldo Dos Santos	PRS	Empresário Rural	Minas Gerais
16	José Rezende de Andrade	PRS	Pecuarista	Minas Gerais
17	Maurício Campos	PL	Empresário Rural	Minas Gerais
18	Ordelmo Carneiro Leão	PRN	Fazendeiro	Minas Gerais
19	Samir Tannus	PDC	Fazendeiro	Minas Gerais
20	Wilson José Da Cunha	PDT	Empresário Rural	Minas Gerais
21	José Egydio Tinoco	PFL	Pecuarista	Rio de Janeiro
22	Cardoso Alves	PTB	Empresário Rural	São Paulo
23	Etivaldo Vadão Gomes	PRN	Fazendeiro	São Paulo

24	Fábio Meirelles	PDS	Empresário Rural	São Paulo
25	Maluly Neto	PFL	Empresário Rural	São Paulo
26	Nelson Markezelli	PTB	Empresário Rural	São Paulo
27	Tadashi Kuriki	PTB	Empresário Rural	São Paulo
28	Augustinho Freitas Martins	PTB	Empresário Rural	Mato Grosso
29	Jonas Pinheiro	PFL	Empresário Rural	Mato Grosso
30	Welliton Fagundes	PL	Pecuarista	Mato Grosso
31	Délio Brás	PMDB	Empresário Rural	Goiás
32	José Gomes	PRN	Fazendeiro	Goiás
33	Mauro Borges	PDC	Empresário Rural	Goiás
34	Mauro Miranda	PMDB	Empresário Rural	Goiás
35	Osório Santa Cruz	PDC	Empresário Rural	Goiás
36	Ronaldo Caiado	PSD	Empresário Rural	Goiás
37	Flávio Derzi	PST	Pecuarista	Mato Grosso Do Sul
38	Waldir Francisco Guerra	PST	Agropecuária	Mato Grosso Do Sul
39	Antônio Ueno	PFL	Empresário Rural	Paraná
40	Homero Oguido	PMDB	Pecuarista	Paraná
41	Wilson Moreira	PSDB	Empresário Rural	Paraná
42	Jarvis Gadinskai	PL	Empresário Rural	Santa Catarina
43	Carlos Azambuja	PDS	Empresário Rural	Rio Grande do Sul
44	Carlos Cardinal	PDT	Empresário Rural	Rio Grande do Sul
45	Aldo Pinto	PDT	Empresário Rural	Rio Grande do Sul

Fonte: Radiografia do Novo Congresso: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF : DIAP. Série “Estudos Políticos” é uma publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Lista de Deputados Federais ligados à Bancada Ruralista 51º Legislatura

ID	Deputado Federal	Partido	Profissão	Estado
1	João Maia	PP	Agricultor	Acre
2	Francisco Diógenes	PMDB	Empresário Rural	Acre
3	Benedito de Lira	PFL	Pecuarista	Alagoas
4	Gervásio Oliveira	PMDB	Advogado/administrador	Amapá
5	João Thomé	PMDB	Empresário Rural	Amazonas
6	Adalberto Lelis Filho	PMDB	Desenhista Industrial	Bahia
7	Fernando Gomes	PMDB	Agropecuário	Bahia
8	Geddel Vieira Lima	PMDB	Pecuarista	Bahia
9	Marcos Medrado	PP	Empresário Rural	Bahia
10	Roberto Soares Pessoa	PFL	Empresário agronegócio	Ceará
11	Adelson Salvador	PSB	Agricultor	Espirito Santo
12	Luiz Durão	PDT	Pecuarista	Espirito Santo
13	Orcino Gonçalves	PMDB	Fazendeiro	Goiás
14	Pedro Canedo	PP	Médico	Goiás
15	Roberto Balestra	PPR	Pecuarista	Goiás
16	Zé Gomes da Rocha	PRN	Agropecuário	Goiás
17	Davi Alves Silva	PFL	Pecuarista	Maranhão
18	Francisco Coelho	PFL	Agropecuário	Maranhão
19	Dilso Esperafinco	PMDB	Agricultor/engenheiro	Mato Grosso do Sul
20	Flávio Derzi	PP	Pecuarista	Mato Grosso do Sul
21	Oscar Goldoni	PDT	Agricultor	Mato Grosso do Sul
22	Aracely de Paula	PR	Agropecuário	Minas Gerais
23	Carlos Melles	PFL	Engenheiro/Empresário rural	Minas Gerais
24	Herculano Anghinetti	PMN	Agricultor-corretor	Minas Gerais

25	José Santana de Vasconcellos	PFL	Agricultor/empresário/advogado	Minas Gerais
26	Lael Varella	PFL	Agroempresário	Minas Gerais
27	Odelmo Leão Carneiro	PP	Agropecuário	Minas Gerais
28	Romel Anízio	PP	Agropecuário	Minas Gerais
29	Silas Brasileiro	PMDB	Agricultor	Minas Gerais
30	Giovanni Queiroz	PMDB	Agropecuário	Pará
31	Hilário Coimbra	PTB	Pecuarista	Pará
32	Olávio Silva Rocha	PMDB	Pecuarista	Pará
33	Adauto Pereira	PFL	Empresário/Agropecuário	Paraíba
34	Ivandro Cunha Lima	PMDB	Agropecuário	Paraíba
35	Abelardo Lupion	PFL	Agropecuário	Paraná
36	Dilceu João Esperafinco	PP	Agropecuário	Paraná
37	José Mohamed Janene	PP	Empresário Rural	Paraná
38	José Rodrigues Borba	PTB	Pecuarista	Paraná
39	Nelson Meurer	PP	Agropecuário	Paraná
40	Odílio Balbinotti	PDT	Agropecuário	Paraná
41	Valdomiro Meger	PFL	Agropecuário	Paraná
42	Wener Wndere	PFL	Agricultor	Paraná
43	Joca Colaço	PSB	Empresário-agroindustrial	Pernambuco
45	José Mendonça Bezerra Filho	PFL	Avicultor/pecuarista	Pernambuco
46	Oswaldo Coelho	PFL	Pecuarista	Pernambuco
47	Sergio Guerra	PSB	Pecuarista	Pernambuco
48	José A. Magalhães	PPR	Agroindustrial	Rio de Janeiro

49	Laprovita Vieira	PP	Agricultor/empresário	Rio de Janeiro
50	Francisco Rodrigues	PTB	Engenheiro de produção	Roraima
51	Luís Barbosa Alves	PTB	Empresário	Roraima
52	Moises Sragowicz Lipnik	PTB	Empresário do agronegócio	Roraima
53	Neuto de Conto	PMDB	Agropecuarista	Santa Catarina
54	Cleonânio Fonseca	PPR	Agropecuarista	Sergipe
55	José Teles	PPR	Agropecuarista	Sergipe
56	Freire Junior	PMDB	Agropecuarista	Tocantins
57	Oswaldo Reis	PP	Agropecuarista	Tocantins

Fonte: Radiografia do Novo Congresso: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF : DIAP. Série “Estudos Políticos” é uma publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Lista de Deputados Federais ligados à Bancada Ruralista 52º Legislatura

ID	Deputado Federal	Partido	Profissão	Estado
1	Geddel Vieira Lima	PMDB	Pecuarista	Bahia
2	Roberto Soares Pessoa	PFL	Empresário agronegócio	Ceará
3	Eunício Oliveira	PMDB	Agropecuarista	Ceará
4	Pedro Canedo	PMDB	Médico	Goiás
5	Roberto Balestra	PPR	Pecuarista	Goiás
6	Ronaldo Caiado	PFL	Empresário Rural	Goiás
7	Zé Gomes da Rocha	PSD	Agropecuarista	Goiás
8	Nair Xavier Lobo	PMDB	Advogada/ruralista	Goiás
9	Francisco Coelho	PFL	Agropecuarista	Maranhão
10	Aracely de Paula	PFL	Agropecuarista	Minas Gerais
11	Carlos Melles	PFL	Engenheiro/Empresário rural	Minas Gerais

12	Herculano Anghinetti	PPB	Agricultor-corretor	Minas Gerais
13	Lael Varella	PFL	Agroempresário	Minas Gerais
14	Odelmo Leão Carneiro	PPB	Agropecuária	Minas Gerais
15	Romel Anízio	PPB	Agropecuária	Minas Gerais
16	Silas Brasileiro	PMDB	Agricultor	Minas Gerais
17	Zeze Perella	PFL	Empresário agropecuarista	Minas Gerais
18	Flávio Derzi	PP	Pecuarista	Mato Grosso do Sul
19	Giovanni Queiroz	PDT	Agropecuária	Pará
20	Gerson Peres	PPB	Ruralista	Pará
21	Adauto Pereira	PFL	Empresário/Agropecuária	Paráiba
22	Abelardo Lupion	PFL	Agropecuária	Paraná
23	Dilceu João Esperafinco	PPB	Agropecuária	Paraná
24	José Carlos Martínez	PTB	Empresário	Paraná
25	José Mohamed Janene	PPB	Empresário Rural	Paraná
26	José Rodrigues Borba	PTB	Pecuarista	Paraná
27	Nelson Meurer	PP	Agropecuária	Paraná
28	Odílio Balbinotti	PSDB	Agropecuária	Paraná
29	Wener Wndere	PFL	Agricultor	Paraná
30	Carlos Batata	PSB	Agropecuária	Pernambuco
31	Joca Colaço	PSB	Empresário-agroindustrial	Pernambuco
32	José Mendonça Bezerra	PFL	Avicultor/pecuarista	Pernambuco

33	Osvaldo Coelho	PFL	Pecuarista	Pernambuco
34	Sergio Guerra	PSB	Pecuarista	Pernambuco
35	Fetter Junior	PPB	Ruralista	Rio Grande do Sul
36	Francisco Rodrigues	PTB	Engenheiro de produção	Roraima
37	Luís Barbosa Alves	PTB	Empresário	Roraima
38	Francisco Graziano	PSDB	Empresário/agricultor	São Paulo
39	Moreira Ferreira	PFL	Agropecuária	São Paulo
40	Nelson Marquezelli	PTB	Empresário-agrícola	São Paulo
41	Hugo Biehl	PPB	Administrador/ruralista	Santa Catarina
42	José Teles	PPB	Agropecuária	Sergipe
43	Cleonânicio Fonseca	PPB	Agropecuária	Sergipe
44	Freire Junior	PMDB	Agropecuária	Tocantins
45	Igor Avelino	PMDB	Agropecuária	Tocantins
46	Osvaldo Reis	PPB	Agropecuária	Tocantins
47	Paulo Morão	PSDB	Engenheiro- agrônomo/ruralista	Tocantins

Fonte: Radiografia do Novo Congresso: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF : DIAP. Série “Estudos Políticos” é uma publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Lista de Deputados Federais ligados à Bancada Ruralista 54º Legislatura

Deputado Federal	Partido	Profissão	Estado
César Messias	PSC	Pecuarista	Acre
Flaviano Mel	PMDB	Engenheiro Civil	Acre
João Lyra	PTB	Advogado/ Empresário	Alagoas
Givaldo Carimbão	PROS	Comerciante Gráfico	Alagoas
Pedro Vilela	PSDB	Advogado	Alagoas

Antônio Imbassahy	PSDB	Engenheiro Eletricista	Bahia
Arthur Maia	SD	Advogado	Bahia
Benito Gama	PTB	Economista	Bahia
Cláudio Cajado	DEM	Economista	Bahia
Felix Jr.	PDT	Administrador	Bahia
João Carlos Bacelar	PR	Empresário da Construção Civil e do Agronegócio	Bahia
José Carlos Araújo	PDT	Empresário	Bahia
José Nunes	DEM	Empresário	Bahia
José Rocha	DEM	Médico	Bahia
Lúcio Vieira Lima	PMDB	Pecuarista	Bahia
Paulo Azi	DEM	Administrador/engenheiro Civil	Bahia
Paulo Magalhães	PSD	Administrador	Bahia
Roberto Britto	PP	Médico	Bahia
Ronaldo Carletto	PP	Professor Universitário	Bahia
Sérgio Brito	PSD	Empresário	Bahia
Aníbal Gomes	PMDB	Cirurgião-dentista/agropecuarista	Ceará
Arnon Bezerra	PTB	Médico	Ceará
Genecias Mateus	SD	Empresário	Ceará
Fraga	DEM	Policia Militar	Distrito Federal
Manato	SD	Empresário/Médico	Espirito Santo
Paulo Foletto	PSB	Empresário/Médico	Espirito Santo
Heuler Cruvinel	DEM	Agrônomo	Goiás
Magda Mofatto	PR	Empresária	Goiás
Roberto Balestra	PP	Pecuarista	Goiás
Juscelino Filho	PRP	Médico	Maranhão

Pedro Fernandes	PTB	Bancário	Maranhão
Zé Carlos	PT	Engenheiro Civil	Maranhão
Carlos Bezerra	PMDB	Advogado	Mato Grosso
Valtenir Pereira	PROS	Defensor Público/professor	Mato Grosso
Mandetta	DEM	Médico	Mato Grosso do Sul
Marcio Monteiro	PSDB	Pecuarista	Mato Grosso do Sul
Tereza Cristina	PSB	Engenheira Agrônoma/Empresária	Mato Grosso do Sul
Vander Loubet	PT	Funcionário Público e Bancário	Mato Grosso do Sul
Adelmo Leão	PT	Médico/Professor Universitário	Minas Gerais
Aelton Freitas	PR	Empresário Rural	Minas Gerais
Bilac Pinto	PR	Advogado	Minas Gerais
Bonifácio Andrada	PSDB	Advogado/Professor Universitário	Minas Gerais
Carlos Melles	DEM	Engenheiro/Empresário rural	Minas Gerais
Dimas Fabiano	PP	Empresário/advogado	Minas Gerais
Domingos Sávio	PSDB	Médico-veterinário	Minas Gerais
Leonardo Quintão	PMDB	Empresário	Minas Gerais
Luiz Fernando Farias	PP	Empresário Rural	Minas Gerais
Marcos Montes	PSD	Médico	Minas Gerais
Misael Varella	DEM	Empresário	Minas Gerais
Odelmo Leão	PP	Pecuarista	Minas Gerais
Renzo Braz	PP	Administrador	Minas Gerais
Rodrigo de Castro	PSDB	Advogado	Minas Gerais

Rodrigo Pacheco	PMDB	Advogado	Minas Gerais
Stefano Aguiar	PSB	Administrador	Minas Gerais
Toninho Pinheiro	PP	Empresário	Minas Gerais
Hélio Leite	DEM	Corretor de Imóveis	Pará
Josué Bengtson	PTB	Pastor	Pará
José Priante	PMDB	Empresário	Pará
Efraim Filho	DEM	Advogado	Paraíba
Wellington Roberto	PR	Empresário	Paraíba
Wilson Filho	PTB	Empresário	Paraíba
Alfredo Kaefer	PSDB	Empresário	Paraná
Dilceu João Esperafinco	PP	Agropecuarista	Paraná
Edmar Arruda	PSC	Economista	Paraná
Luiz Carlos Haully	PSDB	Economista	Paraná
Nelson Meurer	PP	Agropecuarista	Paraná
Osmar Serraglio	PMDB	Empresário/Advogado	Paraná
Ricardo Barros PP	PP	Engenheiro Civil/Empresário	Paraná
Rubens Bueno	PPS	Professor	Paraná
Valdir Rossoni	PSDB	Empresário	Paraná
Bruno Araújo	PSB	Administrador	Pernambuco
Fernando Coelho Filho	PSDB	Empresário	Pernambuco
Gonzaga Patriota	PSB	Advogado	Pernambuco
Átila Lira	PSB	Economista	Piauí
Júlio César de Carvalho Lima	DEM	Agropecuarista	Piauí
Marcelo Castro	PMDB	Médico	Piauí
Altineu Cortes	PR	Produtor Rural	Rio de Janeiro
Fabiano Horta	PT	Médico veterinário	Rio de Janeiro

Leonardo Picciani	PMDB	Agropecuário	Rio de Janeiro
Betinho Segundo	PP	Empresário	Rio Grande do Norte
Fábio Faria	PSD	Empresário	Rio Grande do Norte
Afonso Hamm	PP	Engenheiro	Rio Grande do Sul
Luiz Carlos Heinze	PP	Produtor rural/engenheiro	Rio Grande do Sul
Nelson Marchezan Júnior	PSDB	Advogado	Rio Grande do Sul
Onyx Lorenzoni	DEM	Médico Veterinário	Rio Grande do Sul
Osmar Terra	PMDB	Médico	Rio Grande do Sul
Renato Molling	PP	Industriário	Rio Grande do Sul
Lindomar Garçon	PMDB	Comerciante	Rondônia
Lucio Mosquini	PMDB	Empresário	Rondônia
Luiz Claudio	PR	Técnico Agropecuário	Rondônia
Marinha Raupp	PMDB	Psicóloga	Rondônia
Abel Galinha	PDT	Empresário	Roraima
Shéridan	PSDB	Psicóloga	Roraima
Espiridião Amin	PP	Advogado	Santa Catarina
Pedro Uczai	PT	Professor Universitário	Santa Catarina
Peninha	PMDB	Agrônomo	Santa Catarina
Ronaldo Benedet	PMDB	Advogado	Santa Catarina
Valdir Colatto	PMDB	Empresário	Santa Catarina
Duarte Nogueira	PSDB	Engenheiro	São Paulo
Edinho Araújo	PMDB	Advogado	São Paulo
Eli Corrêa Filho	DEM	Empresário	São Paulo
Miguel Haddad	PSDB	Empresário	São Paulo
Nelson Marquezelli	PTB	Empresário	São Paulo
Sergio Reis	PRB	Cantor	São Paulo

César Halim	PPS	Médico veterinário	Tocantins
Irajá Abreu	DEM	Empresário	Tocantins
Lázaro Botelho	PP	Agropecuarista	Tocantins
Vicentinho Junior	PSB	Empresário Pecuarista	Tocantins

Fonte: Radiografia do Novo Congresso: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF : DIAP. Série “Estudos Políticos” é uma publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Lista de Deputados Federais ligados à Bancada Ruralista 55º Legislatura.

ID	Deputado Federal	Partido	Profissão	Estado
1	Marcio Bittar	PSC	Agropecuarista	Acre
2	Joaquim Beltrão	PMDB	Engenheiro/Agricultor	Alagoas
3	Arthur Lira	PP	Advogado/agropecuarista	Alagoas
4	João Lyra	PTB	Advogado/ Empresário	Alagoas
5	Antônio Imbassahy	PSDB	Engenheiro Eletricista	Bahia
6	Arthur Maia	PMDB	Advogado	Bahia
7	Fábio Souto	DEM	Economista	Bahia
8	Fernando Torres	DEM	Empresário	Bahia
9	Felix Jr.	PDT	Administrador	Bahia
10	João Carlos Bacelar	PR	Empresário da Construção Civil e do Agronegócio	Bahia
11	José Carlos Araújo	PDT	Empresário	Bahia
12	José Nunes	DEM	Empresário	Bahia
13	José Rocha	DEM	Médico	Bahia
14	Lúcio Vieira Lima	PMDB	Pecuarista	Bahia
15	Luiz Argôlo	PP	Pecuarista	Bahia
16	Marcos Medrado	PDT	Administrador	Bahia
17	Mário Negromonte	PP	Empresário	Bahia
18	Oziel Oliveira	PDT	Administrador ruralista	Bahia
19	Paulo Magalhães	DEM	Empresário	Bahia
20	Roberto Britto	PP	Médico	Bahia
21	Sérgio Brito	PSC	Empresário	Bahia
22	Aníbal Gomes	PMDB	Cirurgião-dentista/agropecuarista	Ceará
23	Arnon Bezerra	PTB	Médico	Ceará
24	Genécias Mateus	PMDB	Empresário	Ceará
25	José Linhares	PP	Padre	Ceará
26	Mauro Benevides	PMDB	Jornalista/advogado/professor	Ceará
27	Raimundão	PMDB	Médico	Ceará
28	Raimundo Matos	PSDB	Médico	Ceará
29	Vicente Arruda	PR	Advogado/cientista político	Ceará
30	Jaqueline Roriz	PMN	Pedagoga	Distrito Federal
31	Carlos Alberto Leréia	PSDB	Radialista	Goiás
32	Dona Iris	PMDB	Administradora	Goiás

33	Heuler Cruvinel	DEM	Agrônomo	Goiás
34	João Campos	PSDB	Delegado de polícia	Goiás
35	Jovair Arantes	PTB	Cirurgião-dentista	Goiás
36	Leandro Vilela	PMDB	Produtor rural	Goiás
37	Roberto Balestra	PP	Pecuarista	Goiás
38	Ronaldo Caiado	DEM	Empresário Rural	Goiás
39	Sandro Mabel	PR	Administrador	Goiás
40	Hélio Santos	PSDB	Agropecuária	Maranhão
41	Lourival Mendes	PTdoB	Delegado de polícia	Maranhão
42	Pedro Fernandes	PTB	Bancário	Maranhão
43	Pedro Novais	PMDB	Advogado	Maranhão
44	Zé Vieira	PR	Pecuarista	Maranhão
45	Carlos Bezerra	PMDB	Advogado	Mato Grosso
46	Eliene Lima	PP	Engenheiro	Mato Grosso
47	Homero Pereira	PR	Pecuarista	Mato Grosso
48	Júlio Campos	DEM	Empresário	Mato Grosso
49	Pedro Henry	PP	Médico	Mato Grosso
50	Wellington Fagundes	PR	Médico-veterinário	Mato Grosso
51	Giroto	PMDB	Engenheiro	Mato Grosso do Sul
52	Mandetta	DEM	Médico	Mato Grosso do Sul
53	Marçal Filho	PMDB	Advogado	Mato Grosso do Sul
54	Reinaldo Azambuja	PSDB	Agropecuária	Mato Grosso do Sul
55	Ademir Camilo	PDT	Médico/Advogado	Minas Gerais
56	Aelton Freitas	PSDB	Empresário Rural	Minas Gerais
57	Antônio Andrade	PMDB	Engenheiro/produtor rural	Minas Gerais
58	Alexandre Silveira	PPS	Empresário	Minas Gerais
59	Aracely de Paula	PR	Agropecuária/advogado	Minas Gerais
60	Bernardo Santana	PR	Advogado	Minas Gerais
61	Bilac Pinto	PR	Advogado	Minas Gerais
62	Carlos Melles	DEM	Engenheiro/Empresário rural	Minas Gerais
63	Carlaile Pedrosa	PSDB	Comerciante	Minas Gerais
64	Diego Andrade	PR	Administrador	Minas Gerais
65	Dimas Fabiano	PP	Empresário/advogado	Minas Gerais
66	Domingos Sávio	PSDB	Médico-veterinário	Minas Gerais
67	Geraldo Thadeu	PPS	Dentista	Minas Gerais
68	João Magalhães	PMDB	Pecuarista	Minas Gerais
69	Lael Varela	DEM	Agroempresário	Minas Gerais
70	Leonardo Quintão	PMDB	Empresário	Minas Gerais
71	Luiz Fernando Farias	PP	Empresário Rural	Minas Gerais
72	Marcio Reinaldo	PP	Economista	Minas Gerais
73	Marcos Montes	DEM	Médico	Minas Gerais
74	Mário de Oliveira	PSC	Pastor	Minas Gerais
75	Newton Cardoso	PMDB	Advogado	Minas Gerais

76	Paulo Piaui	PMDB	Empresário rural	Minas Gerais
77	Renzo Braz	PP	Administrador	Minas Gerais
78	Saraiva Felipe	PMDB	Médico	Minas Gerais
79	Rodrigo de Castro	PSDB	Advogado	Minas Gerais
80	Walter Tosta	PMN	Autônomo	Minas Gerais
81	Zé Silva	PDT	Agrônomo	Minas Gerais
82	Asdrubal Bentes	PMDB	Servidor Público	Pará
83	Giovanni Queiroz	PDT	Agropecuário	Pará
84	Josué Bengtson	PTB	Pastor	Pará
85	Lira Maia	DEM	Engenheiro	Pará
86	Zenaldo Coutinho	PSDB	Advogado	Pará
87	Wellington Roberto	PR	Empresário	Paraíba
88	Abelardo Lupion	DEM	Agropecuário	Paraná
89	Alex Canziani	PTB	Escriturário	Paraná
90	Alfredo Kaefer	PSDB	Empresário	Paraná
91	Cezar Silvestri	PPS	Agropecuário	Paraná
92	Dilceu João Esperafinco	PP	Agropecuário	Paraná
93	Edmar Arruda	PSC	Economista	Paraná
94	Luiz Carlos Haully	PSDB	Economista	Paraná
95	Leopoldo Meyer	PSB	Engenheiro Civil	Paraná
96	Moacir Micheleto	PMDB	Ruralista/engenheiro agrônomo	Paraná
97	Nelson Meurer	PP	Agropecuário	Paraná
98	Nelson Padovani	PSC	Empresário	Paraná
99	Augusto Coutinho	DEM	Engenheiro Civil	Pernambuco
100	Gonzaga Patriota	PSB	Advogado	Pernambuco
101	Inocêncio Oliveira	PR	Médico	Pernambuco
102	Sérgio Guerra	PSDB	Pecuarista	Pernambuco
103	Átila Lira	PSB	Economista	Piauí
104	Iracema Portela	PP	Empresária	Piauí
105	Júlio César de Carvalho Lima	DEM	Agropecuário	Piauí
106	Marcelo Castro	PMDB	Médico	Piauí
107	Betinho Rosado	DEM	Economista	Rio Grande do Norte
106	Henrique Eduardo Alves	PMDB	Advogado	Rio Grande do Norte
107	João Maia	PR	Economista	Rio Grande do Norte
108	Afonso Hamm	PP	Engenheiro	Rio Grande do Sul
109	Giovani Cherini	PDT	Professor	Rio Grande do Sul
110	Luiz Carlos Heinze	PP	Produtor rural/engenheiro	Rio Grande do Sul
111	Nelson Marchezan Júnior	PSDB	Advogado	Rio Grande do Sul
112	Onyx Lorenzoni	DEM	Médico Veterinário	Rio Grande do Sul
113	Renato Molling	PP	Industriário	Rio Grande do Sul

114	Sérgio Moraes	PTB	Vendedor	Rio Grande do Sul
115	Vilson Covatti	PP	Advogado	Rio Grande do Sul
116	Moreira Mendes	PPS	Pecuarista	Rondônia
117	Johnathan de Jesus	PRB	Médico	Roraima
118	Paulo César Quartiero	DEM	Engenheiro	Roraima
119	Raul Lima	PP	Administrador	Roraima
120	Edinho Bez	PMDB	Bancário	Santa Catarina
121	Espiridião Amin	PP	Advogado	Santa Catarina
122	Ronaldo Benedet	PMDB	Advogado	Santa Catarina
123	Aline Corrêa	PP	Empresária	São Paulo
124	Arnaldo Jardim	PPS	Engenheiro	São Paulo
125	Duarte Nogueira	PSDB	Engenheiro	São Paulo
126	Edinho Araújo	PMDB	Advogado	São Paulo
127	Júlio Semeghini	PSDB	Engenheiro	São Paulo
128	Junji Abe	DEM	Empresário	São Paulo
129	Milton Monti	PR	Economista	São Paulo
130	Nelson Marquezelli	PTB	Empresário	São Paulo
131	Rodrigo Garcia	DEM	Advogado	São Paulo
132	Vaz de Lima	PSDB	Servidor Público	São Paulo
131	Almeida Lima	PMDB	Advogado	Sergipe
132	César Halim	PPS	Médico veterinário	Tocantins
133	Eduardo Gomes	PSDB	Servidor Público	Tocantins
134	Irajá Abreu	DEM	Empresário	Tocantins
135	Junior Coimbra	PMDB	Jornalista	Tocantins
136	Laurez Moreira	PSB	Advogado	Tocantins
137	Lázaro Botelho	PP	Agropecuarista	Tocantins

Fonte: Radiografia do Novo Congresso: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF : DIAP. Série “Estudos Políticos” é uma publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Paraíba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paraná	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pernambuco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Piauí	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio de Janeiro	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Grande do Norte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Grande do Sul	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rondônia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Catarina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Paulo	0	1	0	1	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sergipe	0	1		1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	8	7	3	4	4	1	5	0	4	3	0	1	0	2	0	0	2	1	0

Paraíba	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paraná	0	3	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0
Pernambuco	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Piauí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio de Janeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Rio Grande do Norte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Grande do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rondonia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Roraima	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Catarina	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Paulo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sergipe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Tocantins	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Total	14	13	3	0	1	0	5	0	0	0	3	0	1	11	4	1						

BANCADA RURALISTA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO PERÍODO DE 2011-2015 POR ESTADO E PARTIDO.

Estados	PMD B	PF L	PD T	PD S	PR N	PSD B	PT B	P T	PD C	P L	PS B	PS C	PCdo B	PR S	PC B	PT R	PS T	PS D	PM N	P P	PP R	P R	DE M	PP B	PP S	PR B	PTdo B	Tot al
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Alagoas	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bahia	2	0	4	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	5	0	0	0	0	17
Ceará	4	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	8
Distro Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Espírito Santo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Goiás	2	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	0	0	0	0	9
Maranhão	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	5
Minas Gerais	6	0	2	0	0	4	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	4	0	4	3	0	2	0	0	27
Mato Grosso	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	1	0	0	0	0	6
Mato Grosso Do Sul	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4
Pará	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	5
Paraíba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Paraná	1	0	0	0	0	2	1	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	1	0	0	11
Pernambuco	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	4
Piauí	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	4
Rio de Janeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Grande do Norte	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	3

APÊNDICE – II

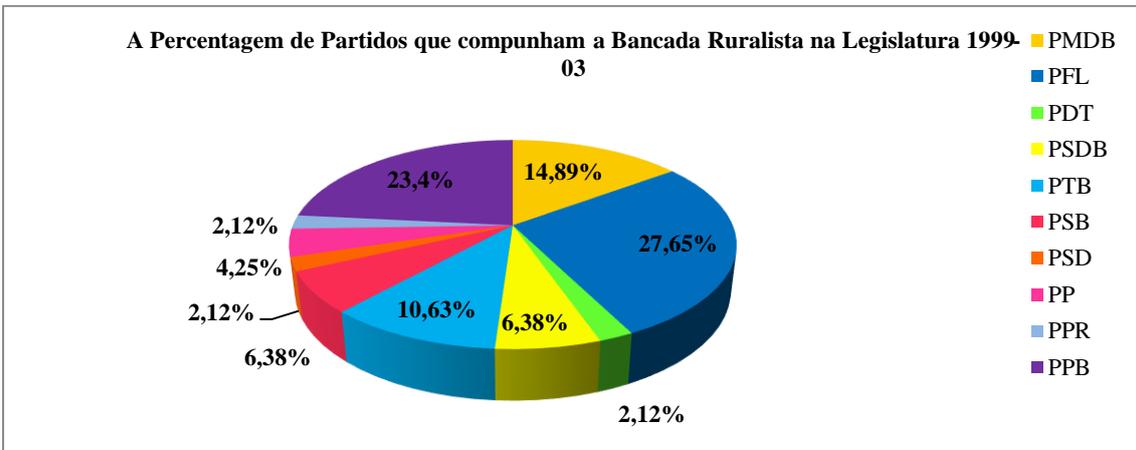
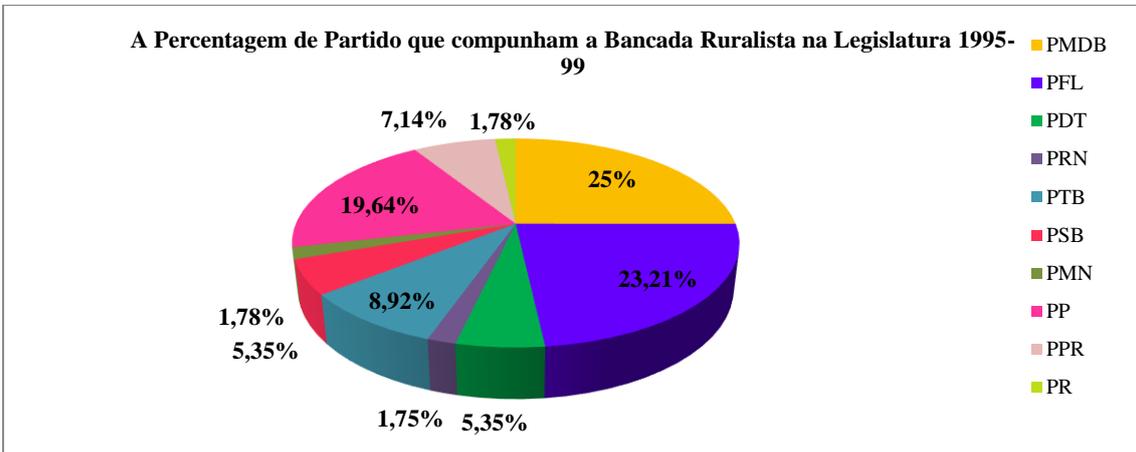
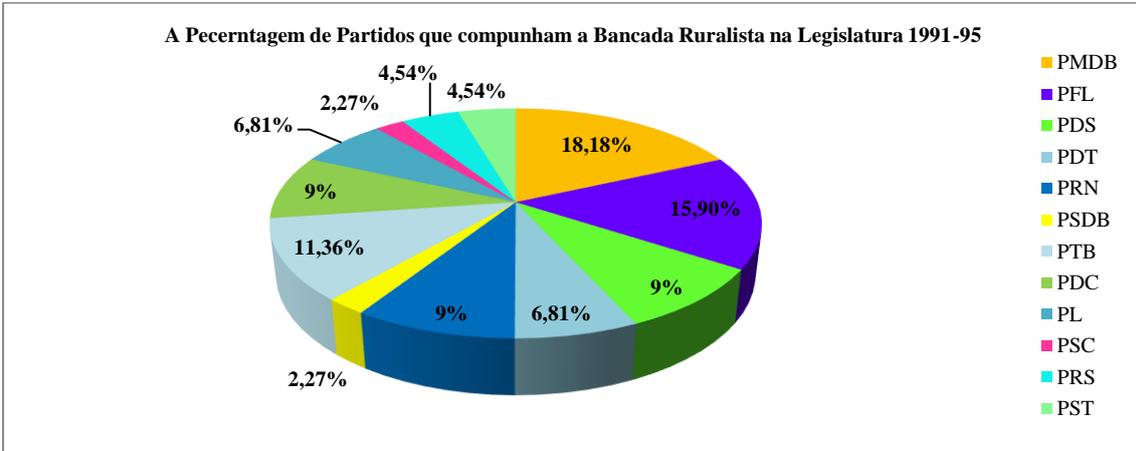
TABELA – INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIO

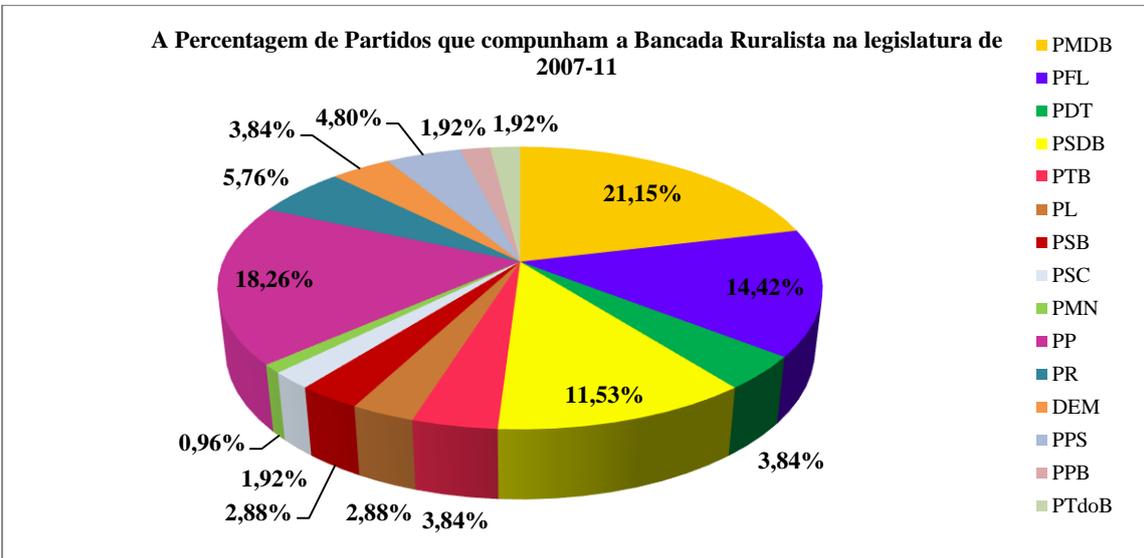
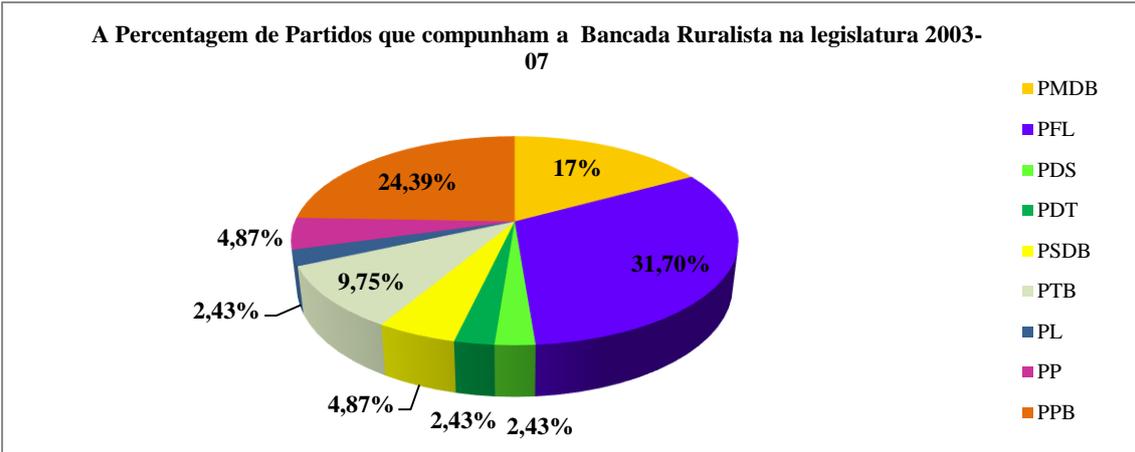
Setores do Agronegócio	Associações	Confederação	Federação	Cooperativa	Sindicatos	Outros tipos
Antes da porteira	1. Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e equipamentos	1. Confederação das Cooperativas do Sicred	1. Federação da Indústria do Estado de São Paulo	1. Organização de Cooperativas Brasileiras	1. Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja	1. CropLife Brasil
	2. Associação Brasileira da Indústria do Fumo		2. Federação Nacional de Seguros em Gerais		2. Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal	2. Fórum Nacional de Sucroenergético
	3. Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais		3. Sindicato da Indústria de Produtos para a Defesa Vegetal		3. Indústria Brasileira de Árvores	
	4. Associação Brasileira de Pescados		4. Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Saúde Animal		4. União Nacional De Cana-de-Açúcar	
	5. Associação Brasileira do Agronegócio		5. União Nacional do Etanol de Milho			
	6. Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná					
	7. Associação para o Fomento à Pesquisa de Melhoramento de Forrageiras					

Dentro da porteira	8. Associação Brasileira da Batata	2. Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil	3. Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso			6. Organização dos Plantadores de Cana da Região do Centro Sul do Brasil		
	9. Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão							
	10. Associação dos Criadores de mato Grosso							
	11. Associação dos Produtores de Sementes do Mato Grosso							
	12. Associação de Produtores de Soja do Mato Grosso do Sul							
	13. Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso							
	14. Associação Brasileira de Laticínios							
	15. Associação Brasileira de Proteína Animal.						4. Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo	7. Sociedade Rural Brasileira
	16. Associação Brasileira de Criadores de Suínos						5. Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Paraná	
	17. Associação Brasileira de Criadores de Zebu							
	18. Associação Brasileira dos Produtores de Algodão							
	19. Associação Brasileira de produtores de Milho							
	20. Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja							

	21. Associação Brasileira dos Produtores de Soja				
Depois da porteira	22. Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne				8, Conselho dos exportadores de Café
	23. Associação Brasileira de Frigoríferos				
	24. Associação Nacional dos Distribuidores de Insumo Agrícolas e Veterinários				
	25. Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos				

APENDICE III





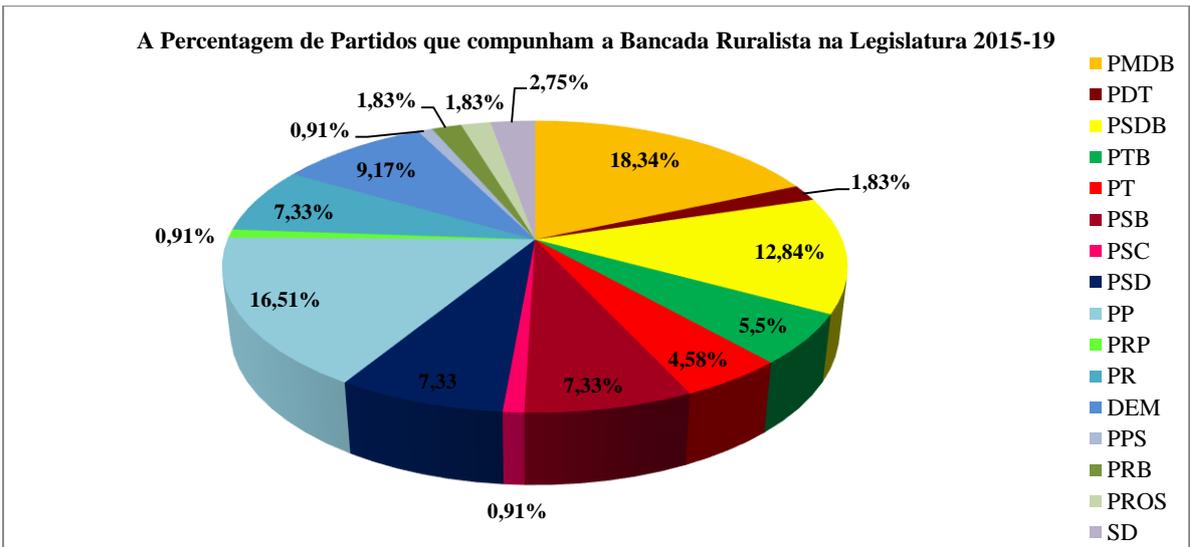
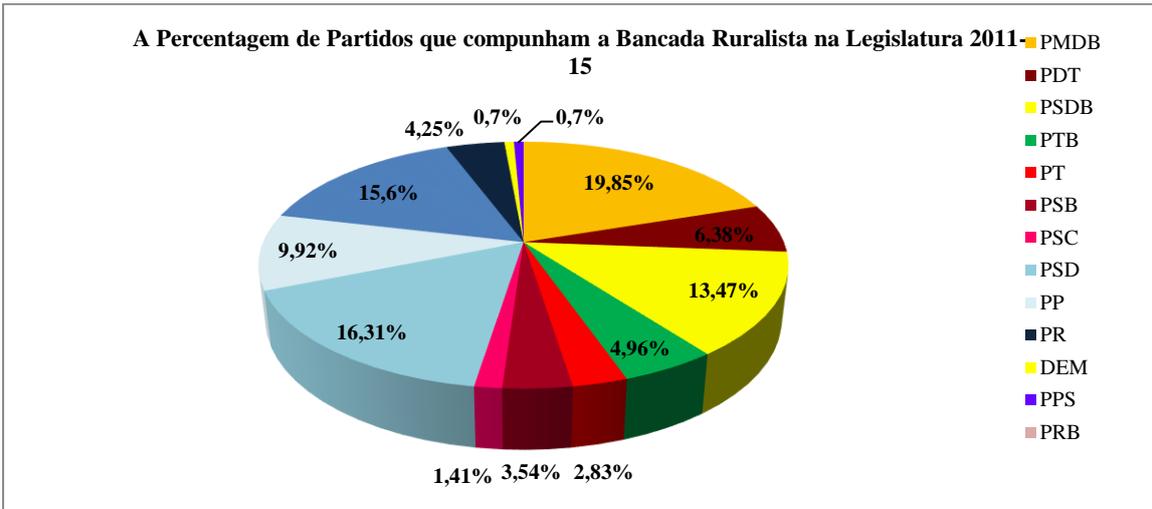


TABELA – DEPUTADOS FEDERAIS AUTONOMEADOS RURALISTAS OU EMPRESÁRIOS RURAIS 1991-1995

Quantidade	Deputado Federal	Partido	Profissão	Estado
1	Luiz Dantas	PSC	Empresário Rural	Alagoas
2	Roberto Torres	PTB	Empresário Rural	Alagoas
3	José Dutra	PMDB	Pecuarista	Amazonas
4	Leur Lomanto	PFL	Agropecuária	Bahia
5	Nestor Duarte	PMDB	Empresário Rural	Bahia
6	Sebastião Ferreira Silva	PMDB	Empresário Rural	Bahia
7	Sérgio Brito	PDC	Empresário Rural	Bahia
8	Délio Brás	PMDB	Empresário Rural	Goiás
9	José Gomes	PRN	Fazendeiro	Goiás
10	Mauro Borges	PDC	Empresário Rural	Goiás
11	Mauro Miranda	PMDB	Empresário Rural	Goiás
12	Osório Santa Cruz	PDC	Empresário Rural	Goiás
13	Ronaldo Caiado	PSD	Empresário Rural	Goiás
14	Francisco Coelho	PMDB	Empresário Rural	Maranhão
15	Augustinho Freitas Martins	PTB	Empresário Rural	Mato Grosso
16	Jonas Pinheiro	PFL	Empresário Rural	Mato Grosso
17	Welliton Fagundes	PL	Pecuarista	Mato Grosso
18	Flávio Derzi	PST	Pecuarista	Mato Grosso Do Sul
19	Waldir Francisco Guerra	PST	Agropecuária	Mato Grosso Do Sul
20	José Aldo Dos Santos	PRS	Empresário Rural	Minas Gerais
21	José Rezende de Andrade	PRS	Pecuarista	Minas Gerais
22	Maurício Campos	PL	Empresário Rural	Minas Gerais
23	Ordelmo Carneiro Leão	PRN	Fazendeiro	Minas Gerais
24	Samir Tannus	PDC	Fazendeiro	Minas Gerais
25	Wilson José Da Cunha	PDT	Empresário Rural	Minas Gerais
26	Alcides Nunes	PFL	Pecuarista	Pará
27	Antônio Ueno	PFL	Empresário Rural	Paraná
28	Homero Oguido	PMDB	Pecuarista	Paraná
29	Wilson Moreira	PSDB	Empresário Rural	Paraná
30	José Luiz Maia	PDS	Empresário Rural	Piauí
31	José Egydio Tinoco	PFL	Pecuarista	Rio de Janeiro
32	Carlos Azambuja	PDS	Empresário Rural	Rio Grande do Sul
33	Carlos Cardinal	PDT	Empresário Rural	Rio Grande do Sul
34	Aldo Pinto	PDT	Empresário Rural	Rio Grande do Sul
35	Jarvis Gadinskai	PL	Empresário Rural	Santa Catarina
36	Cardoso Alves	PTB	Empresário Rural	São Paulo
37	Etivaldo Vadão Gomes	PRN	Fazendeiro	São Paulo
38	Fábio Meirelles	PDS	Empresário Rural	São Paulo
39	Maluly Neto	PFL	Empresário Rural	São Paulo
40	Nelson Marquezelli	PTB	Empresário Rural	São Paulo
41	Tadashi Kuriki	PTB	Empresário Rural	São Paulo
42	Cleonânicio Fonseca	PRN	Empresário Rural	Sergipe
43	José Telles	PDS	Empresário Rural	Sergipe
44	Messias Góis	PFL	Pecuarista	Sergipe
45	Derval de Paiva	PMDB	Empresário Rural	Tocantins

TABELA – DEPUTADOS FEDERAIS AUTONOMEADOS RURALISTAS OU EMPRESÁRIOS RURAIS OU LIGADOS AO AGRONEGÓCIO. 1995-1999.

Quantidade	Deputado Federal	Partido	Profissão	Estado
1	João Maia	PP	Agricultor	Acre
2	Francisco Diógenes	PMDB	Empresário Rural	Acre
3	Benedito de Lira	PFL	Pecuarista	Alagoas
4	Gervásio Oliveira	PMDB	Advogado/administrador	Amapá
5	João Thomé	PMDB	Empresário Rural	Amazonas
6	Adalberto Lelis Filho	PMDB	Desenhista Industrial	Bahia
7	Fernando Gomes	PMDB	Agropecuário	Bahia
8	Geddel Vieira Lima	PMDB	Pecuarista	Bahia
9	Marcos Medrado	PP	Empresário Rural	Bahia
10	Roberto Soares Pessoa	PFL	Empresário agronegócio	Ceará
11	Adelson Salvador	PSB	Agricultor	Espirito Santo
12	Luiz Durão	PDT	Pecuarista	Espirito Santo
13	Orcino Gonçalves	PMDB	Fazendeiro	Goiás
14	Pedro Canedo	PP	Médico	Goiás
15	Roberto Balestra	PPR	Pecuarista	Goiás
16	Zé Gomes da Rocha	PRN	Agropecuário	Goiás
17	Davi Alves Silva	PFL	Pecuarista	Maranhão
18	Francisco Coelho	PFL	Agropecuário	Maranhão
19	Dilso Esperafinco	PMDB	Agricultor/engenheiro	Mato Grosso do Sul
20	Flávio Derzi	PP	Pecuarista	Mato Grosso do Sul
21	Oscar Goldoni	PDT	Agricultor	Mato Grosso do Sul
22	Aracely de Paula	PR	Agropecuário	Minas Gerais
23	Carlos Melles	PFL	Engenheiro/Empresário rural	Minas Gerais
24	Herculano Anghinetti	PMN	Agricultor-corretor	Minas Gerais
25	José Santana de Vasconcellos	PFL	Agricultor/empresário/advogado	Minas Gerais
26	Lael Varella	PFL	Agroempresário	Minas Gerais
27	Odelmo Leão Carneiro	PP	Agropecuário	Minas Gerais

28	Romel Anízio	PP	Agropecuária	Minas Gerais
29	Silas Brasileiro	PMDB	Agricultor	Minas Gerais
30	Giovanni Queiroz	PMDB	Agropecuária	Pará
31	Hilário Coimbra	PTB	Pecuarista	Pará
32	Olávio Silva Rocha	PMDB	Pecuarista	Pará
33	Adauto Pereira	PFL	Empresário/Agropecuária	Paraíba
34	Ivandro Cunha Lima	PMDB	Agropecuária	Paraíba
35	Abelardo Lupion	PFL	Agropecuária	Paraná
36	Dilceu João Esperafinco	PP	Agropecuária	Paraná
37	José Mohamed Janene	PP	Empresário Rural	Paraná
38	José Rodrigues Borba	PTB	Pecuarista	Paraná
39	Nelson Meurer	PP	Agropecuária	Paraná
40	Odílio Balbinotti	PDT	Agropecuária	Paraná
41	Valdomiro Meger	PFL	Agropecuária	Paraná
42	Wener Wndere	PFL	Agricultor	Paraná
43	Joca Colaço	PSB	Empresário-agroindustrial	Pernambuco
44	José Mendonça Bezerra	PFL	Avicultor/pecuarista	Pernambuco
45	Oswaldo Coelho	PFL	Pecuarista	Pernambuco
46	Sergio Guerra	PSB	Pecuarista	Pernambuco
47	José A. Magalhães	PPR	Agroindustrial	Rio de Janeiro
48	Laprovita Vieira	PP	Agricultor/empresário	Rio de Janeiro
49	Francisco Rodrigues	PTB	Engenheiro de produção	Roraima
50	Luís Barbosa Alves	PTB	Empresário	Roraima
51	Moises Sragowicz Lipnik	PTB	Empresário do agronegócio	Roraima
52	Neuto de Conto	PMDB	Agropecuária	Santa Catarina
53	Cleonânio Fonseca	PPR	Agropecuária	Sergipe
54	José Teles	PPR	Agropecuária	Sergipe
55	Freire Junior	PMDB	Agropecuária	Tocantins
56	Oswaldo Reis	PP	Agropecuária	Tocantins

TABELA – DEPUTADOS FEDERAIS AUTONOMEADOS RURALISTAS OU EMPRESÁRIOS RURAIS OU LIGADOS AO AGRONEGÓCIO. 1999-2003.

Quantidade	Deputado Federal	Partido	Profissão	Estado
1	Geddel Vieira Lima	PMDB	Pecuarista	Bahia
2	Roberto Soares Pessoa	PFL	Empresário agronegócio	Ceará
3	Eunício Oliveira	PMDB	Agropecuária	Ceará
4	Pedro Canedo	PMDB	Médico	Goiás
5	Roberto Balestra	PPR	Pecuarista	Goiás
6	Ronaldo Caiado	PFL	Empresário Rural	Goiás
7	Zé Gomes da Rocha	PSD	Agropecuária	Goiás
8	Nair Xavier Lobo	PMDB	Advogada/ruralista	Goiás
9	Francisco Coelho	PFL	Agropecuária	Maranhão
10	Aracely de Paula	PFL	Agropecuária	Minas Gerais
11	Carlos Melles	PFL	Engenheiro/Empresário rural	Minas Gerais
12	Herculano Anghinetti	PPB	Agricultor-corretor	Minas Gerais
13	Lael Varella	PFL	Agroempresário	Minas Gerais
14	Odelmo Leão Carneiro	PPB	Agropecuária	Minas Gerais
15	Romel Anízio	PPB	Agropecuária	Minas Gerais
16	Silas Brasileiro	PMDB	Agricultor	Minas Gerais
17	Zeze Perella	PFL	Empresário agropecuarista	Minas Gerais
18	Flávio Derzi	PP	Pecuarista	Mato Grosso do Sul
19	Giovanni Queiroz	PDT	Agropecuária	Pará
20	Gerson Peres	PPB	Ruralista	Pará
21	Adauto Pereira	PFL	Empresário/Agropecuária	Paraíba
22	Abelardo Lupion	PFL	Agropecuária	Paraná
23	Dilceu João Esperafinco	PPB	Agropecuária	Paraná
24	José Carlos Martínez	PTB	Empresário	Paraná
25	José Mohamed Janene	PPB	Empresário Rural	Paraná

26	José Rodrigues Borba	PTB	Pecuarista	Paraná
27	Nelson Meurer	PP	Agropecuarista	Paraná
28	Odílio Balbinotti	PSDB	Agropecuarista	Paraná
29	Wener Wndere	PFL	Agricultor	Paraná
30	Carlos Batata	PSB	Agropecuarista	Pernambuco
31	Joca Colaço	PSB	Empresário-agroindustrial	Pernambuco
32	José Mendonça Bezerra	PFL	Avicultor/ pecuarista	Pernambuco
33	Osvaldo Coelho	PFL	Pecuarista	Pernambuco
34	Sergio Guerra	PSB	Pecuarista	Pernambuco
35	Fetter Junior	PPB	Ruralista	Rio Grande do Sul
36	Francisco Rodrigues	PTB	Engenheiro de produção	Roraima
37	Luís Barbosa Alves	PTB	Empresário	Roraima
38	Francisco Graziano	PSDB	Empresário/agricultor	São Paulo
39	Moreira Ferreira	PFL	Agropecuarista	São Paulo
40	Nelson Marquezelli	PTB	Empresário-agrícola	São Paulo
41	Hugo Biehl	PPB	Administrador/ruralista	Santa Catarina
42	José Teles	PPB	Agropecuarista	Sergipe
43	Cleonâncio Fonseca	PPB	Agropecuarista	Sergipe
44	Freire Junior	PMDB	Agropecuarista	Tocantins
45	Igor Avelino	PMDB	Agropecuarista	Tocantins
46	Osvaldo Reis	PPB	Agropecuarista	Tocantins
47	Paulo Morão	PSDB	Engenheiro-agrônomo/ruralista	Tocantins

TABELA – DEPUTADOS FEDERAIS AUTONOMEADOS RURALISTAS OU EMPRESÁRIOS RURAIS OU LIGADOS AO AGRONEGÓCIO. 2003-2007.

Quantidade	Deputado Federal	Partido	Profissão	Estado
1	Benedito de Lira	PTB	Pecuarista	Alagoas
2	João Lyra	PTB	Empresário Rural	Alagoas
3	David Alcolumbre	PDT	Comerciante/ruralista	Amapá
4	Geddel Vieira Lima	PMDB	Pecuarista	Bahia
5	Aníbal Gomes	PMDB	Cirurgião-dentista/Agropecuária	Ceará
6	Eunício Oliveira	PMDB	Empresário/agropecuária	Ceará
7	Tático	PSD	Fazendeiro	Distrito Federal
8	Marcelino Braga	PMDB	Produtor agropecuário	Espírito Santo
9	Roberto Balestra	PPB	Pecuarista	Goiás
10	Ronaldo Caiado	PFL	Empresário Rural	Goiás
11	Aracely de Paula	PFL	Agropecuária	Minas Gerais
12	Carlos Melles	PFL	Engenheiro/Empresário rural	Minas Gerais
13	Edmar Moreira	PFL	Empresário/produtor rural	Minas Gerais
14	Herculano Anghinetti	PPB	Agricultor-corretor	Minas Gerais
15	João Magalhães	PMDB	Pecuarista/cafeicultor	Minas Gerais
16	Lael Varella	PFL	Agroempresário	Minas Gerais
17	José Santana de Vasconcellos	PL	Pecuarista	Minas Gerais
18	Odelmo Leão Carneiro	PPB	Agropecuária	Minas Gerais
19	Silas Brasileiro	PMDB	Agricultor	Minas Gerais
20	Zé Lima	PPB	Empresário rural	Pará
21	Adauto Pereira	PFL	Empresário/Agropecuária	Paraíba
22	Abelardo Lupion	PFL	Agropecuária	Paraná
23	Dilceu João Esperafinco	PPB	Agropecuária	Paraná
24	José Carlos Martinez	PTB	Empresário	Paraná
25	José Mohamed Janene	PPB	Empresário Rural	Paraná
26	José Rodrigues Borba	PTB	Pecuarista	Paraná
27	Nelson Meurer	PPB	Agropecuária	Paraná
28	Odílio Balbinotti	PSDB	Agropecuária	Paraná

29	José Mendonça Bezerra	PFL	Avicultor/ pecuarista	Pernambuco
30	Oswaldo Coelho	PFL	Pecuarista	Pernambuco
31	Júlio César de Carvalho Lima	PFL	Agropecuarista	Piauí
32	Leonardo Picciani	PMDB	Agropecuarista	Rio de Janeiro
33	Nélio Dias	PPB	Empresário rural	Rio Grande do Norte
34	Luiz Carlos Heinze	PP	Produtor rural/engenheiro	Rio Grande do Sul
35	Francisco Rodrigues	PFL	Engenheiro de produção	Roraima
36	Zonta	PP	Agricultor cooperativista	Santa Catarina
37	Bosco Costa	PSDB	Empresário rural	Sergipe
38	Cleonânicio Fonseca	PPB	Agropecuarista	Sergipe
39	Homero Barreto	PFL	Pecuarista	Tocantins
40	Kátia Abreu	PFL	Empresária Rural	Tocantins
41	Oswaldo Reis	PPB	Agropecuarista	Tocantins

TABELA – DEPUTADOS FEDERAIS AUTONOMEADOS RURALISTAS OU EMPRESÁRIOS RURAIS OU LIGADOS AO AGRONEGÓCIO. 2011-2015.

Quantidade	Deputado Federal	Partido	Profissão	Estado
1	César Messias	PSC	Pecuarista	Acre
2	Flaviano Mel	PMDB	Engenheiro Civil	Acre
3	João Lyra	PTB	Advogado/ Empresário	Alagoas
4	Givaldo Carimbão	PROS	Comerciante Gráfico	Alagoas
5	Pedro Vilela	PSDB	Advogado	Alagoas
6	Antônio Imbassahy	PSDB	Engenheiro Eletricista	Bahia
6	Arthur Maia	SD	Advogado	Bahia
7	Benito Gama	PTB	Economista	Bahia
7	Cláudio Cajado	DEM	Economista	Bahia
8	Felix Jr.	PDT	Administrador	Bahia
10	João Carlos Bacelar	PR	Empresário da Construção Civil e do Agronegócio	Bahia
11	José Carlos Araújo	PDT	Empresário	Bahia
12	José Nunes	DEM	Empresário	Bahia
13	José Rocha	DEM	Médico	Bahia
14	Lúcio Vieira Lima	PMDB	Pecuarista	Bahia
15	Paulo Azi	DEM	Administrador/enge nheiro Civil	Bahia
16	Paulo Magalhães	PSD	Administrador	Bahia

17	Roberto Britto	PP	Médico	Bahia
18	Ronaldo Carletto	PP	Professor Universitário	Bahia
19	Sérgio Brito	PSD	Empresário	Bahia
20	Aníbal Gomes	PMDB	Cirurgião- dentista/agropecuar ista	Ceará
21	Arnon Bezerra	PTB	Médico	Ceará
22	Genecias Mateus	SD	Empresário	Ceará
23	Fraga	DEM	Policia Militar	Distrito Federal
24	Manato	SD	Empresário/Médico	Espirito Santo
25	Paulo Foletto	PSB	Empresário/Médico	Espirito Santo
26	Heuler Cruvinel	DEM	Agrônomo	Goiás
27	Magda Mofatto	PR	Empresária	Goiás
28	Roberto Balestra	PP	Pecuarista	Goiás
29	Juscelino Filho	PRP	Médico	Maranhão
30	Pedro Fernandes	PTB	Bancário	Maranhão
31	Zé Carlos	PT	Engenheiro Civil	Maranhão
32	Carlos Bezerra	PMDB	Advogado	Mato Grosso
33	Valtenir Pereira	PROS	Defensor Público/professor	Mato Grosso
34	Mandetta	DEM	Médico	Mato Grosso do Sul
35	Marcio Monteiro	PSDB	Pecuarista	Mato Grosso do Sul
36	Tereza Cristina	PSB	Engenheira Agrônoma/Empres ária	Mato Grosso do Sul
37	Vander Loubet	PT	Funcionário Público e Bancário	Mato Grosso do Sul
38	Adelmo Leão	PT	Médico/Professor Universitário	Minas Gerais
39	Aelton Freitas	PR	Empresário Rural	Minas Gerais
40	Bilac Pinto	PR	Advogado	Minas Gerais
41	Bonifácio Andrada	PSDB	Advogado/Professo r Universitário	Minas Gerais
42	Carlos Melles	DEM	Engenheiro/Empres ário rural	Minas Gerais
43	Dimas Fabiano	PP	Empresário/advoga do	Minas Gerais
44	Domingos Sávio	PSDB	Médico-veterinário	Minas Gerais
45	Leonardo Quintão	PMDB	Empresário	Minas Gerais
46	Luiz Fernando Farias	PP	Empresário Rural	Luiz Fernando Farias
47	Marcos Montes	PSD	Médico	Minas Gerais
48	Misael Varela	DEM	Empresário	Minas Gerais
49	Odelmo Leão	PP	Pecuarista	Minas Gerais
50	Renzo Braz	PP	Administrador	Minas Gerais
51	Rodrigo de Castro	PSDB	Advogado	Minas Gerais
52	Rodrigo Pacheco	PMDB	Advogado	Minas Gerais
53	Stefano Aguiar	PSB	Administrador	Minas Gerais
54	Toninho Pinheiro	PP	Empresário	Minas Gerais

55	Hélio Leite	DEM	Corretor de Imóveis	Pará
56	Josué Bengtson	PTB	Pastor	Pará
57	José Priante	PMDB	Empresário	Pará
58	Efraim Filho	DEM	Advogado	Paraíba
59	Wellington Roberto	PR	Empresário	Paraíba
60	Wilson Filho	PTB	Empresário	Paraíba
61	Alfredo Kaefer	PSDB	Empresário	Paraná
62	Dilceu João Esperafinco	PP	Agropecuarista	Paraná
63	Edmar Arruda	PSC	Economista	Paraná
64	Luiz Carlos Haully	PSDB	Economista	Paraná
65	Nelson Meurer	PP	Agropecuarista	Paraná
66	Osmar Serraglio	PMDB	Empresário/Advogado	Paraná
67	Ricardo Barros PP	PP	Engenheiro Civil/Empresário	Paraná
68	Rubens Bueno	PPS	Professor	Paraná
69	Valdir Rossoni	PSDB	Empresário	Paraná
70	Bruno Araújo	PSB	Administrador	Pernambuco
71	Fernando Coelho Filho	PSDB	Empresário	Pernambuco
72	Gonzaga Patriota	PSB	Advogado	Pernambuco
73	Átila Lira	PSB	Economista	Piauí
74	Júlio César de Carvalho Lima	DEM	Agropecuarista	Piauí
75	Marcelo Castro	PMDB	Médico	Piauí
76	Altineu Cortes	PR	Produtor Rural	Rio de Janeiro
77	Fabiano Horta	PT	Médico veterinário	Rio de Janeiro
78	Leonardo Picciani	PMDB	Agropecuarista	Rio de Janeiro
79	Betinho Segundo	PP	Empresário	Rio Grande do Norte
80	Fábio Faria	PSD	Empresário	Rio Grande do Norte
81	Afonso Hamm	PP	Engenheiro	Rio Grande do Sul
82	Luiz Carlos Heinze	PP	Produtor rural/engenheiro	Rio Grande do Sul
83	Nelson Marchezan Júnior	PSDB	Advogado	Rio Grande do Sul
84	Onyx Lorenzoni	DEM	Médico Veterinário	Rio Grande do Sul
85	Osmar Terra	PMDB	Médico	Rio Grande do Sul
86	Renato Molling	PP	Industriário	Rio Grande do Sul
87	Lindomar Garçon	PMDB	Comerciante	Rondônia
88	Lucio Mosquini	PMDB	Empresário	Rondônia
89	Luiz Claudio	PR	Técnico Agropecuário	Rondônia
90	Marinha Raupp	PMDB	Psicóloga	Rondônia
91	Abel Galinha	PDT	Empresário	Roraima
92	Shéridan	PSDB	Psicóloga	Roraima
93	Espiridião Amin	PP	Advogado	Santa Catarina

94	Pedro Uczai	PT	Professor Universitário	Santa Catarina
95	Peninha	PMDB	Agrônomo	Santa Catarina
96	Ronaldo Benedet	PMDB	Advogado	Santa Catarina
97	Valdir Colatto	PMDB	Empresário	Santa Catarina
98	Duarte Nogueira	PSDB	Engenheiro	São Paulo
99	Edinho Araújo	PMDB	Advogado	São Paulo
100	Eli Corrêa Filho	DEM	Empresário	São Paulo
101	Miguel Haddad	PSDB	Empresário	São Paulo
102	Nelson Markezelli	PTB	Empresário	São Paulo
103	Sergio Reis	PRB	Cantor	São Paulo
104	César Halim	PPS	Médico veterinário	Tocantins
105	Irajá Abreu	DEM	Empresário	Tocantins
106	Lázaro Botelho	PP	Agropecuarista	Tocantins
107	Vicentinho Junior	PSB	Empresário Pecuarista	Tocantins

TABELA – DEPUTADOS FEDERAIS AUTONOMEADOS RURALISTAS OU EMPRESÁRIOS RURAIS OU LIGADOS AO AGRONEGÓCIO. 2015-2019.

Quantidade	Deputado Federal	Partido	Profissão	Estado
1	Marcio Bittar	PSC	Agropecuarista	Acre
2	Joaquim Beltrão	PMDB	Engenheiro/Agricultor	Alagoas
3	Arthur Lira	PP	Advogado/agropecuarista	Alagoas
4	João Lyra	PTB	Advogado/ Empresário	Alagoas
5	Antônio Imbassahy	PSDB	Engenheiro Eletricista	Bahia
6	Arthur Maia	PMDB	Advogado	Bahia
7	Fábio Souto	DEM	Economista	Bahia
8	Fernando Torres	DEM	Empresário	Bahia
9	Felix Jr.	PDT	Administrador	Bahia
10	João Carlos Bacelar	PR	Empresário da Construção Civil e do Agronegócio	Bahia
11	José Carlos Araújo	PDT	Empresário	Bahia
12	José Nunes	DEM	Empresário	Bahia
13	José Rocha	DEM	Médico	Bahia
14	Lúcio Vieira Lima	PMDB	Pecuarista	Bahia
15	Luiz Argôlo	PP	Pecuarista	Bahia
16	Marcos Medrado	PDT	Administrador	Bahia
17	Mário Negromonte	PP	Empresário	Bahia
18	Oziel Oliveira	PDT	Administrador ruralista	Bahia
19	Paulo Magalhães	DEM	Empresário	Bahia
20	Roberto Britto	PP	Médico	Bahia
21	Sérgio Brito	PSC	Empresário	Bahia
22	Aníbal Gomes	PMDB	Cirurgião-dentista/agropecuarista	Ceará
23	Arnon Bezerra	PTB	Médico	Ceará
24	Genecias Mateus	PMDB	Empresário	Ceará
25	José Linhares	PP	Padre	Ceará
26	Mauro Benevides	PMDB	Jornalista/advogado/professor	Ceará
27	Raimundão	PMDB	Médico	Ceará
28	Raimundo Matos	PSDB	Médico	Ceará
29	Vicente Arruda	PR	Advogado/cientista político	Ceará
30	Jaqueline Roriz	PMN	Pedagoga	Distrito Federal
31	Carlos Alberto Leréia	PSDB	Radialista	Goiás
32	Dona Iris	PMDB	Administradora	Goiás
33	Heuler Cruvinel	DEM	Agrônomo	Goiás
34	João Campos	PSDB	Delegado de policia	Goiás
35	Jovair Arantes	PTB	Cirurgião-dentista	Goiás
36	Leandro Vilela	PMDB	Produtor rural	Goiás
37	Roberto Balestra	PP	Pecuarista	Goiás
38	Ronaldo Caiado	DEM	Empresário Rural	Goiás
39	Sandro Mabel	PR	Administrador	Goiás
40	Hélio Santos	PSDB	Agropecuarista	Maranhão
41	Lourival Mendes	PTdoB	Delegado de policia	Maranhão
42	Pedro Fernandes	PTB	Bancário	Maranhão
43	Pedro Novais	PMDB	Advogado	Maranhão
44	Zé Vieira	PR	Pecuarista	Maranhão

45	Carlos Bezerra	PMDB	Advogado	Mato Grosso
46	Eliene Lima	PP	Engenheiro	Mato Grosso
47	Homero Pereira	PR	Pecuarista	Mato Grosso
48	Júlio Campos	DEM	Empresário	Mato Grosso
49	Pedro Henry	PP	Médico	Mato Grosso
50	Wellington Fagundes	PR	Médico-veterinário	Mato Grosso
51	Giroto	PMDB	Engenheiro	Mato Grosso do Sul
52	Mandetta	DEM	Médico	Mato Grosso do Sul
53	Marçal Filho	PMDB	Advogado	Mato Grosso do Sul
54	Reinaldo Azambuja	PSDB	Agropecuária	Mato Grosso do Sul
55	Ademir Camilo	PDT	Médico/Advogado	Minas Gerais
56	Aelton Freitas	PSDB	Empresário Rural	Minas Gerais
57	Antônio Andrade	PMDB	Engenheiro/produtor rural	Minas Gerais
58	Alexandre Silveira	PPS	Empresário	Minas Gerais
59	Aracely de Paula	PR	Agropecuária/advogado	Minas Gerais
60	Bernardo Santana	PR	Advogado	Minas Gerais
61	Bilac Pinto	PR	Advogado	Minas Gerais
62	Carlos Melles	DEM	Engenheiro/Empresário rural	Minas Gerais
63	Carlaile Pedrosa	PSDB	Comerciário	Minas Gerais
64	Diego Andrade	PR	Administrador	Minas Gerais
65	Dimas Fabiano	PP	Empresário/advogado	Minas Gerais
66	Domingos Sávio	PSDB	Médico-veterinário	Minas Gerais
67	Geraldo Thadeu	PPS	Dentista	Minas Gerais
68	João Magalhães	PMDB	Pecuarista	Minas Gerais
69	Lael Varela	DEM	Agroempresário	Minas Gerais
70	Leonardo Quintão	PMDB	Empresário	Minas Gerais
71	Luiz Fernando Farias	PP	Empresário Rural	Minas Gerais
72	Marcio Reinaldo	PP	Economista	Minas Gerais
73	Marcos Montes	DEM	Médico	Minas Gerais
74	Mário de Oliveira	PSC	Pastor	Minas Gerais
75	Newton Cardoso	PMDB	Advogado	Minas Gerais
76	Paulo Piaui	PMDB	Empresário rural	Minas Gerais
77	Renzo Braz	PP	Administrador	Minas Gerais
78	Saraiva Felipe	PMDB	Médico	Minas Gerais
79	Rodrigo de Castro	PSDB	Advogado	Minas Gerais
80	Walter Tosta	PMN	Autônomo	Minas Gerais
81	Zé Silva	PDT	Agrônomo	Minas Gerais
82	Asdrubal Bentes	PMDB	Servidor Público	Pará
83	Giovanni Queiroz	PDT	Agropecuária	Pará
84	Josué Bengtson	PTB	Pastor	Pará
85	Lira Maia	DEM	Engenheiro	Pará
86	Zenaldo Coutinho	PSDB	Advogado	Pará
87	Wellington Roberto	PR	Empresário	Paraíba
88	Abelardo Lupion	DEM	Agropecuária	Paraná
89	Alex Canziani	PTB	Escriturário	Paraná

90	Alfredo Kaefer	PSDB	Empresário	Paraná
91	Cezar Silvestri	PPS	Agropecuária	Paraná
92	Dilceu João Esperafinco	PP	Agropecuária	Paraná
93	Edmar Arruda	PSC	Economista	Paraná
94	Luiz Carlos Haully	PSDB	Economista	Paraná
95	Leopoldo Meyer	PSB	Engenheiro Civil	Paraná
96	Moacir Micheleto	PMDB	Ruralista/engenheiro agrônomo	Paraná
97	Nelson Meurer	PP	Agropecuária	Paraná
98	Nelson Padovani	PSC	Empresário	Paraná
99	Augusto Coutinho	DEM	Engenheiro Civil	Pernambuco
100	Gonzaga Patriota	PSB	Advogado	Pernambuco
101	Inocência Oliveira	PR	Médico	Pernambuco
102	Sérgio Guerra	PSDB	Pecuarista	Pernambuco
103	Átila Lira	PSB	Economista	Piauí
104	Iracema Portela	PP	Empresária	Piauí
105	Júlio César de Carvalho Lima	DEM	Agropecuária	Piauí
106	Marcelo Castro	PMDB	Médico	Piauí
107	Betinho Rosado	DEM	Economista	Rio Grande do Norte
108	Henrique Eduardo Alves	PMDB	Advogado	Rio Grande do Norte
109	João Maia	PR	Economista	Rio Grande do Norte
110	Afonso Hamm	PP	Engenheiro	Rio Grande do Sul
111	Giovani Cherini	PDT	Professor	Rio Grande do Sul
112	Luiz Carlos Heinze	PP	Produtor rural/engenheiro	Rio Grande do Sul
113	Nelson Marchezan Júnior	PSDB	Advogado	Rio Grande do Sul
114	Onyx Lorenzoni	DEM	Médico Veterinário	Rio Grande do Sul
115	Renato Molling	PP	Industriário	Rio Grande do Sul
116	Sérgio Moraes	PTB	Vendedor	Rio Grande do Sul
117	Vilson Covatti	PP	Advogado	Rio Grande do Sul
118	Moreira Mendes	PPS	Pecuarista	Rondônia
119	Johnathan de Jesus	PRB	Médico	Roraima
120	Paulo César Quartiero	DEM	Engenheiro	Roraima
121	Raul Lima	PP	Administrador	Roraima
122	Edinho Bez	PMDB	Bancário	Santa Catarina
123	Espiridião Amin	PP	Advogado	Santa Catarina
124	Ronaldo Benedet	PMDB	Advogado	Santa Catarina
125	Aline Corrêa	PP	Empresária	São Paulo
126	Arnaldo Jardim	PPS	Engenheiro	São Paulo

127	Duarte Nogueira	PSDB	Engenheiro	São Paulo
128	Edinho Araújo	PMDB	Advogado	São Paulo
129	Júlio Semeghini	PSDB	Engenheiro	São Paulo
130	Junji Abe	DEM	Empresário	São Paulo
131	Milton Monti	PR	Economista	São Paulo
132	Nelson Marquezelli	PTB	Empresário	São Paulo
133	Rodrigo Garcia	DEM	Advogado	São Paulo
134	Vaz de Lima	PSDB	Servidor Público	São Paulo
135	Almeida Lima	PMDB	Advogado	Sergipe
136	César Halim	PPS	Médico veterinário	Tocantins
137	Eduardo Gomes	PSDB	Servidor Público	Tocantins
138	Irajá Abreu	DEM	Empresário	Tocantins
139	Junior Coimbra	PMDB	Jornalista	Tocantins
140	Laurez Moreira	PSB	Advogado	Tocantins
141	Lázaro Botelho	PP	Agropecuário	Tocantins